

Terra e Memórias

Vivências, conflitos e conquistas no(s) rural(is) do Brasil

Daniele Brocardo | Rose Elke Debiasi | Tiago Arcanjo Orben (Orgs.)



Os textos privilegiados neste livro têm como propósito fundamental colocar para discussão as questões que envolvem as diferentes faces dos rurais do Brasil a partir de distintas perspectivas. Sob esta ótica, optou-se por expor artigos que dialogam com as contradições, as tensões e os conflitos apresentados aos camponeses de diferentes regiões do Brasil. O recorte estabelecido pelas análises aqui apresentadas compreendem as conjunturas do rural a partir de meados do século XX até o tempo presente, intervalo esse em que são expostas – principalmente aos pequenos agricultores e aos trabalhadores rurais sem terra – diferentes formas de ações e pressões em torno da posse da terra. Esta coletânea, como bem menciona a professora Márcia Maria Menendes Motta, não assume o desafio de resolver todo o nosso drama, mas se constitui num esforço para contribuir com a elucidação de algumas das questões-chave que envolvem as disputas pelo acesso à terra no país. Nessa direção, nós, Daniele Brocardo, Rose Elke Debiasi e Tiago Arcanjo Orben, ao privilegiarmos as memórias dos sujeitos do campo, da floresta e as manifestações e/ou desdobramentos da exclusão, da violência e da força empresarial nos rural(is), esperamos suscitar novas reflexões e propor novos instrumentos analíticos para a escrita da história.



 **editora fi**
www.editorafi.org

Terra e Memórias



Comitê Editorial

CAROLINE TECCHIO

Doutoranda em História, Universidade do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon-PR

DANIELE BROCARDO

Doutoranda em História, Universidade do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon-PR

DOUGLAS SOUZA ANGELI

Doutorando em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

EVERTON FERNANDO PIMENTA

Doutorando em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

GUILHERME FRANCO DE ANDRADE

Doutorando em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

LEANDRO DE ARAÚJO CRESTANI

Doutorando em História, Universidade de Évora, Évora (Portugal)

LUIS CARLOS DOS PASSOS MARTINS

Doutor em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

LUIZ ALBERTO GRIJÓ

Doutor em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

RAFAEL GANSTER

Mestre em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

RAFAEL HANSEN QUINSANI

Doutor em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

RAFAEL SARAIVA LAPUENTE

Doutorando em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

TIAGO ARCANJO ORBEN

Doutorando em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

VINÍCIUS AURÉLIO LIEBEL

Doutor em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro-RJ

Terra e Memórias

Vivências, conflitos e conquistas no(s)
rural(is) do Brasil

Organizadores:

Daniele Brocardo

Rose Elke Debiasi

Tiago Arcanjo Orben

φ editora fi

Direção editorial: Rafael Saraiva Lapuente; Tiago Arcanjo Orben; Rafael Ganster

Diagramação: Marcelo A. S. Alves

Capa: Lucas Fontella Margoni

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.



Todos os livros publicados pela Editora Fi estão sob os direitos da [Creative Commons 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR) https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



Associação Brasileira de Editores Científicos

<http://www.abecbrasil.org.br>

Série Historicus - 9

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

BROCARD, Daniele; DEBIASI, Rose Elke; ORBEN, Tiago Arcanjo (Orgs.)

Terra e memórias: Vivências, conflitos e conquistas no(s) rural(is) do Brasil [recurso eletrônico] / Daniele Brocardo; Rose Elke Debiasi; Tiago Arcanjo Orben (Orgs.) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018.

257 p.

ISBN - 978-85-5696-343-7

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. História, 2. História contemporânea, 3. Conflito, 4. Brasil. I. Título. II. Série

CDD-900

Índices para catálogo sistemático:

1. História 900

Sumário

Prefácio	9
Marcia Maria Menendes Motta	
Apresentação	13
1	17
Os expropriados da Itaipu em movimento por justiça	
Paulo José Koling	
2	45
Memória da terra – memória da floresta	
Marcos Montysuma	
3	73
O protagonismo dos militantes migrantes na estruturação do MST no Nordeste brasileiro (1985-1993)	
Rose Elke Debiasi	
4	95
Memórias da luta pela educação do campo: acampamento Dom José Gomes de Chapecó-SC	
Joselene Ieda dos Santos Lopes de Carvalho; Tânia Mara de Bastiani	
5	119
“Invadir é uma coisa e ocupar pra prantá e trabaiaí aí é outra coisa”: narrativas de assentados sobre a luta pela terra no sudoeste do Paraná – 1970/2006	
Ricardo Callegari	
6	143
Terra, disputa e memória no oeste do Paraná	
Irene Spies Adamy	

7	173
Paisagem da(s) memória(s): narrativas sobre o trabalho nas madeiras e na agricultura	
Daniele Brocardo	
8	201
Vivências de trabalhadores rurais na região sudoeste do Paraná	
Tiago Arcanjo Orben	
9	229
Na órbita das nomenclaturas: cortadores de cana e a interveniência do assalariamento em populações rurais	
Jaime Santos Júnior	
Sobre os autores	255

Prefácio

Terras Memórias: o aprendizado das lutas

Marcia Maria Menendes Motta¹

“Existe um projeto continuado de massacre dos camponeses que lutam pela terra” Padre Antonio Naves- CPT-SP.

Terras Memórias. Há título mais lindo do que esse? Dificilmente. A partir dessas duas palavras, os autores dos vários textos que compõem o referido livro assumem o desafio de discutir um dos temas mais emblemáticos da história do Brasil e, ainda assim, o mais invisível. Eis um drama reiterado, reatualizado na história do país. É como se a luta pela terra fosse a nossa doença mais perene. Eis uma chaga que nos consome sem que nos apercebamos o quanto ela fere profundamente nossa identidade nacional. Como é possível que isso se mantenha, sem que ninguém faça nada?

Como explicar que os embates entre possuidores, pequenos produtores, camponeses - por um lado - e seus algozes - por outro -, os fazendeiros, o Estado, as organizações das classes dominantes, tenham culminado em eficazes apagamentos das memórias daquelas lutas? É surpreendente a força de uma memória ainda assentada no velho estereótipo de um camponês ignorante, incapaz de lutar pelos seus direitos.

¹ Professora Titular de História da Universidade Federal Fluminense. Coordenadora do INCT História Social das Propriedades e Direitos de Acesso (Proprietas)

Mas não há também uma memória a qual reafirma que o *agro é pop*, quando sabemos que essa frase, aparentemente tão moderna, esconde – para o cidadão da cidade – o uso desmedido do agrotóxico no campo brasileiro, condenando a uma desgraça ainda maior a população rural do país?

O livro “Terras Memórias” não assume o desafio de resolver todo o nosso drama, mas ele se constitui num esforço bem-sucedido para contribuir com a elucidação de algumas das questões-chave que envolvem as disputas pelo acesso à terra no país. Nesse conjunto de texto, há muito o que aprender.

Em *Os expropriados da Itaipu em movimento por Justiça*, o pesquisador e professor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Paulo José Koling deslinda os embates dos moradores indenizados para viabilizar a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, um megaprojeto enaltecido pela Ditadura Brasileira nos seus anos de chumbo. Como desdobramento, Koling analisa também o processo migratório dos expropriados para o Paraguai, reinaugurando outra desventura.

Marcos Montysuma, por sua vez, deslinda a construção das memórias das comunidades extrativistas da região de Xapuri, Acre. Professor e Pesquisador da Universidade Federal de Santa Catarina, Montysuma nos brinda com uma reflexão instigante sobre a constituição dos seringais no Acre, sobre as reiteradas disputas pelo acesso à terra e sobre a emergência e ressignificação do sistema de aviamento como expressão do cativoiro.

Não menos impactante é o trabalho de Rose Debiasi, doutora em História pela Universidade Federal do Paraná. Ao assumir a tarefa de desconstruir a formação da militância dos movimentos dos trabalhadores sem-terra, em especial no Nordeste, Debiasi analisa a complexa atuação e integração dos imigrantes deslocados para outras áreas, diversas das de origem.

Luta pela educação no campo? Eis aqui uma questão emblemática para dar a conhecer os conflitos nas zonas rurais em sua relação com projetos nacionais na área de educação. Para fazer

jus a essa indagação, as doutorandas pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Josele Carvalho e Tania Bastiani examinam o protagonismo do MST na construção de políticas públicas para o campo.

Ricardo Callegari, também doutorando pela UNIOESTE, realiza um notável estudo sobre o MST, ao focar o assentamento em Marmeleiro, Paraná, dos anos 70 a 2006. Para isso, o autor destrincha o processo de mecanização da região e a constituição da categoria de assentados, num contexto em que há um inegável estímulo à produtividade marcada pela maquinaria e insumos químicos.

A análise sobre o universo rural no Paraná também é feita por outra doutoranda do programa de pós-graduação da UNIOESTE, Irene Adamy. A partir de uma análise gramsciniana, a autora enfoca os diversos segmentos do patronato rural e suas respectivas entidades de classe para dissecar as estratégias de intimidação e violência perpetradas pelos proprietários rurais, ao consolidarem uma determinada versão sobre a propriedade da terra, a partir dos anos oitenta do século passado.

Ainda no contexto das memórias sobre a terra, desconcertante é o estudo da doutoranda da mesma instituição, Daniele Brocardo, com o belo título *Paisagem das memórias*. Com base na interface entre a metodologia de história oral e o conceito de memória, Brocardo faz um não menos belo estudo sobre as transformações da paisagem nas florestas existentes no município de Cascavel, Paraná.

A ainda pouco conhecida Revolta *dos Posseiros* e seus atores são o objeto de investigação do doutorando do Programa de Pós Graduação em História da PUC- Rio Grande do Sul, Tiago Orben. Contrapondo-se a determinados preceitos já consagrados sobre o evento e apoiado também na história oral e o conceito de memória, Orben analisa com sensibilidade as experiências de vida de um casal de camponeses.

O que dizer sobre o texto de Jaime Santos Junior, cujo título eloquente é *Na órbita das nomenclaturas: cortadores de cana e a interveniência do assalariamento em populações rurais*, Doutor em Sociologia pela Universidade Estadual de São Paulo (USP). Santos Junior nos mostra como a ação de nominar os sujeitos históricos, em particular os cortadores de cana de Sergipe, desnuda as manifestações identitárias de grupos e os desafios impostos por uma sociedade profundamente desigual. É um texto, por assim dizer, exemplar.

A obra como um todo é um indicador singular de como é possível produzir ciência no Brasil, apoiando jovens investigadores que – sem falsa modéstia – têm a coragem de divulgar suas amadurecidas reflexões sobre um tema quase sempre visto como invisível, indesejável e inoportuno.

Muitos de nós somos convencidos a escrever sobre a falácia no progresso do desenvolvimento econômico do país e sobre o lugar em que estamos na lista do Índice do Desenvolvimento Humano. Tudo isso é muito importante, ou nem um pouco, tanto faz. Os autores que compuseram, com seus textos, a obra *Terras Memórias* tiveram o desassombro de registrar homens e mulheres de corpo e alma, quase sempre derrotados. De formas distintas e com estilos diversos, esses autores nos alertam: não é possível esquecê-los. E se o mundo é injusto, há sempre esperanças batendo forte em nossas portas. Continuemos a luta!

Apresentação

É sempre interessante delimitar quando surgiu uma ideia. Nesse sentido, a ideia de publicar este livro, com os temas Terra e Memórias, podemos explicitar que surgiu de um encontro entre três pesquisadores, com objetos diversos de pesquisa, porém com o fascínio comum nas temáticas acima.

Os organizadores Daniele Brocardo, Rose Elke Debiassi e Tiago Arcanjo Orben, tiveram a oportunidade de dialogar no *IX Encontro Regional Sul de História Oral: democracia direitos e diversidade*, que ocorreu em Porto Alegre/RS, nas dependências do Centro Histórico-Cultural Santa Casa (CHC), entre os dias 20 e 23 de agosto de 2017.

Desse encontro, nascia a ideia de produzir algo em conjunto que possibilitasse apresentar, um pouco, as novas produções dentro das Ciências Humanas, que dialogam com as memórias das relações dos humanos com a terra, sejam estas, como forma de sobrevivências, afetividades, lutas, disputas e resistências.

Dois destes autores já tinham tido a oportunidade de publicar outros textos pela editora Fi (ambos os textos integram o livro *Diálogos do Tempo Presente: historiografia e história*), assim sabiam da importância e qualidade de um trabalho trazido para o público de forma ampla e de livre acesso. De tal modo, também podemos dizer que é a partir de um convite que surgiu a ideia desse livro, um convite para uma nova publicação com igual peculiaridade.

Este contato possibilitou outros convites, aos demais pesquisadores que compõem os textos dessa coletânea, cujos esforços e interesses estão voltados para pesquisas de interesses análogos aos dos organizadores.

O leitor perceberá que esta obra compreende as múltiplas faces e facetas do rural. Dessa forma, expõe artigos que dialogam com as contradições, as tensões e os conflitos apresentados aos camponeses de diferentes regiões do Brasil. O recorte estabelecido pelas análises aqui apresentadas compreende as conjunturas do rural a partir de meados do século XX até o tempo presente, intervalo esse em que são expostas – principalmente aos pequenos agricultores e aos trabalhadores rurais sem terra – diferentes formas de ações e pressões em torno da posse da terra.

Sob esta perspectiva, é importante dizer que, muitos dos textos aqui dissertados dialogam com a conjuntura política, econômica e social exposta ao meio rural brasileiro durante (e após) a ditadura civil militar. Assim, é a partir de 1964 que teremos a transformação não só da realidade rural do nosso país, mas também das relações estabelecidas entre os pequenos agricultores e os trabalhadores rurais sem terra, em oposição, as políticas de governo, que privilegiavam (e privilegiam), sobretudo, uma organização social da propriedade da terra que beneficiava (e beneficia) os grandes proprietários e latifundiários, junto às políticas modernizantes.

Evidentemente que tais políticas também impactaram e transformaram a paisagem brasileira, sendo importante frisar que dois dos artigos buscam dialogar com esse cenário, ao elencarem as transformações na paisagem, principalmente em relação à atuação de indústrias madeireiras e na extração de borracha e castanha do Brasil.

Ainda neste contexto histórico, emergem a imensa maioria das contradições verificadas no espaço rural de nosso país, seja no tocante às migrações, enquanto resultado do processo de expulsão e concentração de terras, seja em relação à própria expropriação pela construção de barragens, ambas, em geral, desembocavam na mesma realidade social: a migração para centros urbanos em crescimento, engrossando, assim, as fileiras do mercado de

trabalho do setor industrial ou a organização em movimentos sociais de luta pela terra e para nela permanecer.

Neste sentido, os artigos aqui apresentados privilegiam não somente as trajetórias e os deslocamentos dos trabalhadores de madeiras, dos cortadores de cana e dos demais trabalhadores rurais sem terra experimentados ao longo da vida, mas também enfatizam a estrutura que molda a sociedade em que vivemos, na qual, imperam as relações de poder enquanto fator determinante nas vivências dos indivíduos.

Cabe ainda, fazer menção aos artigos que abordam o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) em diferentes contextos e perspectivas, demonstrando que além do protagonismo nos processos de luta no meio rural brasileiro, o MST se apresenta como um exemplo de conquista, de resistência e de ideais que nortearam a sua constituição e ainda alimentam o sonho de muitos camponeses sem terra.

Grande parte dos textos, com distintas abordagens e prerrogativas, são irrigados com o conceito de memória e ancorados na metodologia da História Oral, os quais se mostram essenciais para compreendermos as lutas, experiências e as diversidades nos rurais do Brasil. Assim, os conceitos de “terra, memória e diversidade” de forma articulada e interdependente, sustentam e permeiam todo o debate presente neste livro.

Esse livro conta ainda com o magnífico prefácio elaborado pela professora Dra. Márcia Maria Menendes Motta, pesquisadora reconhecida e de grande renome quando tratamos de temas que envolvem a história do meio rural brasileiro. De tal modo, que não poderíamos deixar de agradecê-la pela dedicação, rigor, atenção e tempo dedicados na leitura e elaboração de generosas considerações sobre os textos aqui expostos.

Por fim, apresentamos ao leitor um conjunto de nove artigos, com diferentes abordagens e perceptivas, cujo *sul* é propor novos instrumentos analíticos para a escrita da história, sobretudo ao privilegiar as memórias dos sujeitos do campo, da floresta e as

manifestações e/ou desdobramentos da exclusão, da violência e da força empresarial rural(is).

Os artigos, no seu conjunto, ao problematizarem diferentes processos sociais, possibilitam um olhar mais acurado sobre as manifestações, as estratégias dos campesinato brasileiro e o universo dos movimentos sociais na contemporaneidade.

Esperamos que esta obra suscite novos questionamentos aos (futuros) estudiosos do tema, aos militantes de movimentos sociais e ao público em geral.

Daniele Brocardo
Rose Elke Debiasi
Tiago Arcanjo Orben

Junho de 2018

Os expropriados da Itaipu em movimento por justiça

Paulo José Koling¹

O projeto final para a construção da Usina Hidroelétrica Itaipu Binacional passou a ter efetividade jurídica e binacional a partir do Tratado de Itaipu, assinado em 1973, pelos governos das ditaduras do Brasil e do Paraguai, em meio ao “milagre econômico”, à crise do petróleo e às disputas geopolíticas nas fronteiras da Bacia do Prata, envolvendo, especialmente, o Brasil, o Paraguai e a Argentina. O mega projeto defendido, principalmente, pelo governo brasileiro, em tempos de obras faraônicas e exaltação da Ditadura, da “maior usina hidroelétrica do mundo”, além de garantir a influência do Brasil sobre o Paraguai, de acabar com o problema da divisa internacional na área do Salto Grande e de “afogar” as Sete Quedas no Rio Paraná, resultou numa experiência de luta popular dos atingidos que reivindicava justiça nas e para as desapropriações, seja em relação às terras, às moradias e benfeitorias e ao preço que julgavam justo, o que na realidade representava, praticamente, a garantia de que o preço das indenizações deveria, pelo menos, possibilitar o reestabelecimento dos atingidos em outros lugares nas mesmas condições em que se

¹ Doutor em História pela PUC/RS, docente na Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Câmpus de Marechal Cândido Rondon, no Colegiado do Curso de Graduação de História e no Programa de Pós-Graduação em História. E-mail: pkoling@gmail.com; paulo.koling@unioeste.br

encontravam, sem que houvesse maiores perdas em relação aos preços de mercado e de acordo com a realidade da especulação imobiliária da terra que passou a existir na região Oeste do Paraná. Nesse sentido, aquilo que passou a ser uma luta social por justiça, nada mais representava do que um direito de indenização pelo mercado das terras e benfeitorias adquiridas ou construídas durante as últimas décadas pelos migrantes que reocuparam essa fronteira agrícola. Dentre esse conjunto de atingidos em movimento, porém, não constavam os povos Avá-Guarani que, por sua vez, construíram outra experiência de luta pela terra em contraponto à Itaipu e ao governo federal, para os quais a garantia de justiça exigiria uma pauta por direito milenar à terra e ao pertencimento no território ancestral.²

Na medida em que não haveria justiça social aos atingidos, que passaram a viver na região a partir da década de 1950, foi preciso que grande parte daqueles que seriam desapropriados passasse a se organizar para reivindicar esse direito básico da indenização, inclusive, para evitar uma medida tácita e draconiana, por parte do governo brasileiro, de expropriação e expulsão da terra, ou mesmo de conformismo diante de um sacrifício seletivo desse conjunto de atingidos em nome da nação e do progresso. De imediato, podemos avaliar o tamanho das injustiças que a direção geral da Itaipu e o governo brasileiro estavam praticando, bem como o caráter autoritário e centralizador que a Ditadura impunha àquela população. Considerando que o orçamento original não previa recursos às indenizações das áreas que seriam afogadas pelo lago, ou a troca de terra por terra, quando foi iniciado os trabalhos de levantamento da área do lago, em 1975, a população atingida passou a se mobilizar, com atos de denúncias das injustiças e da

² Para uma leitura do movimento de luta pela terra dos povos Avá-Guarani, indicamos as seguintes leituras: RIBEIRO, Sarah Iurkiv Gomes Tibes. *O horizonte é a terra: manipulação da identidade e construção do ser entre os Guarani no Oeste do Paraná (1977-1997)*. Porto Alegre: PUCRS/Programa de Pós-Graduação em História, 2002; CONRADI, Carla Cristina Nacke. *As ações do Estado nacional e a trajetória política dos Guarani Nãndeva no Oeste do Paraná (1977-1997)*. Dourados/MS: UFGD/Programa de Pós-Graduação em História, 2007.

obscuridade que a Itaipu e as empresas terceirizadas, retoricamente lhes diziam, de oferecerem um “preço justo”, e fortalecer a organização com a criação do Movimento Justiça e Terra (MJT), em 1980. Em 1978, a Comissão Pastoral da Terra do Paraná (CPT/PR) publicou a cartilha popular *O Mausoléu do Faraó – a usina de Itaipu contra os lavradores do Paraná*, e iniciou as edições do Boletim *Poeira* para subsidiar a formação e a mobilização dos expropriados.

Enfocando os problemas dos descasos, das injustiças, das falácias e da megalomania do projeto Itaipu, na cartilha *O Mausoléu do Faraó*, a CPT reuniu a pedagogia de educação popular com a linguagem da religiosidade e a vida cotidiana para afirmar a necessidade da organização e da conscientização daqueles que seriam atingidos.

Mas por que, meu Deus do céu, por que fazer isto? Só pra poder dizer que aqui está “a maior obra do mundo”. Só. Só por causa disto. Tem que ficar o nome na História. Não está vendo os faraós, aquela porcaria lá antes de Cristo? Morria duzentos mil negros pra fazer um mausoléu daqueles lá, só pra enterrar dois sem-vergonhas. Matavam duzentos mil negros por causa de dois... Mas tem que ficar na história um faraó... No Brasil tem a mesma coisa: tem que ficar um nome lá no alto... (CPT/PR, 1978, p. 11).

No dia 14 de julho de 1980 teve início o acampamento realizado em Santa Helena, em frente ao Escritório da Itaipu, quando surgiu o MJT, enquanto força dos pequenos. No mesmo ano de 1980, a CPT/PR publicou a cartilha *A Taipa da Injustiça – Itaipu x agricultores expropriados*, ampliando a crítica e demarcando as primeiras conquistas forjadas na e pela luta popular do MJT. Já na data de 14 de março de 1981, na assembleia geral do MJT realizada em Itacorá, os expropriados decidiram acampar em frente à Itaipu, em Foz do Iguaçu, porém foram impedidos pelas milícias da binacional e do Estado de chegarem até a seda da usina, o que resultou na instalação de um acampamento

deles no “Trevo da Vergonha”, onde permaneceram por 54 dias, até conquistarem grande parte das reivindicações relacionadas às terras, benfeitorias e os valores que a Itaipu deveria pagar, como em relação aos prazos de pagamento e período limite para uso das terras. Grande parte destas ações e conquistas foi publicada nas edições do Boletim *Poeira*, que era uma ferramenta de educação popular e organização dos atingidos em seus núcleos de base (comunidades rurais, distritos e vilas, sindicatos de trabalhadores rurais e igrejas). No entanto, essa breve síntese merece um detalhamento maior.

1 - Forjando a luta popular

A experiência da luta popular de resistência dos expropriados contra as injustiças que a Itaipu Binacional – em nome dos governos de duas ditaduras (Brasil e Paraguai) e do progresso – pretendia realizar no processo de desapropriação das terras e lugares de moradias dos atingidos, bem como a necessidade que tiveram de qualificar sua organização, de radicalizar as ações, de ampliar a base de apoio e de solidariedade, resultou na criação do Movimento Justiça e Terra (MJT) e nas vitórias conquistadas pela força da multidão na rua e em movimento, pois à contrapelo daquela ordem e daquele progresso, “unidos, os pequenos são fortes contra Itaipu”, como indicou Juvêncio Mazzarollo (1980, p. 31). Para uma aproximação do que representou este movimento e para uma melhor avaliação das condições e da força que cada conjunto de atores-sujeitos teve durante aqueles anos de enfretamentos e tensionamentos, convém apresentar o contexto histórico-social e os personagens envolvidos, e, em seguida, dialogar com algumas fontes e bibliografias para contribuir com uma (re)visão da escrita daquela história e da capacidade que aqueles sujeitos tiveram ao mudar os rumos da história.

Conforme os estudos realizados por Ivone de Lima (2006), a fronteira Brasil-Paraguai já tinha sido foco de interesse do governo brasileiro no Plano de Metas, para possível uso do Rio Paraná como fonte de produção de energia hidroelétrica. Em 1978, a própria Comissão Pastoral da Terra do Paraná (CPT/PR) já havia produzido uma cartilha popular, onde expôs aspectos da trajetória da Itaipu e do significado da “obra do século”.

A Usina de Itaipu não nasceu hoje. Desde 1962, isto é, faz 16 anos, existiam estudos do Governo Brasileiro para construir uma hidroelétrica no rio Paraná, entre Guaira e Foz do Iguacu, na fronteira com o Paraguai. Em 1966 foram dados os primeiros passos concretos, com a assinatura de um documento pelos ministros de Relações exteriores do Brasil e do Paraguai, reunidos em Foz do Iguacu e Presidente Stroessner (CPT/PR, 1978, p. 35).

O projeto definitivo da Usina, porém, só foi definido em meio ao II Plano Nacional de Desenvolvimento (II-PND) adotado pelo governo brasileiro, em consórcio firmado com o governo paraguaio, que criou a empresa Itaipu Binacional, por meio do Tratado de Itaipu, assinado pelo Emílio G. Médici e o Alfredo Stroessner, na data de 26 de abril de 1973. Esta decisão foi tomada por ambas as ditaduras em meio a interesses geopolíticos no Prata (envolvendo o Brasil, Paraguai e Argentina), a uma forma de solução de um problema diplomático de fronteira que ainda existia entre o Brasil e o Paraguai, referente à definição da linha da divisa territorial a ser seguida entre a Serra de Maracaju e o Salto Grande das Sete Quedas. Deste último litígio, em meio a uma recente escaramuça entre as unidades militares de fronteira (Salto Del Guairá/PY e Mundo Novo/BR) e num contexto do centenário da Guerra contra o Paraguai (LIMA, 2006, p. 150-163), o porte da Usina (com o aproveitamento máximo do potencial hidrográfico do Rio Paraná e o uso integral do desnível das Sete Quedas) e a criação de um refúgio/parque biológico internacional na área remanescente da fronteira, deu fim ao problema do litígio. O que

não foi inundado das Sete Quedas passou a ser espaço de domínio binacional, sob a responsabilidade da própria Itaipu. Com relação ao jogo geopolítico no Prata, houve outros desdobramentos, pois implicava numa dupla relação bilateral que envolvia Brasil-Paraguai e Paraguai-Argentina, tanto em assuntos hidrográficos (geração de energia elétrica) e de uso de águas internacionais, quando de disputas por uma hegemonia no cenário do Cone Sul e da América do Sul. Esse conteúdo também foi abordado pela CPT/PR na cartilha *Mausoléu do Faraó*.

Em primeiro lugar, a Argentina reclama que seu projeto de construção das usinas de Corpus e Yaciretã-Apipé, junto com o Paraguai, no mesmo rio Paraná, foi prejudicado pela construção de Itaipu. O governo argentino diz que o governo brasileiro deveria ter discutido os planos de Itaipu, desde o início, não só com o Paraguai, mas também com a Argentina, já que o rio Paraná banha os três países.

A outra queixa argentina é até mais séria. Os argentinos acusam o governo brasileiro de estar dominando o Paraguai, um país muito pobre, que sempre foi aliado político e parceiro econômico da Argentina e que, depois do tratado de Itaipu, se afasta da Argentina para ficar mais do lado do Brasil. Com isto, o Brasil reforça sua pretensão de ser o “país-líder” da América Latina (CPT/PR, 1978, p. 36).

A solução desses embates não foi tão simples. Para Ivone de Lima (2006), no campo diplomático e geopolítico o governo brasileiro forçou, a “ferro e fogo”, a maximização do porte da Itaipu e da sua supremacia na relação com o Paraguai e a Argentina no Prata. As negociações só foram finalizadas com a assinatura do Acordo Tripartite, definido em reunião ocorrida no dia 19 de outubro de 1979, na cidade de Puerto Presidente Stroessner/PY (atual Ciudad Del Leste), com a presença de representantes dos três países.

O primeiro objetivo do acordo foi estabelecer as condições de operação das barragens. Para Corpus, foi fixada a cota de 105 metros como nível máximo do represamento. Itaipu poderia utilizar simultaneamente as 18 turbinas, produzindo uma potência de 12.600 MW, sendo 700 MW em cada turbina. No entanto, se comprometeu em considerar as condições de navegabilidade do rio Paraná a jusante. Para a regulamentação da vazão do rio houve a fixação de variações: por hora seria de cinquenta centímetros e diária de dois metros, numa velocidade normal da água na superfície de dois metros por segundo (LIMA, 2006, p. 183).

Todavia, os aspectos das disputas diplomáticas e geopolíticas dimensionam uma das interfaces autoritárias do projeto Itaipu Binacional. Comparativamente ao que Ivone de Lima considerou uma decisão a “ferro e fogo”, que o governo brasileiro e mesmo o paraguaio adotaram em relação à construção da “maior usina hidroelétrica do mundo” (CPT/PR, 1978, p. 33), nas questões das desapropriações dos atingidos é que podemos constatar o núcleo duro das ditaduras, do autoritarismo, da tecnocracia e da demagogia do discurso que vangloriava as vantagens do progresso da nação e da “fábula da engenharia”, em detrimento dos sacrifícios aos que seriam atingidos pelo futuro lago.

Nessa mesma dimensão social e econômica – crítica dos impactos socioambientais e ecológico-naturais (afogamento das Sete Quedas e de 1.350 km² de terra para formar o lago e instalar o canteiro de obras e a taipa de usina), do esbanjamento e da corrupção, da exploração e segregação dos *obreiros* –, surgiu a resistência popular e a luta social por maior justiça nas indenizações (terras, edificações, estradas, rede elétrica, melhorias nas lavouras e plantações), haja vista a impossibilidade de reverter a edificação do *mausoléu dos faraós*. O canto da sereia era tão exclusivo e seletivo, tecnocrata e excludente, que no projeto inicial da obra sequer haviam previsto no orçamento dos US\$ 2,7 bilhões, recursos financeiros para o pagamento das desapropriações das terras e benfeitorias que seriam inundadas pelo lago.

Os agricultores, posseiros, arrendatários, agregados, comerciantes, chacareiros, pescadores, ilhéus e moradores das vilas e povoados, organizados e fortalecidos pelo projeto “Arca de Noé” – coordenado pelo ecumenismo da CPT/PR (Igreja Católica e Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil) –, reivindicavam mais justiça. Como expressou um dos colonos, contrapondo-se à posição e aos argumentos apresentado pelo Diretor Jurídico da Itaipu, Paulo José Nogueira da Cunha: “Se o progresso e o orgulho brasileiro exigem a construção desta obra, nós exigimos justiça” (MAZZAROLLO, 1980, p. 17).

2 - A obra: uma binacional e dois países

Para uma abordagem das resistências dos expropriados da Itaipu é importante dimensionar o tamanho do conjunto da obra da Itaipu Binacional, principalmente no lado brasileiro, mas também no lado paraguaio, apesar de que para o caso do outro lado da margem do Rio Paraná, praticamente, o silenciamento e o controle que a ditadura de Stroessner estabeleceu no pós-1973 ainda permanecem como uma cortina de fumaça. No Paraguai, tanto a resistência dos expropriados foi vigiada e reprimida (nos poucos casos de exposição os ditos e tidos como opositores foram transformados em presos políticos da ditadura, sem direito a julgamento, ou tiveram que se exilar), como os negócios da obra permaneceram restritos aos homens, famílias, empresas, especuladores e militares da ditadura Stroessner, instaurada desde o golpe de Estado de 1954, praticamente esse assunto continua sendo uma caixa preta lacrada.

Após a assinatura do tratado, além das cláusulas contratuais que estabeleceram a forma e as condições da participação de ambos os países na fase da construção da Usina, na origem dos recursos financeiros (o Brasil participaria com 95%, dos quais 45% foram aportados como empréstimo ao segundo Estado-membro, e o Paraguai com 5%) e na destinação da energia que

seria produzida por Itaipu e seus preços (cada país teria direito a 50% da produção, porém, toda a energia não consumida pelo Paraguai deveria ser vendida somente ao Brasil, até a quitação da dívida que aquele país teria para com o Brasil, os 45%, com preços em moeda brasileira e sem correção contratual). Esse tratamento desigual ao Paraguai foi sacramentado para um período de 50 anos e considerado como uma ação imperialista da ditadura brasileira em relação ao país vizinho.

Como havia denunciado Domingo Laino (1979), a aproximação da ditadura Stroessner com a ditadura no Brasil também envolvia o favorecimento da emigração de brasileiros (ricos e pobres) nos projetos de colonização na faixa de fronteira Leste paraguaia. Anteriormente ao Tratado de Itaipu de 1973, a aproximação dos dois países havia sido ampliada com a construção da Ponte da Amizade sobre o Rio Paraná (em concreto armado e pista dupla, com mais de 1.500 metros de comprimento), inaugurada no ano de 1965, e interligando as cidades de Foz do Iguaçu (BR) e Puerto Presidente Stroessner (PY). Contando com o financiamento integral do Brasil, a edificação da ponte ficou ao encargo do Departamento Nacional de Estradas e Rodagens (DNER). Esse novo fluxo rodoviário também permitiu ao Paraguai o acesso ao comércio exterior pelo Porto de Paranaguá (PR). Mesmo que para à época essa interligação somente potencializava uma infraestrutura de intercâmbios, pois nessa área de fronteiras permanecia mais os contatos informais do que formais e institucionais, sem a presença de agências e agentes dos estados nacionais, e num cenário em que Foz do Iguaçu possuía aproximadamente 15 mil habitantes, durante a década seguinte, houve mudanças significativas. Interligando a fronteira por via terrestre-rodoviária, seguindo pela BR-277, o Paraguai passou a ter acesso direto ao Oceano Atlântico, sem barreiras nacionais do Brasil, e sem ter que depender dos acordos e da diplomacia com a Argentina, via o Rio da Prata e os portos ou entrepostos buenos-airesenses. Além de facilitar as exportações, esta rota permitiu o

estabelecimento da zona franca em Ciudad Del Leste. Concomitante a isto, houve o aumento do fluxo emigratório de brasileiro para o Paraguai.

Após 1973, aumentou o fluxo dessa emigração, inclusive daqueles lavradores brasileiros que seriam expropriados: “cresceu muito depois da assinatura do Tratado de Itaipu: só naquele ano de 1973, 39 mil brasileiros atravessaram o rio Paraná, de mudança para o Paraguai. Hoje já se fala em mais de 200 mil brasileiros vivendo no país vizinho” (CPT/PR, 1978, p. 47). Conforme dados atualizados para o ano de 1980, o número de brasileiros emigrantes no Paraguai, que buscavam o acesso à terra, na grande maioria expulsos do campo no Brasil, atingia a cifra dos 300 mil (MAZZAROLLO, 2003, p. 154).

O problema dos brasileiros no Paraguai teve outra conotação com o Tratado de Itaipu, sendo, inclusive, tema e preocupação do movimento dos expropriados e das igrejas no lado brasileiro. Conforme os dados levantados por iniciativa da CPT/PR, no lado paraguaio “perto de 80% dos expropriados pela empresa binacional Itaipu são brasileiros emigrados. O fato da nacionalidade, em última análise, não merece consideração se se pensar que um movimento em busca da justiça deve dispensar a mesma atenção para um, dez ou milhares de seres humanos de qualquer nacionalidade” (MAZZAROLLO, 1980, p. 61). Diante da nova expulsão ou expropriação motivada pela Itaipu, muitos destes brasileiros pretendiam retornar ao país. Para isto, buscavam apoio do próprio movimento dos expropriados no Brasil.

Pelos termos do Tratado, a condição binacional da Itaipu, uma empresa *sui generis*, preestabeleceu que cada país deveria tratar das desapropriações de acordo com sua jurisdição nacional e por meio de indenizações, não havendo instrumentos bilaterais de interferências, exceto os de caráter diplomático de boa vizinhança e de direitos humanos, porém, nessas searas ambos os governos não tinham qualquer foco de interesse, para além da ordem interna das

ditaduras (no âmbito da operação condor) e da Itaipu. Na verdade, a Itaipu era o grande acordo e a boa vizinhança.

No Paraguai, os assuntos da terra estavam na alçada do Instituto de Bien-Estar Rural (IBR), “uma espécie de Incra do Paraguai” (MAZZAROLLO, 1980, p. 83) e a titularidade das áreas de terras era um problema grave aos paraguaios, aos Guarani e ainda mais aos brasileiros que haviam buscado terra naquele país. Pelas informações obtidas pelo Juvêncio Mazzarollo, em torno de 80% dos atingidos no lado paraguaio não tinham título de terra. Com relação às desapropriações, os estudos solicitados pela CPT/PR, novamente, são as referências para uma análise dos mandos e desmandos que havia no Paraguai. Pelos dados de Mazzarollo (1980, p. 62), somente no ano de 1979 foi aprovada a lei de desapropriação das terras: “Lei n.º 752, em 20 de julho de 1979, enviada pelo Poder Executivo e que declarou de utilidade pública a área da futura represa”. Outro aspecto que chamou a atenção de Mazzarollo teve relação com a área total declarada de utilidade pública, pois o “lago de Itaipu inundará no Paraguai 80 mil hectares de superfície, mas o governo expropriou 165 mil hectares – mais do dobro do necessário para o reservatório” (MAZZAROLLO, 1980, p. 61).

Quanto ao projeto Itaipu Binacional, Guiomar Germani indicou outros dados referentes ao local e às dimensões do porte da usina e do lago/reservatório:

A Usina Hidrelétrica de Itaipu está sendo construída no rio Paraná, no Estado de Paraná, divisa com o Paraguai, aproximadamente a 14 km a montante da Ponte Internacional que une Foz do Iguaçu, no Brasil, a Porto Presidente Stroessner, no Paraguai.

O represamento do rio Paraná fará com que este abandone o *cannyon*, em que normalmente corre, e que espalhe suas águas em terras brasileiras e paraguaias, formando um lago bastante ramificado, que se estenderá até a cidade de Guaira, com comprimento de 170 km e uma superfície total de 1.350 km²,

sendo 780 km² do lado brasileiro e 570 km² do lado paraguaio (GERMANI, 2003, p. 21).

Tratando-se de uma cartografia da engenharia da Usina Hidrelétrica, as informações apresentadas por Mazzarollo sobre a taipa da represa também retratam suas magnitudes:

Sua altura máxima, no ponto sobre o leito natural do rio, é de 196 metros, equivalente a um prédio de 69 andares, e seu comprimento é de 7.760 metros. O dique apresenta dois segmentos: o eixo central, que consumiu 12 milhões de metros cúbicos de concreto, o que daria para construir mais de 200 estádios do porte do Maracanã, ou um prédio de 1.000 andares, ou moradia para 4 milhões de pessoas, ou 6 pirâmides como a de Quéops; e a barragem de entroncamento, que mistura 12,5 milhões de metros cúbicos de rocha com 5,1 milhões de metros cúbicos de terra (MAZZAROLLO, 2003, p. 26).

Juvêncio Mazzarollo acrescentou outros dados sobre o impacto do lago: “O Lago de Itaipu equivale a três Baías de Guanabara. Foram desapropriadas 8.272 propriedades de solo rural e urbano no Brasil e cerca de 1.200 no Paraguai. Na margem brasileira foram removidas cerca de 40.000 pessoas e na margem paraguaia, cerca de 20.000” (MAZZAROLLO, 2003, p. 26). Pelas referências de Ivone de Lima (2006, p. 306) foram inundados 1.460 Km², a indenização de 8.519 propriedades no lado brasileiro, dentre as quais, 6.913 localizavam-se no meio rural. Por sua vez, o Pastor Werner Fuchs (In: CPT/PR. *Poeira*. n.º. 24, set./out-1982, p. 5) registrou que o lago represaria “29 trilhões de metros cúbicos” das águas do Rio Paraná.

Dentre os dados levantados por Ivone de Lima, consta a relação das propriedades e das áreas atingidas. Guiomar Germani também relacionou os dados dos municípios do Paraná, com indicação do percentual da área atingida sobre o total original que possuíam. A partir destas duas autoras, inserimos uma tabela

conteúdo alguns indicadores e a complementação de dados apresentados pela Ivone Lima e Guiomar Germani.

Tabela - 1: dados da área atingida - lado brasileiro

Municípios Atingidos	Nº. Propriedade	Área Adquirida (ha)	% da Área anterior do Município (*)
Foz do Iguaçu	712	18.536,9298	26,77
Guaíra	446	5.069,2346	10,30
Ilhas	09	40,6500	
Marechal Cândido Rondon	1.390	15.876,8884	17,78
Matelândia	31	520.7234	0,45
Medianeira	463	4.572,9520	3,45
Mundo Novo (MS)	06	1.467,8600	2,97 (**)
Santa Helena	1.986	27.102,1295	31,73
São Miguel do Iguaçu	1.844	27.286,5148	21,49
Terra Roxa	06	133,8500	0,22
TOTAL	6.913	100.607,7325	

Fonte: LIMA (2006, p. 305); GERMANI (2003, p. 52).

(*) Coluna incluída com os dados apresentados pela Guiomar Germani (2003, p. 52).

(**) Percentual incluído pelo autor a partir de cálculo sobre a área no município.

Obs.: Os percentuais indicados por Germani foram obtidos da Itaipu, porém nem todos os dados coincidem com os apresentados por Ivone de Lima (2006).

O caráter binacional da empresa Itaipu conferiu-lhe, praticamente uma autonomia e uma soberania, pois com esta condição não está submetida à prestação de contas à União e aos seus órgãos de governo e da administração pública, tanto em relação ao Executivo como ao Legislativo e ao Judiciário de cada país signatário, tampouco há uma instituição binacional de outra natureza jurídica de instância superior à binacional. Sua vinculação, nos termos do artigo 24, § 19, do Anexo A, do Tratado de Itaipu, está restrita a cada agência nacional de Energia, respectivamente, a ELETROBRÁS (Brasil) e a ANDE (Paraguai), para as quais a sua Direção Geral deveria prestar conta anual (cf.

GERMANI, 2003, p. 38). Para além disso, os controles da administração pública realizados estavam circunscritos aos mecanismos internos da binacional, independentemente do fato de que as direções serem nomeadas pelos respectivos presidentes do Brasil e do Paraguai, ou de a Direção Executiva e o Conselho de Administração ser, cada qual, compartilhada e igualitária entre as partes, em termos da tomada de decisões (investimentos ou programas de ação).

Acrescenta-se a isto a constituição de dois consórcios de empreiteiras, um em cada país, que foram contratados pela Itaipu Binacional para realizarem os projetos de engenharia e a execução da obra da construção civil da Usina, afora os contratos firmados com empresas estrangeiras, principalmente francesas e italianas, e nacionais para o fornecimento de tecnologia e produtos do ramo elétrico e mecânico. Outras empresas, ainda, foram contratadas para realizarem os levantamentos de campo sobre as áreas de ambos os lados a serem atingidas pela usina e o lago artificial, desde os serviços de mapeamento e coleta de artefatos dos sítios arqueológicos, passando pela catalogação da fauna e da flora local e das medições das propriedades, lotes e demais itens a serem indenizados. Este último realizado, no Brasil, pela empresa Matrix.

Em estudo sobre esses temas e outros agentes e agências que integravam o complexo Itaipu Binacional, Milena Costa Mascarenhas (2010, p. 55-56) levantou os dados sobre o Consórcio Brasileiro-Paraguaio formado pela UNICON, do lado brasileiro, e a CONEMPA, do lado paraguaio. O consórcio União de Construtoras Limitada (UNICON) era formado pelas cinco maiores construtoras brasileiras da época: Cetenco Engenharia S.A., Companhia Brasileira de Projetos e Obras (CBPO), Camargo Correa S.A., Andrade Gutierrez S.A. e Mendes Júnior S.A. No lado paraguaio também foi criado um consórcio, formado, conforme levantamento apresentado pela mesma autora, pela Conempa: “a Conempa era formada pelas firmas paraguaias Barril Hermanos, Cia. General de Construcciones (Ecca S.A.), a Empresa Construtora Mínera

Paraguaya S.A. (Ecomipa), e a Civil Hermann Baumann e Jimenez Gaona & Lima” (MASCARENHAS, 2010, p. 56).

Como registrado na cartilha da Comissão Pastoral da Terra, é possível imaginar, ainda hoje, de que: “Dentro do canteiro de obras da Usina de Itaipu, qualquer um se sente bem pequeno. Porque lá tirando os trabalhadores, tudo é ‘grande” (CPT/PR, 1978, p. 33).

Por fim, é oportuno incluir um breve histórico, mais geral, sobre a trajetória da execução do projeto da Usina sintetizado por Juvêncio Mazzarollo:

Para a execução do empreendimento, o Tratado previu a constituição de uma empresa binacional. Com o nome de Itaipu Binacional, a empresa foi oficialmente constituída em 17 de maio de 1974, quando foram empossados o primeiro Conselho de Administração e a primeira Diretoria Executiva, tendo como diretor-geral brasileiro o general José Costa Cavalcanti e como diretor-geral paraguaio o engenheiro Enzo Debernardi.

Em regime de “urgência urgentíssima”, o Congresso Nacional do Brasil e o Congresso Nacional do Paraguai aprovaram os atos constitutivos da Itaipu Binacional e o projeto de construção da usina - e tudo estava pronto para o início da construção, o que ocorreu em 1974, com a instalação do canteiro de obras. E a usina começou a ser construída em maio de 1975, com o início da abertura do canal de desvio, concluído em outubro de 1978.

Na área diplomática, uma data importante foi 19 de outubro de 1979, quando Brasil, Paraguai e Argentina assinaram um acordo tripartite definindo normas para o aproveitamento hidráulico na bacia comum aos três países.

Em outubro de 1982, concluída a construção da barragem, foram fechadas as comportas e formado o lago de 1.350 km², em 14 dias. A etapa seguinte foi a da instalação dos equipamentos eletromecânicos, os geradores. O primeiro entrou em operação em 5 de maio de 1984, e o último, o 18º., em 6 de maio de 1991 (MAZZAROLLO, 2003, p. 25).³

³ O revisor da segunda edição de *A Taipa da Injustiça*, lançada para o registro dos 25 anos do Movimento Justiça e Terra (MJT), o pastor Werner Fuchs, incluiu uma Nota do Revisor, a de n.º. 5, para incluir informações sobre a tramitação do projeto no Senado que é importante reproduzir: “O

3 – Quando os pequenos se tornam grandes

Um estudo que tem por objeto e tema a usina hidrelétrica da Itaipu Binacional corre o risco de, na abordagem, ser engolido pela própria força que ela possuía e ainda possui na região Oeste, no Paraná, no Brasil, no Paraguai e na Tríplice Fronteira. Este problema, certamente, foi mais forte ainda para aqueles que tiveram que enfrentá-la durante o período de 1975 a 1982, desde o início da construção do canteiro de obras da Usina até o enchimento do lago artificial que atingiu 170 km de comprimento (entre o nível do vertedouro da taipa, em Foz do Iguaçu, e o trecho do leito acima das Sete Quedas, em Guaíra) e afogou 1.350 km² de terra. Entretanto, esta mesma *mega força* (da binacional, das ditaduras, dos tecnocratas e burocratas de gabinete e dos governantes de plantão) foi o principal fator gerador da resistência dos atingidos que reivindicavam justiça perante o Estado e os diretores da Itaipu.

As condições destas contradições, ontológicas ao chão da história e matriz dos seus sujeitos sociais, foi expressa por aqueles que, além de elaborarem o saber (conhecer e desmentir a Itaipu), tiveram que imaginar o (re)fazer-se a si e ao coletivo no cotidiano do movimento e nas práxis das resistências para quebrar a inamovibilidade dos poderosos e curvar os joelhos dos “faraós” da Itaipu no Brasil. Grande parte dessa organização da contraposição às injustiças teve seu *solo fértil*, justamente nas práticas sociais e valores éticos, morais e religiosos e da cidadania (enquanto brasileiros, lavradores, trabalhadores, colonos, chacareiros, assalariados, comerciantes, lojistas, posseiros e pescadores e ilhéus, dentre outros) e que a população e as comunidades dos atingidos possuíam. A *força simbólica* (BOURDIEU, 2009) do *direito à justiça*

Senado Brasileiro havia aprovado o projeto da hidrelétrica ‘na calada da noite’, sendo relator na época o senador Ney Braga, governador do Paraná pela segunda vez de 1979 a 1982 e, mais tarde, nos anos 1990, presidente da Itaipu Binacional” (FUCHS In: MAZZAROLLO, 2003, p. 25 – Nota 5).

diante de tantas *injustiças*, em tempos de ditadura e de ditadores, mobilizou uma multidão de pequenos que se tornaram coletivamente grandes ao ponto que quebrar a espinha dorsal da “maior taipa da injustiça”, como expôs Werner Fuchs.

Certamente a mobilização autodenominada “Movimento Justiça e Terra” tinha motivos de sobra para estourar. A “taipa” que futuramente deveria represar as águas do caudaloso Paraná, já tinha acumulado injustiças demais.

(...)

O povo fala: “Aquela taipa de injustiça, Itaipu, está nos assaltando em nossas terras, Para onde vamos depois?” De fato, a imagem de Itaipu é a de um monstro devorador. Não apenas consome com orçamentos astronômicos, mas também devora terras produtivas, destrói famílias e comunidades. Como todos os monstros, já nasceu grande. *A resistência foi nascendo pequena, fraca, humilde.* Ao verem as primeiras vítimas, os atingidos aos poucos venceram o medo e as distâncias animaram-se pela união e pelo apoio recebido, e forçaram o monstro a ceder, a atender reivindicações, e a consentir no diálogo (FUCHS, In: MAZZAROLLO, 1980, p. 6 - grifo nosso).

A organização dos atingidos que seriam desapropriados, os expropriados por utilidade pública, pela Itaipu esteve umbilicalmente ligada à Comissão Pastoral da Terra do Paraná, constituída, principalmente, pelas igrejas Católica e IECLB, envolvendo as instituições (CNBB - Regional Sul - 2 e Sínodo Rio Paraná), clérigos e leigos. Porém, esta relação entre as igrejas, a CPT/PR e os atingidos não deixou de ser um ponto polêmico nas abordagens acadêmicas e de pesquisadores, e mesmo na historiografia e no saber social.

Um dos estudos que abordou a presença e a participação da CPT/PR na origem e mobilização do movimento dos atingidos – desde o projeto *Arca de Noé* (1978), quanto do *Movimento Justiça e Terra*, do Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná (MASTRO) e das publicações de cartilhas e boletins da

CPT/PR –, foi a dissertação elaborada pela Judite Veranice Schmitt (2008), na qual a autora dialoga com um conjunto de interpelações construídas entre os expropriados e a CPT no movimento social (na organização e nas mobilizações, no planejamento e nas ações). O levantamento de relatos de atingidos, próximos ou não do MJT e da CPT/PR, registrados em entrevistas orais, bem como de dirigentes do MJT e da CPT, qualificaram o aporte de fontes e a própria abordagem da autora. Em meio à discussão que Schmitt fez de outras pesquisas acadêmicas sobre “os atingidos por Itaipu”, também polemizou esta relação: atingidos – movimento social – Comissão Pastoral.

Em relação ao movimento social, organizado pelos atingidos, Prediger⁴ atribuiu toda sua mobilização à Igreja, que deu apoio às reivindicações dos expropriados, afirmando que “os agricultores não tinham mesmo outra opção para se apoiarem e se organizarem e a religião foi marcante na vida dessas pessoas de uma forma unilateral, não percebeu que a Comissão Pastoral da Terra, que ajudou na mobilização dos atingidos, também tinha interesses, possivelmente, estava disputando com os expropriados a liderança do movimento e os atingidos tinham interesses individuais e coletivos neste movimento, não podendo-se atribuir somente a CPT a organização do movimento social dos expropriados. A autora pontuou que os agricultores não tinham outra opção para se apoiarem, a não ser a Igreja, não dando crédito numa mobilização articulada pelos próprios atingidos. Mas, é preciso lembrar, que nem todos seguiram a proposta de um movimento organizado e as idéias difundidas pela CPT e acabaram aceitando as propostas de Itaipu, demonstrando que o processo não é homogêneo (SCHMITT, 2008, p. 31).

As observações de Schmitt não são restritivas e integralmente contrárias a presença solidária ou diretiva das Igrejas, por meio da CPT/PR. De certo modo, a autora, provoca a

⁴ Trata-se da monografia do Curso de Especialização de História que Ezilda Ana Prediger produziu, intitulada *O impacto sócio-econômico da usina hidrelétrica de Itaipu para o município de Santa Helena*, realizado na UNIOESTE, Câmpus de Marechal Cândido Rondon, defendida no ano de 1998.

reflexão sobre a relação entre direção e base no movimento, ou entre o universo social dos atingidos e a organização coletiva de parte deles no movimento de resistências contra as injustiças, assim como da multiplicidade de personagens e atores sociais existentes no âmbito da sociedade política (esferas e órgãos do governo e dos poderes do Estado, partidos políticos, Itaipu Binacional, Eletrobrás, etc.), da sociedade civil (igrejas, CNBB, CPT, Comissão Pontifícia Justiça e Paz- CPJP, sindicatos, comunidades locais, imprensa, entidades de classes, clubes, etc.) e da base socioeconômica na esfera da produção e dos serviços (agricultores, colonos, posseiros, chacareiros, índios, brasileiros no Paraguai, comerciantes, empresas, cooperativas, ilhéus, pescadores, arrendatários, assalariados rurais, moradores de vilas e comunidades urbanas, fazendeiros, grileiros, proprietários ausentes, operários da Usina, empreiteiras, fabricantes, fornecedores, profissionais liberais, etc.), que estavam envolvidos, direta ou indiretamente, com o complexo e o bloco social do projeto Itaipu. Neste sentido, a condição e a posição de classe destes sujeitos individuais e coletivos (BOURDIEU, 2009) já indicam que não havia homogeneidade. Somente se for levado em consideração os atingidos (expropriados) e os trabalhadores barrageiros contratados pelas empreiteiras, do lado brasileiro, haveria um universo social de 70 a 80 mil pessoas, sem considerar o fluxo e a mobilidade social que havia em toda a região da Costa Oeste paranaense. Também é preciso demarcar que os integrantes eclesiais ou leigos das igrejas nunca formaram um bloco homogêneo, mesmo nos espaços internos da institucionalidade e das hierarquias.

Eder Sader (1995) já apontava que na década de 1970 surgiu no país novas experiências de luta social e de organização da sociedade civil com forte caráter popular e de classe visando a ampliação da democracia direta, não restrita à crítica da ditadura e da democracia representativa no circuito do Estado. Dentre estas experiências a própria igreja conservadora passou a ser

questionada e com a Teologia da Libertação, clérigos e leigos, que tomavam este partido, radicalizaram a atuação pastoral e política das e nas igrejas. Neste sentido, é preciso ver e rever a CPT como uma ação ampliada. O movimento dos atingidos foi uma experiência de mobilização e de educação popular, não restrita ou dirigida de cima ou de fora deles mesmos. As abordagens sobre a política ampliada, como tratou Sônia Mendonça (1998), da categoria Estado ampliado da base gramsciana, contribui para superar este horizonte restritivo de ver e de olhar para a experiência do MJT, haja vista que o movimento só surgiu porque havia pessoas que, ao construírem a organização (vontades, coletivas e individuais) também se reconstruíam, teciam suas existências e almejavam um futuro a si, para si e aos seus. Pelo aprendizado, pela crítica e a auto avaliação, no chão das lutas, vivenciavam enfrentamentos, derrotas, conquistas e consciências. A presença da CPT, com atuação embasada nas pastorais sociais e na Teologia da Libertação, foi matriz da luta coletiva e, a partir da força simbólica desta religiosidade cristã, fincou pé contra as injustiças praticadas pela Itaipu Binacional.

A demonstração dessas práxis foi a maior energia que os expropriados e a CPT/PR tiveram para construir o movimento, delimitar os lados e demarcar as vontades. Juntamente com isto, a noção de justiça e de direito, alicerçado no trabalho, na vida na terra e na transformação produtiva da região Oeste, durante várias décadas, não deixava de ser um aspecto do progresso construído à nação, conforme a própria CPT expôs no *Mausoléu do Faraó*.

Pela pesquisa documental e as leituras realizadas, percebemos que há uma lacuna entre o período de 1975 a 1977, sobre a relação estabelecida entre a população que seria atingida pelo futuro lago do reservatório e a Itaipu Binacional.

Enquanto que em Foz do Iguaçu tinha iniciado as atividades de instalação do canteiro de obras da Usina e da taipa, do centro administrativo e dos conjuntos habitacionais (uma cartografia das

desigualdades e segregações),⁵ a empresa Matrix Engenharia, de Minas Gerais, também “realizou os levantamentos topográficos da região e o inventário das propriedades que seriam afetadas pela hidrelétrica” (MAZZAROLLO, 2003, p. 48). Todavia, as informações repassadas aos moradores resumiam-se a falar sobre o projeto da maior usina do mundo e de que eles seriam indenizados a “preço justo”.

Ao tratar do projeto *Arca de Noé*, Juvêncio Mazzarollo também fez referência à CPT:

Embora chegando quando o trem já estava a caminho, formou-se a Comissão Pastoral da Terra (CPT), órgão da CNBB criado em 1975 em Goiânia, Estado de Goiás, e oficializado no Paraná em 1976. Em 1977, a CPT instalou um secretariado no Oeste do Paraná, com sede na cidade de Marechal Cândido Rondon, para atuar como entidade de articulação ecumênica e atuação coletiva entre a população rural (MAZZAROLLO, 2003, p. 58).

A atuação inicial da CPT/PR, tendo como secretário o pastor Gernote Gilberto Kirinus, da IECLB, juntamente com os Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs), teve como foco a mobilização dos agricultores suinocultores contra as injustiças que sofriam em decorrência das Notas Promissórias Rurais (NPRs) e os complicadores das concordatas, dentre outros, do grupo Frimesa (frigorífico de suínos). Mas já no ano de 1977, a Comissão interagiu com o problema dos expropriados da Itaipu. A participação dos representantes da CPT/PR na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Terra, na Câmara Federal, para registro dos depoimentos de Dom Agostinho José Sartori, Bispo de Palmas, e do Pastor, realizado no dia 2 de setembro de 1977, teve como última

⁵ Esta marca da Itaipu, de praticar injustiças e exclusões, já havia sido denunciada na cartilha da CPT/PR, publicada em 1978: “no Conjunto C, moram os peões de salários baixos, que têm família (os solteiros dormem em barrações-alojamentos dentro do canteiro de obras); o Conjunto A é destinado aos trabalhadores especializados, de nível médio; e, no luxuoso Conjunto B, estão as casas dos altos funcionários: engenheiros, economistas e outros executivos, todos muito bem pagos” (CPT/PR, 1978, p. 34).

referência aos problemas agrários que existiam no Paraná, o caso da “ITAIPU, mais uma ameaça de expulsão”.

A totalidade destas famílias ainda não sabe para onde ir nem como serão indenizadas. Por enquanto só foi feito um levantamento da área inundada e foram recolhidos os títulos de propriedade dos que os possuem, para fins de indenização. No entanto, quando perguntam sobre o valor da indenização a resposta é que serão indenizados a preço justo. É evidente que este não deve ser o problema para impedir que se construa Itaipu, contudo, não há razão maior para deixar na dúvida aqueles que necessitam desde logo providenciar outra área para cultivar (CPT/PR, 1977, p. 41).

A principal força motriz da CPT e dos expropriados foi fundamentada na linguagem e com as representações de elementos da religiosidade e do trabalho. Pelo projeto *Arca de Noé* a Comissão e os grupos de base sistematizaram as diretrizes e o método de ação do engajamento na luta por justiça: “Em 31 de março de 1978, a CPT realizou em encontro em Marechal Cândido Rondon para elaborar o Projeto ‘Arca de Noé’ destinado a traçar objetivos, métodos de ação e levantar recursos para um movimento que deveria ter amplitude e profundidade suficiente para dar à luta a mesma dimensão dos problemas, e a mesma perenidade” (MAZZAROLLO, 1980, p. 20-21). O qualitativo desta experiência coletiva, de base e de organização social dos “pequenos” contra os “poderosos da Itaipu Binacional” foi divulgado pelo segundo secretário da CPT do Paraná, o Pastor Werner Fuchs, da IECLB.

Não nos entendemos como alguém que vai na frente, ou que puxa o barco, ou que, como herói, vai lutar em lugar do povo. Nós entendemos que todos devem acompanhar esse trabalho, pois se trata de um trabalho coletivo, um trabalho de equipe. E nós estamos aí para dar ânimo ao agricultor, para que ele mesmo faça sua reivindicação, mas de forma pacífica. Estamos preparados para uma caminhada muito longa (Werner Fuchs, entrevista ao jornal “Rondon-Hoje”, 5/12/78) (In: MAZZAROLLO, 1980, p. 21).

Outra participação de representante da CPT/PR em CPI foi realizada no dia 19 de abril de 1978, porém, essa instaurada na Assembleia Legislativa do Paraná. No depoimento que o Pastor Gernote Kirinus prestou à CPI da Desparanização, o foco do “preço justo” já estava explícito.

Em centenas de contatos pessoais que tivemos com agricultores em diversas localidades, encontramos sempre o mesmo clima de insegurança e angústia, e escutamos sempre as mesmas interrogações e dúvidas. Todos tiveram suas colônias visitadas por funcionários da Itaipu, que efetuaram as medições necessárias para se estabelecerem as indenizações. Eles estão sabendo que serão desapropriados, mas não Quando e menos ainda POR QUANTO. (...) Destas duas respostas depende toda vida futura destas famílias. No entanto, os encarregados da Itaipu, de tratar do assunto repetem igual papagaios que serão indenizados a “preço justo”. Qual é o padrão de justiça – Justo para quem? Por que este segredo? Acaso é justo manter na cegueira, que já está se traduzindo em desespero, este povo ... (KIRINUS, 1978, p. 17).

A originalidade da linguagem e da comunicação que os integrantes da Comissão utilizaram pode ser percebida pela criatividade que tiveram em usar figuras bíblicas, contundentemente representativas de injustiças, de abuso de poder e de destruição, de perdas injustas e involuntárias aos pequenos, mas também de esperança e de salvação do futuro. O destaque da simbologia da água, relacionada à Arca de Noé e ao Dilúvio, e dos poderosos e suas grandes obras, comparados ao caso dos “Faraós” e das “Pirâmides”, dimensionam a força pedagógica que estas linguagens e figuras tinham e sua capacidade mobilizadora naqueles tempos e lugares de lutas e resistências.

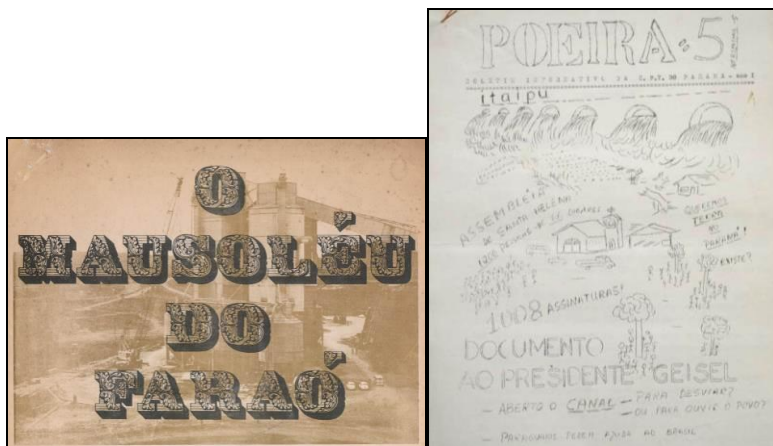


Imagem 1: Detalhe da capa da cartilha da CPT/PR, *O Mausoléu do Faraó*. 1978. Imagem 2: Detalhe da Capa do *Boletim Poeira*, Ano I, nº. 5, novembro de 1978, contendo a apresentação do *Dilúvio* que a Itaipu iria realizar com a Usina e a indicação das deliberações da Assembleia de Santa Helena, realizada no dia 16 de Outubro de 1978.

A partir do mês de março de 1978, a Comissão Pastoral também passou a publicar, bimensalmente, um Boletim Informativo, o *Poeira*, contendo matérias sobre as lutas sociais do campo e, principalmente, da pauta de mobilização dos expropriados. Na cartilha *O Mausoléu do Faraó*, divulgada em agosto de 1978, a CPT/PR expôs as mentiras e as injustiças praticadas pela Itaipu e o engodo do “preço justo”. Em 1980, a CPT fortaleceu sua “artilharia” na disputa pelo saber & fazer que havia, no chão da história, entre o *Movimento Justiça e Terra* e o *bloco Itaipu*, e publicou uma segunda cartilha, mais densa e contundente, contendo registros de expropriados, denúncias de injustiças e afirmações das conquistas do MJT. Juvêncio Mazzarollo (1980) foi convidado a redigir o texto que resultou na *A Taipa da Injustiça*. No *Prefácio*, Werner Fuchs, em pleno novembro de 1980, no Oeste do Paraná, fez um novo registro: “É também tempo de contar vitórias” (In MAZAROLLO, 1980, p. 6).

No dia 14 de julho de 1980 os expropriados radicalizaram sua ação: “Decidiram acampar em assembléia permanente perante o escritório da Binacional em Santa Helena até que fossem atendidos

em suas reivindicações. Nos primeiros dias concentraram-se entre 1.000 e 1.500 pessoas – número que foi crescendo nos dias seguintes, chegando a 8.000 no dia 25, quando se comemorava o Dia do Agricultor” (MAZZAROLLO, 1980, p. 47). Naquele dia surgia o *Movimento Justiça e Terra* e o acampamento permaneceu até 29 de julho, somando 16 dias, quando, em Assembleia geral, os expropriados aprovaram os itens da negociação realizada no dia anterior, na Itaipu, entre, de um lado, a Comissão de Agricultores e o bispo Dom Olívio Fazza, de Foz do Iguaçu, e, do outro, os representantes e advogados da Itaipu.



Imagem 3: Detalhe da Capa do *Boletim Poeira*, Ano III, nº.125, julho/agosto de 1980, contendo o registro fotográfico de uma assembleia realizada durante o Acampamento do MJT em Santa Helena.



Imagem 4: Registro fotográfico de uma cena do Acampamento do “Trevo da Vergonha”, em Foz do Iguaçu, com destaque à presença da Polícia Militar. In: CPT/PR. *Poeira*. Ano IV, Jan, Fev, Mar e Abr/1981. p. 07.

Outra radicalização das ações do MJT foi decidida na Assembleia de Itacorá, realizada no dia 16 de março de 1981, que aprovou a marcha à Foz do Iguaçu e o acampamento defronte ao Centro Administrativo da Itaipu. No dia 17 a marcha chegava em Foz e foi barrada pela milícia da binacional e pela Polícia Militar, o acampamento foi improvisado no “Trevo da Vergonha” (trevo da Av. Paraná com a BR-277, localizado na cidade de Foz do Iguaçu). Ali permaneceram por 54 dias e, efetivamente, tornaram-se Grandes. Apesar de reivindicarem somente um *preço justo*, que, concretamente, não ultrapassava o valor de mercado das terras e benfeitorias existente no Oeste/PR, o preço da paz era Justiça e Terra, para a vida e o trabalho. O *mausoléu* e os *faraós* não eram sagrados! Só a taipa da represa era de ferro e cimento! Porém, em outubro de 1982 as águas do rio Paraná foram convertidas num dilúvio. Sem a *poeira*, hoje cabe reler o *Poeira* para manter viva a importância da mobilização e organização dos pequenos “Davis” que enfrentaram o grande “Golias”, mudando os rumos da história e evitando maiores injustiças.

Referências

- BOURDIEU, Pierre. **O Poder simbólico**. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- CONRADI, Carla Cristina Nacke. **As ações do Estado nacional e a trajetória política dos Guarani Nandeva no Oeste do Paraná (1977-1997)**. Dourados/MS: UFGD/Programa de Pós-Graduação em História, 2007. (Dissertação de Mestrado em História).
- GERMANI, Guiomar Inez. **Expropriados terra e água: o conflito de Itaipu**. Salvador: Edufba: ULBRA, 2003.
- KIRINUS, Gernote G. **CPI da Desparanização** – Depoimento do pastor G. G. Kirinus. Marechal Cândido Rondon: Comissão Pastoral da Terra do Paraná, 1978.
- LAINO, Domingo. **Paraguai: fronteiras e penetração brasileira**. São Paulo: Global Editora, 1979.
- LIMA, Ivone Teresinha Carletto de. **Itaipu: as faces de um megaprojeto de desenvolvimento**. Marechal Cândido Rondon/PR: Editora Germânica, 2006.
- MASCARENHAS, Milena Costa. **Poeira X Unicon: confrontos e contrapontos entre expropriados e Itaipu**. Marechal Cândido Rondon: UNIOESTE/Programa de Pós-Graduação em História, 2011. (Dissertação de Mestrado).
- MAZZAROLLO, Juvêncio. **A Taipa da injustiça: esbanjamento econômico, drama social e holocausto ecológico em Itaipu**. São Paulo: Loyola, 2003.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. “Estado e Sociedade” In: MATTOS, Marcelo Badaró (org.). **História: pensar e fazer**. Rio de Janeiro: Laboratório Dimensões da História, 1998. p. 13-32.

RIBEIRO, Sarah Iurkiv Gomes Tibes. **O horizonte é a terra: manipulação da identidade e construção do ser entre os Guarani no Oeste do Paraná (1977-1997)**. Porto Alegre: PUCRS/Programa de Pós-Graduação em História, 2002. (Tese de Doutorado em História).

SADER, Eder. **Quando novos personagens entreram em cena**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SCHMITT, Judite Veranisa. **Os Atingidos por Itaipu**: história e memória – oeste do Paraná – de 1970 a 1980. Marechal Cândido Rondon: UNIOESTE/PPG em História, 2008.

Fontes citadas:

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT/PR). **O Mausoléu do Faraó** – a usina de Itaipu contra os lavradores do Paraná. Marechal Cândido Rondon, 1978.

_____; **Poeira**. Ano I a VII, n. 1 a 41. (Boletim Informativo da Comissão Pastoral da Terra do Paraná). Novembro de 1978 a 1985 (n^{os}. 1 – 41).

_____; **Terra** – questão da terra, uma questão humanitária: Depoimento de Do Agostinho José Sartori, bispo de Palmas, Paraná, e Gernote G. Kirinus, pastor da IECLB, perante a CPT da Terra. Brasília: Voz do Paraná, 1977.

MAZZAROLLO, Juvêncio. **A Taipa da injustiça**: Itaipu X Agricultores Expropriados. Curitiba: Comissão Pastoral da Terra, novembro de 1980.

Memória da terra – memória da floresta¹

*Marcos Montysuma*²

1. Considerações iniciais

Neste texto nos propomos abordar aspectos relativos à memória da terra, compreendida em perspectivas que refletem uma relação cultural com a Floresta Amazônica. Para tal fim nos inspiraremos nas pesquisas efetuadas na região de Xapuri/Acre, onde tivemos a oportunidade de interagir com a comunidade de mulheres e homens que atuaram e atuam no extrativismo da borracha e castanha do Brasil.

Minhas incursões na temática derivam do sonho de contribuir com antigos companheiros de lutas do movimento político-sindical de Xapuri, em jornadas em comum, desde o final dos anos 1970 e meados dos anos de 1980. Naquelas oportunidades fundamos, na cidade de Xapuri, um núcleo do Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH), da Prelazia do Acre-Purus (PAP).

¹ Este texto deriva da tese de doutorado intitulada “Experiências extrativistas na RESEX Chico Mendes”, São Paulo: PUCSP, 2003, sob orientação da Professora Doutora Maria Antonieta Antonacci Martinez. Bolsa PICDT/CAPES.

² Professor do Departamento de História/CFH/UFSC. Graduado em História pela UFAC/1985; Mestre em História pela UFRJ/1990; Doutor em História pela PUCSP/2003. Ministra as disciplinas: Memória e História Oral; História do Brasil Contemporâneo. Trabalha com: Memória e História Oral; Amazônia; Populações Extrativistas; Gênero e Meio Ambiente; História Ambiental. Professor do Departamento de História; atua no Programa de Pós-Graduação em história e no Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas, no Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. E-mail: mmontysuma@gmail.com

Minha relação com aquelas pessoas foi reforçada quando prestei assessoria ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri (STRX), nos anos de 1983 e 1984, sob a presidência de Francisco Alves Mendes Filho – o Chico Mendes. Na oportunidade nos envolvemos nuns embates de corpo-a-corpo naquelas lutas sindicais, que mais tarde tomariam dimensões expressivas da alteridade seringueira. Posteriormente tomei seus modos de vida e a cultura seringueira, como referência nas minhas pesquisas, no campo da História. É por este viés, e diria também sob os riscos de pesquisar algo próximo à minha história de vida, que elaboro este texto. Mas antes alerto que a paixão será mediada por um referencial teórico e metodológico.

Os relatos aqui citados, obtidos através da metodologia da história oral, aparecem no tom coloquial porque assim combinei com aquelas pessoas. Posto que algumas afirmaram que não se sentiriam reconhecidas, se no meu texto as palavras ditas por elas aparecessem escritas diferente do modo como falam cotidianamente. E no mais, interpreto que aplicar a norma culta no texto coloquial emitido por aqueles sujeitos pode, em certo sentido, corromper aspectos que dão dimensão àquela cultura, que ganham sentido através do modo como as palavras são pronunciadas. Por outro lado, a grafia na norma culta pode contribuir para obnubilar a autenticidade e originalidade no modo como usam ou pronunciam as palavras, que vão contidas e são encontradas e só podem ser percebidas em suas falas. Adotamos esta postura, por pretendemos por este meio dar dimensão a aspectos da cultura local. Suas falas contêm modos próprios de nomear e pronunciar as palavras que designam coisas, lugares, seres, situações. Que ganham dimensão e sentido pela forma como acontece naquela cultura, porque assim se expressarem. E dito ou escrito de outro modo perderia o sentido que aquelas pessoas atribuem ao que dizem e, entendem ser o sentido que atribuem a tudo que lhes rodeia. Interpreto que escrever diferente significa adotar postura autoritária em relação ao que são e ao mundo que significam

através das palavras como são pronunciadas. Logo não posso ignorar estes aspectos no trabalho que efetuo.

2. O cenário da pesquisa

Percebemos no processo de constituição dos seringais do Acre, no final do século XIX e início do XX, uma disputa constante por terras. Mas não havia legitimidade sobre a terra, porque não havia administração local, para se recorrer em busca do registro de terras, posto que aquele território pertencia à Bolívia, que ainda não o explorava. Na realidade ainda não havia domínio e controle pelo Estado nacional. O poder era configurado na capacidade do sujeito expressar força (através da violência armada, do chicote) na defesa dos interesses privados. Por isso, aos patrões era essencial configurar a consumação da posse, que ocorria através da exploração da borracha, de certa área de terra, para caracteriza-la como *sua*, conforme discuti na Dissertação de Mestrado, Marcos Montysuma (1990, p. 73-100).

O tamanho de um seringal era dimensionado ou demarcado pelo número de *colocações* – unidade produtiva constituída pela casa de seringueiros (que atuavam na extração do látex), que continha duas ou três *estradas* de seringa (caminhos rudimentares que ligavam uma árvore à outra). Diariamente o sujeito explorava aproximadamente de 80 a 120-200 árvores de seringueiras. Ali funcionava um sistema rígido, que explorava e confinava os sujeitos, sob controle absoluto alicerçado no *aviamento* (que é o modelo econômico e de trabalho, no qual o patrão entregava víveres aos seringueiros. Em contrapartida recebia toda borracha, castanha e peles de animais que cada indivíduo fosse capaz de produzir em dado período – quinzena ou mensal).

Posteriormente, nos idos dos anos de 1970/80 as lideranças sindicais de Xapuri, naquele tempo presente, a partir dos elementos que detinham na ocasião, frente à luta que travavam interpretarão, explicarão e designarão o sistema de *aviamento*

como um *cativoiro*. Os seringueiros serão nomeados como *cativos* – por entenderem que os sujeitos estavam presos ao dono do seringal, como se escravos fossem. Tal processo ocorria pela dívida contraída ao longo dos anos de trabalho. Naquele mundo os patrões aplicavam uma *fórmula* matemática, que o seringueiro, ao final do ano de trabalho, nunca obtinha saldo positivo. Tornava-se refém pela dívida.

Os seringueiros da região de Xapuri teriam iniciado o processo de libertação dos patrões no percurso do segundo declínio da borracha - após a segunda grande guerra. Devido aos baixos preços da borracha, vastos seringais foram abandonados por seus patrões. Desta forma os seringueiros ficaram também *abandonados*. Mas em muitas regiões de Xapuri, a fragilidade do sistema foi construída com a entrada do *marreteiro* (uma espécie de mascate), que adentrando pelos fundos dos seringais, levando mercadorias em lombos de burros ou em pequenas embarcações efetuava comércio diretamente com os seringueiros, passando ao largo do controle dos patrões. Elegendo provisoriamente o marreteiro como uma espécie de aliado, os seringueiros de Xapuri, paulatinamente afastam-se do controle dos patrões, (numa linguagem figurada) tomando as rédeas de suas vidas sob suas mãos, tornando-se libertos.

Foi dentro deste processo que os seringueiros da região construíram suas alteridades. E circunscritos naqueles meios construíram-se e foram construídos como integrantes de um modo distinto nas e das culturas das florestas. Esses sujeitos políticos, forjados nessas circunstâncias, edificam sua ética na relação com o espaço em que interagem cotidianamente. Desenvolvem suas visões de mundo e do modo de interagir com e entre os seus e, com o mundo da cidade, com os mundos externos aos seus, com a política, com as instituições do estado. É neste processo que no percurso dos anos de 1970/80, também apresentam suas formulações para os usos das florestas, da terra e da relação dos sujeitos com os espaços de poder e do exercício da política.

As culturas das florestas, não foram edificadas sob uma perspectiva romântica, como certos setores da sociedade querem nos fazer crer, longe disso. Marcos Montysuma (2006, p. 83-107) aponta que a constituição que uma dada cultura preservacionista - cujo símbolo contemporâneo seriam os seringueiros da Amazônia - tomou forma no final do século XIX e início do XX, sob um modelo de trabalho autoritário, sob controle e domínio rígidos do patrão. Era articulado por uma rede de funcionários a serviço dos interesses da empresa seringalista, que a tudo observavam, controlavam e puniam. O sistema de controle que exigia do seringueiro trabalho de sol a sol na extração da borracha tomava-lhe a possibilidade de liberdade, que lhe proporcionasse a oportunidade de produzir qualquer gênero alimentício ou outro produto que gerasse excedente comercializável fora do controle do patrão. Era ainda exigido que não extraísse lenha para os navios a vapor. O argumento era que retirar lenha enfraqueceria a floresta que preservava as seringueiras e castanheiras - os maiores patrimônios da empresa. Naquele mundo importava a floresta de pé e para isso não estranhemos ocorrer até regimentos registrados em cartório quanto às práticas de manejo da seringa, da relação com a floresta, o período de extração do látex, para serem cumpridos pelos seringueiros. É no contexto da obrigatoriedade de cumprir integralmente as normas construídas pelos patrões, que submetidos às leis mais escorchantes, que pesavam sobre a cabeça o risco de pagar até com a vida é que se construirá uma cultura seringueira, dita preservacionista.

Após estreitar contato com diversas áreas do conhecimento, onde nos aproximamos de estudos relativos às experiências humanas em interações ao meio ambiente peculiar, achamos oportuno estudar o caso de Xapuri. Contando com essa referência reativamos em nossa memória antigos sonhos, como o de buscar entender o modo de vida de mulheres³ e homens que com seu

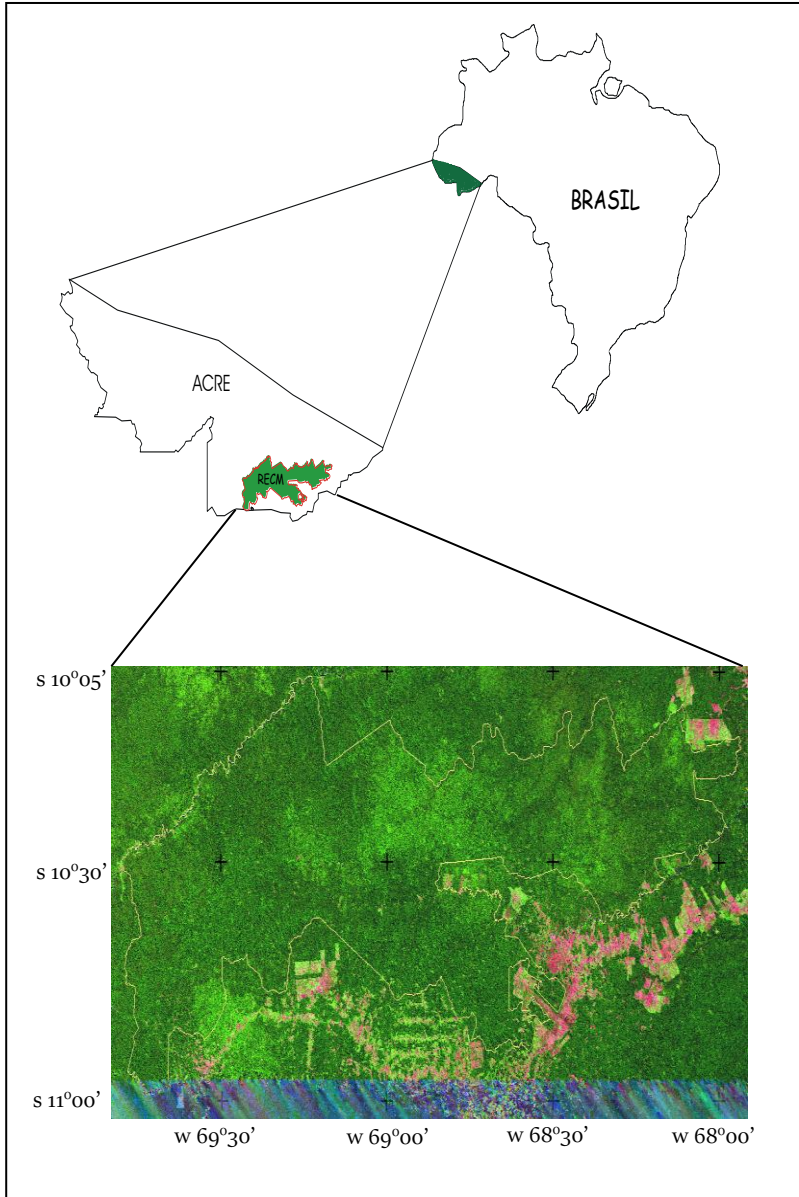
³ Esclareço que tenho a concepção e interpreto que aquele mundo ocorre e é construído por intermédio das ações de mulheres e homens. Onde não há na minha visão uma dada supremacia dos

trabalho construíram o mundo do seringal; que habitando sob a sombra da floresta, interagem com uma fauna e flora, onde seres visíveis e invisíveis, por eles divinizados são chamados a intermediar, proteger e justificar suas ações naqueles habitats.

A pesquisa procurou abranger seringais de Xapuri que integram a Reserva Extrativista Chico Mendes (RESEXCM) - (Ver Figura 1). A Reserva Extrativista Chico Mendes, na sua totalidade compreende um território que abrange mais cinco municípios: Brasiléia, Assis Brasil, Sena Madureira, Rio Branco e Senador Guiomard. Mas friso que nos detemos a Xapuri, porque ali temos um palco distinto. Interpreto que a ação subjetiva de cada uma daquelas pessoas será essencial para apontar outros devires, por onde buscaram e buscam soluções para os problemas que enfrentavam e enfrentam. As pessoas interagiam orientadas pela lógica que apontava o perigo da floresta dar lugar ao gado. Nisso rivalizavam com o projeto dos fazendeiros - estes apoiados e estimulados por políticas governamentais, no afã de implantar fazendas de agropecuária avançavam sobre a floresta destruindo-a para dar lugar às pastagens. Neste contexto a Reserva Extrativista é uma resposta dos seringueiros, ao modo devastador com que os fazendeiros visualizavam a floresta, na região do Acre.

homens sobre as mulheres. No entanto para efeito da discussão deste texto, dado aos limites desta publicação não tenho condições de apontar uma dada dinâmica participativa das mulheres. A discussão relativa aos papéis desempenhados pelas mulheres nas florestas teve oportunidade de discutir no texto: Gênero e meio ambiente: mulheres na construção da floresta na Amazônia. In: PARENTE, Temis Gomes & MAGALHÃES, Hilda Gomes Dutra (Orgs.). **Linguagens plurais cultura e meio ambiente**. Bauru: EDUSC, 2008.

Figura 1 - Localização da área da Reserva Extrativista Chico Mendes, representada em composição colorida da imagem Landsat-TM (3, 4 e 5 - BGR).



Fonte: SASSAGAWA, 1999, p. 61.

3. Abordagem

Na abordagem teórica consideramos pertinentes duas perspectivas para tratar nosso objeto. Uma formulação vem de Raymond Williams (2011, p. 18.), na perspectiva que “cultura”, em suas várias facetas é apontada como “todo um modo de vida, material, intelectual e espiritual”, e assim é tomada como possibilidade de análise, que expressa as ações das pessoas em dado tempo e lugar. A outra formulação vem de Gaston Bachelard (2012, p. 25), para quem, em *A Poética do Espaço* percorrendo poemas de vários autores aponta que a “memória e imaginação não se deixam dissociar”. Logo os espaços da casa, armários, sótão, assim como a floresta, guardam conteúdos a eles associados, que evocados, em dado momento, cumprem papel útil aos sujeitos na hora de lembrar algo que se quer discutir. O conteúdo associado ao lugar, quando articulado compo uma espécie de mapa da geografia do lugar, que ocorre no plano mental cumpre papel duma arte da memória, é mnemotécnica. Tomando tais pressupostos como referência interpreto que são coerentes e se prestam para buscarmos entender os discursos das pessoas que moram nas florestas de Xapuri. Quando estas discorrem sobre suas andanças pelas matas, por onde estabelecem conexões associando conteúdo a lugar, entre as águas, as terras (através do relevo), as árvores (determinadas formações vegetais), animais e tudo o mais que diz respeito àquele mundo são associados repletos de sentidos e coerente. E tudo junto atua como constitutivo da memória, facilitando aprendizados, que são uteis aos deslocamentos e na reprodutibilidade da vida naqueles espaços.

Williams após servir ao exército inglês, na segunda grande guerra, retornou à Universidade de Cambridge. Nesse retorno percebeu o uso indiscriminado da palavra “cultura”. Esse fenômeno chamou-lhe atenção, de modo que efetuou estudo de caráter histórico, quanto as suas aplicações, concepções, circunstâncias segundo desenvolveu-se em algumas línguas,

culturas, circunstâncias, conforme indicado em *Cultura* [*culture*] (WILLIAMS, 2007, p. 117-124). Williams aponta em seu entendimento de cultura aspectos variados, com os quais interpreta sua sociedade contemporânea. Mas deteve-se mais amiúde nos estudos da comunicação, dentro da cultura. Em sua formulação busca explicar os comportamentos humanos, por ela articulados, pelo papel que exerce na vida social. Logo “A ideia de cultura é a resposta global que demos à grande mudança geral que ocorreu nas condições de nossa vida comum” (WILLIAMS, 1969, p. 305). Está claro neste trecho a compreensão da sociedade como o palco no qual a cultura toma forma. O chamado mundo do trabalho ganha supremacia como espaço onde o sujeito desenvolve suas ações ordinárias, onde há um modo próprio de ser, fazer e interagir. Em suma, o desenvolvimento das novas tecnologias, os instrumentos de trabalho, as condições sociais de produção, são eleitos como *instrumentos* que significam e dão significado a cultura. Na medida do possível, os novos instrumentos inseridos na vida cotidiana ditam os mecanismos com os quais os sujeitos estabelecem suas identidades e intensificam suas relações sociais. Ainda que não tenha dito nestes termos, mas a partir de sua leitura interpreto que os sujeitos de posse desses novos instrumentos dão sentido ao pertencimento de classe, categoria profissional, lugares, clubes e espaços de sociabilidades se identificam por onde se “sentem um deles”. A cultura é a amálgama que unifica e dá sentido aos sujeitos, que reunidos em dado grupo social, possibilita que se sintam pertencentes e integrados entre si, porque partilham os mesmos modos de vida e valores sociais.

Proponho a ideia de *memória da terra – memória da floresta* tomando como referência a cultura, ou melhor, culturas. Não propriamente cultura no singular, mas remetendo a cultura no plural, porque não há cultura *una*. Interpreto que ocorrem as devidas distinções comportamentais dos sujeitos, por onde dão sentido ao que são e fazem forjando a cultura do lugar, cultura local – por isso culturas no plural. Os modos como se comportam

reflete peculiaridades eleitas pelos humanos em suas comunidades organizativas, que dão sentido ao pertencimento, posto que ao mesmo tempo são constituintes e constituídos pelas atitudes produzidas no ceio da sociedade forjando a identidade do/e ao grupo que pertencem. Esse fenômeno também se aplica aos sujeitos identificados como seringueiros. Interpreto que sob essa perspectiva expressam em suas ações as interações com/e nas florestas.

Muito embora reconheça o quão fundamental é Williams (2011, p. 15-21) quando discute cultura; junto ocorre ainda uma preocupação em mostrar a sua relação (da cultura) com o desenvolvimento industrial, em interseção com primados como política e democracia. No entanto, neste estudo do mundo dos seringueiros não tomarei cultura *ipsis litteris* dissecando todas as conexões apontadas em sua formulação de cultura. Isto deve-se a uma razão simples: não me deterei naqueles aspectos mais amplos relativos ao desenvolvimento da sociedade industrial, que sua análise abrange. Seu mundo de análise - repito - é o urbano industrial, e diria mesmo, o mundo urbano industrial inglês, em sua constituição histórica. Aponta desde uma etimologia das palavras/conceitos/princípios/ações/organizações sociais, até como foram aplicados em usos ordinários. Ao contrário, o mundo com o qual trabalho, o mundo do seringal que me detenho é aquele da floresta tropical amazônica, por isso julgo mais apropriado cravar o uso de cultura/culturas como dito por Raymond Williams (2007, p. 120) “culturas no plural”. O mesmo princípio defendido por ele abordando as culturas urbanas, interpreto que podem, de modo muito mais contundente, ser aplicado às culturas das florestas, posto que não podem ser tratadas como *una*, no singular, mas no plural, porque são múltiplas circunscritas a uma dada territorialidade construída pelos sujeitos em suas dinâmicas sociais. Estas se distinguem por variações de acordo com as localidades pelos elementos ditos naturais ao meio, como florestas, ervas, animais, águas, divindades. Por isso, quando determinados

grupos políticos consideram a floresta como *unidade*, esquecem a multiplicidade de ecossistemas que a constitui. O que implica na ocorrência de elementos constitutivos, endêmicos, ou raros, que ali interagem. A partir deste entendimento interpreto que os tais elementos ali contidos proporcionam diferenciações e peculiaridades que torna cada localidade ou mesorregião distinta, especial. A combinação de vários fatores como solo, relevo, hidrografia dentre outros elementos *conspiram* de modo favorável, para ocorrência em maior ou menor grau de espécimes animais, arbóreas, arbustivas, cipós, peixes, micro-organismos. Tomando estes apontamentos como referência, percebemos que sobressaem certos aspectos ditos naturais, que apontam certas características ao lugar. Sendo assim há que se considerar as peculiaridades distintivas em relação à floresta do lugar, como sendo essenciais para compreendermos os comportamentos dos grupos sociais, pois na medida em que esta se *projeta* sobre os sujeitos, também atua na constituição da cultura ali vivenciada – a *cultura local*. Por isso preferimos utilizar em nossos estudos o entendimento de cultura local. Posto que pela peculiaridade da floresta do lugar, as pessoas tomam esses componentes - que só ali ocorrem de modo endêmico, ou que ocorrem em abundância, de modo raro naquele lugar - e dão sentidos e usos constituindo uma cultural local.

O Acre, notabilizado pela produção de borracha, passa por esse tipo de situação. No grosso modo podemos considerar duas bacias hidrográficas com peculiaridades distintas. A bacia do rio Juruá, que não contém castanha do Brasil, e a bacia do rio Purus que a contém. Nisso resulta diferenciações apontadas culturalmente pelas populações que habitam o Rio Acre, donde situa-se Xapuri. A possibilidade de a pessoa intuir que daquela amêndoa poderia produzir um leite, e inseri-lo na alimentação, projeta no seringueiro uma leitura distinta sobre a floresta. Daí que o entendimento em relação às árvores que produzem leite, como a *seringueira* (látex, seiva branca - *leite* extraído de seu caule) e a *castanheira* (leite extraído de seu fruto) ocorre nos contornos de

gênero, posto que serão tratadas como mães, numa alusão à mulher, que alimenta seu filho com o leite materno. Eu interpreto que “assistiremos ocorrerem metáforas que interconectam as relações entre as pessoas e seringueiras e castanheiras” Montysuma (2008, p. 169-170), dando sentido aos sentimentos relativos à solução da fome materializada no interior dos seringais. Porém para obter os respectivos leites dessas árvores são necessárias intervenções técnicas específicas para produzi-los.

O mundo que projetamos como constituinte e constituído de e por uma cultura seringueira, consiste no sujeito desenvolver artimanhas. E requer aprender com os mais experientes para não se perder no emaranhado da diversidade de elementos constituintes da floresta. Consiste em saber atuar solitário, sob a imensidão à sombra da floresta tropical, para produzir bioenergia. Tem que saber escapar aos ataques das feras. A cultura de que falamos requer das pessoas a disciplina de acordar cedo, ainda na madrugada. Para iniciar o trabalho requer iluminar o caminho, sob a luz de incipientes luminárias (designada como *poronga*), que vai encaixada acima na cabeça do indivíduo. O principal trabalho – de extrair borracha – inicia cedo e consiste em adentrar na floresta, em longas caminhadas, efetuando incisões nas seringueiras (usando certos instrumentos, que só fazem sentido naqueles espaços). Ao final do trabalho matinal, entre dez e doze horas da manhã, o sujeito descansa um pouco, efetua uma pequena refeição. Depois percorre o mesmo trajeto. Desta feita recolhendo o látex que acumulou nas *tigelas* de coleta. E só ao final do dia retorna para sua casa com o látex, para elaborar a bola de borracha, através do processo de defumação. Ou como ocorre nos dias atuais, simplesmente deixa coagular – o valor de mercado é o mesmo.

Vivenciar uma cultura das florestas exige das pessoas elaborar, construir facilitadores, desenvolver artimanhas, considerando a criatividade para superar o imponderável. Essa capacidade consiste tanto nos aspectos relacionados à produção da bioenergia (comida), quanto na confecção de utensílios,

instrumentos de trabalho, técnicas de caça e pesca, que as pessoas realizam intuindo, orientadas por uma arte do improvisar para superar uma situação passageira. E do improvisar que se mostra eficiente, se faz permanente tomando lugar no fazer diário, e se constitui como inspiração para as demais pessoas do lugar e se transmitem conhecimentos chancelados na “experiência social”.

Vejamos o que nos relata o seringueiro Chico Olegário (como é conhecido entre seus companheiros) a respeito de como aprendeu a andar na floresta e a extrair o látex, dentre outros aspectos:

Quem me ensinou foi os caboco lá. Os vizinho, eles me ensinaram a cortá. Né? Porque eu tinha vontade de cortá e eles me insinô comera que cortava... Foi um caboco que me ensinô a cortá... Aí eu aprendi a cortar seguro. Isso foi no seringal Espalha, no Rio Iaco, no centro do Espalha. Eu morava lá numa colocação e os caboco trabalhava e me insinaram, que eles já eram manso, daí insinaram pra mim. Aprendi cum eles, que se eu tivesse cortando e chegasse na estrada, e encontrasse ela intupida era pra eu bater de volta, que do outro lado tinha índio brabo e num ia ser bom... Um dia vi só o zum-zum.... zuuuuum... teretetei... e pa e coisa e tal... nun se entendia nada. Era eles cortando giria... Pensei: é índio brabo! Bati de volta correndo. Só botei os pé lá cum quinze dia depois. Ai num tavam mais lá... Aprendi a pescar com tinguí, a sair pra caçá, que num é assim você pega e vai e bei! Mata o bicho. Tem bicho arisco, que é preciso você ser jeitoso para encontrar... Tudo na mata aprendi cum eles (BARBOSA MAIA (Chico Olegário), 1999).

O relato nos indica como uma pessoa, que não era natural daquele local, adquire um aprendizado essencial para movimentar-se na floresta. Quem ensina são os mais experientes, aqueles que conhecem o lugar, a floresta, os costumes, a cultura local. São indígenas já inseridos na extração do látex que transmitem os conhecimentos relativos ao pescar, caçar, sangrar a seringueira e principalmente como mover-se na floresta de modo hábil, sem por em risco sua vida. Conforme apontado, aprende-se de tudo. E

principalmente aprende-se a sobreviver seguindo o conselho de nunca confrontar indígenas, em seu espaço de interações, quando porventura aparecessem em seu caminho. Cujas demonstrações tomava forma quando a estrada de seringa estivesse *entupida* – obstruída por uma espécie de cerca rudimentar, confeccionada com galhos de árvores e palhas das tantas palmeiras que abundam no lugar.

Acompanhamos em relatos, como acima mencionados a expressão de memórias, experiências e modos de vida relacionados com as florestas. Nesses relatos podemos apreender situações em que as pessoas se percebiam atuantes naqueles espaços. Mais tarde, todo um cabedal (que é memória e já virou experiência) construído ao longo de décadas de aprendizado, no interior da floresta, será convocado, para naquele presente (dos anos de 1908/1990) alicerçar as experiências de lutas, que resguardam sentidos de pertencimentos em relações que apontam equilíbrio com e entre esses sujeitos e o chamado meio ambiente.

Preocupados em perceber de que forma os sujeitos reagem às dificuldades do lugar, vimos que sob determinadas circunstâncias atribuem significados e soluções, ante as perspectivas de vidas relacionadas com ambientes das matas. É nesse contexto que interpretamos o modo como Chico Olegário, nos *surpreende* apontando como constituiu seus saberes e habilidades, ao aprender a explorar recursos contidos nas florestas em aliança com os povos indígenas, que bem conheciam a localidade. Em outras regiões pelo Brasil, e até mesmo dentro do Acre, dependendo do sujeito que estivesse sob pressão, poderia tomar os povos indígenas como inimigos. Mas entra em cena a subjetividade de Chico Olegário, que inverteu essa lógica constituindo eventuais inimigos em aliados. Através dos quais aprendeu a viver e a retirar partido das situações contidas no local. Se para si a floresta continha potenciais a explorar ou a criar-lhe dificuldades, se continha problemas e segredos que ele não os dominara plenamente, não os decodificara até então; a escuta

atenta aos conselhos de seus mestres o transformaria noutra pessoa. Mas sua vida nas matas só ganharia sentido se passasse por uma espécie de iniciação, para entender os reais significados dos fenômenos que se apresentavam diante de si. Vencer naquele mundo exigia de Chico Olegário tomar indígenas como aliados, que conheçam e manipulavam com destreza os elementos constitutivos do lugar. Só compreendendo os sentidos das manifestações que ocorriam diante de seus olhos poderia sobreviver. E isso ele toma para si como lição que proporciona chegar aquela altura da vida reconhecido por seus companheiros como um grande conhecedor das matas.

Vejam os outro aspecto que denota uma memória e uma experiência do sujeito na relação com e na floresta. É o caso do seringueiro Chico Ramalho, que em dado momento decidiu efetuar um plantio de seringueiras e castanheiras nas suas terras. Quando perguntamos onde foi buscar a ideia de plantar aquela área, sabendo que os fazendeiros já haviam tentado plantar seringa sem obterem êxito? Ele nos respondeu nos seguintes termos:

A minha ideia pra fazer essa plantação de seringa é baseada na nossa andança pela mata cortando, caçando, procurando coisa. Ne? A gente vê que umas árvore existe mais que outras, mas sendo tudo da mesma. Entendeu? E tem lugar que não tem nenhuma, nem pra fazer um remédio. É assim... umas tem mais no seco e pouca onde a água alcança. Já outras só gosta do encharcado.

Como eu ia dizendo... a seringa tem mais do que a castanha e tem lugar que a castanha é bem pouquinha.

A seringa fica mais no seco, na terra firme, só algumas na terra que alaga um pouco no inverno (SOUZA, 1999).

Chico Ramalho constituiu seu aprendizado, referente à distribuição das espécies de árvores no seu espaço de jornadas, lidando cotidianamente na floresta reunindo recursos úteis ao sustento de sua família. Posteriormente, no momento em que decidiu efetuar um plantio de espécies nativas fez uso da

experiência acumulada, selecionando-as de acordo com as necessidades de cada uma, ao plantá-las em roçado que estava entrando em desuso. Por esse expediente vem proporcionando uma reconstrução da floresta com recursos próprios, de seu esforço, que possibilitam suprir suas necessidades. Baseado na experiência acumulada, percebeu que algumas espécies de árvores ocorrem com maior abundância, em relação às demais. Compreende que os mesmos tipos, como castanheiras ocorrem majoritariamente, ou somente em terra firme. Entende que as seringueiras existem em maior número que as castanheiras. Preferencialmente habitantes das terras firmes, algumas seringueiras ocorrem nas várzeas, passando períodos do ano com suas raízes e parte dos troncos submersos pelas águas que se elevam dos rios, no inverno regional, ditado pelas fortes precipitações pluviométricas.

Incorporando o princípio apontado por Edmund Leach (1985, p. 13) que “O modo como agimos sobre o nosso meio ambiente depende, entre outras coisas, de modo como o apreendemos e da forma como se representa em nós a sua organização [...]”, surpreendemos no relato de Chico Ramalho a percepção da organização do espaço da floresta, concebida dentro do que a experiência de contato cotidiano lhe possibilitou apreender, levando à representação de um perfil de organização da floresta, de modo a reproduzi-lo com eficiência no seu roçado, que vem constituindo as chamadas Ilhas de Alta Produtividade - IAPs. Esta designação decorre do entendimento dos engenheiros e técnicos florestais, que apreenderam na experiência do Chico Ramalho um modo peculiar de imitação que constrói e reconstrói a floresta, a partir do roçado que entrou em declínio e ali recebeu novos elementos constitutivos da floresta.

O caboco saiu de casa rumo à colocação vizinha. Prestando atenção na vegetação cortada pelo varadouro, percebeu que durante uns cinco minutos só se via paxiubão, paxiubinha, patoá,

buriti, açaí, sororoca e timbó. De repente a vegetação começou a mudar: em meio a um jarinal, apareceram catuaba, inharé, jutaí, jatobá, cedro, toari, samaúma, caxinguba, carapanaúba, maçaranduba, estalador, cacau, isso durante uns dez minutos. (...) Mais à frente foram aparecendo burra-leiteira, itaubinha, algodoeiro, tatajuba, pente-de-macaco, cajajeira, assa-peixe... com cinco minutos estava no terreiro da casa do vizinho (...) (FERREIRA, 1998, p. 31).

O fragmento, que apresentamos acima, corrobora a narrativa de Chico Ramalho. Exemplifica o amplo conhecimento relativo ao meio ambiente. Manifesta com riqueza de detalhes, as espécies vegetais (e animais) que compõem os vários espaços da floresta, quando realizam suas andanças através das matas. Em nosso entendimento aponta a estreita relação com o meio ambiente, que habitam e interagem de várias formas. O texto completo integra o material didático utilizado na alfabetização dos seringueiros, que uma vez recolhido das experiências de vida dos alunos que compunham as primeiras turmas de alfabetizados, vem disseminado no cotidiano de todas as escolas sob abrangência do Projeto Seringueiro.⁴

Retomando a discussão nas palavras de Chico Ramalho, temos que ao iniciar sua plantação aponta que:

Ai, quando fui plantar a seringa, fiz na terra firme, aproveitando um roçado veio, botei as fileira com a distância de quatro metros entre uma muda e outra e a outra fileira só fui botar com sete metro de lonjura. Ai depois, no meio delas eu sai sapecando as muda de dezessete castanheira praqui praculá.

⁴ Chico Mendes à frente da direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri percebeu que os seringueiros tinham a força da união, mas quando necessitavam discutir seus direitos, realizar negociações que exigiam leitura e compreensão de textos ou à época eleitoral, candidatos aos cargos executivos e parlamentares os enganavam, porque não tinham acesso à leitura. Com esse entendimento Chico Mendes recorreu a um grupo de aliados de várias instituições que elaboraram as bases de uma cartilha de alfabetização que respeitasse e contemplasse a cultura e experiência de mulheres e homens da floresta, a qual se convencionou chamar “Projeto Seringueiro”, que depois de ampliada continuou aplicada, cujo gerenciamento coube ao Centro dos Trabalhadores da Amazônia (CTA).

Depois o vento derrubou três castanheira já crescidinha. Eu acho que elas caíram porque ficaram num local ainda de descampado, sem proteção pra elas, que ainda não tavam com raizame forte. As outras que sobraram tão bem firme e já tem delas botando fruto. São umas castanha muito boa. Seis, seis já frutifica.

No meio disso ai tudo ainda fui metendo outras árvore e produtos pra gente colher depois.

Foi assim que fiz minha plantação de seringa entremeada com castanha e outros produto e deu certo e não dá bicho de nenhuma espécie atacando (SOUZA, 1999).

Acompanhamos que Chico Ramalho de acordo com sua experiência plantou as mudas de seringueiras na terra firme, onde explorava um roçado, que entrava em desuso, longe da água que alaga as várzeas. Adotou uma medida padrão, previamente estabelecida.

No meio das seringueiras, aleatoriamente, saiu distribuindo as mudas de castanheiras. Depois disso foi introduziu outros produtos de seu interesse, que teriam apresentado um bom desenvolvimento sob a companhia de outras plantas.

Ocorreu a perda três castanheiras, pela ação do vento. Isso lhe demonstrou que foram plantadas numa área ainda em aberto, que continha pouca proteção para uma planta, cujas raízes eram ainda pouco firmes e não foram suficientes para sustentar uma árvore com massa de copa robusta. A castanheira requer proteção contra os ventos, mesmo os menos intensos, como os que ocorrem no Acre. Dentre as unidades que continuaram de pé, seis já se encontram frutificando plenamente, de forma gratificante, porque produzem castanhas boas.

Sua experiência proporcionou muitos aprendizados, porque até aquele momento não se conhecia, em condições naturais, a idade com que se daria o início do período produtivo de uma castanheira. O fato das castanheiras, ali plantadas, começarem a produzir num espaço de tempo relativamente breve de vida, indica que o microclima, bem como a escolha do terreno com drenagem e

composição do solo, altitude em relação às águas das várzeas, estão corretos. E acima de tudo que o ecossistema no entorno da área está preservado. Ocorre a *sucessão* na recomposição da floresta daquela área. Outro fator reside nos polinizadores, posto que uma grande abelha, tida por muitos como besouro, no Acre, chamada/o popularmente de *mangangá*, responsável pela polinização da castanheira, está presente na copa das árvores mais altas, porque existem as árvores intermediárias, possibilitando voos, intercalados por períodos de descanso, para atingir a copa da castanheira e assim desempenhar seu papel naquele ecossistema.

Isso é essencial para manter a produtividade do castanhal, porque naqueles lugares que ocorreram desmatamentos, mas se deixou a castanheira solta no campo, em cumprimento à legislação, ou na ilusão de que produzisse bons frutos, ocorreu a mais completa frustração. O besouro (no caso abelha), quando não foi destruído pelo fogo das queimadas, por fazer seus ninhos no chão em touceiras de capim (e não em colmeias situadas nas árvores como outras abelhas), ficou limitado a atuar polinizando a copa das plantas menores, baixas, situadas a distâncias consideráveis da grande árvore. Por esse imperativo seu trajeto foi interrompido, dificultando sua atuação em tais circunstâncias. Nessas condições a abelha não adquiriu forças, nem meios suficientes para alçar voo até a copa da castanheira para poliniza-la. Daí se compreender que esse é um componente que atua inserido num hábitat amplo, que vai desde o chão até estratos mais altos e que, a exemplo dos demais deve ser preservado, visto que compõe um dos elos presentes no imenso ecossistema amazônico, que interage na copa das árvores mais altas.

O mais fantástico nessa situação é a percepção de que o viço e produtividade das castanheiras só ocorrem na solidariedade da floresta intacta, que assegura a vida de uma abelha que faz a polinização de suas flores. Com seu habitat destruído sobra tempo para polinizar flores ordinárias, e não se preocupa em procurar castanheiras longínquas.

Embora ocorram recomendações em relação à mandioca, que não deve ser consorciada com a seringa, porque a mesma comporta uma praga, na verdade uma lagarta, o “*mandová da mandioca*”, que ataca igualmente a ambas. O trabalho de Chico Ramalho na *construção* da floresta ocorre em pleno êxito, porque só plantou a seringa depois de colher parte da mandioca. E pelo que observou não ocorreu incidência de pragas na sua plantação, porque tem outras espécies de plantas misturadas com a seringa. Comporta também uma vegetação rasteira, que serve de cerca natural entre os restos de mandioca e a seringa. Até o *mandová* chegar na seringa já se fartou comendo outras plantas.

Interpreto que seu êxito decorre do fato de projetar uma construção da floresta através de um modo que lhe parece *espontâneo*, simples, porque compõe sua experiência prática, contida em suas memórias e tradições, que regem um cotidiano pautado na observância dos períodos de plantio e colheita, orientados pelas fases da lua, pelas estações das águas e das secas em cada ano. Isso ocorre por uma dada racionalidade nos usos culturais dos recursos contidos nos espaços de florestas e assim, não só ele, mas também seus companheiros evitam perdas e surpresas desnecessárias em suas empreitadas produtivas.

Acompanhando as trajetórias de vida de seringueiros como Chico Ramalho compreendemos como atuam nas diversas peculiaridades de relevo, ou mais especificamente, como constroem soluções para as questões que se apesentam na *terra-firme* ou na *várzea*. Observamos em suas andanças na floresta como desenvolvem e fazem uso de tecnologias pertinentes àquela cultura visando explorar a seringa, construir roçados, caçar, administrar toda espécie de problemas utilizando soluções contidas na floresta. O trabalho que efetuamos na região de Xapuri, a partir da *memória* de mulheres e homens seringueiros, compreendemos que ali ocorre uma concepção cotidiana, em que executam algo, como uma tarefa de *alinhar*, numa espécie de *vai e vem* contínuo entre presente e passado, atribuindo significados referendados nas

suas experiências, contribuindo, em parte, para *dar forma* à cultura inerente aos ambientes de suas ações no presente.

Lançamos olhares nas culturas e cotidianos que não ficaram apenas sob a sombra das florestas, mas também sob um manto de interesses setoriais que as *deixaram ocultas* perante grande parte da sociedade brasileira quanto aos compromissos que assumiram para as gerações atuais e futuras, por preservarem e edificarem elementos, dinâmicas e espaços que habitam nas florestas acreanas.

Interpretamos os habitantes das matas como edificadores de uma modernidade tecnológica, a partir de uma ação que transforma e reconstrói os espaços das florestas tropicais. Por esse entendimento são apontados como significantes e significados em relações que constroem entre si, os seus da mesma espécie e com a natureza, com os seres do seu entorno, quer seja a floresta, ou os demais elementos que ali interagem. Suas intervenções nos habitats ocorrem contendo significados que corrigem dicotomias provocadas pelos saberes científicos e toda parafernália tecnológica. Estes a pretexto de solucionar os problemas existentes na sociedade pulverizam as relações existentes entre humanos, matérias, natureza, culturas “*intensificando a servidão dos homens e das coisas*”, como pontua Hermetes Araújo (1998, p. 19). As práticas extrativistas, conforme acompanhamos, quebra esse princípio e vai projetando outros devires, quando apropriadas em seus ensinamentos, com o fim facilitar o dia a dia e tornar as vidas das pessoas mais aprazíveis nesses ambientes.

As experiências de mulheres e homens ocorrem dentro de percepções que as situam em possibilidades históricas contidas no *neoextrativismo*, que é o extrativismo em novas bases, conforme propõe José Fernandes do Rego (s/e). Ele ocorre enriquecido pela incorporação de novas tecnologias, capazes de promoverem mudanças econômicas e sociais no interior do extrativismo florestal de base não-madeireira. Respeitando as peculiaridades do sistema e inseridos nas culturas locais disponibilizam tecnologias

compatíveis com as necessidades prementes. Ao pesquisar a economia da borracha Rego percebeu o elevado grau de pobreza a que estavam submetidos os povos extrativistas. Elaborou em seus estudos as primeiras ideias que resultaram na proposição para o setor, cunhando a expressão neoextrativismo, entendido como o incremento econômico do extrativismo a partir de tecnologias compatíveis com a chamada preservação ambiental, promovendo o desenvolvimento dos povos da floresta, na perspectiva de que, como propõe José Fernandes do Rego (1997, p. 3) *“tais inovações e desenvolvimento técnico têm que ser elaborados a partir das especificidades e do conhecimento do ambiente natural e da relação secular homem-natureza na Amazônia”*. Isso nos remete para uma ideia de sustentabilidade cultural, com base na cultura local, que esses povos vivenciam no interior da floresta. A cultura não pode ser ignorada, negligenciada por técnicos em desenvolvimento, quando em suas boas intenções, se arvoram em promover tecnologias visando superar as adversidades que os povos, que situam-se fora da órbita de mercado global, enfrentam.

Entendemos a inserção das Ilhas de Alta Produtividade na Reserva Extrativista Chico Mendes enquanto expressão do *neoextrativismo*, que aponta uma perspectiva sustentável, conforme formulação de Paulo Yoshio Kageyama, estudioso do comportamento da genética de plantas e constituição das florestas nativas. Através de apurado conhecimento na área efetuou árdua militância em favor da preservação e estudo desses ambientes, com aproveitamento econômico para povos neles situados. Através da publicação de vários trabalhos, Kageyama salienta que na relação dos extrativistas seringueiros com os ambientes das florestas ocorre um modo singular de preservação, portanto numa relação sustentável, onde manejo e construção deste habitat sugere possibilidades de reconstrução das áreas desflorestadas, cujo resultado corresponde às áreas de florestas preservadas.

A respeito das reservas extrativistas, Paulo Kageyama (1991, p. 2) considera ser *“socialmente justa para as comunidades locais e,*

ecologicamente compatível com as características dos ecossistemas da Amazônia”. Em seu entendimento a concepção das Ilhas de Alta Produtividade, conforme aprendeu através da observação *in loco*, com Francisco Ramalho, ocorre carregada de experiências dos sujeitos oriundos e co-habitantes desses meios, compreendendo o mosaico de tradições contidas nos seus cotidianos. Por isso argumenta Paulo Kageyama (1991, p. 2) que “*as ilhas seriam implantadas em áreas onde as seringueiras e outras plantas úteis são escassas, onde os seringueiros praticam sua cultura de subsistência*”. Essa ideia de renomado cientista indica o respeito à cultura de roçados, que são construídos em áreas pobres em castanheiras e seringueiras. Destaca a compreensão da importância dos conhecimentos e experiências acumulados por essas populações, em sucessivas gerações, em relação àqueles espaços florestais.

Ignacy Sachs (2000), estudando aspectos econômicos nos cinco continentes, percebe que alguns povos vivenciam economias com conceitos diferentes daqueles praticados nas sociedades ditas avançadas, sob o capitalismo majoritário. Um desses conceitos explora o modo como povos situados em ecossistemas especiais usufruem os recursos disponíveis no meio ambiente, refletindo uma atitude respeitosa em relação ao *espaço* trabalhado. Esse constitui um dos aspectos que justificam aprofundar os conhecimentos sobre essas culturas, para apreender com elas como manejar recursos naturais em benefício de um equilíbrio sem prejudicar a dinâmica da vida. Em seu texto *Caminhos para o Desenvolvimento sustentável* Sachs argumenta pró-uma sociedade da biomassa baseada nos conhecimentos dos povos dos ecossistemas singulares.

4. A título de considerações finais

A respeito das pessoas, com as quais trabalhei nesta pesquisa, acredito que posso atribuir-lhes um significado, baseado

na ideia que elas vivenciam um modo peculiar de leitura e atribuições do espaço. Tal postura ocorre a partir das práticas e posturas subjetivas, baseada na relação e uso da terra que contém aquela floresta. Isso remete para um entendimento que é construído em suas cabeças o acúmulo das experiências, por onde desenvolvem uma memória, de todo o conteúdo que assimilaram dos espaços em que transitam e interagem no cotidiano. Tudo que é apreendido, exercitado através das práticas acumuladas, está a serviço de compor elaborado e complexo mapa dos espaços, que ocorre no plano mental, que insere nos lugares conteúdos como divindades, seres reais, animais, vegetais, águas, estações do ano. Todo o conteúdo é inserido a lugar, seja real ou imaginado. Interpreto que ocorre, de acordo com um dado entendimento que se quer atribuir, obedecendo aos propósitos de uso. Assim ganham sentido e utilidade. Tudo articulado e de modo dinâmico é acionado na imaginação das pessoas diante de uma necessidade. Por estes aspectos interpreto que, perante a experiência dos seringueiros de Xapuri, projetar uma memória da terra, nos remete antes de tudo para uma memória da floresta, posto que a terra pura e simples como instrumento útil venal, de uso para outro fim não faz sentido. Terra ganha sentido quando tratada como instrumento mecânico que comporta a floresta, logo, terra assume sinônimo de floresta. Para os seringueiros terra é floresta, por isso trato nosso texto como memória da terra – memória da floresta.

Acredito na possibilidade de tratar os extrativistas amazônicos nessa ótica de percepção. Sujeitos que destoando de uma prática majoritária de produção e consumo, contribuem com suas formas peculiares de utilização dos recursos naturais para constituir práticas de vida e trabalho que não se situem na lógica do lucro a qualquer custo, mas apontam para a construção de um bem-estar que visa originalmente suprir as necessidades imediatas.

Outro aspecto que destaco aqui ao buscar finalizar este texto é que Rego, Sachs e Kageyama, estudiosos de questões que

envolvem desenvolvimento, meio ambiente e povos nunca estiveram juntos numa mesma mesa de discussão. Ao realizar as primeiras incursões na área vislumbrei a possibilidade de reuni-los e situa-los num mesmo campo de questionamentos, por se envolverem com temas afins ainda que discutindo questões específicas, restritas às suas áreas de interesses. Mas, eles apresentam algo em comum: combinam as preocupações com o desenvolvimento econômico, com o bem-estar dos povos de ecossistemas peculiares, como são os seringueiros com os quais trabalhei. Estes apresentam posturas éticas e morais na relação com o meio ambiente, a partir de suas culturas. Por esses aspectos assemelham-se nas formas de conceber os usos do conhecimento científico, que combina políticas que possibilitam pensar historicidades das técnicas, em combinação com as culturas e a natureza projetadas através das experiências e vivências dos moradores da Reserva Extrativista Chico Mendes.

Referências

- ARAÚJO, Hermetes Reis de (Org.). O mercado, a floresta e a ciência do mundo industrial. In: **Tecnologia e Cultura**. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.
- BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. Tradução de Antônio de Pádua Denesi. São Paulo: Martins Fontes.
- FERREIRA, Djair Rodrigues. **Educação matemática na floresta - Projeto Seringueiro**. Rio Branco: CTA, 1998.
- KAGEYAMA, Paulo Y. **Extractive reserves in brasilian Amazonia end genetic resources conservation**. Tenth World Forestry Congress. Paris, 1991.
- LEACH, Edmund. Anthropos. In: Enciclopédia EINAUDI. 5. **Anthropos-Homem**. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1985.

MONTYSUMA, Marcos F. F. **Seringal, terra e conflito: trilogia da ocupação do Acre (1900-1910)**. Dissertação (Mestrado em História), Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1990.

_____. Entre o proibido e o permitido na floresta amazônica: uma historicidade da formação preservacionista entre seringueiros de Xapuri. In: BOSI, Antônio. et al. **História, poder e práticas sociais**. Marechal Cândido Rondon: EDUNIOESTE, 2006.

_____. Gênero e meio ambiente: mulheres na construção da floresta na Amazônia. In: PARENTE, Temis Gomes & MAGALHÃES, Hilda Gomes Dutra (Orgs.). **Linguagens plurais cultura e meio ambiente**. Bauru: EDUSC, 2008.

PARENTE, Temis Gomes & MAGALHÃES, Hilda Gomes Dutra (Orgs.). **Linguagens plurais cultura e meio ambiente**. Bauru: EDUSC, 2008.

REGO, Jose Fernandes do. **Uma estratégia de desenvolvimento da Amazônia**. Rio Branco: UFAC, 1997. (mimeo).

_____. **Do extrativismo ao neoextrativismo**. Rio Branco: UFAC, 1999. (mimeo).

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Gramond. Rio de Janeiro. 2000.

SASSAGAWA, Hiromi Suzana Yamasaki. **Técnicas de sensoriamento remoto e sistema de informações geográficas (SIG) para o estudo da ocupação do espaço físico e dos tipos florestais da Reserva Extrativista Chico Mendes, Estado do Acre**. Dissertação de Mestrado do Curso de Sensoriamento Remoto. INPE. São José dos Campos. 1999.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e sociedade**. Tradução de Leônidas H. B. Hegenberg, Octany Silveira da Mota e Anísio Teixeira. São Paulo: Editora Nacional, 1969.

_____. **Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade**. Tradução de Sandra Guardini Vasconcelos. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **Cultura e sociedade** de Coleridge a Orwell. Tradução de Vera Joscelyne. Petrópolis: VOZES, 2011.

Fontes citadas

Entrevistas

BARBOSA MAIA, Francisco (Chico Olegário). Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa: **A Cultura Seringueira**. Por Marcos Fábio F Montysuma. Seringal... Colocação.... Xapuri/AC: 17 de julho de 1999, duração 53 min. 12seg.

RAMALHO DE SOUZA, Francisco (Chico Ramalho). Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa: **A Cultura Seringueira**. Por Marcos Fábio F Montysuma. Seringal Filipinas, Colocação Boa Vista Seringal. Xapuri/AC: 25 de julho de 2001, duração 85 min.

O protagonismo dos militantes migrantes na estruturação do MST no Nordeste brasileiro (1985-1993)

Rose Elke Debiasi¹

Introdução

Durante o I Congresso Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), realizado em 1985, na cidade de Curitiba, Paraná, são aprovados os princípios do MST, a saber: a luta pela reforma agrária, pelo socialismo e pela construção do próprio Movimento.² Entre outras deliberações, o MST define a ocupação de terra como a principal forma de luta e principal meio para a obtenção de terras. Alinhado com os propósitos de nacionalização, o congresso contribuiu para o diagnóstico das realidades regionais, articulações com os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs) e membros da Comissão Pastoral da Terra (CPT) dos estados nordestinos.

Existia uma avaliação interna no MST de que para se estruturar nacionalmente deveria se apostar na política de

¹Doutora em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Endereço eletrônico: elkedeblazi@gmail.com

² Quando aparecer no texto a expressão Movimento, com a inicial maiúscula, estamos nos referindo ao MST; nos casos em que estiver com inicial minúscula, trata-se de outros movimentos sociais.

deslocamento de militantes,³ pautando-se na experiência organizativa e produtiva dos colonos da região Sul do país. O envio de lideranças para regiões potencialmente conflituosas, porém com pouca organicidade, é um dos eixos de atuação do Movimento. Podemos observar essa orientação no Plano Nacional do MST, aprovado em 1989, com metas previstas até o ano de 1993, em duas das resoluções do documento: a primeira determina no item 44: “ampliar a capacidade de organização, mobilização e ação, nos estados onde predominam os trabalhadores rurais, especialmente no Nordeste”; e, a outra diretiva, no tópico 50: “Desenvolver uma política de organização massiva e de ampliação do Movimento, segundo as regiões prioritárias e de maior concentração de trabalhadores rurais sem-terra” (MST, 1989).

Para assegurar que o processo de expansão, nacionalização e perenidade fosse exitoso, o MST estabeleceu dois eixos de atuação, interna e externamente: o primeiro que garantisse a disciplina e a coerência ideológica entre os seus integrantes, pautado no centralismo democrático e na direção coletiva, a partir da concepção de partido de Gramsci (SOUZA, 2008; DEBIASI, 2016:2017); e, o segundo eixo, que comportasse um caráter de massas, capaz de manejar o conjunto de categorias e grupos sociais que lutam pelo acesso e permanência na terra (MEDEIROS, 2010). O raciocínio é simples: Não bastava que o MST crescesse, essa expansão deveria seguir mediada por determinados padrões, com o intuito de evitar desvios na condução política e vícios das lideranças. Por isso, o MST opta pelo envio de militantes alinhados, ou melhor, calibrados com os posicionamentos do Movimento.

Antes de avançarmos, cabe fazer dois últimos apontamentos: o primeiro deles é que dentro da política de deslocamento do MST identificamos a elaboração/existência de um perfil de militante que melhor atenda as expectativas das populações para as quais ele

³ Para mais informações ver: DEBIASI, Rose Elke. **Migração, memória e militância**: a estruturação do MST no Nordeste brasileiro (1985-1995). Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, 2016.

(militante) se destina; o segundo aspecto, desdobramento do primeiro, é que as características individuais de cada militante migrante são indispensáveis na estruturação do MST. Entre elas, podemos destacar o carisma, a paciência, a flexibilidade, a abnegação, a disponibilidade e o espírito de sacrifício.

Dito isso, partimos para a organização do presente texto. Ele possui três seções distribuídas da seguinte maneira: a primeira parte reflete sobre o instrumental analítico que os militantes possuíam a respeito das condições de vida e trabalho no Nordeste antes da migração; na segunda parte, justamente, quais são os mecanismos adotados por eles para cumprir a tarefa orgânica de construir o MST; e, a última que reflete sobre as transformações operadas na forma de enxergar os nordestinos (individual e coletivamente) a partir da convivência, da construção de novos espaços de sociabilidade e do estabelecimento de vínculos políticos e afetivos com as comunidades sertanejas no processo de estruturação do MST no Nordeste brasileiro. Esse debate, por sua vez, é permeado pelas leituras que os militantes sulistas estabelecem do (no) Nordeste antes da migração e nos primeiros anos de permanência nas novas localidades.

Utilizaremos entrevistas temáticas, realizadas com os protagonistas desse processo de migração, em geral: jovens, filhos de pequenos agricultores, com tradição religiosa e rígida educação moral e com desprendimento para estruturar um movimento social e a lutar pela transformação da sociedade, a partir da adoção da metodologia da História Oral (ALBERTI, 2005; FERREIRA, 2000). A escolha pautou-se pela posição e pelo papel político que o militante desempenha no grupo, MST.⁴ As entrevistas foram realizadas entre os anos de 2011 a 2016, dentro de uma rede de cooperação e de rememoração, a partir de contatos estabelecidos

⁴ Utilizamos os nomes verdadeiros dos entrevistados por compreender que estamos lidando com pessoas públicas, sendo comum encontrarmos seus nomes em publicações internas, no Jornal Sem Terra e na imprensa falada e escrita dos seus respectivos estados. Essa escolha contou com o conhecimento e consentimento dos entrevistados.

com integrantes das direções nacionais e estaduais do MST, e com o auxílio dos próprios militantes migrantes.

Por meio das entrevistas, queremos compreender como esses atores sociais contribuíram para estruturar as características organizativas do MST, destacando aspectos particulares e coletivos dos percursos empreendidos por eles. Consideramos as possibilidades de mediações socioculturais no trajeto dos militantes migrantes, na medida em que recebiam influência dos camponeses locais e da Direção Nacional do MST e os influenciavam simultaneamente. Nosso intuito não é fazer um estudo comparativo a partir do exposto acima, mas perceber as influências, formulações e adaptações vivenciadas nessas experiências. Buscamos, assim, privilegiar as leituras e expectativas, as motivações e frustrações, a partir da perspectiva deles. As entrevistas serão confrontadas com outras fontes, como os documentos internos e publicações do MST (Programas de Reforma Agrária, Plano Nacional do MST (1989); os Cadernos de Formação) e o Jornal Sem Terra (JST).

I - Os desafios da militância

Os militantes migrantes guardam muitas semelhanças; mas, também, muitas diferenças, tornando cada trajetória uma história singular. As trajetórias pessoais e políticas inseridas no conjunto de relações mais amplas contribuirão para a compreensão do conjunto das relações – disputas, arranjos e adaptações engendradas pelos militantes no processo de estruturação do MST no Nordeste brasileiro.

De acordo com a documentação interna e com as entrevistas realizadas, percebemos, inicialmente, um “desconhecimento” acerca da realidade nordestina, das organizações já constituídas e de seus dirigentes. Zenaide, catarinense e ex-integrante de uma ordem religiosa, relata o conhecimento que ela possuía quando aceitou o desafio de migrar: *“Imaginava que o desafio seria muito*

grande, mas não tinha ideia que poderia ser presa. A gente vai no escuro. Na época a gente era muito jovem e quando a gente é jovem a gente faz aventura” (Entrevista concedida por Zenaide Busanello, 2013). Zena, como é carinhosamente conhecida entre os seus pares, já havia atuado no estado de Santa Catarina, na secretaria do MST e em outro movimento social. Aceitou a proposta de ir para o Nordeste, em parte motivada pela curiosidade e pelo espírito de aventura, mas, sobretudo, por se tratar de uma tarefa orgânica, a qual contribuiria na construção do MST em âmbito nacional. Bellé, militante do Oeste catarinense, deslocado para Maceió, Alagoas, recorda, em terceira pessoa, os desafios para um militante, jovem e com um conhecimento circunscrito à sua comunidade, migrar para outras regiões:

[...] apresentar a um filho de pequeno agricultor, que conhecia apenas os limites do município, a possibilidade de construir o Movimento em outro lugar. Não tem como! Não é uma aventura que você vai fazer. É uma prática desde que eu conheço o Movimento. Ninguém vai para as atividades ou representações sem antes ter o mínimo de preparação (Entrevista concedida por Carlos Bellé, 2013).

Os militantes possuíam consigo grande disposição e desprendimento para atuar, mas, no plano prático, contavam com poucos elementos da realidade sociopolítica dos estados a que se destinavam. Dilei, ex-religiosa, do Norte catarinense, atualmente, assentada em Lagoa Seca, Paraíba, relata que muitas das informações que possuía sobre o Nordeste, antes da migração, eram oriundas dos meios de comunicação. Portanto, o compreendia basicamente como uma região marcada pela pobreza, pela seca e pela violência. Por outro lado, tratava-se, sobretudo, de jovens que estavam dispostos a assumir os desafios da migração em prol da construção do MST e de uma sociedade mais justa.

O Nordeste, por sua vez, se apresentara, naquele contexto dos anos de 1980, como a região com o maior potencial

organizativo, justificando o envio de lideranças para acelerar a nacionalização do MST. De acordo com a publicação do NERA (FERNANDES,2012), a partir dos anos de 1990, a maior concentração de ocupações encontrava-se na região da Zona da Mata e do Médio Vale do São Francisco, ou seja, correspondendo à parte dos estados de Pernambuco, Bahia, Sergipe e Minas Gerais. Medeiros (2004), aponta que muitas das ocupações realizadas na década de 1990 resultaram, também, da presença e da articulação de os militantes migrantes nos anos anteriores

O depoimento de João Daniel, militante do Oeste de Santa Catarina, atualmente, assentado em Nossa Senhora do Socorro, Sergipe, fornece-nos pistas sobre o processo avaliativo do MST em torno do papel estratégico do Nordeste e sobre as articulações subsequentes para assegurar as condições de permanência do militante.

O Movimento, a nível nacional, tinha uma definição de crescer no Nordeste, e implantar o Movimento no Nordeste. Pelos dados, a quantidade de camponeses, o Movimento era muito fraco no Nordeste. Fraco em quantia, e com dificuldades. Então foi amarrada essa discussão e os estados ficaram de receber os dirigentes militantes que vinham pra ajudar. E eu vim pra Sergipe, sozinho, para ajudar o Movimento (Entrevista concedida por João Daniel, 2015).

Em outra entrevista, realizada com Maria Izabel, percebemos como o perfil do/a militante migrante vai sendo delineado. Izabel, ex-religiosa e do Norte de Santa Catarina, inicia a entrevista me dizendo o seguinte: *“Eu sou muito queijo duro”*, justificando a sua não ida para o Nordeste durante os anos 1980. Ela vivenciou o período de implementação da política de deslocamento do MST, contribuindo na seleção e no assessoramento dos militantes deslocados. O uso da expressão *“queijo duro”* tem o objetivo de demonstrar que ela é *“muito sulista”*, ou *“muito bairrista”*,

portanto não comportando o perfil necessário para a tarefa no Nordeste.

Segundo Izabel, para ela seria muito difícil se desprender de determinadas práticas consideradas sulistas para incorporar aspectos da cultura e culinária nordestina. Assim, com o intuito de evitar acusações de “interferência sulista” e de “desrespeito à cultura regional”, o MST buscou atuar de forma mais assertiva, evitando o envio de lideranças “bairristas” e com temperamento mais explosivo ou polêmico. Conforme observaremos, gradativamente, a Direção Nacional do MST privilegiou o envio de militantes mais flexíveis no trato, que apresentassem uma maior aceitação na realidade do(s) Nordeste(s).

Na seção seguinte, apresentaremos duas situações com o objetivo de demonstrar como as características pessoais desempenharam (e desempenham) um papel importante na inserção, no convencimento e na aceitação dos militantes migrantes como lideranças nas comunidades sertanejas.

II – Do perfil ideal de militância ao perfil necessário

Apesar de todos os cuidados, competia às lideranças orientar e conduzir os sem-terra, garantindo que as linhas políticas do MST fossem adotadas. Mesmo que deliberadamente o MST procure não abafar o carisma de alguns de seus dirigentes, vários mecanismos sociais de vigilância foram criados (LERRER, 2008). Essa observação apontada por Lerrer (2008) contribui para compreendermos o papel que os militantes migrantes possuem na produção bibliográfica do MST. Na grande maioria dos casos, eles não são mencionados nominalmente. As ações são encaminhadas pelo sujeito coletivo chamado MST. Observamos que o Jornal Sem Terra destaca, durante a cobertura do III Encontro Nacional do MST, realizado em São Paulo, de 19 a 23 de janeiro de 1987, o papel da equipe de reportagem em garantir que a palavra fosse “controlada” pelos camponeses, definindo-a como seu

“monopólio”, e estimulando a utilização do espaço exclusivamente por eles (TERRA, 1987, p. 4). Fica evidente a preocupação em demonstrar o protagonismo dos sem-terra, minimizando o papel das lideranças com a intenção de descrevê-las como auxiliares.

Compreendemos a preocupação com as práticas desagregadoras ou "viciadas" das organizações de esquerda, como: carreirismo, oportunismo, personalismo; igualmente os mecanismos utilizados para inibir tais comportamentos. Por outro lado, por parte da Direção Nacional do MST, existia a preocupação de que sem uma assessoria qualificada corria-se o risco de o Movimento, no Nordeste, perder a sua radicalidade, que no Sul, em tese, já estava consolidada. Exigia-se dos jovens militantes, potenciais lideranças do Movimento, a participação em cursos, encontros, seminários, onde se realizava o estudo teórico da literatura marxista.

Em consonância com as questões pontuadas acima, percebemos no decorrer da pesquisa que as características pessoais e/ou o perfil de determinados militantes migrantes funcionaram como facilitadores na condução política, contribuindo para que o MST fosse nacionalizado nos moldes propostos. Por meio da análise das entrevistas, pontuamos elementos comuns e particulares na militância que, de forma articulada, fornecem um estilo, um modo de militar próprio dos militantes migrantes, responsável por nacionalizar o MST de forma coesa e unificada, porém, com arranjos para cada estado nordestino. Não situar adequadamente a contribuição destes atores torna menos rica a complexa, multifacetada e contraditória a história do MST.

A partir de duas experiências de militância, de Dilei, na Paraíba, e de Fátima Ribeiro, no estado do Ceará, problematizamos os recursos, as abordagens e os percursos adotados pelas militantes para aproximar e convencer os sem-terra do Nordeste a participarem das ocupações de terra e ingressarem no MST. No período, existia um entendimento de que apenas o desejo de possuir terra uniria pessoas com trajetórias e experiências díspares

no MST. Não tardou para que se identificasse que as concepções de direito ao acesso à terra (WOLFORD, 2010) e a relação estabelecida com ela são diferenciadas.

Dilei, antes de se fixar na Paraíba, percorreu vários estados. Em cada local, contava com uma rede de apoio e solidariedade, formada por militantes, camponeses locais, sindicalistas, religiosos, amigos de familiares, os quais forneciam o mínimo de sustentação para as ações dos militantes migrantes. Em algumas situações, a solicitação de envio do militante partia dos estados, sinalizando quais habilidades o militante migrante deveria possuir. Maria Izabel menciona que privilegiavam “[...] *pessoas que tinham facilidade de compreensão para fazer as estratégias e as táticas para uma ocupação*” (Entrevista concedida por Maria Izabel Grein, 2016).

Esse foi justamente o caso de Dilei. Com um nível de formação considerado superior ao conjunto dos camponeses, primeiramente ela foi enviada para Propriá, Sergipe, onde contava diretamente com o apoio e suporte de João Daniel (militante migrante, filho de pequenos agricultores, ex-seminarista e oriundo do Oeste catarinense), e com o resultado de suas articulações.

Eu fui para a cidade de Propriá, Sergipe, porque lá já estava João Daniel, já tinha, de certa forma, uma base consolidada com algumas pessoas já. E ali, inclusive, algumas pessoas do Sergipe, já nesse período, já nos ajudavam. Já tinha um coletivo. Então, por exemplo, pra vir pra Paraíba já vieram duas de Sergipe (Entrevista concedida por Dilei Schiochet, 2015).

De lá, foi deslocada para o município de Teotônio Vilela, Alagoas, com a tarefa de capitanear aliados e organizar a primeira ocupação de terra. Foi recepcionada por uma sindicalista local, morando com a família dela por um período. Esta convivência contribuiu para que Dilei tivesse a sua presença “facilitada” nos espaços de sociabilidade da própria comunidade.

De Sergipe eu vim pra Alagoas pra realizar a primeira ocupação. E Teotônio Vilela é uma região de canaveiros e assalariados de cana. Nessa cidade, a porta de entrada com quem eu fui fazer o contato pra organizar os sem-terra foi o sindicato. E eu morei, passei o tempo na casa de uma sindicalista. E eu nunca esqueço, na minha vida, essa sindicalista, ela tinha nove filhos. Vivía no meio da cana (Entrevista concedida por Dilei Schiochet, 2015).

A partir da experiência de Dilei em Teotônio Vilela, bastante marcante, parece-nos que ela constrói um estilo de trabalho de base, com o intuito de adquirir a confiança e evitar eventuais indisposições no relacionamento com os sertanejos. Ela diz:

O segredo de adquirir a confiança. Quando eu não estava em reunião, eu ia aprender a fazer farinha com eles. Essa relação de convivência que dava para eles a segurança que dá para ir [para as ocupações]. Eu acho que esse método ele é importante, a convivência com eles. Cria uma relação de confiança e eles vão. Imagina: “O povo que vem do Sul e quer levar a gente para terra”. Pensando hoje, esse povo é louco! (Entrevista concedida por Dilei Schiochet, 2015).

Retomando o depoimento de Dilei, as observações mencionadas por ela podem ser traduzidas como certa “expertise” do MST no trato com os camponeses.

A gente tinha uma lábia danada [risos]. As condições deles e a lábia da gente. O Movimento, nesse sentido, preparou bem o seu time. A gente tinha muita formação, no sentido de ouvir e tinha um elemento muito forte que era a convivência (Entrevista concedida por Dilei Schiochet, 2015).

Por meio do uso de uma linguagem mais simples, com termos próprios dos camponeses da região, ela conseguiu adquirir confiança e avançar no processo de aproximação. Segundo Dilei, o MST não teria prosperado sem esse traquejo ou habilidade. A entrevistada não estabelece distinção entre ela e o Movimento. No

entanto, observamos que as abordagens e as formas de se relacionar modificavam-se de militante para militante. Assim, muito do êxito no recrutamento dependia do perfil do/da militante. Diferentemente de outras lideranças, Dilei defende que suas habilidades na abordagem com os camponeses resultam do trabalho formativo do MST. O vínculo, a origem, a experiência e a trajetória junto à Igreja Católica também foram decisivos na escolha dos militantes que migraram para os estados nordestinos.

Outra situação analisada diz respeito à dinâmica de trabalho adotada pela militante Fátima Ribeiro no estado do Ceará.

A trajetória política de Fátima teve início no Espírito Santo (ES), com ações de apoio ao movimento sindical e depois militando na Pastoral da Terra (PT). A entrevistada relata sua chegada ao Ceará: diz que chegou à rodoviária de Fortaleza com fome e sem dinheiro para começar o trabalho de articulação (primeiramente) no município de Quixadá. Sem conhecer ninguém, no início, ficava na dependência dos dirigentes sindicais para o agendamento das reuniões de base, mas segundo as suas palavras: “[...] *as coisas não saíam, meio que estavam amarradas*” (Entrevista concedida por Fátima Ribeiro, 2011).

Após perceber que não poderia ficar na dependência das organizações, sindicatos e partidos já constituídos na região para convencer os camponeses, ela, então, define o ponto do pau de arara como local de encontro, de trocas e de diálogo com os trabalhadores. A postura de Fátima, sua iniciativa e autonomia, foram decisivas para posterior estruturação do MST/CE. Ela criou um estilo próprio, particular, que se distanciava das formas habituais de fazer política na região.

E a forma que a gente foi, de forma humilde, não teve atravessamento nenhum. Você está no ponto de ônibus, conhecendo a realidade, trocando informação, sabendo quem é quem. Onde estava? Onde você mora? O que vocês fazem? Como que é? A partir daí houve uma inserção na cultura deles. E a

partir daí desencadeia a multiplicação de militância, que foi a sequência (Entrevista concedida por Fátima Ribeiro, 2011).

Segundo Fátima, os trabalhadores começaram a “[...] seguir as lideranças que falavam e concretizavam as ações”, referindo-se ao caráter pacífico e, por vezes, reformista das entidades de classe. Questionada sobre a resistência dos camponeses à presença dos militantes externos e sobre o grau de adesão dos camponeses, ela própria se surpreende com os resultados: “Os sem-terra eram só animação”, diante da possibilidade de possuir um lote para si. A adesão dos camponeses foi considerada alta, e muitas ocupações foram realizadas nos dois primeiros anos após a chegada do MST.

Muitos militantes sulistas acreditam que tiveram êxito no processo de convencimento nos locais de destino devido às suas características pessoais, tais como respeitar a diferença, saber ouvir os anseios dos camponeses e se inserir na realidade nordestina sem imposições. Fátima sugere que sua forma de se inserir, “*sem atravessamento*”, facilitou o trabalho de base. Segundo ela, o fato de ser “capixaba” pode ter ajudado, diferenciando-se dos sulistas, sobretudo dos gaúchos.⁵

Na seção seguinte, abordaremos algumas das críticas dirigidas aos militantes sulistas, os choques culturais e as transformações na forma de enxergar os nordestinos, individual e coletivamente no processo de estruturação do MST.

III – A atuação dos militantes migrantes e as transformações operadas no MST

Em diversas falas identificamos equívocos ou excessos no processo de estruturação do MST no Nordeste. Jaime, filho de pequenos agricultores, ex-integrante da CPT e natural do Oeste catarinense, deslocado para vários estados do Nordeste, reconhece

⁵ De acordo com vários militantes migrantes, existiram problemas de condução e choque entre os sertanejos e os gaúchos.

que houve eventuais erros, inabilidades e excessos no trato com os camponeses e na condução do Movimento nos estados nordestinos. Segundo ele, existia uma preocupação de que o MST se dividisse, com o afrouxamento da direção, e se transformasse numa Organização Não-Governamental (OnG). Já Izabel atribui os equívocos à pouca experiência dos militantes, que ávidos por apresentarem resultados, ignoraram aspectos da dinâmica local. Segundo a entrevistada, os erros são característicos de um movimento social composto de pobres. “*Houve erros sim. Mas o Movimento é movimento de pobre, de gente, e gente erra, ainda mais quando você sai do seu local*” (Entrevista concedida por Maria Izabel Grein, 2016).

Já o depoimento de Fátima demonstra a necessidade de o MST rever os métodos e a linguagem adotados durante os cursos de formação, devido ao papel da religiosidade na formação do campesinato cearense.

Depois vai tendo dificuldades da própria questão organizativa, do processo de crescimento, da expansão, no processo de formação da consciência, que às vezes, houve embates. Alguns cursos de filosofia então tiveram os choques; alguns militantes se afastaram, teve dificuldades nesse sentido. Aí foi revista a questão metodológica de trabalhar esses temas; como o sertanejo é bastante religioso, às vezes, chocavam no processo de formação. Mas, depois se superou, porque se avaliou a necessidade de melhorar a metodologia e a linguagem. Mesmo com essas dificuldades e entraves, também permitiu a recolocação de outra forma (Entrevista concedida por Fátima Ribeiro, 2011).

Conforme afirma Bourdieu (1989), o *porta voz* somente tem legitimidade se o discurso é reconhecido pelo grupo. Por isso a necessidade de se integrar ao universo dos sertanejos, se apropriando de suas práticas, pois elas confeririam a legitimidade ou a “autoridade” necessária para as lideranças. A noção de *habitus* é operativa neste trabalho para pensar que o indivíduo se forma em um determinado contexto, onde recebe um conjunto de

esquemas, responsável por delimitar suas ações e escolhas, através do grupo social que integra; todavia, este indivíduo também age sobre este meio, que é uma entidade inacabada. Este conjunto de esquemas, que define o *habitus*, segundo Bourdieu (1989), é transmitido ao indivíduo desde a primeira educação, ainda no núcleo familiar, sendo constantemente repostado e reatualizado ao longo da sua trajetória social.

Fátima descreve que quando o Movimento decidiu deslocá-la para o estado do Rio Grande do Norte (RN), após 11 anos de permanência no Ceará, os membros da Direção Estadual e demais integrantes do MST-CE não aprovaram de imediato a decisão. Ficaram receosos de que o trabalho poderia ficar comprometido com a sua saída. A Direção Nacional, por sua vez, avaliara que as lideranças do estado já poderiam caminhar com suas “próprias pernas”, pois já possuíam todas as suas instâncias constituídas.

A gente já tinha toda uma estrutura de decisão montada. Nas regionais também organizadas. E no RN tinha alguns problemas que o Movimento estava passando. E daí de novo: quem poderia ir? Acho que a Fátima dá conta. Aí como o CE já podia caminhar. Teve alguns problemas no CE, não queriam que eu sáisse. Aí foi feito todo um trabalho de que daria conta, que não teriam problemas (Entrevista concedida por Fátima Ribeiro, 2011).

O depoimento de Fátima nos permite fazer algumas observações. Em primeiro lugar, que a vida do militante estava à disposição da organização. Quando da migração para o RN, Fátima já se encontrava no CE por aproximadamente dez anos. O seu deslocamento resultou de uma decisão exclusivamente política, com o propósito de mediar uma situação conflituosa no RN. Fátima já estava estabelecida, possuía uma rede de relações e amizades, mas não hesitou em cumprir o encaminhamento, reforçando o argumento apresentado no início do artigo sobre a exigência do centralismo democrático no MST. Em segundo lugar, que o trabalho de continuidade foi delegado a novos militantes, resultado da

formação e articulação da própria Fátima no Ceará. Apesar das queixas, dúvidas e inseguranças, o MST optou por apostar na construção da autonomia e do desenvolvimento de novas lideranças.

Dilei, em outro momento do depoimento, comenta que, gradualmente, foi se desobrigando das tarefas na Paraíba e, atualmente, não se faz necessária a sua exposição pública. Novos militantes, resultado do processo de articulação, adquiriram maior visibilidade, tornando-se porta-vozes do Movimento.

E, nem sempre, às vezes, a gente fala, mas, mais raramente é a gente que fala. mas ele tem... ele [Movimento] tem um corpo próprio, ele tem coordenações fortes, próprias. E já nem sempre é a gente que fala (Entrevista concedida por Dilei Schiochet, 2015).

A substituição das lideranças é resultado do processo de estruturação do MST nacionalmente.

Na mesma linha argumentativa de Claudia Monteiro (2013), sobre a atuação dos militantes do PCB no Paraná, acreditamos que a presença dos militantes migrantes possibilitou a participação e o engajamento de pessoas na política que até aquele momento estavam alheias às questões desta natureza. Em alguns casos, o MST avaliou que o deslocamento das lideranças locais, forjadas a partir do processo de aproximação, articulação e convivência com as lideranças sulistas, era importante para o crescimento e projeção delas. Os vínculos familiares e locais, nesse caso, limitariam as potencialidades do militante, como no caso da Paraíba:

Porque se a gente deixasse aqui, elas não iam crescer. A nossa análise, pelas relações familiares e própria estrutura de poder aqui, eles contribuíram muito mais em outros estados, elas se tornaram referências. Aqui poderiam se anular (Entrevista concedida por Dilei Schiochet, 2015).

Acima, a entrevistada relata o envio de uma liderança local, recém vinculada ao MST, para outro estado. Verificamos situação semelhante nos estados do Ceará e Piauí.

Os encaminhamentos acima corroboram com a tese de Rosa (2006) sobre o papel dos movimentos e das organizações sociais do campo na formação de novos atores políticos. O autor apresenta um inventário das organizações de luta pela terra que se estruturam a partir do repertório de ações consagradas pelo MST, em particular a ocupação de terra. De acordo com Rosa (2006), as organizações como o MST criam condições inéditas para a transformação dos seus líderes em figuras de destaque no cenário político dos pequenos municípios, contribuindo para a modificação das estruturas tradicionais de poder no território em que operam. Especificamente sobre o MST, Rosa (2010) defende que ele foi o responsável pelo surgimento de uma nova relação entre o Estado e os movimentos sociais.

Em paralelo à constituição de novos atores sociais, capazes de alterar a dinâmica política dos pequenos municípios, observou-se o acesso à terra como elemento de mobilidade social nas contribuições de autores, como Godoi, 2009; Moreira, 2007; Rosa, 2010, e nos depoimentos analisados. Os entrevistados destacam as mudanças nas condições de vida e trabalho da população pobre do campo, sobretudo através da aquisição de bens de consumo e acesso aos serviços, como moradia, educação, energia elétrica, financiamento e créditos para a produção.

Depois de anos que você vai tendo as conquistas, é gratificante as pessoas estarem com a casa, às pessoas estarem, é... não existe valor econômico que pague isso. Não existe. Quando as pessoas têm a sua terra, que elas melhoraram, que lá no café da manhã não é mais só ovo, né? Mas é a batata, é o inhame, é galinha. E que você já não tem mais três ovos, você tem dúzia de ovos que você leva pra feira pra vender. São outras relações (Entrevista concedida por Dilei Schiochet, 2015).

Na mesma linha, Dilei descreve as transformações coletivas e individuais operadas antes, durante e após a realização da marcha na Paraíba. Essa marcha ocorreu de forma articulada (e paralela)

com a Marcha Nacional a Brasília, em 1997, cujo principal objetivo foi construir uma comunicação com a sociedade (CHAVES, 2000).

Nós fizemos a marcha, 97, de um canto do estado a outro, de Cajazeiras a João Pessoa. E essa marcha espalhou o MST no Estado todo. Nós pegamos 150 pessoas e fomos, acho que 700 km. Foi uma loucura. Mas, foi uma marcha que acontecia em todos os estados do Brasil. E essa marcha ouvia os problemas do povo, o que o povo queria e atrás ia um grupo fazendo ocupação. E aí gente fez ocupação no sertão do Cariri. E aí a partir dessa marcha que o MST começou a tomar o corpo de estado na Paraíba. Fiquei por aqui, fui coordenando o Movimento, fui assumindo as instâncias, aí assumi Direção Nacional. Mas, assim...o MST antes era muito localizado numa região, e nós viemos e fomos expandindo o Movimento. Essa foi minha tarefa na Paraíba. Foi cumprida. Como foi cumprida a tarefa no Nordeste e consolidar o Movimento nos estados. Até aqui tarefa cumprida (Entrevista concedida por Dilei Schiochet, 2015).

Seu depoimento demonstra que a ocupação de postos mais altos na Direção do MST está diretamente relacionada com a expansão do próprio Movimento na Paraíba; evidencia, igualmente, a formação de novos espaços de sociabilidades; e, anuncia uma nova abordagem na condução da luta pela terra, exemplificada pela alteração do método de trabalho e na incorporação de distintas formas de luta.

Em outro momento do depoimento de Dilei, percebemos a transformação na forma de enxergar os camponeses nordestinos. Se em determinados momentos da narrativa, a participação dos sulistas aparece como a única possibilidade para alterar o quadro de miséria, através da organização dos sem-terra nordestinos, agora, adquire outros contornos. Ela deixa claro que as reflexões resultaram de um processo de desconstrução da visão do Nordeste como uma região exclusivamente marcada pela pobreza, povoada de “coitados” e “incapazes”.

Que também a gente tinha os relatos, não tanto por... eu acho que os relatos que a gente tinha do semiárido, relatos da mídia que hoje eu desabono todos. Mas tudo bem. Se foram aqueles relatos que me trouxeram até aqui e me ajudaram a construir um Movimento, e a gente mudou a concepção hoje. Eu não vejo nenhum problema. Problema seria se você mantivesse que os nordestinos são pobrezinhos, que, é... o semiárido é ruim. Hoje eu tenho, a gente tem outra visão. Então eu acho que essa foi a... a maior, assim, que eu lembre desse período foi isso (Entrevista concedida por Dilei Schiochet, 2015).

Dilei demonstra o alargamento do seu olhar a partir da migração e, conseqüente, contato com outras culturas e experiências:

A compreensão do Brasil ela se torna diferenciada, ela unifica. Eu sempre digo que os nordestinos tinham que ir para o Sul. As pessoas crescem quando elas saem. Se eu vivesse só no lote da minha mãe até hoje, qual era a formação da minha consciência!? Era aquele lote (Entrevista concedida por Dilei Schiochet, 2015).

Na leitura do depoimento acima supomos que o processo de expansão do MST foi facilitado pelo entendimento, convívio e pela troca entre os diferentes rurais no Brasil, possibilitando uma maior coesão e unidade do Movimento. O MST, portanto, estabelece uma relação dupla: é ao mesmo tempo resultado e instrumento dessas transformações.

Algumas considerações

As trajetórias dos militantes migrantes se inscrevem na história do MST e da luta pela terra no Brasil, contribuindo para o conhecimento desta fase histórica de estruturação do Movimento no Nordeste brasileiro. Embora seja destacado o protagonismo individual dos militantes, suas trajetórias, aptidões e habilidades, este artigo compreende que as ações engendradas pelos militantes migrantes devem ser compreendidas coletivamente, no seu

conjunto, pois competia a eles fornecerem organicidade, unidade e identidade social ao MST.

Trata-se de uma militância que foi se constituindo em paralelo a constituição do próprio MST, formulando, experimentando e contruindo um estilo singular de atuação; ao mesmo tempo, na condição de quadros políticos deslocados, recaia sob eles uma forte cobrança e expectativa por resultados rápidos, incorrendo, assim, muitas vezes, em erros, excessos e desrespeitos às concepções de direito, aos ritmos e às exigências da população sertaneja. Por outro lado, merece destaque a elaboração de instrumentos analíticos pelos militantes migrantes para estreitar o diálogo e criar vínculos políticos, afetivos e de confiança, ao ponto de os camponeses aderirem às ocupações de terra.

Hoje, após mais de trinta anos de convivência, a percepção do Nordeste é outra, foi transformada; assim como o experimento político, MST, transformou-se e transforma-se cotidianamente.

Referências

- ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas (FGV), 2005.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Memória e Sociedade. Tradução Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S/A e Lisboa: Difel Ltda, 1989.
- CHAVES, Christine de Alencar. **A marcha nacional dos sem-terra**: Um estudo sobre a fabricação do social. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2000.
- DEBIASI, Rose Elke. **Migração, memória e militância**: a estruturação do MST no Nordeste brasileiro (1985-1995). Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2016, 313p.
- _____. O debate sobre a política de deslocamento de militantes do MST (1985-1993). In: III Seminário Internacional do Tempo Presente, 2017, Florianópolis. **Anais do Seminário Internacional do Tempo Presente**. Florianópolis: UDESC, 2017.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **DATALUTA** – Banco de Dados da Luta pela Terra / NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária, 2012. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/viewFile/1481/1457>>. Acesso em: 29 de dezembro de 2017.

FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). História Oral: desafios para o século XXI. In: JOUTARD, Philippe. **Desafios à História do século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Fio Cruz/Casa de Oswaldo Cruz/ CPDOC – Fundação Getúlio Vargas, 2000. p. 31- 47.

LERRER, Débora Franco. **Trajatória de militantes sulistas: nacionalização e modernidade do MST**. UFRRJ, 2008. 197f. Tese (Doutorado em Ciências) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, RJ, 2008.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Movimentos sociais no campo, lutas por direitos e reforma agrária na segunda metade do século XX. In: CARTER, Miguel (Org.). **Combatendo a desigualdade: o MST e a reforma agrária no Brasil**. Tradução: Cristina Yamagami. São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 113-136.

_____. **As novas faces do rural e a luta por terra no Brasil contemporâneo**. Colômbia: Nómadas. Universidad Central Bogotá, 2004.

MONTEIRO, Claudia. **Política entre razão e sentimentos: A militância dos comunistas no Paraná (1945-1947)**. UFPR, 2013, 207 f. Tese (Doutorado). Curso de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, 2013.

ROSA, Marcelo. Para além do MST: O impacto dos movimentos sociais brasileiros. In: CARTER, Miguel (Org.). **Combatendo a desigualdade: o MST e a reforma agrária no Brasil**. Tradução: Cristina Yamagami. São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 461-478.

SOUZA, José Carlos Lima de. **O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) – O moderno príncipe educativo brasileiro na história do tempo presente**. UFF, 2008. 260f.

WOLFORD, Wendy. Assentamentos do MST em Pernambuco: identidade e resistência. In: CARTER, Miguel (Org.). **Combatendo a desigualdade: o MST e a reforma agrária no Brasil**. Tradução: Cristina Yamagami. São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 373-394.

Fontes citadas

Jornais

TERRA, Jornal Sem. n. 60, fev./mar. 1987.

Plano Nacional do MST (1989 - 1993). **Caderno de Formação** n. 17. São Paulo: MST, 1989.

Entrevistas

AMORIM, Jaime. **Entrevista Oral** [gravada] realizada por Rose Elke Debiasi. Caruaru (PE), 02 ago. 2013. 2h23min.

BELLÉ, Carlos. **Entrevista Oral** [gravada] realizada por Rose Elke Debiasi. São Paulo (SP), 22 set. 2013. 2h15min.

BUSANELLO, Zenaide. **Entrevista Oral** [gravada] realizada por Rose Elke Debiasi. São Paulo (SP), 23 set. 2013. 59 min.

DANIEL, João. **Entrevista Oral** [gravada] realizada por Rose Elke Debiasi. Nossa Senhora do Socorro (SE), 21 mar. 2015. 2h16min.

GREIN, Maria Izabel. **Entrevista Oral** [gravada] realizada por Rose Elke Debiasi. Curitiba (PR), mar. 2016. 1h57min.

RIBEIRO, Fátima. **Entrevista Oral** [gravada] realizada por Rose Elke Debiasi. Vitória (ES), 07 out. 2011. 1h36min.

SCHIOCHET, Dilei. **Entrevista Oral** [gravada] realizada por Rose Elke Debiasi. Lagoa Seca (PB), 29 jun. 2015. 2h17min.

Memórias da luta pela educação do campo: acampamento Dom José Gomes de Chapecó-SC

Joselene Ieda dos Santos Lopes de Carvalho

Tânia Mara de Bastiani¹

1. Considerações iniciais

Miguel acorda diariamente às 5h30 da manhã, toma chimarrão com seus pais, come algo e vai buscar as vacas para ordenhá-las. Em torno de 10h00, o serviço que foi atribuído como uma responsabilidade ao garoto está finalizado. Uma parte do leite é destinada à venda para uma empresa de laticínios local, enquanto outra ele entrega a sua mãe que, além de fazer queijos para o consumo da família, ainda os vende para os vizinhos e parentes. Nos dias de semana, depois de realizada a tarefa matinal, toma banho, faz as tarefas escolares, almoça e percorre uma distância de 2 km até o ponto, pois às 12h30 passa o ônibus que transporta os estudantes até a escola, localizada no centro urbano da cidade em que mora e, através do qual, percorre mais 10 km para estudar. Ao chegar em casa, novamente busca as vacas para ordenhá-las, dorme cedo, pois no outro dia o dever lhe chama novamente.

¹ Doutorandas em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). Vinculadas à Linha de Pesquisa “Trabalho e Movimentos Sociais”. Emails: joohieda@hotmail.com; taniamaradb@gmail.com

Miguel tem 13 anos e está no 9º ano, adora os afazeres do campo e já comentou com os pais sobre a vontade de parar de estudar, afinal a escola parece não fazer sentido ao jovem agricultor. Além disso, se sente cansado com o caminho que percorre para chegar até ela e constrangido quando alguns colegas riem de seu jeito e o chamam pejorativamente de “colono”. A princípio Miguel quer continuar morando com os pais, gosta da tarefa de ordenhar as vacas atribuída a ele, se parar de estudar poderá participar ainda mais dos afazeres, passará a contribuir com o plantio de mandioca e milho para a alimentação do gado e na criação das galinhas e porcos. Assim, os pais não se opuseram à ideia de abandono escolar, pois concluíram como vantajoso para a família, então, provavelmente ele deixará de estudar no ano que vem.

Miguel é um personagem fictício, mas retrata a situação real de muitos jovens que abandonaram a escola por não identificar-se com ela. Caldart (2009) elenca dois principais motivos da falta de identificação dos povos do campo com as escolas da cidade. O primeiro é referente à falta de conteúdos que sejam condizentes com a realidade do homem do campo, ou seja, perceberam que os aprendizados com as escolas da cidade não contribuíam para a experiência na vida do campo, o que abria possibilidade para que muitos camponeses, principalmente os jovens, desistissem de estudar por não perceber-se pertencente ao ambiente escolar. O segundo ponto, não menos importante para a discussão, é o fato de que o campo quando mencionado nos assuntos discutidos em sala de aula, normalmente era visto em comparação com a cidade. Assim, enquanto esta era vista como propulsora de desenvolvimento e modernização, ao primeiro eram atribuídos os adjetivos de “arcaico” e “atrasado”, tendo como figura representativa o personagem de Monteiro Lobato “Jeca Tatu”, isto é, homem pobre, preguiçoso e doente e, portanto, uma barreira para o desenvolvimento do campo.

Assim, procurando romper com a situação acima descrita, a partir da década de 1990, movimentos sociais do campo, juntamente com Instituições de ensino e órgãos que compreendem a luta pela educação como direito do povo, se reuniram para reivindicar políticas públicas para a Educação do Campo e, conseqüentemente, por Escolas básicas do campo. Escola esta não apenas no sentido de ser localizada geograficamente no meio rural, como era a Escola rural tradicional entendida como a escola “para” o campo ou “no” campo, isto é, uma escola pensada para o meio rural sem levar em conta os anseios e necessidades de seus habitantes, passou-se a defender uma escola “do” campo, aquela que é construída conjuntamente com os sujeitos envolvidos e contribui, assim, tanto para a vida prática dos camponeses, quanto para a continuidade da vida no campo.

No contexto de reivindicações por políticas públicas para a Educação do campo e, conseqüentemente, uma escola diferenciada para o meio rural, foi organizado o primeiro Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária (ENERA) em 1997 e a “Articulação Nacional por uma Educação do Campo” em 1998. Esta última foi responsável por alguns Seminários, tais como, os ocorridos em Cajamar/SP (1999) e em Brasília (2002) e, também, pela realização de duas Conferências Nacionais intituladas “Por uma Educação Básica do Campo”, ocorridas em Luziânia - GO, em 1998 e 2004, respectivamente. Em 2010, no intuito de retomar o surgimento da Educação do Campo como uma necessidade da classe trabalhadora em contraponto a Educação Rural voltada ao capitalismo, movimentos e organizações sociais e sindicais do campo, universidades, Institutos Federais de Educação reuniram-se em Brasília para criar o Fórum Nacional de Educação do Campo (FONEC)².

² Estes são apenas alguns exemplos de eventos ocorridos, sem desconsiderar, no entanto, que muitos encontros ocorreram também em cada Estado brasileiro, discutindo, inclusive, algumas especificidades locais.

Os eventos ocorridos a partir da década de 1990 fazem parte do que ficou conhecido como “Movimento Por Uma Educação Básica do Campo”, o qual contribuiu para a elaboração de Políticas públicas educacionais, tais como, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) de 1998; as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo de 2002; o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM) do Campo/Saberes da Terra de 2005; o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO) de 2009; e, o Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO) de 2012.

Um dos protagonistas na discussão e impulso para a elaboração de Políticas Públicas de Educação do Campo foi o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que, no decorrer de sua história, passou a perceber que a luta pela terra deveria estar associada à conquista de outros fatores, entre eles, o educacional. Educação esta que é compreendida pelo MST, tanto em seu sentido amplo, pois compreendem que ela se realiza em todas as dimensões da vida, ou seja, acreditam que os sujeitos educam-se com o próprio movimento, nas marchas, nas místicas e no dia a dia da organização dos acampamentos e assentamentos, quanto em seu sentido formal, ou seja, a educação escolar. Em relação a esta última, o MST compreende que suas escolas precisam se adequar aos seus objetivos de luta, pois, além de reivindicarem o direito à terra, discutem uma nova maneira de se viver nela, adequando novos meios que sejam livres, por exemplos, de agrotóxicos e da utilização da terra apenas como valor mercantil.

Levando em conta a contribuição do MST para o impulso das Políticas Públicas de Educação do Campo, este artigo propõe discutir a educação como um dos elementos que contribuem para a continuidade dos valores do MST em relação à luta pela terra e tudo que ela significa. Sem desconsiderar seu sentido amplo, neste momento, discutiremos a importância e a organização da escola

“Milton Santos” pertencente ao acampamento “Dom José Gomes” (hoje assentamento com o mesmo nome no município de Chapecó-SC) durante os anos da existência da mesma, ou seja, de 2002 a 2009. Para tanto, trazemos memórias de duas mulheres, hoje moradoras do assentamento, que vivenciaram o processo de acampamento. A fim de conservar suas identidades, utilizaremos nomes fictícios.

Tendo por base a afirmação de Portelli (1993, p.41) nos orientamos pela “análise independente que permita recuperar não apenas os aspectos materiais do sucedido como também a atitude do narrador em relação à eventos, à subjetividade, à imaginação” e, portanto, as entrevistas nos permitiram falar um pouco do dia a dia das participantes antes e durante o acampamento, principalmente no que diz respeito ao envolvimento delas com a escola, além de compreender, mesmo que não faça parte do nosso recorte, um pouco o dia a dia na atualidade, tanto da vida escolar das crianças e adolescentes do assentamento, quanto das entrevistadas. Portanto, propomos discutir a educação do campo além da teoria, levando em conta memórias de luta de sujeitos que contribuíram para sua efetivação.

2. O recomeço na roça

A madrugada enluarada de 23 de abril de 2002, assistiu muitos caminhões que faziam fila na avenida Nereu Ramos do bairro Seminário no município de Chapecó-SC. Já passava das 2h, hora propícia para realizar o que aconteceria em breve. Nos caminhões mais de 200 famílias oriundas do próprio município e de outros da região oeste catarinense aguardavam ansiosas para seguir em frente. Torcendo para que não houvesse nenhum imprevisto que pudesse atrapalhar os planos, como a presença da polícia, seguiram tendo como destino a ocupação da fazenda

Seringa, localizada na linha Água Amarela, zona rural de Chapecó-SC e distante 10 km do centro urbano³.

A ocupação da área foi algo inédito para muitos presentes que, apesar de já ter ouvido falar no MST, às vezes até de forma estereotipada, nunca haviam participado de algo parecido. Para outros, filhos de assentados da região ou que mais uma vez repetiam o ato a fim de conquistar um pedaço de chão, era algo sem novidade, mas que nem por isto deixava de trazer preocupações com o que aconteceria depois. Para estarem ali, alguns deixaram suas famílias nas antigas residências, localizadas tanto no campo, quando arrendatários de terra, por exemplo, ou no urbano, localizadas normalmente nos bairros mais pobres das diversas cidades que vinham. Outros apostaram tudo, se é que tinham algo a perder, na perspectiva de conseguir algo para chamar de seu e, mudaram-se com toda a família para a mais nova residência: a ocupação do que viria a ser, quase 7 anos após, o assentamento de mesmo nome do acampamento que o originou: “Dom José Gomes”.

Entre os presentes no dia da ocupação e que se mudaram com toda a família estava dona Margarida, mulher decidida a mudar de vida voltando a morar na zona rural. Antes de mudar-se para o acampamento já morava em Chapecó-SC, onde passou sua infância no campo “e aí com 12 anos eu fui pra cidade” (MARGARIDA, 2017a). Ao ser questionada sobre o porquê juntamente com sua família haviam deixado o interior, respondeu:

Porque nós era agregado né? Daí o pai conseguiu fazer uma boa safra e ele comprou um lote na cidade. Daí a gente foi pra cidade. (...) Mudou toda a família, pai, mãe e toda a família. A gente foi pra cidade e daí moramos lá, assalariado. Aí teve uma época que a gente teve até que catar papel na rua né? Reciclável também.

³ A propriedade ocupada pelo grupo já havia passado por um processo de venda, mas, segundo relato de alguns assentados, o comprador não teria pago todo o valor combinado, sendo que o vendedor passou a apoiar para que a área fosse comprada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), pois assim receberia a totalidade pela venda.

(...) Eu fazia um pouco de tudo! Costurava... mas assim mesmo eu tinha às vezes que reciclar né? (MARGARIDA, 2017a).

Através da fala de dona Margarida é possível observar que a tentativa de ir para a cidade era sob o pretexto de melhorar as condições de vida da família. Porém, a trajetória na cidade era de necessidade. A vida de trabalho de dona Margarida é marcada pela realização de diversas atividades, trabalhou na justiça federal servindo cafezinho, de doméstica, como costureira de uma loja de roupas e também em casa, como cozinheira em um restaurante, como servente em uma escola, além de catar papel na rua, atividade desenvolvida juntamente com o marido após o casamento “meu marido reciclava, eu ajudava ele a reciclar”. Sobre todas as atividades desenvolvidas por ela, resume dizendo que “nós fazia de tudo né?” (MARGARIDA, 2017a).

Apesar de muitos anos dentro de uma rotina de trabalho urbana, dona Margarida sentia falta de viver no campo, “eu sempre gostei da roça né? Trabalhando na cidade, mas querendo ir pra roça” (MARGARIDA, 2017a). A realização do desejo de retornar ao rural se fez presente diante da oportunidade de acampar. Dona Margarida narra que um dia sua filha chegou em casa dizendo que na escola haviam perguntado quem tinha interesse em fazer parte do MST, então, ao relatar à filha que gostaria, recebeu em sua casa um professor e um padre que a convidaram a se juntar a ocupação que aconteceria em breve. Sobre o convite, ela relata que “eu não pensei duas vezes, foi questão de meia hora” (MARGARIDA, 2017a). A rapidez na decisão demonstra o quanto estava disposta a deixar seus afazeres na rotina de trabalho urbano e retornar suas raízes na vida rural.

No entanto, após a decisão de dona Margarida de acampar, surgiram diversos rumores e questionamentos: “Você vai assim? Sem conhecer eles?” e ela respondia tendo como base discursos anteriores “Eu já conhecia o movimento (MST) através dos padres, das irmã (...) Aí eu pensei assim, é impossível os professores e um

padre estarem mentindo né?” (MARGARIDA, 2017a). Importante registrar essa fala de dona Margarida porque parece simples, mas demonstra a influência da escola e da igreja⁴ para a legitimação das ações do MST.

Os questionamentos diante da ação de participar da ocupação vinham, principalmente, por parte da família, pois afirma que o marido, os pais e os irmãos não concordaram com a iniciativa, lembrando, entre risos, que eles diziam que estava “louca”, mas que apesar disso “eu simplesmente arrumei a mala e vim embora com os filhos” (MARGARIDA, 2017a), colocando, assim, a opinião dos familiares, principalmente do marido ao afirmar que “quando ele viu que eu não iria desistir, veio junto” (MARGARIDA, 2017a), em segundo plano e assumindo, portanto, o protagonismo da ação de acampar.

Quando resolveu acampar tinha 35 anos, era casada desde os 21 e tinha 5 filhos ainda adolescentes e crianças, catava papel, atividade principal do marido, trabalhava como costureira, em atividade caseira, e era servente em uma escola do bairro São Pedro em Chapecó-SC, onde também residia e afirmara que era presente no dia a dia da comunidade, principalmente, ajudando na Igreja e na Escola, motivo que a fez continuar no trabalho mais 10 meses após o acampamento. Após largar o emprego, a família subsistiu na ocupação com a venda da casa no bairro São Pedro e aulas particulares de artesanato em uma sala de costura do bairro Santa Maria, onde afirma entre risos que a sócia “virou minha nora” (MARGARIDA, 2017a).

Uma das filhas a acompanhar a mãe no acampamento foi Violeta, na ocasião tinha 14 anos. Natural de Chapecó-SC, lembra que até os 8 anos morou em diversas casas na área urbana deste

⁴ Um exemplo da importância religiosa na organização do MST no oeste catarinense é o nome do acampamento e hoje assentamento de Chapecó-SC, pois “Dom José Gomes” é uma homenagem ao ex bispo católico da Diocese de Chapecó-SC entre 1968 e 1999, ex Presidente da CPT de 1983 a 1987 e do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) de 1979 a 1983. Adepto a Teologia da Libertação, ele incentivou e atuou junto aos movimentos sociais da região e buscou introduzir em suas atuações a renovação trazida pelo Concílio Vaticano II no intuito de defender os povos do campo.

município, onde a família pagava aluguel ou morava em casa de algum parente, provavelmente, por dificuldades financeiras. Tal vida nômade foi alterada quando a família, juntamente com outras 40, ocuparam um terreno da prefeitura “perto de um riachinho, lá onde hoje é o Verde Vida⁵” (VIOLETA, 2017a), onde permaneceram, primeiramente, de forma irregular. A maioria das famílias era formada por desempregados ou catadores de papel, inclusive a deles, conforme já vimos pelos relatos de dona Margarida. Sobre a rotina de trabalho, Violeta lembra que quando tinha uns 12 anos o pai ficou surdo e tinha dificuldades de conseguir emprego, então, devido à questão financeira o ajudava à noite, juntamente com dois dos irmãos, a puxar papel que vendiam para o Verde Vida, “a gente vendia papel pra eles, preço muito baixo” (VIOLETA, 2017a). Depois de algum tempo, os lotes foram regularizados pela prefeitura e os moradores pagavam o que Violeta classifica como um “valor simbólico” pelo terreno. A casa construída neste terreno é a que dona Margarida disse ter vendido para ajudar na subsistência da família durante os anos de acampamento.

Pensar em movimentos sociais é primeiramente compreender que se houvesse uma distribuição igualitária dos recursos econômicos em nosso país, não haveria necessidade da luta constante de tais pessoas que compõem estes movimentos. Um movimento social não surge do nada, é a junção do processo

⁵ Segundo definição da associação, disponível no site da mesma, “O Verde Vida Programa Oficina Educativa é uma associação com fins não econômicos (ONG), atua desde 1994 no município de Chapecó-SC, desenvolvendo importante trabalho social, de fortalecimento de vínculos e convivência educativa, além de atuar na área ambiental. É uma entidade reconhecida de utilidade pública municipal, estadual e federal, além de filantrópica. Atende jovens em situação de vulnerabilidade, na faixa etária de 10 a 17 anos, através de oficinas socioeducativas, de convivência educativa e educadora, com a prática de atividades lúdicas, de formação pessoal, de reforço escolar e de integração ao mercado de trabalho. O Verde Vida busca a autossuficiência financeira por meio da coleta seletiva de recicláveis, gera emprego e renda na região carente dos bairros São Pedro e Bom Pastor, colabora com o poder público evitando custos e na melhoria do saneamento básico. Sua atuação, possui efetividade com todos os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). É o Bioma Verde Vida”. Disponível em <https://www.verdevida.org.br/>. Acesso em: 20 de novembro de 2017.

histórico da resistência e da luta pela sobrevivência que faz com que trabalhadores se unam em um propósito em comum. Entretanto, ainda há uma visão estereotipada, fortalecida pelos meios de comunicação, de que os movimentos sociais não possuem um projeto político e manifestam uma imagem deturpada dos sujeitos participantes como se fossem “baderneiros”. Assim sendo, práticas discriminatórias e até mesmo violentas para conter esses movimentos são executadas cotidianamente.

Um exemplo de como o MST é concebido pelos meios de comunicação é o estudo realizado por Eduardo Ferreira de Souza na dissertação intitulada *Do silêncio à satanização: o discurso de Veja e o MST* (2001) e disponibilizado em formato de livro (2004). Neste, o autor conclui que as reportagens sobre o MST presentes na revista *Veja* tem por intenções a formação de opiniões de seus leitores conforme a ideologia defendida pela revista, ou seja, a manutenção do *status quo*. Entretanto, o autor percebe que ao longo dos 6 anos e meio analisados (início do governo Fernando Henrique Cardoso, 1995, até meados do ano de 2001, término da dissertação) não há homogeneidade nas reportagens publicadas, pois, ao investigar a produção ideológica nas entrelinhas da elaboração das notícias, classifica as reportagens sobre o MST em 4 fases: Até setembro de 1995, quando nada de relevante foi publicado em relação ao MST pela revista e é definido como “Silêncio”. Rompido o silêncio, entra-se na fase de “Cooptação”, na qual tenta-se neutralizar o potencial de contestação do MST. Para tanto, o governo é considerado como um parceiro do movimento para acabar com as desigualdades do campo e o leitor é levado a despertar sentimentos de misericórdia já que os Sem Terra são considerados como desempregados em condições de trabalho ou agricultores dignos de piedade de quem vive em melhores condições.

Com o fracasso da proposta anterior, as reportagens de *Veja* entram em nova fase, definida pelo autor como “Divisão”, nela há o isolamento do MST no intuito de que este não ganhe mais força.

Isolamento que ocorre, tanto externamente, quando se prega a separação do movimento de seus aliados mais tradicionais, tais como o Partido dos Trabalhadores (PT) e Igreja Católica afirmando, inclusive, em algumas reportagens, que estes deixaram de apoiar o movimento, quanto internamente, quando se tenta indispor seus principais líderes, tais como João Pedro Stédile e José Rainha, tentando convencer os leitores que são diferentes dos sujeitos que formam o movimento. Na fase de “satanização” a última e no auge no término do estudo, a palavras “baderna” e seus similares, tais como, “arruaça” e “desordem” passam a serem utilizadas para abordar as ações do MST, além disso, os sujeitos participantes são considerados não apenas como agricultores, como na segunda fase abordada, mas nesta são adjetivados de “arruinados”.

Para verificar se o MST ainda é um assunto em pauta da revista *Veja* na atualidade, passado mais de uma década do estudo apresentado acima, realizamos, no mês de Setembro de 2017, uma pesquisa prévia no site da revista do Grupo Abril. Na ferramenta de busca digitamos a palavra “MST” e apareceram 12.500 reportagens no período de 2014 a 2017, onde podemos constatar que o MST ainda é um assunto abordado constantemente pela revista. Apesar de não analisarmos todos os registros, acreditamos, tendo por base o estudo citado e a linha editorial da *Veja*, que é pouco provável que tais reportagens tenham como objetivo compreender a visão dos camponeses, mas servem para inferiorizá-los, tê-los como um grupo de atraso à sociedade de modo geral, tais como os objetivos da fase de “satanização” abordada por Souza (2004). Essa revista possui uma tiragem (quando baixa) de cerca de um milhão de exemplares, o que nos possibilita pensar que, tirando os pesquisadores que assinam para utilizá-la como fontes de pesquisa e desconstruí-la, há milhares de pessoas que a entendem como “informação da verdade” como se estivesse desvinculada de qualquer perspectiva política. E assim,

ela contribui para que hajam atitudes discriminatórias e violentas com o MST e demais movimentos sociais.

Reportagens estas que, provavelmente, não destacam as dificuldades enfrentadas durante os quase 7 anos de acampamento. Assim como a de dona Margarida, diversas outras famílias se mudaram para aquele local sonhando com uma vida melhor. Seguindo diversas regras estabelecidas em comum acordo, enfrentaram chuva e frio em baixo dos barracos construídos com lona, a maioria, por não ter outros meios, saía para trabalhar⁶, tanto em seus antigos empregos, já que a área não é tão distante como já dissemos, mas, principalmente, em empreitadas no plantio e corte de eucalipto onde, geralmente os homens, eram contratados por empresas locais. Assim, ficavam alguns dias no acampamento e outros nas empreitadas.

Além da questão do trabalho para a subsistência da família no acampamento, outra preocupação se fazia presente entre os acampados: a escola para seus filhos. Assim, a escola tornara-se um dos objetivos dos que queriam educar seus filhos para uma cultura camponesa. Novamente dona Margarida e os demais acampados (na época da criação da escola) contradizem as informações espalhadas por alguns veículos de comunicação que tentam deslegitimar o MST. Eles não queriam apenas conquistar a terra, mas viver dela e criar condições para que seus filhos permanecessem naquele lugar, vendo na escola uma possibilidade para tanto.

3. Precisamos de escola

Conforme vimos, a educação do campo foi conquistada como política pública e assim permanece até o momento. Entretanto, a luta por ela não surge como algo inerte aos camponeses, pelo contrário, é resultado de suas lutas visando a busca de um espaço na

⁶ Todos que trabalhavam fora do acampamento tinham que contribuir com 10% do que ganhavam para o dia a dia da organização local.

sociedade em que também fazem parte, ou seja, não foi pensada de cima para baixo, mas, como decisão dos camponeses em lutar por uma educação que lhes representasse, que fossem vistos como sujeitos históricos. A prévia para o funcionamento da escola no acampamento não foi diferente, pois também contou com a luta. Após ocuparem a área, organizaram-se em setores para dar continuidade aos seus objetivos. Entre as demandas, estava a escola. Para sanar esta, segundo Violeta, 15 dias após a ocupação, ano de 2002, foi realizado o levantamento do número de crianças em idade escolar e apresentado em uma reunião com a Secretaria de educação (na época a secretária era Luciana Carminatti, hoje deputada estadual pelo PT) a fim da efetivação de uma escola no acampamento. Sendo assim, a escola foi conseguida via extensão da Escola Básica Municipal Água Amarela (a mesma frequentada pelas crianças do assentamento até o nono ano atualmente) e passou a funcionar ainda naquele ano, passando a denominar-se “Milton Santos”, homenagem ao geógrafo brasileiro, um crítico do sistema capitalista e um dos poucos intelectuais negros do nosso país.

A escola foi construída em forma de mutirão. Era de lona, com madeira retirada do mató e telhas onduladas⁷ que foram doadas. Violeta lembra que “uma parte do piso da escola era construída de madeira e outra de chão batido que varriam e jogavam água para baixar a poeira” (VIOLETA, 2017b). Várias vezes aconteceram do vento forte destelhar a escola, e em uma dessas vezes a escola inteira caiu e teve que ser reconstruída. Esta situação persistiu enquanto as famílias estavam todas em um mesmo local. Entretanto, ao espalhar-se na área, ou seja, quando cada uma das famílias direcionou-se até seus futuros lotes, a escola passou a ser na casa da antiga fazenda⁸. Sobre tal iniciativa, Violeta narra que

⁷ Telhas onduladas são conhecidas também pelo nome de uma de suas marcas, o “brasilit”.

⁸ O ano da transferência da escola para a casa da antiga fazenda não foi recordado pelas entrevistadas. Quanto ao ano de transferência das famílias para os lotes, esta não é uma informação de comum acordo entre os diversos assentados com quem conversamos. Acreditamos que a diversidade de informações sobre é devido ao fato de que esta não foi uma decisão coletiva, pois descobrimos que enquanto um grupo queria espalhar-se na área como forma de pressionar pela

(...) ocupando uma casa que estava alheia, que estava sem utilidade nenhuma pra ocupar como escola (...) foi uma forma de pressão, além de conseguir um espaço melhor para as crianças estarem, tinha banheiro, tinha cozinha, tinha almoxarifado, tudo né, uma área lá, tinha um espaço bom pras crianças brincarem, tinha um espaço, um campinho, então bem organizado, fechado, cercado, a gente organizou a horta com as crianças, então, assim, foi bem interessante (...) montamos uma biblioteca de pesquisa para as crianças que já não estavam mais aqui podiam pesquisar nos livros que tinham, estudar (VIOLETA, 2017b).

Uma das lutas do Movimento Sem Terra acerca da educação é compreender que não é somente o ambiente escolar que propicia conhecimento. No entanto, a luta por uma escola com o mínimo de estrutura material era constante entre os pais, algo que foi conquistado com a transferência para a casa da antiga fazenda.

Como no início eram mais de 200 famílias acampadas, o número de crianças em idade escolar era significativo, segundo as entrevistadas, quando a escola passou a funcionar tinha em torno de 150 crianças, atendidas de 1^a a 4^a série, da seguinte forma: de manhã funcionavam duas turmas e à tarde mais duas, juntamente com a Educação Infantil. À noite era destinada aos adultos e contava com a presença do Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (MOVA) e da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

A situação inicial foi se alterando à medida que o número de alunos foi reduzido, isto se deu, pois, com o passar do tempo algumas famílias foram sendo assentadas em outros locais da região ou pelo fato de que muitas, devido a demora e dificuldades por que passavam desistiram de lutar pela conquista da terra. Portanto, reduzido o número de alunos, Violeta lembra que por volta de 2006 ou 2007 as turmas foram organizadas em apenas duas, funcionando como multisseriadas.

formação do assentamento, outro, julgava mais seguro manterem-se unidos e, portanto, algumas famílias espalharam-se antes que outras.

Além da questão material e do número de crianças atendidas pela escola, outra alteração se fez presente na história da escola “Milton Santos”, a passagem de municipal para estadual, ano de 2005, quando esta passou a caracterizar-se como Itinerante⁹, alterando, assim, o dia a dia da organização escolar. Entretanto, a mudança foi relatada como positivo por parte das entrevistadas, pois com a troca de gestão municipal¹⁰, optou-se por não apoiar mais a escola do acampamento, então, a passagem da responsabilidade para o Estado garantiu a continuidade da mesma.

Entre as mudanças da passagem da responsabilidade do município para o Estado estavam os professores, se antes estes eram vinculados ao primeiro, sendo remanejados, primeiramente, os que tinham vínculo com a luta e, posteriormente, selecionados os faltantes por processo seletivo, a partir da passagem para o Estado, deu-se prioridade para pessoas que moravam no acampamento lecionar, formadas ou em formação. Violeta, foi uma das professoras da Escola, no início, contribuía como estagiária, pois na época fazia magistério em uma escola do movimento, o Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (ITERRA) localizado em Veranópolis/RS. Como o curso que fazia organizava-se através da pedagogia da alternância (ficava dois meses na escola e quatro meses no acampamento) nos tempos que estava “em casa” podia contribuir com a escola. Ela relata que naquele momento não podia ter vínculo empregatício, pois era menor de idade, então, conta que a cunhada era contratada e as duas trabalhavam juntas, dividindo o salário. A cunhada referenciada por Violeta é irmã de seu atual marido, eles se conheceram e passaram a namorar durante o acampamento.

⁹ As Escolas Itinerantes foram aprovadas como “experiência pedagógica” no dia 21 de setembro de 2004 pelo Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina, sob o parecer nº 263. Legalmente, foi em 21 de fevereiro de 2005 que tiveram início as aulas nos acampamentos.

¹⁰ Pedro Uczai (PT), hoje deputado federal, assumiu a prefeitura de Chapecó-SC em 06/04/2002 no lugar do titular José Fritsch (PT) que renunciou para concorrer ao governo do Estado de Santa Catarina. Em 2005, após eleições, assume João Rodrigues (PSD), sendo esta a troca de gestão municipal referida pelas entrevistadas.

Além dos professores, com a passagem da municipalização para a escola Estadual, alguns serviços foram cortados, tais como, a ciranda infantil, a merendeira e a faxineira. Para sanar estas necessidades, iniciou-se o processo ainda mais intenso de contribuição das famílias à escola, pois “não tinha quem cozinhasse e limpasse a escola. Foi aí que entrou o processo de cooperação entre as famílias. Cada semana um núcleo fazia a alimentação e a limpeza, fazia um pouco de tudo” (VIOLETA, 2017b).

O que podemos compreender é que novamente a educação que é dever do Estado permanecia para as famílias a responsabilidade. Por isso, cada família sabia da importância que tinha a sua contribuição na prestação de trabalhos para a escola, como a dona Margarida, a qual relata que ajudava no dia a dia da escola, principalmente em aulas de artesanato e costura e também como merendeira, destacando que a alimentação era para todas as crianças, pois como a escola era no espaço limitado do acampamento, na hora do lanche todas as crianças comiam, não somente as que estavam no turno estudando.

Um elemento a ser destacado que fez parte do dia a dia da escola enquanto Itinerante foi a ocupação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) de Chapecó-SC em 2008. Este ficou ocupado pelos acampados do “Dom José Gomes” durante 21 dias (de 19 de agosto até 10 de setembro), ou seja, até o momento em que o presidente, na ocasião Luis Inácio Lula da Silva, assinou o decreto de compra da fazenda Seringa, local do acampamento. Durante a ocupação do INCRA, Violeta destaca que a escola também se mudou, davam aula no almoxarifado da instituição, pois todos estavam lá: ela enquanto professora, agora contratada formalmente pelo Estado, os alunos, agora em número bem reduzido, umas 12 ou 14 crianças, e os pais, colaboradores essenciais no andamento da escola, então, “quadro, livro, caderno, tudo foi pra lá” (VIOLETA, 2017b).

Sobre o acompanhamento da escola nas lutas, dona Margarida destaca que “aonde o povo vai a escola vai junto”

(MARGARIDA, 2017b), retomando aspectos que são primordiais nos princípios da Educação do campo, ou seja, de que a escola precisa fazer sentido à vida de quem dela participa. Sendo assim, dona Margarida e demais membros do acampamento, apesar de não formalmente, faziam e sentiam-se parte dos educadores da escola, além de substituir algum professor em caso de necessidade, participavam ensinando outras tarefas, como artesanato, cuidado do solo, plantio, entre outros afazeres relacionados à vida no campo. Além, é claro, da educação informal através dos valores na projeção de um novo projeto de sociedade.

Portelli (1996) nos alerta sobre dificuldades em lidar com memórias individuais e memórias coletivas. As memórias sobre a escola em que dona Margarida e Violeta ajudaram a construir são como feitos representativos da própria raiz de luta que é o MST. Estes camponeses quando aderem ao movimento sabem que não terão uma vida fácil, por isso, aquilo que por vezes ao lermos nos parece incrivelmente difícil, para alguns naquele momento em que viveram, era apenas mais um obstáculo a ser vencido, o que não retira a gravidade do problema. Provavelmente se fossemos entrevistar um ex-estudante da escola que hoje não tem vínculos com o MST, suas memórias seriam sobre outros fatos. Alguns pais poderiam inclusive, diferente de dona Margarida, afirmar que desistiram do acampamento após ver a situação de calamidade que seus filhos vivenciavam para estudar, ou seja, aquilo que serve de impulso de luta para alguns, pode servir como mecanismo de desistência para outros. Lidar com memória é interessante neste sentido, dona Margarida e Violeta narram experiências coletivas, no entanto, as memórias são individuais.

A escola funcionou apenas um ano após a decisão que sairia o assentamento (2008). Com a passagem do acampamento para assentamento não era mais possível manter a escola que era Itinerante, então, pelo perfil da escola, acabava-se o vínculo com o Estado. Os assentados fizeram audiência com o novo secretário de educação do município e com o responsável pela Educação Infantil

no intuito de dar continuidade a escola, mas, segundo as entrevistadas, não teve nenhuma abertura por parte da prefeitura. Após o fechamento, as crianças e adolescentes do assentamento passaram a frequentar a Escola Básica Municipal Água Amarela (Anos iniciais e finais do Ensino Fundamental), uma escola considerada do campo e distante uns 2 km do assentamento e a Escola de Educação Básica São Francisco (Ensino Médio), localizada no bairro Seminário, uma escola urbana distante uns 7 km do assentamento. Violeta afirmou que todos os anos alguns pais fazem o levantamento do número de crianças e tentam dialogar com o município para a continuidade das atividades dentro do assentamento. Este ano (2017) tentaram marcar, mas não conseguiram. A luta mais urgente é por uma creche dentro do assentamento, segundo Violeta o último levantamento foi constatado 18 crianças de 6 meses até 3 anos, mas essa luta ainda não se efetivou.

Violeta destaca que sente falta da cooperação intensiva, da ajuda entre as famílias, da formação que o ambiente do acampamento favorecia e dos inúmeros debates sobre a conjuntura política e ideológica, mas conclui que, apesar de algumas tentativas isoladas pela continuidade da escola dentro do Assentamento, diante das novas demandas surgidas com o mesmo, a escola acabou não se tornando mais uma prioridade para todos.

4. Considerações finais

Após quase 7 anos da ocupação, no final de 2008, quando da compra da área pelo INCRA e destinação da propriedade para a Reforma Agrária, passaram a residir no então Assentamento “Dom José Gomes” 32 famílias distribuídas em uma área total de 372,35 há. Destas famílias, 30 estavam em situação regular e distribuídas em três núcleos de trabalho compostos por 10 famílias cada e 2 famílias de forma provisória, enquanto se aguardava definição da justiça: a do antigo caseiro da fazenda e outra por entender-se que

não se enquadrava nos critérios pré-estabelecidos para ser contemplada com o assentamento. A redução do número de famílias, em relação as mais de 200 que participaram da ocupação, foi devido aos fatos de que muitas desistiram, pela demora do desenrolar da luta pela terra ou pelas dificuldades do dia a dia do acampamento. Além disto, aos poucos muitas famílias passaram a ser assentadas em outros locais da região, já que o oeste catarinense conta, segundo dados do INCRA, com 94 dos 161 assentamentos de Santa Catarina. Atualmente, o assentamento conta com 31 famílias¹¹, dos dois casos pendentes, o antigo caseiro conseguiu na justiça o direito de ser assentado e a outra família teve de deixar o assentamento, pois após julgamento não conseguiu o direito à terra. Um dos assentados em situação regular no final de 2008 faleceu alguns anos após e seu lote está em processo de transferência para outra família, já que o falecido não tinha parentes para herdar a propriedade.

A história de dona Margarida reúne objetivos de luta em conjunto com mais famílias que formam o MST e muita persistência. Atualmente tem 50 anos, teve mais 2 filhos desde a ocupação, um tem 13 anos e a caçula de 6, ambos moram com ela. Separou-se do marido que a acompanhou durante a ocupação e hoje vive com outro companheiro. Dos 5 filhos que tinha quando foi acampar, uma casou-se com um assentado e mora em outro lote do Assentamento “Dom José Gomes”, é professora e tem 3 filhas (nossa outra entrevistada, Violeta); 2 moram no centro urbano de Chapecó-SC e trabalham na construção civil, apenas um deles tem um filho; outra das filhas mora em um assentamento de Abelardo Luz-SC, é casada com um assentado que conheceu em um encontro do MST e tem 1 filho; outro dos filhos mora em uma casa construída ao lado da dela onde reside com a esposa que está

¹¹ Ao falar em 31 famílias, estamos considerando apenas as dos beneficiários da Reforma Agrária. Entretanto, devido à proximidade com o centro urbano de Chapecó-SC, são raros os lotes em que moram apenas a família do beneficiário, pois, normalmente há mais de uma residência no local. Estas residências foram construídas e estão sendo ocupadas por filhos dos beneficiários que constituíram novas famílias, parentes próximos ou amigos.

grávida, a sogra e a cunhada. Além da casa do filho, outra casa foi trazida para o seu lote, ela abrigará em breve sua mãe e seu padrasto.

Nos afazeres do lote, dona Margarida conta com a contribuição de toda a família (pai, mãe, irmãos, filhos, atual companheiro), alguns são os mesmos que a chamaram de “louca” quando decidiu acampar. Planta uma variedade de produtos para o autoconsumo, trocando o excedente no que classifica como “troca solidária” com os familiares que moram na cidade e até mesmo com os indígenas que são vizinhos do assentamento, afinal, segundo Margarida “é muito pouco dinheiro que entra, mas eu vivo bem” (MARGARIDA, 2017a). Uma das atividades de renda, além da venda de alguns produtos excedentes que aproveita para tirar notas e garantir a futura aposentadoria, está a de costurar. Esta percorre toda a vida de dona Margarida, ou seja, algo que realizava antes e durante a ocupação, conforme vimos, e depois de assentada, pois ela foi a responsável por ensinar a muitas mulheres do assentamento a função, onde criou-se a Associação de Costura, denominada “Costurando Sonhos”, em funcionamento até hoje. Além de ser sócia de tal organização, ainda tem em sua casa a própria máquina e, apesar do dia a dia da produção no lote, segundo ela, nas horas que considera “de folga” faz suas “costurinhas” (MARGARIDA, 2017a).

Violeta tem atualmente 29 anos e 3 filhas com as seguintes idades: 12, 5 e 1 ano e meio. O pai das filhas e hoje seu marido é o que conheceu durante o acampamento. Influenciada pelas experiências adquiridas com a escola do acampamento deu início a vida acadêmica, formou-se em pedagogia no ano de 2011, concluiu especialização em Práticas pedagógicas interdisciplinares em 2012 e o mestrado em Educação no ano passado (2016). Hoje trabalha em duas escolas onde foi Admitida em Caráter Temporário (ACT), de manhã na Escola Básica Municipal Realeza (escola urbana) e a tarde na Escola Básica Municipal Água Amarela. Além de trabalhar fora, no dia a dia do lote, é responsável pela horta, ou seja, no que

ela denomina como “miudezas”, sendo responsável por plantar, regar, colher, fazer conserva, doce do “pouco de tudo” que costuma plantar. O marido é o responsável, no seu entender, pelas “coisas maiores”, ou seja, pela pastagem, plantio e colheita de milho para silagem e consumo dos animais e de feijão e mandioca para alimentação, além de tirar o leite (vendido para uma empresa local) com a ajuda da filha mais velha que já contribui na ordenha das vacas.

A escola em que Violeta leciona à tarde é também a frequentada pelos alunos do assentamento até o nono ano. Ela é uma escola do campo e abrange um público bem diversificado: além das crianças do assentamento, os indígenas da Aldeia Condá que faz divisa com o assentamento, os atingidos por barragem e filhos de pequenos agricultores. No entanto, no entender de Violeta, não atende as necessidades de quem mora no campo. Segundo a mesma, a escola utiliza um material diferenciado que é produzido para escolas do campo, que no julgamento da entrevistada “é muito bom, traz as conquistas e dá voz aos sem terra, aos indígenas e quilombolas” (VIOLETA, 2017b), porém, este material está ficando de lado, pois o município adotou um material padrão para todas as escolas. Além disso, diz que a escola

(...) ainda trabalham com aquela sementinha de ‘estudem para você não ser igual o teu pai e a tua mãe que moram na roça, que tem que sofrer lá na roça’ (...) é uma escola que não trabalha esta questão histórica dos povos do campo, as conquistas, não trabalha esta questão assim: ‘é difícil no campo? É difícil, mas o que se tem que fazer para que melhore? Quais são os direitos que a gente tem, que a gente tem que ir atrás?’ (...) fisicamente, em questão de espaço também é uma escola assim, não tem internet para as crianças, não tem acesso a internet, a pesquisa, estas coisas, então tá aquém de outros espaços da cidade. (VIOLETA, 2017b).

Intuímos que as afirmações sobre a escola atualmente frequentada pelas crianças do assentamento e mencionadas por

Violeta têm como padrão de comparação, tanto a escola do movimento em que realizou magistério, quanto aos anos que atuou na escola dentro do acampamento, já que estas seguiam princípios educacionais do próprio MST, acumulados, sobretudo, nos anos de luta por Políticas Públicas de Educação do Campo e, portanto, isto a faz exigente diante das novas situações escolares vivenciadas pela mesma. No entanto, não temos intenção de realizar conclusões sobre o dia a dia da atual escola frequentada pelos assentados, pois compreendemos que temos como base apenas a fala de Violeta, uma das professoras do local e mãe, já que suas filhas de 5 e 12 anos estudam no local, o que julgamos ser insuficiente, já que para falar da mesma devemos conhecer o local, conversar com direção, professores, alunos e verificar o material utilizado pela escola. Pesquisa que não realizamos neste momento, mas que podemos realizar no futuro ou deixamos aqui como sugestão para que outros pesquisadores o façam.

Ao contrário de julgamentos apressados, nossa intenção com estes escritos foi abordar o protagonismo dos camponeses na luta por Educação do Campo de forma ampla, através da cobrança por Políticas Públicas, e de forma imediata, como a conquista da escola “Milton Santos” dentro do acampamento “Dom José Gomes”. Entendemos que as narrativas de dona Margarida e Violeta tecem as experiências adquiridas ao longo do acampamento e posterior assentamento e fazem parte, portanto, da composição da própria consciência da classe trabalhadora que entende os movimentos sociais como uma forma legítima de luta em busca, assim, da emancipação humana e transformação da sociedade.

Referências

CALDART, Roseli. Educação do campo: notas para uma análise de percurso. In: **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 7 n. 1, p. 35-64, mar./jun.2009.

PORTELLI, Alessandro. Sonhos ucrônicos: memórias e possíveis mundos dos trabalhadores. **Proj. História**. São Paulo, n 10, 1993, p.41-58.

_____. Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana. In: Ferreira, Marieta de M.; AMADO, Janaína. **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

SOUZA, Eduardo F. de. **Do silêncio à satanização: o discurso de Veja e o MST**. São Paulo: Annablume, 2004.

Fontes citadas

Entrevistas

MARGARIDA, 2017a. **Entrevista concedida para a elaboração de tese de doutorado em História**. Por Tânia Mara De Bastiani. Assentamento Dom José Gomes. Chapecó-SC: 13 de setembro de 2017, duração: 1h. 19 min. 22 seg.

MARGARIDA, 2017b; VIOLETA, 2017b. **Entrevista concedida para a elaboração do artigo “Memórias da luta pela Educação do campo no acampamento Dom José Gomes de Chapecó-SC”**. Por Tânia Mara De Bastiani. Assentamento Dom José Gomes. Chapecó-SC: 26 de setembro de 2017, duração: 44 min. 33 seg.

VIOLETA, 2017a. **Entrevista concedida para a elaboração de tese de doutorado em História**. Por Tânia Mara De Bastiani. Assentamento Dom José Gomes. Chapecó-SC: 08 de novembro de 2017, duração: 37 min. 58 seg.

“Invadir é uma coisa e ocupar pra prantá e trabaiá aí é outra coisa”: narrativas de assentados sobre a luta pela terra no sudoeste do Paraná – 1970/2006

Ricardo Callegari¹

1. Introdução

A história do campo, dos sujeitos e dos movimentos sociais no Brasil tem, há alguns anos, no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) um grande objeto de estudo. Esta importância está relacionada ao papel assumido por camponeses² e

¹ Doutorando no Programa de Pós Graduação em História, Poder e Práticas Sociais, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste, Campus Marechal Cândido Rondon. Com pesquisa vinculada a Linha de Pesquisa: Trabalho e Movimentos Sociais, sob orientação do Prof. Dr. Davi Félix Schreiner. Educador Popular pela Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural. E-mail para contato: ricardo@assesoar.org.br.

² Utilizamos o conceito de camponês pois consideramos que o termo “agricultores” é mais genérico e engloba, por exemplo, grandes e pequenos proprietários, arrendatários, meeiros, agregados, afinal, todos são “agricultores”. Por outro lado, o termo “camponês” refere-se mais detidamente a população formada por pequenos proprietários, pequenos arrendatários, agregados, pequenos posseiros, etc. É muito difícil definir exatamente o termo e mais ainda empregá-lo aqui no Brasil, muitos pesquisadores optam por não utilizá-lo por carregar matrizes européias e/ou medievais. Para nós, ele ainda parece adequado para pensar as lutas sociais entre o latifúndio e o campesinato em suas diferentes formas históricas. Ou seja, existem outras palavras, por exemplo, pequenos proprietários, agricultores familiares, pequenos posseiros, colonos, parceiros, caboclos, etc. Contudo, optar por uma delas significa não dar conta de englobar os outros grupos sociais que tem situação econômica e social mais ou menos parecida, mas cultural e identitária diferenciada. Em outros termos, se escolhemos, por exemplo, o termo “colono”, automaticamente excluímos do nosso universo de análise as populações negras e caboclas. Enfim, o termo campesinato ainda nos parece

trabalhadores rurais expropriados da terra e que construíram práticas sociais³ de enfrentamento a este tipo de exclusão. Este protagonismo produziu em diversos espaços da sociedade, na academia, por exemplo, a necessidade de entender e explicar suas reivindicações, suas origens e seus métodos de ação.

Passado mais de 30 anos de sua fundação, com várias mudanças na forma de agir e de se organizar, sem contar as inúmeras pesquisas tanto de quem discorda ou concorda com seus métodos e suas causas, é difícil percebermos “novidades” em estudá-los. Onde reside, então, a “novidade” em pesquisar as lutas pela terra? Ou a luta das famílias assentadas?

A contribuição deste artigo é problematizar o processo da mecanização do campo e das ocupações a partir da memória construída pelos camponeses identificando as principais transformações ocorridas na agricultura regional. É uma tentativa de caracterizar quem eram os camponeses que organizaram a primeira ocupação de terras na região e constituíram um dos primeiros movimentos de luta pela terra na década de 1980. Este artigo se situa no debate sobre as consequências do processo de mecanização do campo ocorrido a partir da década de 1950 no Brasil e, mais especificamente, na década de 1970 na região.

Este artigo parte de análise sobre o Assentamento José Eduardo Raduan, em Marmeleiro/PR, cuja ocupação foi em 1983 por 648 famílias de camponeses da região e sua desapropriação para criação do Assentamento remete-se ao ano de 1998. Sua importância está nos fatos de: 1) ser a primeira ocupação de terras na região; 2) por ter sido determinante para a constituição do Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste do Paraná

ser eficiente no sentido de definir a unidade da situação social e econômica e, da mesma forma, não anula as diferenças de cunho mais cultural e identitárias, uma vez que a unidade não é absoluta, mas atravessada por diferenças e contradições.

³ Partimos das formulações de Hobsbawm sobre este conceito, ao que se refere como práticas coletivas construídas por camponeses para enfrentarem e denunciarem as expropriações de terras e a pauperização do trabalho no campo (HOBSBAWM; RUDÉ, 1982).

(MASTES), um movimento social organizado que posteriormente veio a fazer parte do MST; 3) por “reacender” os debates sobre a questão agrária e as injustiças no campo. Mesmo com esta importância há poucos estudos que abordam esta ocupação, suas características e a memória construída pelos camponeses sobre este momento.⁴ Para desenvolvermos esta análise nossa principal fonte será entrevistas orais coletadas com os assentados. Utilizamos também alguns índices do IBGE como fontes secundárias.

Ao passo que fomos fazendo leituras e nos envolvendo nos debates passamos a tentar compreender quais são as narrativas sobre os camponeses e os movimentos sociais do campo na região durante as décadas de 1970 e 1980. Como a historiografia e os camponeses tratam deste período? Notamos que nas pesquisas sobre os conflitos agrários na região há um “espaço temporal” localizado entre os anos de 1964 e 1980. Neste espaço se concentram poucas pesquisas sobre as práticas sociais dos camponeses.

A historiografia regional ao tratar dos conflitos agrários na região discute dois “tempos históricos”. O primeiro é relacionado à Revolta dos Posseiros de 1957, cujo momento foi de enfrentamento dos colonos migrantes com as companhias de terras que praticavam a grilagem de terras e os expulsavam das mesmas. Dentre as obras que se destacam está a de FERES (1990), GOMES (2005) e WACHOVICZ (1987).

Relacionado ainda a este primeiro “tempo histórico” destacamos o recente trabalho de Koling (2014) que parte de análise dos monumentos memorialistas sobre a revolta e questiona algumas interpretações nas quais, para ele, a história da revolta é

⁴ Podemos destacar: CALLEGARI, Ricardo. “Desde que nasci sempre fui uma sem terra”: o processo de luta pela terra e a conquista do Assentamento José Eduardo Raduan (1979/1999). Trabalho de Conclusão de Curso UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon, 2012; CALLEGARI, Ricardo. **Entre Lutas, Valores e Pressões**: Juventude Rural Sem Terra e a Organização Social do Trabalho nos Assentamentos Missões e José Eduardo Raduan. Dissertação de Mestrado UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon, 2015.

contada pelo Estado, sendo eles os fomentadores de uma identidade regional de um povo ordeiro, cívico, de pequenas propriedades prósperas e com uma tradição de lutas pacíficas. Conclui ainda que a partir de 1957 as famílias posseiras não aparecem mais nas pesquisas ou nos documentos oficiais.

O segundo “tempo histórico” se remete as décadas posteriores a 1980 e a formação dos movimentos sociais de luta pela terra. Neste se destacam pesquisas como a de Prando (2010), Battisti (2006) e Santos (2008). Os dois primeiros se preocuparam em analisar a Revolta dos Posseiros e as ocupações de terra na década de 1980 e contribuíram para compreendermos os processos de ocupação do território regional. O terceiro trabalho se preocupou mais em levantar os dados sobre o processo de mecanização da agricultura regional, uma análise mais econômica portanto e contribuiu para pensarmos algumas contradições do avanço deste processo produtivo dito “moderno”.

Não foi objetivo destes estudos compreender quem eram os sujeitos que ocuparam as terras, ou como organizavam o trabalho ou a produção nas pequenas propriedades que ocupavam na região e como reagiram as consequências desta reestruturação produtiva da agricultura. Os camponeses, no período entre 1964 a 1980, são pouco abordados pelas pesquisas.

Consideramos neste trabalho as condições materiais e transformações econômicas que aconteceram no campo, porém, partimos das provocações de Thompson (1998) e Becker (1977) para compreender como os camponeses justificam ou embasam os motivos para se organizarem em movimentos, isto é, para problematizar as noções legitimadoras construídas pelos camponeses para a constituição das práticas sociais organizadas, tais como as ocupações.

2. Os agregados, as transformações do trabalho no campo e o processo de luta pela terra no sudoeste

A partir da década de 1980 o trabalho e a produção no campo se modificaram com engendramento das relações de produção que hoje chamamos de agronegócio, que se baseiam na monocultura e produção em grande escala, como apontado por Schreiner (2002) e Heredia (2010). É a partir do início da década de 1980 que o êxodo da população do campo se intensifica ainda mais na região e é neste contexto, de expropriação e exploração da terra e do trabalho, que se constitui a luta do MST.

As famílias entrevistadas narram esse processo como de grandes transformações. Luis, de 80 anos, ao narrar o momento em que seus filhos passaram a utilizar agrotóxicos na terra em que trabalhavam, destaca: “nunca plantei feijão deste jeito”. Nesta frase expressa um pouco de sua trajetória de trabalho no qual esta não era uma tecnologia utilizada. Seu relato permite que discorramos sobre algumas características da agricultura química e tecnificada.

Uma das modificações na produção regional foi o aumento, entre 1975 e 1992, superior a 200% da área plantada de milho e, a partir de 1992, de 425% da área plantada de soja (CALLEGARI, 2017). Por outro lado, mesmo com aumento significativo da população, a produção de alimentos como o feijão mantiveram-se com a mesma área no período que compreende o período posterior a 1975.

Outra mudança foi o aumento na quantidade de máquinas, como os tratores. No gráfico a seguir podemos verificar que em 1970 a quantidade de tratores na região era de 185. Enquanto na década seguinte o número aumentou significativamente para 4091 tratores. Um aumento superior a 2000% num período de 10 anos. O aumento de 1980 a 1995, em porcentagem é menor, porém não deixa de ser expressivo: 187%. É praticamente o dobro de tratores em 15 anos. E se compararmos a década de 1970 e 1995 o aumento é de 4155%.

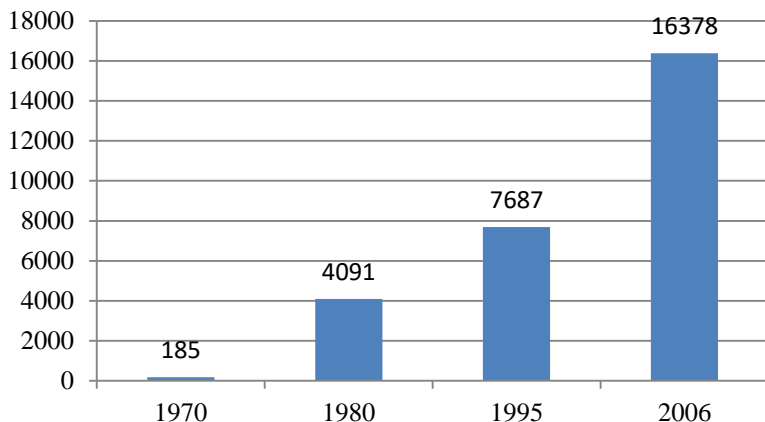
Gráfico 1. Unidades de tratores na região Sudoeste - 1970/1980/1995/2006

Gráfico organizado pelo autor a partir de dados do IBGE – Censos agropecuários de 1970, 1980, 1995 e 2006.

Os significados destas novas técnicas e ferramentas de trabalho e produção representaram, para os trabalhadores rurais, mudanças na forma de viver no campo. A respeito destas transformações o relato de Luis é significativo. Ele migrou do Rio Grande do Sul para o Paraná, na década de 1960, junto com sua esposa, para o distrito de Piracema, município de Flor da Serra/PR, hoje vive com o filho e o neto no Assentamento Missões, município de Francisco Beltrão. A característica em sua trajetória de trabalho é sempre ter vivido no campo como pequeno proprietário de terras. Algo que fez questão de afirmar na entrevista.

Ele fez questão de afirmar em seu relato que “soja não plantava naquele tempo” e nem utilizava veneno, sendo todo o trabalho efetuado pela família com enxada, boi e arados. Ele encerrou seu relato falando sobre o momento em que passou ao filho mais velho os trabalhos na terra que moravam:

Eu fiquei numa idade. Meu filho também estava morando lá na mesma terra, só que morava um pouquinho para baixo. Daí eu disse: “- *Agora tu pode se virar [a] plantar.*” Daí um final de semana ele disse: “- Pai, será que o senhor não vai junto comigo plantar feijão?” “- Onde?” “- Lá em cima, *tem uma pedreira lá.*” Fui junto lá em cima pra plantar feijão. O mato dessa altura [gesticula com a mão destacando a altura de aproximadamente um metro do capim]! Digo: “- *Mas onde é que tu vai plantar feijão?*” “- Aqui no meio do mato.” Digo: “- Mas será que adianta?” “- Adianta!” disse ele, “*Vai plantando feijão, eu vou dessecar.*” “- *Olhe, eu estou com essa idade, nunca plantei feijão no meio de mato assim.*” Alguns dias depois, ele disse: “- Vá lá ver.” Estava tudo sequinho e o feijãozinho em pé estava. E deu feijão (LUIS, Francisco Beltrão/PR, 2014).

O processo narrado por Luis remete ao momento em que deixam de usar os arados e os bois para utilizar agrotóxicos, como o secante. Ou seja, se desfazem das ferramentas históricas de trabalho no campo incorporando técnicas “vindas de fora”. Ele relacionou a passagem da administração da terra aos filhos com as mudanças nas relações de trabalho e produção. Relata este momento a partir do presente no qual a utilização de agrotóxicos na propriedade e na região é muito maior que naquela época.⁵ Utilizando sua experiência enquanto trabalhador rural avalia a situação e “desconfia” do novo método trazido pelo filho. E, ao final, surpreendeu-se ao dizer que mesmo plantando com o mato daquela altura “deu feijão”. No relato, Luis não critica a utilização de agrotóxicos por parte do filho para o plantio do feijão, porém, fez questão de deixar bem claro que “em sua época” não utilizavam esta ferramenta.

Luis, ao destacar na entrevista que o modo como trabalhavam era “no braço” ou “na enxadinha”, comparou com a realidade atual em que o trabalho é feito com base em agrotóxicos e utilização de máquinas como os tratores. Luis

⁵ Em 2015, segundo dados do SIAGRO/ADAPAR a região utilizou quase 10 mil toneladas de agrotóxicos.

percebe e destaca em sua fala o processo de substituição das enxadas pelos tratores.

O relato de Luis, embora aponte sobre algumas contradições presentes no processo de inserção de maquinários na organização do trabalho no campo, é ameno se compararmos com a trajetória de vida narrada por Osni, de 52 anos que estava baseada numa relação de trabalho mais instável: como agregado. O agregado era um trabalhador que morava e plantava, junto com sua família, em propriedades de agricultores que lhes cobravam uma renda para que a terra fosse utilizada. Na maioria dos casos o proprietário cedia um pedaço da terra pois, mesmo possuindo um pequena propriedade e considerável mão de obra familiar, dificilmente poderia preparar a terra, plantar e cuidar de toda a produção, porém, mesmo considerando isto, a relação constituída era de subordinação entre o agregado e o proprietário. Algo que modifica-se profundamente com a inserção dos tratores já que assim o preparo e o cultivo da terra além de dispensar um grande volume de mão de obra, tornava-se mais prático e rápido possibilitando que o proprietário plantasse em toda a área.

Hoje, Osni é assentado no Assentamento José Eduardo Raduan. Ele participou da ocupação em 1983, em seu relato notabiliza o limite da reprodução da vida na pequena propriedade de seus pais. Ele nasceu em Barracão/PR no ano de 1961, o filho mais novo dos nove. Seus pais trabalhavam como agregados na propriedade de um agricultor daquele município e produziam basicamente toda a sua alimentação nas terras em que trabalhavam. Por razões econômicas, tais como a falta de acesso ao crédito por ser agregado⁶ e o endividamento adquirido junto ao proprietário da terra depois de um período de estiagem, decidiram partir e buscar alternativas em outros municípios.

⁶ Estes financiamentos, feitos pelos proprietários de terras junto aos bancos e organizados por políticas do Estado, exigiam o título de propriedade, algo que 20% de camponeses não possuíam (IPARDES, 2004) e, assim, não tiveram acesso aos financiamentos.

Sua trajetória de vida é marcada por alternativas de trabalho que não se remeteram somente ao campo. Osni relatou o momento em que sua família foi a Maravilha/SC, onde seu pai passou a “lutar com uma budeguinha” e ele (Osni) passou a trabalhar recolhendo ferro velho. Neste caso, a cidade se apresentou como possibilidade, mas salientou, que “não tinha trabalho para nós”, a alternativa encontrada foi a de vender ferro velho. Isto é, sua experiência esteve marcada por relações de trabalho subordinadas. Primeiramente como agregados no município de Barracão/PR e, posteriormente, recolhendo ferro velho em Maravilha/SC.

Experiência parecida é narrada por Salete, hoje assentada, ocupou a fazenda Anoni em 1983 junto com as outras 647 famílias. Antes da ocupação morava e trabalhava com seus pais como agregados e arrendatários na região, relação de trabalho que exigia sempre uma migração entre as propriedades pois, como narra Salete, “meu pai sempre viveu de arrendatário, não tinha nem onde morar, morava em terra dos outros sempre, aí quando o dono queria a casa tinha que saí, tinha que dar um jeito em outro lugar”. Sua narrativa apresenta as contradições e as pressões a que estavam expostos nesta relação de trabalho.

A experiência de Salete ao lado de seus pais como agregados ou arrendatários na qual as relações com a terra eram de subsistência e somadas ao fato de que estavam trabalhando em “terras dos outros”, em que o dono poderia exigir sua saída a qualquer momento alegando, por exemplo, que iria produzir em toda a propriedade numa relação de trabalho que dispensaria os agregados por contar com equipamentos e maquinários “mais eficientes”, dão legitimidade para a interpretação de se perceber como uma Sem Terra desde que nasceu.

Esta interpretação pode ser compreendida pelo fato de que, junto com sua família, não conseguiam fixar-se permanentemente em um lugar para estabelecer as relações de trabalho com maior segurança e, naqueles processos, sempre

que, por desejo do patrão, deveriam sair das terras. Esta interpretação não significa necessariamente a defesa da propriedade privada, mas sim do direito de permanecer no espaço ocupado e poder efetivar suas relações com o mesmo. Sua experiência enquanto camponesa se deu neste contexto de “dar um jeito em outro lugar”, ou seja, de migrar e produzir em outras terras.

Dona Elvira, que hoje é assentada no mesmo assentamento de Osni e Salete e que também participou da ocupação em 1983, possui uma experiência que se assemelha aos dois. Ela nasceu no Rio Grande do Sul e com uma experiência de vida de quem sempre morou e trabalhou no campo. Ela e sua família, quando vieram morar no Paraná vão para uma localidade que se chamava São Roque⁷ e passam a exercer suas atividades como agregados. Ela narra como era sua condição na década de 1980, momento em que ela e sua família decidem participar da luta por um pedaço de terra.

Daí no São Roque nós era agregado e o agregado quando nós tinha um pezinho de fruta pra começar a comer nós tinha que sair dali e ir pro outro luga. Daí fumo e fumo, comprar nós não podia daí que viemo pra cá. Daí viemo pra cá. (ELVIRA e ATAÍDE, Marmeleiro/PR, 2012).

Ao relacionar o pezinho de fruta, Elvira questionou o caráter injusto que havia nesta relação de trabalho. Informa que para a árvore dar frutos, era necessário plantá-la e cuidá-la. Depois de trabalhar a terra para plantá-la “você é mandado embora”. Ela destaca que não é só ir para outro lugar, mas é abandonar todo o trabalho empregado naquele local. Em sua trajetória de vida estão presentes períodos de trabalho em terras nos distritos da região, como São Roque e no Jacutinga⁸. Ao terem

⁷ Distrito que hoje pertence à Flor da Serra, na época pertencia a Marmeleiro/PR.

⁸ Distrito pertencente ao município de Francisco Beltrão/PR.

que sair frequentemente das terras em que trabalhavam, ela e sua família decidiram participar da luta por um pedaço de terra, o que se fez por meio da ocupação da fazenda Anoni.

A entrevista produzida com Elvira e seu esposo Ataíde foi peculiar pela dinâmica construída pelo casal para contarem sobre a ocupação e o cotidiano do Assentamento. No andamento da entrevista, a característica do diálogo entre os dois foi marcante. Conforme as perguntas eram feitas, Elvira e Ataíde, sentados um de frente para o outro, complementavam a fala ou discordavam de um ponto ou outro. Ao dialogarem não estavam “simplesmente” respondendo as minhas perguntas, estavam rememorando o que vivenciaram coletivamente, enquanto família.

No relato ambos destacaram as duras condições de vida e as relacionaram ao trabalho no campo. Ao perguntá-los como foram os primeiros dias depois da ocupação, narram:

Elvira: Nós não tínhamos condições nem de começar a trabalhar eu já digo. Porque nós trouxemos a *junta de criação de lá* [do São Roque], mas chegamos *aqui não tinha comida suficiente* pra dar pra eles e bem no fim *tivemos que vender!*

Ataíde: Aqui, no início, era *puro mato, capoeira, era matagal*. Aqui, primeiramente, eram as *envernadinhas* que eles diziam.

Elvira: Daí nós ficamos até *sem criação pra puxar no arado!* E se encontramos em [situação] *pior ainda*.

Ataíde: Primeiro ano *nós arrendava terra lá do outro lado* do, filho do Juca era. Tinha umas capoeiras lá, dava pra plantar sem lavar e fomos lutando e fomos lutando até que consegui arrumar [um] trator para plantar umas partes. Lavrei um par de vezes, não tinha, já era gramado, vai lavra que jeito. Com boi não ia [inaudível] não tinha como desmanchar (ELVIRA e ATAÍDE, Marmeleiro/PR, 2012). (Grifo meu).

Evidenciam desta forma, como as condições para trabalhar e fazer a terra produzir envolvem muito mais do que ter a terra, mas sim possuir as ferramentas necessárias para tal. Após se

desfazem da junta de boi se sentem em “situação pior ainda”, pois era através dela que faziam a terra produzir. As ferramentas de trabalho possuíam o sentido de o casal estar ali no campo. E, ao passo que “era puro mato” e não tinham mais as ferramentas para lavrar a terra e prepará-la para o cultivo, a alternativa continuou sendo o arrendamento de terra no São Roque. É possível perceber como a condição de sem terra continuou após a ocupação.

No trecho da fala de Ataíde, ele faz questão de frisar a condição improdutiva que se encontrava a fazenda. Mais a frente na entrevista ele destaca:

Por que pelo certo mesmo não é invadir. Invadir é uma coisa e ocupar pra plantar e trabaíá aí é outra coisa. [Na fazenda Anoni] Tinha um pouquinho [de pastagem] com criação só, o resto tudo de varde! Criando cobra (ELVIRA e ATAÍDE, Marmeleiro/PR, 2012).

Esta sua interpretação é significativa, pois ao falar sobre a ocupação, enfatizou a diferença entre a *ocupação* e *invasão* e levantou a perspectiva diferenciando a terra de trabalho da terra de negócio. Esta noção foi construída durante o processo de formação do movimento e da identidade de Sem Terra.

Ao trazer esta distinção Ataíde, muito mais do que justificar o porquê entraram na área e o porquê usam o termo “ocupação” e não “invasão”, constrói suas noções de justiça. Afinal, segundo sua experiência de trabalho no campo, a terra deve servir para trabalhar e colher os frutos do trabalho. Ao apresentar seus argumentos, elabora sua crítica ao fato da fazenda estar “criando cobra”, ou seja, uma grande área sem trabalho algum nela empregado.

Elaboram esta interpretação em que citam a quantia de terra sem trabalho e concluem com uma análise de quem eram os trabalhadores que ocuparam: “o povo que está aqui é um povo trabalhador que só quer viver na terra”. Reclamam acerca da injustiça materializada na existência dos latifúndios e destacaram

como queriam terra para nela trabalhar. Paulo José de Almeida, ao pesquisar um assentamento do MST, evidenciou que “para além das duras condições reconhecidas, há explicitamente o reconhecimento de uma dignidade de trabalhador, que sempre lutou contra as condições impostas” (ALMEIDA, 2006, p. 51), como é o caso das famílias que ocuparam a fazenda.

As experiências dos sujeitos sociais que ocupam a fazenda Anoni são diversas. Em narrativas como de Elvira, Osni e Salete podemos identificar que os camponeses que ocuparam a fazenda Anoni eram agregados que estavam em frequente expropriação. Elvira percebe, com base em sua experiência, que as condições enfrentadas pelos agregados ao terem que sair da terra, na qual estabeleceram seus vínculos e suas relações, eram injustas. Esta condição de ter que a sair das terras, é a qual os camponeses buscaram findar e na condição em que se encontravam de impossibilidade compra de terras a alternativa foi a ocupação.

O caso narrado por Osni, de buscar alternativas na cidade é uma evidência das contradições presentes nas relações sociais no campo e, em grande medida decorrentes da estrutura agrária, pois assim como a família de Osni, outras famílias também saíram do campo no decorrer das décadas de 1970 a 2010, como demonstram os dados coletados dos Censos Demográficos de 1970 a 2010 e dispostos na Tabela 2, a seguir.

Tabela 2. População residente por situação do domicílio (variável: pessoas)

Mesorregião Geográfica e Município	Situação do domicílio	1970	1980	1991	2000	2010
Brasil	Total	93.134.846	119.011.052	146.825.475	169.799.170	190.755.799
	Urbana	52.097.260	80.437.327	110.990.990	137.953.959	160.925.804
	Rural	41.037.586	38.573.725	35.834.485	31.845.211	29.829.995
Paraná	Total	6.929.821	7.629.849	8.448.713	9.563.458	10.444.526
	Urbana	2.504.253	4.472.506	6.197.953	7.786.084	8.912692
	Rural	4.425.568	3.157.343	2.250.760	1.777.374	1.531.834
Sudoeste Paranaense - PR	Total	426.360	468.472	478.126 ⁹	472.626	497.127
	Urbana	80.401	166.865	225.666	283.044	345.882
	Rural	345.959	301.607	252.460	189.582	151.245

Tabela organizada pelo autor com base nos dados disponibilizados pelo IBGE nos Censos Demográficos de 1970 a 2010.

Observamos que entre 1970 e 1990 a distribuição da população rural e da população urbana se equiparam entre os dois espaços. Sendo que no estado, a partir de 1980, a porcentagem de população na cidade ultrapassa a do meio rural. Enquanto que na região esta mudança ocorre nos anos 2000, porém, já na década de 1990 há uma equivalência entre as duas. Observamos, porém, que até 2010, houve a diminuição da população rural em 44% na região e a nível estadual a diminuição foi de 35%. Em ambos os casos houve diminuição da população rural e o aumento da população urbana.

Buscar os centros urbanos e o que eles oferecem é uma característica histórica das populações, porém há uma vertiginosa saída durante o período pesquisado. Karl Marx (2008, p.1041) ao discutir sobre a renda da terra apontou para este movimento de *proletarização* e situou-o como um movimento do modo capitalista

⁹ As décadas de 1970 e 1980 não possuem dados tais municípios: Bela Vista da Caroba, Boa Esperança do Iguaçu, Bom Jesus do Sul, Bom Sucesso do Sul, Cruzeiro do Iguaçu, Flor da Serra do Sul, Manfrinópolis, Nova Esperança do Sudoeste, Pinhal de São Bento, Saudade do Iguaçu e Sulina pois foram emancipados na década de 1990.

de produção, que “libera da produção dos meios imediatos de subsistência parte cada vez maior da sociedade”.

Outra característica do processo iniciado pela modernização da agricultura foi a concentração de terras na região. As propriedades com menos de 10 hectares são 20 mil e 99 (45%) e controlam uma área 100 mil 228 hectares (10,4%) da região. Enquanto que as propriedades entre 10 e 20 hectares são 11 mil 952 (27%) e controlam uma área de 170 mil 977 (17,7%). As propriedades entre 20 a 50 hectares são 8 mil 42 (18%) e controlam uma área de 241 mil 780 hectares (25%). As propriedades com mais de 50 e menos de 200 são 2 mil 884 (6,5%) e possuem 249 mil 957 hectares (26%). Já as propriedades acima de 200 hectares são 523 (1,16%) e controlam 199 mil 968 hectares (20,8%). Conforme tabela a seguir:

Tabela 3. Estrutura fundiária do Sudoeste do Paraná – número de estabelecimentos e área em hectares (ha)

Estratos de área (ha)	1970		1980		1995		2006	
	Esta	Área	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área
Menos de 10	14.9	84.378	22.119	114.720	14.426	84.529	20.099	100.228
10 a menos de 20	10.8	155.544	12.036	172.151	11.635	167.881	11.952	170.977
20 a menos de 50	8.88	262.412	7.968	235.754	8.666	260.297	8.042	241.780
50 a 200	1.61	123.318	1.770	146.414	2.729	237.152	2.884	249.957
200 a 500	101	29.981	122	36.381	341	100.910	431	115.286
500 e mais	27	37.782	43	51.683	72	61.852	92	84.682
Total	36.4	693.415	44.05	757.103	37.869	912.621	44.479	962.910

Tabela organizada pelo autor com base nos dados disponibilizados pelo IBGE nos Censos Demográficos de 1980, 1985, 1996, 2006.

Este aumento poderia ser ainda maior se não houvesse a resistência organizada de milhares de trabalhadores rurais da região. Além das fazendas Anoni e Perseverança, em Marmeleiro, a da fazenda Imaribo, em Mangueirinha, são exemplos de ocupações

de terra que ocorreram na década de 1980 na região Sudoeste e que foram transformadas em assentamentos. Durante a década de 1990 seguiram outras diversas ocupações, como a da fazenda Marrecas e Colônia Missões, o que também contribuiu para o assentamento de famílias Sem Terras.¹⁰

Durante o período de 1995 a 2006 houve, por um lado, aumento no número de estabelecimentos e de área ocupada pelas pequenas propriedades. No ano de 1995 o número de estabelecimentos no estrato abaixo de 50 hectares somava 34.727, enquanto que no ano de 2006 o número subiu para 40.093 estabelecimentos. Estes estabelecimentos ocupavam 512.985 hectares de terras, ou seja, 45% da área ocupada na região estavam no estrato social abaixo de 50 hectares e 92% do número de estabelecimentos correspondia a pequenas propriedades.

Por outro lado, o aumento de estabelecimentos e da área ocupada no estrato acima de 50 hectares é ainda mais significativo. Neste estrato o número de estabelecimento saltou de 1744, na década de 1970, para 3407, no ano de 1995. Estabelecimentos que controlavam 191.081 hectares em 1970 passaram a controlar 399.914 hectares em 1995. Ou seja, 8% dos estabelecimentos controlam 55% das terras na região. A área ocupada pelas terras acima de 500 hectares é duas vezes maior que a área ocupada pelo estrato menor que 10 hectares, mesmo que este último corresponda a 46,25% do número total de estabelecimentos. O que evidencia uma grande concentração fundiária.

Neste processo ocorre a eliminação, ou uma reformulação com maior participação de capital, de algumas formas de trabalho, como os de agregados, meeiros e arrendatários. Relações de trabalho são transformadas no campo e o conhecimento e a forma de acesso às novas técnicas são monopolizadas por arrendatários,

¹⁰ Segundo dados do INCRA havia, em 2015, 50 assentamentos na região, com 2732 famílias assentadas, ocupando uma área total de 64.497 hectares.

proprietários de terras capitalizados e/ou por cooperativas e grandes empresas do setor agropecuário.

3. Considerações finais

O contexto que se fez a partir da década de 1970 na região, é a do incentivo à produtividade em grande escala e com utilização de máquinas e insumos químicos. É, também, a partir do período de 1970, que se verificou um aumento significativo no número de financiamentos oferecidos pelo Estado à produção agrícola, o que aumentou ainda mais as contradições e desigualdades sociais no campo na região. Esta pode ser considerada uma *reorganização produtiva* e ocorreu com a sujeição da *renda da terra* ao capital e com a monopolização das terras e do capital necessário para a produção, deixando à margem ou expropriados deste processo inúmeros camponeses.

Este processo é problemático para o modo de vida e de trabalho camponês na região por dispensar trabalhadores¹¹ e, de certo modo, construir outra relação de trabalho sustentada no uso de técnicas, consideradas, modernas, tais como sementes geneticamente modificadas, insumos e agrotóxicos e adquiridas no mercado de compra.

Dos trabalhadores rurais da região Sudoeste, 43% deixaram o campo entre 1970 e 2010. A saída da população rural em direção as cidades da região como Francisco Beltrão, ou mesmo cidades como Maravilha, em Santa Catarina, foi significativa e considerada uma das consequências da mecanização conservadora.

Por outro lado, estar na terra e viver a partir do trabalho na terra são alguns dos objetivos das famílias que ocuparam a fazenda Anoni, por isto é que vão à luta e se unem aos outros trabalhadores num acampamento. A luta está inserida no contexto de

¹¹ Segundo dados dos Censos Agropecuários de 1985 e 2001, houve uma diminuição de 28,7% de pessoas, membros das famílias, ocupadas e de 59% de trabalhadores temporários.

permanência na terra de trabalho. A luta é pelo direito de trabalhar, produzir e viver numa terra negada historicamente. A posse da terra possibilita a subsistência de sua família. Podemos considerar, então, que quando os Sem Terras lutam pela democratização da terra, lutam por um meio de trabalho historicamente negado para os trabalhadores.

Ao trazerem os elementos da terra de trabalho e das injustiças no processo de migração por serem agregados e das consequências do processo de mecanização, os camponeses questionam as relações de trabalho e as transformações que estavam sujeitos. Para as famílias de agregados expulsos das terras que exerciam suas relações de trabalho, o “moderno” era possuir um pedaço de terra para continuar com estas relações. Da mesma forma a ocupação de terras improdutivas, “criando cobras”, era justa tendo em vista que colocariam trabalho nela.

Ao analisarmos a prática social dos camponeses de ocupar a área improdutiva percebemos que estes se embasavam na *noção legitimadora* de que a terra serve para produzir, para trabalhar e para viver. Por *noção legitimadora* partimos da noção desenvolvida por Thompson (1998) ao analisar os motins de trabalhadores do campo e da cidade na Inglaterra do século XVIII. No trabalho o autor questiona “o que as pessoas fazem quando estão com fome? Como o seu comportamento é modificado pelo costume, pela cultura e pela razão?” (THOMPSON, 1998, p. 151). Apontou para como as práticas de luta dos trabalhadores e camponeses na Inglaterra era acompanhado de uma *noção legitimadora*, isto quer dizer, “os homens e mulheres da multidão estavam imbuídos da crença de que estavam defendendo direitos ou costumes tradicionais” (THOMPSON, 1998, p. 152).

Da mesma forma, a frase escrita na faixa, citada inicialmente, é significativa para dialogarmos com a visão de mundo dos sem terras que ocuparam a fazenda Anoni. Na época esta prática de ocupação de fazendas improdutivas era judicialmente ilegal e violentamente reprimida pelos governos e

latifundiários. No entanto, os Sem Terra construíram a prática social da ocupação, enfrentaram e questionaram a regra construída e imposta pelo grupo agrário dominante, a respeito da propriedade privada, que consistia no acesso a terra mediante compra. A frase chama atenção pelo reconhecimento da ilegalidade, assim como o argumento da justiça calcado nos valores morais de camponeses que viviam do trabalho no campo e que, naquele momento, estavam sem lugar para morar e trabalhar.

Além de Thompson, outro autor que nos ajuda a compreender esta relação é Becker (1977) que analisa os grupos “desviantes” ou “outsiders”. Segundo o autor, “todo grupo social constrói regras que devem ser cumpridas” (BECKER, p. 15), sendo que aqueles que as infringem são os desviantes. No caso por nós pesquisado a regra socialmente hegemônica, remete-se a propriedade privada e o acesso a ela mediante compra. Compreendemos que os Sem Terras seriam os “desviantes” desta regra ao passo que reivindicavam a terra através da ocupação e criticando a improdutividade e a concentração de terras.

Inicialmente os movimentos sociais assumiam a *ilegalidade* das ocupações, mas ao longo dos anos o MST passou a definir áreas improdutivas, griladas, ou áreas da união, como preferenciais para as ocupações e, desta forma, conseguiu amparo legal através de uma interpretação da lei, presente na constituição federal, na qual diz que a terra deve exercer uma função social, desta forma terras griladas e/ou improdutivas, por exemplo, são passíveis de ocupação. Sob a justificativa de que as áreas ocupadas não cumprem a função social, o MST passou a definir as ocupações como legítimas.

As narrativas dos camponeses entrevistados apontam para como a ocupação se tornou uma prática de enfrentamento aberto as condições impostas a eles. A experiência frustrada de Osni ao trabalhar na cidade, a falta de terras para trabalhar, como no caso de Ataíde, Elvira e Salete evidenciaram como as alternativas eram

poucas e a cidade não se colocava mais como uma possibilidade. Isto suscitou uma forma mais drástica de resistência: a ocupação.

Em suas narrativas podemos perceber o desejo de permanecer no campo, algo, porém, inviabilizado pelo tamanho do sítio no qual as famílias moravam e trabalhavam ou devido aos processos reorganização produtiva do campo na qual os agregados/arrendatários já não tinham muitos espaços.

Quando, ao se referirem a ocupação, utilizam o termo “*oportunidade*” remetem a decisão de participar da luta como forma de (re)produzir a vida e o trabalho na terra. Diante da quantidade de terra insuficiente para eles e a falta de condições financeiras para comprar mais, a “oportunidade de ir para a ocupação” era uma alternativa encontrada. Osni, ao relatar sua decisão, relacionou como foi a reação da família. Ao descrever que “no momento eles não queriam” demonstrou como a decisão foi debatida várias vezes entre eles e que não restavam muitas alternativas. Além disto, o medo presente na reação da mãe concatenava com o “me arriscar” e reflete a incerteza da alternativa encontrada e de qual seriam a reação da sociedade de Marmeleiro, em especial a do dono da fazenda. O temor da possibilidade da repressão à prática de ocupar a fazenda assustava as famílias de trabalhadores sem terra.

Por outro lado, ao recordarmos o relato de Salete quando afirma que eram um povo trabalhador e que possuíam o desejo de viver na terra, possibilita pensarmos sobre este direito negado a eles. Desta forma, o direito a terra não é vislumbrado por ela somente pelo “sofrimento” ou “violência” que enfrentaram, mas justifica-se pelo fato de estarem no presente. Afinal, são trabalhadores que amparam sua reivindicação em suas trajetórias de vida, em experiências do passado, mas reivindicam terra por que estão no presente e não por que sofreram no passado.

A ocupação, do ponto de vista dos Trabalhadores Sem Terra, foi considerada uma prática justa por permitir o acesso à terra para eles, pois desejam viver e trabalhar nela, mas que mediante a

concentração de terras e de renda na região eram impossibilitados. Estas interpretações são expressas na faixa (ocupações são ilegais, mas justas) e em trechos das entrevistas como de Ataíde ao afirmar que “invadir é uma coisa e ocupar para plantar e trabalhar é outra coisa. Aqui tinha um pouquinho de criação só, o resto de varde! Criando cobra!”. Ou ainda, quando Salete afirma que “o povo que está aqui é trabalhador e só quer viver e trabalhar na terra”. São interpretações que posicionam o direito a terra e ao presente. As ocupações são construídas como forma de reproduzir a vida e o trabalho no campo, direito que era negado a eles. Por consequência, denunciam a concentração de terras improdutivas.

A ocupação foi um enfrentamento público, aberto contra o latifúndio. E uma quebra na lógica do mercado no sentido de ocupar a terra e não de comprá-la. Esta é uma quebra que questiona a legitimidade do monopólio da terra, por isso podemos chamar de resistência pública.

Referências

- ALMEIDA, P. J. “Cada um tem um sonho diferente”: Histórias e narrativas de trabalhadores no movimento de luta pela terra. In: MACIEL, Laura Antunes. et al (org.). **Outras histórias: memórias e linguagens**. São Paulo: Ed. Olho D’Água, 2006.
- BATTISTI, Elir. As disputas pela terra no Sudoeste do Paraná: os conflitos fundiários dos anos 50 e 80 do século XX. **Campo-Território**, v. 1, n. 2, p. 65-91, ago. 2006.
- BECKER, Howard. **Uma teoria da ação coletiva**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- CALLEGARI, Ricardo. **“Desde que nasci sempre fui uma sem terra”**: o processo de luta pela terra e a conquista do Assentamento José Eduardo Raduan (1979/1999). Trabalho de Conclusão de Curso - UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon, 2012.

Eduardo Raduan. Dissertação de mestrado - UNIOESTE, Marechal Candido Rondon, 2015.

_____. O campo em contraste: economia e sociedade no sudoeste do Paraná (1975/2006). In: VIII SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA E IX SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA. **Anais do VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária**: “Geografia das redes de mobilização social na América Latina: resistência e rebeldia desde baixo nos territórios de vida”. Curitiba: UFPR, novembro de 2017.

FERES, João Bosco. **Propriedade da Terra: opressão e miséria** – o meio rural na história social do Brasil. Amsterdam/Países Baixos/Holanda: CEDLA, 1990.

GOMES, Iria Zanoni. **1957: A Revolta dos Possesiros**. Curitiba: Criar Edições, 2005.

HEREDIA, Beatriz (et al). Sociedade e economia do “agronegócio” no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol.25 n^o74, 2010.

HOBSBAWM, Eric. RUDÉ, George. **Capitão Swing**: a expansão capitalista e as revoltas na Inglaterra do início do século XIX Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

IPARDES, 2004: **Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - Leituras regionais: Mesorregião Geográfica Sudoeste Paranaense**. Curitiba: IPARDES: BRDE, 2004.

KOLING, Paulo José. **A Revolta de 1957 no Sudoeste do Paraná: a luta pela terra entre memórias e comemorações**. Marechal Candido Rondon, 2014.

MARX, Karl. A renda da terra. In: **O capital: crítica a economia política, livro terceiro**: o processo global de produção capitalista, volume VI; tradução Reginaldo Sant’Anna, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

PRANDO, Alzemi. A ocupação do espaço rural do Sudoeste do Paraná a partir dos movimentos sociais e da luta dos trabalhadores rurais. **Geoinga – Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia**, v. 2, n. 2, p. 28-53, 2010.

SANTOS, Roseli Alves dos. **O processo de modernização da agricultura no Sudoeste do Paraná.** Tese de doutorado UNESP, Presidente Prudente, 2008.

SCHREINER, Davi F. **Entre a Exclusão e a Utopia:** Um Estudo Sobre os Processos de Organização da Vida Cotidiana nos Assentamentos Rurais. Tese de doutorado USP, São Paulo, 2002.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum** – Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização.** 2. ed., Curitiba: Lítero-Técnica, 1987.

Fontes citadas

Entrevistas

ELVIRA e ATAÍDE. **Entrevista feita por Ricardo Callegari com Elvira, 64 anos, e Ataíde, 66 anos.** Marmeleiro, dia 12 de janeiro de 2012.

LUIS. **Entrevista produzida por Ricardo Callegari com Luis, 80 anos.** Francisco Beltrão, dia 15 de março de 2014.

OSNI e SALETE. **Entrevista produzida por Ricardo Callegari com Salete, 52 anos; Osni, 52 anos.** Marmeleiro, dia 11 de janeiro de 2012.

Terra, disputa e memória no oeste do Paraná

Irene Spies Adamy¹

Os estudos que se propõem a compreender as relações de poder constitutivas das disputas entre grupos hegemônicos e contra-hegemônicos, numa sociedade contemporânea, têm demonstrado a sua complexidade. Mas, é possível estabelecer parâmetros, discutir e problematizar diferentes posições que marcam essa luta, uma vez que são relações efetivas, substanciais e objetivas. São conflitos visíveis entre sujeitos reais construídos, pela e na práxis concreta.

Para tanto, é fundamental investigar como determinados grupos sociais ou frações de classe se organizam na sociedade civil, disputam e conseguem garantir nela sua presença hegemônica e como inscrevem seus projetos de classe junto à sociedade política e às demais organizações da sociedade civil, bem como suas interpelações com a condição e posição orgânica de classe no âmbito socioeconômico.

A formação de uma estrutura fundiária marcada pela criação e manutenção de grandes propriedades rurais no Oeste do Paraná, principalmente no município de Cascavel, foi decisiva para a formação de uma fração agrária da classe dominante, com forte organização política e representatividade junto ao Estado restrito, em vários níveis do Estado nacional e em suas instituições.

¹ Doutoranda do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE. Área de concentração: História, Poder e Práticas Sociais. ireneadamy@hotmail.com.

A história mais recente desta região foi marcada pelas disputas relacionadas à reocupação, à posse e à propriedade da terra. Processo esse que teve sua origem já no início dessa ocupação/colonização, dirigida e/ou fomentada, onde Estado e iniciativa privada fundiam e mesclavam seus interesses e seus objetivos.

A ocupação e a titulação da terra, em Cascavel, no Oeste do Paraná seguiu critérios que priorizavam e privilegiavam o favorecimento político e a força econômica de quem a reivindicava, o que promove, ainda hoje, o questionamento da legalidade de algumas propriedades. Questionamento esse, que deu legitimidade, no início de século XXI, às ocupações de terra efetivadas pelos trabalhadores rurais sem terra na região, forjando o cumprimento jurídico da função social da terra, embasado em ilegalidades no histórico dominial de determinadas áreas rurais, e viabilizando experiências de resistência na conquista e no uso da terra.

Os estudos acadêmicos e reflexões críticas, de modo geral, contribuíram para a compreensão da luta dos trabalhadores sem terra pela reforma agrária, na medida em que buscaram compreender ações coordenadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) bem como a dinâmica interna do movimento. Estes estudos, de significativa importância, evidenciavam que havia (e há) nestas lutas sociais o confronto: por um lado, a ação dos trabalhadores pela ampliação do direito de acesso à terra e a busca de modos alternativos para cultivá-la e do outro lado, a histórica, insistente e constante organização dos grandes proprietários rurais interessados em impedir que a reforma agrária fosse realizada e sua crescente integração ao agronegócio.

Os diferentes segmentos do patronato rural brasileiro têm buscado construir sua organização e representação institucional através de entidades de classe, em nível regional e nacional. As entidades que atualmente tem conquistado importantes espaços de atuação são a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e a Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) que em momentos de

embate sobre a organização da produção no campo, tem se apresentado como a força em torno da qual gravitam todas as demais entidades patronais².

Esta organização se dá tanto ao nível das instâncias jurídicas e governamentais, quanto das entidades de classe, na sociedade civil, através de seus diversos instrumentos de pressão e convencimento, como é o caso da Sociedade Rural do Oeste (SRO), com sede no município de Cascavel, que por vezes até antecipa posições e “verdades” diante da questão agrária para o conjunto da sociedade. É o setor agropecuarista da região Oeste do Paraná, principalmente do município de Cascavel que tem na SRO uma de suas importantes entidades organizativas e de representação política.

Desde a sua criação em agosto de 1980, a Sociedade teve efetiva participação em momentos específicos da história regional, apresentando-se como sujeito organizador e articulador dos agropecuaristas em defesa da propriedade privada da terra, da modernização da agropecuária, para obtenção de subsídios e financiamentos públicos a juros baixos, para renegociação da dívida agrícola e no estabelecimento de políticas agrícolas favoráveis ao desenvolvimento tecnológico. Suas lideranças têm assumido firme posição contrária à reforma agrária, nos moldes reivindicados pelos movimentos sociais de luta pela terra.

Entre as estratégias por ela adotadas está a busca sistemática de representatividade política, do apoio da imprensa local que publiciza o projeto e autodetermina-se porta voz da opinião pública,

² Sonia Regina Mendonça tem pesquisado com afinco as organizações patronais da agricultura no país, com destaque para a Sociedade Nacional da Agricultura (SNA) e a Sociedade Rural Brasileira (SRB) e seus projetos relacionados às políticas agrícolas (produção, financiamento e ensino agrícola) e à questão agrária, incluindo a formação e a atuação da União Democrática Ruralista (UDR), além de historicizar as disputas intra-classes que estas entidades representavam. Para uma leitura da produção da autora confira as obras *O Ruralismo Brasileiro (1888-1931)*, publicado pela Hucitec (1995); *A Questão Agrária no Brasil: a classe dominante agrária - natureza e comportamento - 1964-1990*, publicado pela Expressão Popular (2006); *Estado e Educação Rural o Brasil: alguns escritos*, publicado pela editora Vício de Leitura/FAPERJ (2007) e o ensaio *Estado e Sociedade* (In: MATTOS, 1998, p. 13-32). Seus estudos mais recentes concentram atenção na OCB e na ABAG.

da realização de atos públicos e na construção de “espaços e lugares de memória”, temática esta que aqui também será abordada.

A SRO fortalecendo a luta contra a reforma agrária

A luta pela democratização do acesso à terra e do direito de nela produzir e reproduzir a vida, marcou a história do Brasil e da região Oeste do Paraná, durante últimas décadas do século XX e o início do século XXI. O acirramento das contradições promovidas pelo processo de ocupação da terra e pela “modernização” da agricultura durante as décadas de 1960, 1970 e 1980 contribuíram para a ampliação do contingente de trabalhadores rurais despossuídos. Enquanto as propriedades diminuía em quantidade, aumentavam em extensão.

Segundo Regina Bruno, a luta pela terra no Brasil desvenda os impasses e as contradições do processo de modernização agrícola e a incoerência de uma política agrícola que priorizou o crédito, o mercado e a grande empresa capitalista, e secundarizou a democratização da estrutura de posse e uso da terra (1997, p. XIV).

Os agropecuaristas do Oeste do Paraná, organizados na sua entidade de classe, a Sociedade Rural do Oeste do Paraná (SRO), têm organizado, ao longo de sua história, movimentos em defesa dos seus interesses específicos, buscando a manutenção de sua condição hegemônica. Como entidade representativa dos grandes proprietários rurais, articularam-se com outras entidades congêneres para somar forças na luta por objetivos comuns, a exemplo da sua aliança com o Sindicato Rural Patronal de Cascavel e a União Democrática Ruralista (UDR), no período de discussão e votação do I Plano Nacional de Reforma Agrária (IPNRA), divulgado em 1985.

Estas discussões retomaram a problemática da estrutura fundiária no país e ocorreram num momento de desgaste das relações políticas e sociais e do modelo econômico que haviam dado sustentação ao regime civil militar no Brasil. A crise na agricultura, o

desemprego, a inflação, o fortalecimento dos movimentos sociais urbanos e também no campo, eram indicativos de que uma nova correlação de forças estava sendo construída.

Um dos movimentos sociais que passaram a atuar na luta pela reforma agrária e por mudanças sociais, no contexto da abertura política, após a ditadura civil militar, foi o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) formalmente criado em 1984, no município de Cascavel, no Paraná. Este movimento teve sua origem na unificação de diversas organizações de trabalhadores rurais que o antecederam (as Ligas Camponesas, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), os acampamentos, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste/PR-MASTRO, dentre outros).

Conforme afirmou João Pedro Stédile, uma das principais lideranças do MST, em entrevista à autora, o Movimento “foi fundado, em 1984, numa reunião nacional aqui em Cascavel, mas como movimento social, ele é fruto de um processo amplo de massas que aconteceu em todos os Estados do Brasil” (STÉDILE, 2007).

Ao explicar os fatores que contribuíram para a formação do Movimento, Stédile, destacou a importância da conjuntura nacional, marcada pela crise econômica e pela abertura política.

Naquele nascedouro do movimento, na década de 80, ele foi uma reação de vários fatores que aconteceram na sociedade brasileira. De um lado, a crise do modelo brasileiro de industrialização que freou a criação de emprego na cidade, que freou a colonização. Segundo, as mudanças políticas na sociedade, com o fim do regime militar, e isso criou condições para uma maior condição e mobilização dos trabalhadores. E, terceiro, o trabalho de conscientização que as Igrejas cristãs faziam entre os camponeses para organizá-los, para fazer com que eles lutassem pelos seus direitos. Então, diante desses fatores, foi possível organizar as ocupações de terra, organizar lutas sociais no campo que depois vieram dar origem a essa conformação que é conhecida hoje como MST. Mas, no início, ninguém imaginava isso. E naquele tempo, a

motivação principal que havia na luta social era a luta pela terra. Quase que *stricto sensu*, os camponeses achavam que tendo acesso a terra, tendo um pedaço de terra, seria suficiente pra ele sair da pobreza e criar sua família. E praticamente com esse ideário, é que nós nos organizamos nos últimos 20 anos (STEDILE, 2007).

Com a fundação do MST, a necessidade da reforma agrária passou a ser o foco central do debate. O Movimento assumiu dimensões nacionais, em meio às disputas pela definição do I Plano Nacional de Reforma Agrária do governo Sarney e de uma postura mais efetiva contra o latifúndio e contra o Estado brasileiro, onde ainda era marcante a força política das frações dele oriundas.

Os grandes proprietários rurais retomaram a defesa intransigente da propriedade privada, iniciando sua mobilização a fim de impedir alterações significativas na estrutura fundiária e no modelo de desenvolvimento rural, seja no texto da lei, bem como nas medidas concretas de reforma agrária.

As discussões acerca da necessidade de reforma agrária no país e na região Oeste do Paraná já ocupavam espaço em diferentes meios de comunicação, no início da década de 1980, não havendo, entretanto, consenso em torno dos critérios que deveriam nortear o processo.

Quando o governo Sarney anunciou que somente a reforma agrária poderia amenizar os problemas da agricultura e acabar com os conflitos e a violência no campo, apresentando o I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA), que retomava pontos do Estatuto da Terra, provocou uma forte reação das frações patronais agrárias no sentido de impedir, através de seus organismos de classe, que esse projeto saísse do papel, conforme destaca Regina Bruno:

Rapidamente, disseminou-se, nas associações e sindicatos patronais, a ideia de que, no contexto da democratização, seria possível uma profunda e radical transformação da estrutura fundiária. Ao mesmo tempo, difundia-se a certeza de inevitabilidade de uma verdadeira guerra no campo devido, sobretudo, a revitalização do movimento de ocupações de terras, a

crescente importância das oposições sindicais que começaram a se articular através da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a possível radicalização do movimento sindical dos trabalhadores rurais (BRUNO, 1997, p. 286).

À nível regional, papel significativo coube às entidades representativas dos proprietários rurais, com destaque para o Sindicato Rural Patronal de Cascavel e a Sociedade Rural do Oeste do Paraná que atuaram no sentido de construir consenso quanto à necessidade de preservação do direito de propriedade, de qualquer propriedade. Enquanto isso, os dirigentes de cooperativas pressionavam o governo por uma política agrícola favorável. Argumentavam que de nada valia uma nova política agrária sem uma melhor política agrícola.

As ações e a organização das entidades patronais, com participação cada vez mais efetiva e com vínculos cada vez mais sólidos com a UDR, ocorreram em meio a situações de conflitos de terra.

O argumento de que o projeto de reforma agrária em discussão na Assembleia Nacional Constituinte (ANC) colocava em risco todas as propriedades, inclusive pequenas e médias, era reforçado por lideranças sindicais dos trabalhadores rurais da região e o temor de perderem seu “pequeno pedaço de terra” levou agricultores a apoiar as propostas da UDR e reforçar seu discurso e sua força política.

A vitória dos latifundiários que aprovaram parcialmente, naquele momento, o seu projeto de lei referente a reforma agrária, não ocorreu apenas pela sua capacidade de organização, articulação e de pressão política na ANC, junto ao *Centrão*³. Foi também pela

³ Durante a Constituinte a bancada ruralista foi o carro-chefe da ação conservadora contra a reforma agrária, mas é oportuno esclarecer que ela fazia parte do “Centrão”, este, sim, era o “bloco histórico conservador”. O “Centrão” reunia, numa ampla aliança de direita, empresários ruralistas (latifundiários produtivos e improdutivos) e urbanos (industriais e comerciantes) que tinham interesses comuns em controlar os direitos sociais e as regras na relação capital-trabalho. Era nesta polaridade capital-trabalho que o tema da ameaça à propriedade gerl estava enraizado.

sua capacidade em arrecadar recursos para empreender uma campanha de opinião pública, através de atos públicos e da imprensa, a fim de produzir o consenso de que toda propriedade privada deveria ser mantida intocada. Isso ocorreu, em parte, pelo fato de pequenos e médios agricultores terem sido convencidos de que também estariam “ameaçadas” as suas propriedades ou ainda pela ingênua crença de que toda propriedade estava ameaçada. Também conseguiram desvirtuar – em seu favor- os conceitos de latifúndio produtivo e improdutivo, atrelando-os a incapacidade de fazer a terra produzir, por falta de incentivos do governo para investimentos em tecnologias que pudessem aumentar a produtividade do solo.

No processo de elaboração da Constituição de 1988 ficou evidente a atuação persuasiva dos grandes proprietários rurais a fim de impedir a aprovação do projeto de reforma agrária, principalmente através das ações lideradas pela UDR, a nível nacional e das entidades patronais a nível regional, que, naquele momento constituíram-se como sua porta voz. Vitoriosa, a UDR garantiu que o regime de propriedade não fosse alterado. Porém, não conseguiu impedir a obrigatoriedade jurídica do cumprimento da “função social da terra”.

Se os latifundiários comemoraram as conquistas da nova lei, não ficariam tranquilos por muito tempo. A reorganização e o fortalecimento dos movimentos sociais ligados à luta pela terra, a partir da década de 1990, engendraram na realidade regional uma nova configuração das relações de poder, onde o embate travado entre grupos com projetos sociais antagônicos, colocou em questão a hegemonia dos grandes proprietários rurais e do agronegócio.

Na região Oeste do Paraná, fez parte do discurso proferido pelas lideranças políticas e representantes dos agropecuaristas, o argumento de que aqui não há terra para reforma agrária; que as questões pendentes do ponto de vista jurídico, da titulação, da adequação à legislação ambiental ou dos índices de produtividade, não são pertinentes para as terras nesta região. Por essa razão, os

movimentos sociais de luta pela reforma agrária, como o MST, não teriam legalidade e legitimidade em suas ações. Caberia, portanto, ao Estado, agir no sentido de punir esses movimentos e preservar a propriedade e a estrutura fundiária existente.

Porém, a partir de 2003, uma nova correlação de forças passou a ser esperada no estado do Paraná e no país. Com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), para Presidente da República e novamente de Roberto Requião (PMDB), para governador, as expectativas dos movimentos sociais brasileiros e de modo especial do MST foram ampliadas, uma vez que entendiam ser este um momento privilegiado para o fortalecimento de suas lutas. Novas pautas, como a defesa das sementes e da biodiversidade, foram somadas àquelas já existentes no campo brasileiro.

Diante disso, os dirigentes das entidades representativas dos agropecuaristas como a Sociedade Rural do Oeste, o Sindicato Rural Patronal e a Federação Agropecuária do Estado do Paraná, entre outras, assumiram o discurso de que os governos federal e estadual estariam incentivando as ocupações de terra e o desrespeito à propriedade privada ao não determinarem a imediata desocupação e reintegração de posse das áreas ocupadas por trabalhadores sem terra. Assumindo uma posição de tolerância em relação à luta dos trabalhadores sem terra, o governo estaria incentivando o desrespeito ao Estado de Direito, negligenciando a sua função de garantir a ordem e a segurança, colocando em risco a produtividade e, em consequência, a garantia da produção de alimentos para o país e o mundo.

Para Stédile, não era verdadeiro dizer que o Estado negligenciava a lei quando não cumpria as determinações judiciais de desocupação e reintegração de posse. Para ele,

o primeiro papel do Estado é cumprir a Constituição, e a Constituição garante a todos os brasileiros o direito à terra. Segundo, a Constituição garante a todos os brasileiros o direito ao trabalho. Então, esse direito se sobrepõe inclusive, ao direito dos fazendeiros. Pra eles entenderem que a propriedade da terra no

Brasil não é um direito absoluto, onde você faz o que quer, só porque você registrou em cartório. A terra é um bem da natureza e está condicionado a um direito social. Então, a terra precisa ser utilizada de uma maneira social, e não unicamente de maneira privada. Isso é o que está na nossa Constituição, e ao Estado, cabe cumprir isso. As ocupações são uma manifestação de um grupo massivo de pessoas que entra numa fazenda não pra praticar esbulho possessório e se apropriar de um bem para si, mas, as nossas ocupações são um ato político, pra forçar o governo a desapropriar, indenizar o proprietário e aplicar a lei, que é da reforma agrária (STÉDILE, 2007).

O ano de 2006 marcou o fortalecimento e o aumento da visibilidade da SRO, que passou a enfrentar aberta e diretamente o MST na região Oeste do Paraná.

Em diferentes situações, os agropecuaristas foram convocados a se posicionarem e agirem em defesa de suas propriedades, contra as ações do MST. Para tanto a SRO liderou a criação do Movimento dos Produtores Rurais (MPR), a fim de viabilizar recursos e contratar empresas privadas de segurança para protegê-las.

A Sociedade Rural do Oeste, em conjunto com várias entidades patronais da região, passou a atuar no sentido de pressionar o Poder Judiciário e o Executivo do Paraná para que as áreas ocupadas pelo MST tivessem decretadas e efetivadas as suas reintegrações de posse. Passou a agir também no sentido de mobilizar a opinião pública a favor das mesmas ações de reintegração.

Atos públicos, passeatas, tratorações, fechamentos de rodovias, matérias publicadas na imprensa regional dentre outras, foram ações realizadas no sentido de tomar posição diante do Estado e da opinião pública, sobre as questões que estavam sendo impostas pela realidade social.

Dentre essas ações merece destaque o bloqueio realizado na rodovia BR 277 - sentido Foz do Iguaçu - que teve o objetivo de impedir a passagem de integrantes do MST e da Via Campesina que, após participarem da *I Jornada de Educação na Reforma Agrária*, em

2006, estavam se deslocando de ônibus em direção ao que era o campo experimental da empresa Syngenta Seeds, localizado no município de Santa Teresa do Oeste, área essa que havia sido desapropriado pelo governo do Estado do Paraná e ocupada pelo Movimento, naquele ano.

A ação de interdição da rodovia foi realizada por cerca de 50 pessoas, em frente ao Parque de Exposições Celso Garcia Cid (EXPOVEL) e do escritório da Sociedade Rural, sendo acompanhada pela Polícia Militar do Paraná. Diante da impossibilidade de continuarem trafegando, os integrantes do Movimento e da Via Campesina desceram dos ônibus a fim de concluírem o caminho a pé, pela pista contrária, da rodovia.

Os integrantes do MST e da Via Campesina realizariam um ato público contra o cultivo e a comercialização de sementes transgênicas, o que marcaria o encerramento da *I Jornada de Educação na Reforma Agrária* realizada em Cascavel, onde cerca de dois mil educadores e educandos debateram experiências desenvolvidas na área da Educação, em assentamentos e acampamentos do MST.

O jornal *Gazeta do Povo* publicou na edição do dia 30/11/2006 que houve confronto direto entre sem terras e os fazendeiros com socos, pontapés e pauladas que resultaram em feridos dos dois lados. Segundo o mesmo jornal, na ocasião, o presidente da SRO, teria anunciado: “Não vamos mais aceitar nossas propriedades serem roubadas. Se o governo não cumprir a lei nós vamos nos defender. O roubo será respondido” (MENEGHEL, In *Gazeta do Povo*, 2006).

E ainda, na mesma data, o jornal “O Paraná” também publicou a fala do presidente da SRO: “Não vamos ficar calados diante das ameaças de invasões de terra na nossa região. Vamos cobrar as reintegrações do governo e se isso não acontecer, os ruralistas vão fazer por conta própria” (...). Não somos homens de se acovardar para um bando de ladrões de terra (O PARANÁ, 2006, p. 9).

O presidente da SRO defendeu o uso da força, se necessário fosse, para garantir que as propriedades na região não fossem invadidas, argumentando que no Paraná não há terra para reforma agrária e que não aceitariam mais outra posição que não fosse a segurança de suas propriedades.

Segundo o então presidente da SRO, o objetivo fundamental do MPR era a organização dos proprietários rurais e a arrecadação de recursos para financiar a contratação de empresas privadas de segurança que tomariam para si o papel de garantir que nenhuma propriedade rural fosse alvo do MST e caso isso ocorresse, estas empresas seriam responsáveis por realizar a sua desocupação.

A primeira ação do MPR ocorreu na Fazenda Gasparetto, no vizinho município de Lindoeste, onde seguranças contratados realizaram o despejo violento de 60 integrantes do Movimento de Libertação dos Trabalhadores Sem Terra (MLST), o que resultou em cinco sem terras feridos. E em julho de 2007, ocorreu outra situação de conflito direto. Um tiroteio foi efetuado contra o Assentamento Olga Benário, nas proximidades da Empresa Syngenta Seeds.

Porém, a ação mais violenta foi realizada em 21 de outubro de 2007, no município de Santa Tereza do Oeste, no acampamento Terra Livre. Um grupo de seguranças da empresa privada “NF Segurança” atacou o acampamento da Via Campesina e do MST instalado na área da empresa Syngenta Seeds, o que resultou no assassinato do líder sem terra Valmir Mota de Oliveira, conhecido como Keno.

A empresa NF Segurança havia sido contratada pelo MPR e também teve um de seus seguranças morto. Além disso, vários membros do acampamento ficaram feridos.

Na madrugada de quatro de abril de 2008 houve disparos, destruição de barracos e agressões a sem terras. Novamente, na madrugada de oito de maio de 2008, uma milícia privada atacou um acampamento do MLST, onde havia mais de 150 famílias acampadas, localizado na BR 369, entre os municípios de Cascavel e Corbélia. O ataque começou às 4h da madrugada, quando homens

armados invadiram o acampamento “Primeiros Passos”, na fazenda Bom Sucesso, com tratores, retroescavadeiras, destruindo, com auxílio do “caveirão do agronegócio”⁴, toda a plantação e as estruturas do acampamento, inclusive uma escola e uma igreja.

O conjunto destes eventos resultou na vinda à Cascavel, de uma Comissão de Deputados Estaduais e Federais, relatores da Plataforma Dhesca Brasil e do governador do Estado Roberto Requião, com o objetivo de levantar informações e acompanhar as investigações a respeito das mortes ocorridas na Empresa Syngenta e dos acontecimentos no acampamento “Primeiros Passos”.

A retórica produzida pelas lideranças dos grandes proprietários rurais da região Oeste do Paraná buscava legitimar o uso da violência sistematizada contra os trabalhadores sem terra, justificando-a como necessária para defender a propriedade privada, por sua vez entendida, como algo natural e inquestionável, uma vez que seria resultado do trabalho dos produtores rurais.

Também afirmavam que estas ações tinham legitimidade, tendo em vista a ausência do Estado no seu papel de garantir a ordem e o respeito à propriedade privada.

Portanto, na região de Cascavel, assim como em todo território brasileiro, eram recorrentes os registros de violência contra os trabalhadores do campo praticada por vezes pelo Estado, através dos seus aparatos e aparelhos de controle e coerção, e por milícias privadas, em parte pela certeza da impunidade, já demonstrada em muitos casos, e também pela naturalização do uso da violência como recurso dos grandes proprietários para frear a ação de movimentos sociais.

Regina Bruno, analisando as classes dominantes no campo brasileiro, afirmou que seu perfil pode ser marcado por dois traços

⁴ Denominação dada ao caminhão adaptado e usado por fazendeiros (MPR) em situações de despejo e ou atos públicos contra o MST. O caminhão possui uma grade de ferro conhecida como quebramato e foi utilizado para destruir os barracões, a Igreja e a Escola no acampamento “Primeiros Passos” do MLST. Possui uma carroceria blindada com pequenas janelas. Recebeu esta denominação em analogia aos carros blindados usados pela polícia em ações nas favelas do Rio de Janeiro.

principais: “a defesa da propriedade como direito absoluto incontestável, algo naturalmente herdado ou adquirido pelo trabalho e a violência como prática de classe” (BRUNO, 2003, p. 285).

Segundo a autora:

a violência das classes e grupos patronais do campo é estruturante e expõe os componentes de velhos e novos padrões de conduta. Não se trata de um ato individual e esporádico, é uma violência ritualizada e institucionalizada, que implica a formação de milícias, a contratação de capangas, a lista dos marcados para morrer e os massacres (BRUNO, 2003, p. 285).

Outra manifestação de violência contra os trabalhadores rurais sem terra e contra suas lideranças foi a sistemática desqualificação dos mesmos, promovida pelos grandes proprietários rurais e seus interlocutores na imprensa, de forma direta ou camuflada. Expressões como *bando de vagabundos*, *desordeiros*, *terroristas* e *baderneiros* eram comuns em suas falas. Darci Frigo afirma que esta desqualificação é a manifestação de uma herança cultural patriarcal e escravista, fundada na desigualdade e exclusão que ainda impera na sociedade brasileira. Em entrevista concedida à autora, ele afirmou que:

A desqualificação vem desse processo que tem raízes profundas na nossa sociedade, que não consideraram os trabalhadores, os indígenas, os sem-terra, os negros como sujeitos dentro da sociedade, como possibilidade de eles também serem sujeitos de direito. E o processo de desqualificar as pessoas, ou desqualificar os movimentos sociais é exatamente pra evitar que eles possam finalmente colocar a nu, essa estrutura desigual em que vivemos, na nossa sociedade (FRIGO, 2007).

A violência simbólica é a relação social que tem por objetivo anular os sujeitos sociais por ela vitimados, através de diferentes mecanismos de coerção e desqualificação. Esta violência tem no discurso massificador, um dos seus instrumentos de poder e de

reificação, na medida em que difunde valores e constrói consenso. Desqualificando os que lutam, busca-se desqualificar a própria luta. Trazendo as questões agrárias para o campo da moral, os latifundiários tentam desviar o foco do problema central, relativizando a concentração da propriedade da terra, colocando em dúvida a legitimidade daqueles que lutam pela terra e a própria luta.

Por outro lado, a violência sistemática contra os trabalhadores do campo fez surgir organizações, Movimentos e ações do Estado e da sociedade civil no sentido de denunciá-la e combatê-la. Ao mesmo tempo, assessoram juridicamente as vítimas na busca pela reparação de seu direito, a exemplo da Comissão Pastoral da Terra e da Organização não Governamental “Terra de Direitos”, entre outros.

Também a ambiguidade existente em torno de conceitos como ocupação e invasão, terra produtiva e improdutiva, reivindicados de um modo pelos movimentos sociais e outro pelos latifundiários e seus representantes, evidencia muito mais do que uma simples disputa de significados ou de interpretação da lei.

De acordo com Medeiros, “por trás dessa disputa semântica há um esforço de recobrir práticas violentas, sempre em nome do direito de propriedade” (MEDEIROS, 1996, p.10).

Considerando as ações de enfrentamento com os trabalhadores sem terra, a condição em muito se assemelha. Ao mesmo tempo em que os grandes proprietários rurais inserem suas propriedades nas dinâmicas da mecanização, da financeirização, do avanço tecnológico da biotecnologia que marcam as relações de produção a partir da década de 1980, ainda mantém formas de controle e confronto sociais, supostamente superadas pelo Estado de Direito formal.

O conflito e a construção da memória

Museus, praças, estátuas, obeliscos, memoriais e painéis são representações da intencionalidade de determinados grupos

sociais, em firmarem seu registro e lugar na história, buscando legitimar sua condição de sujeitos.

A definição e preservação de determinados lugares do patrimônio material e imaterial, como espaços de memória, expressa essa intencionalidade e o poder que determinados grupos sociais possuem de definir e promover lembranças ou esquecimentos, mudanças ou permanências, valores, convenções e verdades históricas.

Com a construção de monumentos, busca-se evidenciar referenciais específicos sobre o passado no presente, a fim de criar uma memória coletiva entre seus pares e para com os demais grupos sociais.

Entende-se que os lugares de memória são definidos como campos de disputa política, onde determinados grupos buscam a legitimação de ideias, valores e atitudes, através da definição do que a sociedade deve lembrar e o que deve ser esquecido. Pierre Bourdieu nos lembra de que a construção ou manutenção da hegemonia é também a construção de poder simbólico ou de valores culturais.

Neste sentido podemos compreender o *Monumento da Resistência dos Produtores*, construído em frente ao parque de exposições da SRO, em Cascavel, local onde, em 2006, ocorreu o confronto entre ruralistas, integrantes do MST, da Via Campesina e participantes da Jornada de Agroecologia.

Foto 01: Monumento da SRO pela resistência dos produtores em defesa do direito à propriedade



Fonte: ADAMY, Irene Spies. 19/06/2010. (Arquivo da autora). As fotografias são o registro do monumento edificado pela SRO para homenagear “àqueles que resistem e lutam contra o MST”.

O monumento foi produzido no ano de 2007, pelo artista cascavelense, Dirceu Rosa⁵ (conforme consta ao lado da assinatura do artista) mas foi oficialmente inaugurado pela SRO, em ato público, no dia 28 de agosto de 2008, com o objetivo de demonstrar a unidade dos agropecuaristas em torno da defesa da propriedade privada da terra. O monumento foi apresentado como uma homenagem “àqueles produtores rurais que têm resistido às invasões e ao MST”.

Dirceu Rosa, o artista criador, explicou que o monumento busca reverenciar a paz no campo e é um pedido pelo fim da

⁵ Dirceu Rosa é escultor. Nasceu em Apucarana/PR em 1952. Possui várias de suas obras expostas em locais públicos de Cascavel, bem como em sua casa/oficina, que consta no roteiro turístico da cidade. A marca de suas obras é a presença dos dedos e da mão humana.

violência já gerada. “Eu já tive problemas na questão agrária, terras minhas foram desapropriadas e basta de violência, o campo precisa de paz” (ROSA, 24 de agosto de 2008).

A escultura é obra do artista, cuja marca de originalidade é expressa pela presença marcante dos dedos e da mão humana em suas produções artístico-culturais que podem ser vistas em vários locais públicos na cidade de Cascavel. Neste monumento a mesma situação se faz presente.

O Jornal Hoje, de Cascavel, publicou entrevista com o então presidente da SRO, que afirmou que a ideia de criar o monumento surgiu:

para homenagear os ruralistas resistentes do confronto em novembro de 2006, quando integrantes do MST marchavam para a área experimental da Syngenta, já invadida na época, e houve conflito naquele local. Este monumento é a ideia de basta. Chega de impunidade, de comodismo e omissão do governo na questão agrária em nossa região. É um marco sólido que evidencia que a Sociedade Rural está agindo para que nossos direitos sejam atendidos e os deveres do governo cumpridos (MENEGHEL, 2008. In Jornal Hoje, 2008).

Estrategicamente instalado às margens da rodovia BR 277, o monumento traz ao fundo uma enorme mão direita aberta e erguida em posição convencionalmente entendida com a indicação de PARE. Os três homens posicionados a sua frente repetem o mesmo gesto com as duas mãos, evidenciando sua postura e posição ativa, em marcha, em ação consciente, uma vez que um dos pés de cada homem/produtor (na visão da SRO) se posiciona a frente do outro. Porém, o outro pé, uma vez sendo necessário, também pode servir de base de apoio e de reforço para suportar uma reação de defesa, de bloqueio, de contrapeso, de âncora na defesa contra uma ação de ocupação. Para além de uma indicação de “trânsito”, de movimento, a quem, em tese, vem em sentido contrário, para que pare, a posição do corpo dos três homens (não

há mulheres) representa um contra movimento, pois mãos (primeira barreira) e pés de alavanca (dois homens têm o pé esquerdo a frente e um pé, o direito, está na lateral direita do monumento e a estética artística pode ter orientado este detalhe na cena) estão em posição que concentra força para *um ato de contenção*, que para a SRO representa sua forma e conteúdo de resistência, apropriando-se do sentido popular e crítico acerca do que se entende por resistir e/ou fazer resistência.

Fica evidente que Dirceu Rosa teve a intenção de desenhar, simbolicamente, três fazendeiros em frente à propriedade que querem defender, diante da ameaça de “invasão”. Coerentemente com a posição da SRO, os três defendem, não apenas pelo discurso, mas com as próprias mãos, o direito à propriedade privada da terra.

Com relação aos homens, destaca-se que um possui um chapéu característico de fazendeiro, já suas roupas, mais sutis, pretendem igualar todos os trabalhadores do campo, ou seja, todas as propriedades e proprietários rurais, independentemente da condição de classe, o que universaliza a defesa da propriedade no campo e na cidade. Todavia, o elemento com maior força simbólica é a mão direita, aberta e estendida no alto (alto lá, aqui tem dono).

Certamente que esta mão não é a dos trabalhadores que trabalham e produzem alimento e riqueza, mas a dos fazendeiros que querem usar a força privada e pessoal, se julgarem necessário, para defenderem suas propriedades e se autodenominarem produtores. Entretanto, a mão combina convencimento (aspecto ontológico do fazer humano) e coerção. Assim, ao utilizar uma mão aberta e limpa, o monumento esconde os instrumentos e meios de força que a SRO tem ao seu dispor e não se melindra em utilizar. Essa mesma mão espalmada, aberta, erguida e limpa também tem força simbólica de uma condição natural, ou seja, a propriedade é um direito natural e sagrado e apresenta uma aparente expressão ética de passividade, enquanto ato naturalizado de que o limite da força de cada um ou de um grupo está somente na sua força

corporal, assim naturalizando também o campo da resistência e da ação/reação como sendo a dimensão política.

Edificado ao lado do portal de entrada da Expovel⁶ e da sede da SRO e de frente para a BR-277, onde ocorreu o enfrentamento direto entre sem terras e fazendeiros, o monumento é um “guardião” da própria SRO, como pode ser percebido na imagem anterior, pois o monumento da mão está na frente do símbolo da SRO. Esse monumento, ao estar neste local de porteira da entidade, representa uma forma de esfinge guardiã para aqueles que querem entrar e pertencer a SRO, similarmente àquela da antiguidade egípcia, interroga seus transeuntes ou pretensos sócios, com seu enigma de sentença capital: “És proprietário ou és invasor?”, “Identifique-se e terá minha reação!”.

Evidentemente, no momento de escolher qual mão deveria ser utilizada e representada, não haveria como edificar uma mão esquerda, uma vez que esta simboliza a contraordem ou quem está errado ou é a exceção, seja no trânsito (contramão) ou nas habilidades psicomotoras (mãos e pés), mas também pelo sentido político-social (ordem e propriedade). Assim, o artista plástico reproduziu simbolicamente aqueles que organizaram e participaram da “resistência”, das ações contra o MST. Enfim, todas as entidades, dirigentes e representantes políticos, os ruralistas e sua bancada parlamentar que têm assumido e defendido a propriedade em seu nome.

Segundo Meneghel, “o monumento lembra o começo da luta, quando ocorreu um confronto entre aproximadamente 70⁷ produtores contra mais de mil sem terra. Uma homenagem aos que estiveram lá e enfrentaram” (MENEGBHEL, In: **Jornal Hoje**, 23/08/2008, p. 10).

⁶ Exposição agropecuária de Cascavel realizada anualmente no Parque de Exposições Celso Garcia Cid, da Sociedade Rural do Oeste.

⁷ Não há números oficiais sobre os participantes no confronto. As estimativas vão de 50 a 150 ruralistas e aproximadamente 1000 sem terras.

Por outro lado, as ações do MST são apresentadas como baderna ou terrorismo e os trabalhadores sem terra, integrados ao Movimento, como vagabundos e massa de manobra política de seus líderes.

A sistemática manifestação e divulgação deste discurso pela imprensa, em atos públicos e em Carta Aberta têm a clara intenção de tornar hegemônica sua visão de mundo, além de unificar o discurso entre os ruralistas e as demais frações das classes dominantes, e até mesmo entre pequenos e médios proprietários e no meio urbano.

A criação do MPR e suas ações simbolizam a institucionalização da violência como mecanismo para o enfrentamento e a solução de conflitos em favor dos fazendeiros, e coloca em questão um dos pilares da sociedade moderna: a legitimidade e legalidade do uso exclusivo da violência pelo Estado, além de reintroduzir velhos padrões de uso da força já recorrentes na história rural do Brasil e da região.

Ao mesmo tempo em que os latifundiários têm assumido uma nova retórica vinculada a modernização e ao desenvolvimento da agroindústria e integrado práticas cada vez mais ligadas aos avanços da tecnologia no processo produtivo, politicamente, continuam defendendo e respaldando práticas que “supostamente” estariam superadas.

O monumento, a retórica, os discursos produzidos e publicizados pelas lideranças dos grandes proprietários rurais da região Oeste do Paraná buscam legitimar o uso da violência sistematizada contra os trabalhadores sem terra, justificada pela defesa da propriedade privada como sendo algo inquestionável, uma vez que seria resultado do trabalho. Faz-se referência aqui, tanto à violência que desqualifica, através do discurso, a legitimidade da luta pela reforma agrária, quanto à contratação de “milícias armadas” então chamadas de “Empresas Privadas de Segurança”.

Percebe-se que, além do ato da fazer “justiça com as próprias mãos, a força da ordem também está presente pela superioridade que a iniciativa privada tem para os proprietários, pois se trata de garantir a propriedade pela força do mercado, ou seja, através de um contrato de prestação de serviço empresarial que, na realidade, vem a ser uma atualização das práticas de contratação de jagunços, agora sob a proteção da legalidade, onde busca legitimar suas ações, justificadas no que seria a ausência do Estado no seu papel de garantir a ordem e o respeito à propriedade privada, responsabilizando pessoalmente o governador do Estado pelos conflitos, por desrespeitar a lei e aliar-se ao MST.

Em contraposição as ações da SRO e com a intenção de denunciar a violência contra o acampamento “Terra Livre”, no campo experimental da Syngenta Seeds⁸, em Santa Tereza do Oeste, local onde foi morto o líder do movimento, Valmir Motta de Oliveira, o “Keno”, foi erguido um monumento em sua homenagem.

⁸ O campo experimental da empresa Syngenta Seeds, localizado nas proximidades do Parque Nacional do Iguaçu foi desapropriado pelo governador Roberto Requião e transformado em Centro de Pesquisas coordenado pelo Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR). A desapropriação ocorreu do fato de a empresa realizar pesquisas com culturas transgênicas em área não permitida pela legislação de biossegurança.

Foto 2: Monumento em homenagem ao “Keno” em frente ao centro de pesquisas do IAPAR no município de Santa Teresa do Oeste/PR



Foto 3: inscrição do monumento em homenagem a “Keno”.



Fonte: ADAMY, Irene Spies. 19/06/2010. (Arquivo da autora).

O monumento está em frente ao Centro de Pesquisas, agora coordenado pelo Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR) e foi inaugurado em 2009, no encerramento dos trabalhos do IV

Congresso Brasileiro de Agroecologia e II Congresso Latino-Americano de Agroecologia, realizados em Curitiba de 9 a 13 de novembro daquele ano.

O monumento “Keno Vive” foi projetado pelo artista Marcus Cartum. A peça é uma chapa de aço maciça (na cor de sangue) com 10 metros de altura, que surge do solo como se dele estivesse brotando, inclinada em direção ao alto, “como um objeto que estava tombando, mas voltou a erguer-se verticalmente”, de acordo com a explicação do artista publicada no jornal Correio da Cidadania, em 10/12/2009.

Simbolicamente, o monumento representa a força da vida, da germinação na natureza, de um novo crescimento de uma árvore que sofreu um ato de poda drástica ou algum acidente que lhe impôs um obstáculo ao crescimento ou sua continuidade normal num ambiente livre. Tratando-se do material utilizado, o aço é um dos metais mais resistentes e por isto seus artífices querem marcar por um longo tempo as lutas, as perdas e as vitórias.

A homenagem ao líder Valmir Mota de Oliveira representa para os trabalhadores que lutam por terra, a resistência ao latifúndio e a violência que ele produz no campo. Representa também a luta contra o poder das empresas transnacionais (Syngenta, Bayer, Monsanto...) e ao modelo agrícola baseado no agronegócio, demonstrando que, a partir de outros conhecimentos e novas vontades políticas, outro modelo de agricultura e de produção de alimentos, “livre de transgênicos e de agrotóxicos”, é possível.

Enquanto o agronegócio defende a necessidade do aumento (escala e produtividade) da produção de alimentos para atender, com “segurança”, as crescentes demandas da população mundial, sendo para isso fundamental o investimento em tecnologias transgênicas e a abertura de novas frentes de agricultura, a *soberania alimentar*, defendida por diversos movimentos populares ligados à agricultura familiar na América Latina, entre

eles o MST e a Via Campesina, pode ser compreendida como a condição e o direito de os povos dominarem o conhecimento e viabilizarem a produção alimentar conforme suas necessidades e saberes. Além de representar a defesa das sementes e da biodiversidade como patrimônio público da humanidade e dos povos. Esta condição é colocada em risco na medida em que se ampliam os processos de privatização deste conhecimento, do processo de produção e comercialização de sementes e insumos⁹.

Considerações finais

A SRO foi fundada na década de 1980, período de reorganização das relações de poder, que evidenciavam as contradições produzidas por políticas agrícolas que haviam se preocupado apenas, em ampliar o crédito e a produção para o mercado, negligenciando a realização de mudanças que democratizassem a posse e o uso terra, com condições de fazê-la produzir. Neste contexto ocorreu também o fortalecimento da organização dos trabalhadores rurais na luta pela terra, através da formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Estes dois sujeitos coletivos enfrentaram-se, em momentos decisivos, por vezes, em verdadeiros campos de batalha, na defesa de seus projetos sociais.

A Sociedade Rural do Oeste do Paraná transformou-se, a partir da década de 1980, num importante espaço de organização e ação política da fração agrária, mais especificamente do setor pecuarista de corte, historicamente marcado pelo seu conservadorismo político e *status* social.

Ao fundarem a SRO, pecuaristas e agropecuaristas da região tinham clareza sobre a necessidade de sua organização em torno

⁹ Neste novo patamar da produção primária amplia-se o sistema integrado agroindustrial (a jusante e a montante) e a dependência dos trabalhadores do campo. Concretamente os agricultores cultivam apenas plantas que produzem grãos, e no setor vegetal já existem as florestas mortas ou desertos verdes.

de objetivos comuns como a diversificação das atividades produtivas, a melhoria genética, a adequação aos padrões de sanidade e manejo exigidos, além de viabilizar espaços para a comercialização do rebanho. Mas estavam conscientes, também, do papel fundamentalmente político que a entidade passaria a desenvolver, tornando-se o espaço de reunião, organização e mobilização dos mesmos em torno dos seus interesses e necessidades, num arco mais amplo do agronegócio.

A confirmação de sua condição dominante é buscada fundamentalmente através de um discurso que legitima a propriedade privada da terra e sobrevaloriza a produção agropecuária como base da economia local, em torno da qual gravitam as demais atividades como a indústria e os serviços. Porém, a riqueza produzida pela agropecuária de Cascavel não possui a importância econômica propagada insistentemente pelos seus representantes quando se leva em consideração os dados sobre o Produto Interno Bruto (PIB) do município.

Como, então, explicar a força econômica e política dos agropecuaristas de Cascavel? Faz-se necessário considerar duas situações que permitem compreender a questão, quais sejam: a concentração da riqueza e da propriedade da terra nas mãos de poucas famílias, que direcionam a vida política no município e na região do entorno de Cascavel e também a capacidade de organização de classe e articulação política em nível regional, estadual e nacional.

Da mesma maneira, é conveniente, porém contestável, o argumento de que o Oeste do Paraná já realizou a sua reforma agrária e de que aqui não há questões pendentes quanto a titulação e legalidade jurídica das propriedades. Contestação esta, empreendida com regularidade pelas ações do MST. Os conflitos registrados expressam as contradições entre os proprietários e o MST na região e são indicativos de que há, sim, questões que ainda precisam ser mediadas e resolvidas. No início da colonização, os conflitos eram justificados como resultado da ação de jagunços,

grileiros e pela “inoperância do Estado”. Agora, a justificativa é a necessidade de defender a terra através da contratação de empresas privadas de segurança a serviço dos fazendeiros que argumentam, novamente, não poder contar com o Estado e seus instrumentos de coerção e controle.

Portanto, as ações de negação acerca da existência de uma questão agrária não resolvida expressa a consciência que os latifundiários têm da posição de classe e da existência da luta de classes.

A grande propriedade rural, o domínio da terra, a atuação em diversos setores da economia, a organização e as ações políticas foram e continuam sendo as condições fundamentais para que a classe dominante agropecuarista consolidasse e mantivesse sua condição hegemônica na região Oeste e mais especificamente no município de Cascavel.

A edificação do monumento contra as invasões, os canais regionais de televisão, os jornais, livros e revistas, bem como o evento da Exposição Feira Agropecuária, Comercial e Industrial de Cascavel (Expoviel) constituem-se, para a classe proprietária rural, como aparelhos privados de hegemonia que, no âmbito da sociedade civil, atuam para a formação de consenso para si e para os outros.

O discurso e as ações que buscam posicionar, nas mesmas condições, todos os proprietários rurais, estão entre as estratégias usadas pelos grandes proprietários rurais e urbanos do Oeste do Paraná, através de suas entidades representativas e pelos meios de imprensa, no sentido de garantir apoio e respaldo à manutenção da sua condição hegemônica, diante do efetivo questionamento imposto pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, cuja reorganização e fortalecimento, a partir da década de 1990, engendraram na realidade regional, uma nova configuração das relações de poder. Este forte embate travado entre estes grupos com projetos sociais antagônicos tem provocado o questionamento da hegemonia dos grandes proprietários rurais e o modelo de uso

do solo e de agricultura por eles defendidos, ou seja, o agronegócio, ao mesmo tempo em que tem possibilitado o surgimento novas posturas de enfrentamento e acomodação.

Referências

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 12^a ed; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. 6^a Ed; São Paulo: Editora Perspectiva S.A, 2007.

BRUNO, Angela Regina. **Senhores da terra, senhores da guerra: a nova face política das elites agroindustriais no Brasil**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

_____. **“Agronegócio e novos modos de conflituosidade.”** In: FERNANDES, Bernardo Mançano (org). **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MENDONÇA, Sonia Regina. **A classe dominante agrária: natureza e comportamento – 1964 – 1990**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

Artigos:

BRUNO, Angela Regina. **“Nova República; a violência patronal rural como prática de classe”** In: *Sociologias*, Porto Alegre, ano 5, nº10, jul/dez 2003, p.284 – 310.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **“Dimensões da violência no campo”** In: *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 1, 1996, p. 126 – 141.

Fontes citadas:

Entrevistas:

FRIGO, Darci. **A violência no campo**. Entrevista concedida a Irene Spies Adamy. Cascavel: 2007. Em DVD e texto impresso em arquivo pessoal.

STÉDILE, João Pedro. **A história do MST**. Entrevista concedida a Irene Spies Adamy. Cascavel: 2007. Em DVD e texto impresso em arquivo pessoal.

Fontes em meio eletrônico:

http://www.mmcbrazil.com.br/noticias/091209_syngenta_pr.html, acessado em 01/07/2010.

<http://www.correiciudadania.com.br/colunistas/33-artigos/noticias-em-destaque/4128-10-12-2009>, acessado em 01/07/2010.

Jornais:

Jornal Hoje, Edição, nº 5095, 23/08/2008.

Jornal Hoje, Edição, nº 5096, 24/08/2008.

Gazeta do Povo *on line*: 30/11/2010.

Paisagem da(s) memória(s): narrativas sobre o trabalho nas madeireiras e na agricultura¹

*Daniele Brocardo*²

1. Introdução

Este texto vincula-se à pesquisa que está sendo desenvolvida para a elaboração de uma tese na área de História. A partir dela, visa-se a abordar diversas percepções sobre as transformações da/na paisagem que abrange o ecótono³ da Floresta Ombrófila Mista-FOM com a Floresta Estacional Semidecidual-FES, na região que compreendia o município de Cascavel⁴, no estado do Paraná, entre as décadas de 1950 a 1990. Essas transformações ocorreram

¹ Gostaria de agradecer a professora Dr^a. Méri Frotscher Kramer, este texto se deve muito as suas contribuições.

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná-UNIOESTE, Linha de pesquisa Cultura e Identidades, bolsista CAPES, e-mail: danielebrocardo@gmail.com.

³ Este conceito pode ser definido, de forma concisa, como: “transição entre dois ecossistemas diferentes e tensão entre ambos.” (MILAN; MORO, 2016, p. 76.)

⁴ A reocupação da área que hoje forma o município de Cascavel/PR iniciou na década de 1930, aliada a um projeto de ocupação de fronteiras em âmbito nacional. Até o ano de 1951, permaneceu como distrito de Foz do Iguaçu. A criação do município se deu por meio da Lei estadual 790/51, com sua efetivação em 14 de dezembro de 1952. Inicialmente seu território foi delimitado, ao norte, pelo Rio Piquiri e, ao sul, pelo Rio Iguaçu, mas com o decorrer dos anos o tamanho desse território foi reduzido devido à criação de novos municípios. Atualmente Cascavel possui 312.778 habitantes. Disponível em: <<http://www.cascavel.pr.gov.br/noticia.php?id=26344>>. Acesso em: 23/03/2016.

a partir, principalmente, das ações de indústrias madeireiras⁵ e da agricultura.

Neste trabalho dialogamos com duas entrevistas, realizadas com sujeitos que trabalharam na agricultura e nas madeireiras, no período e espaço estudados. Espera-se, com essas fontes, considerar algumas das memórias que esses sujeitos construíram como trabalhadores e as percepções apresentadas sobre as mudanças da/na paisagem, refletindo sobre os olhares que se pode ter sobre o meio natural.

Nesta pesquisa utilizamos o conceito de paisagem. Assim, a partir do que Simon Schama (1996, p. 17) escreveu em seu livro *Paisagem e Memória* é que delimitamos este conceito:

[...], conquanto estejamos habituados a situar a natureza e a percepção humana em dois campos distintos, na verdade elas são inseparáveis. Antes de poder ser um repouso para os sentidos, a paisagem é obra da mente. Compõe-se tanto de camadas de lembranças quanto de estratos de rochas.

A partir dessas colocações, a paisagem é aqui entendida como interação entre o meio e a ação humana, sendo visualizada, sentida e ouvida, constituindo-se, dessa forma, em uma realidade interpretada pela percepção humana. Tudo que dizemos, escrevemos ou fotografamos sobre o meio natural passa por nossa percepção, pois a natureza não cria significados sobre ela mesma (SCHAMA, 1996, p. 17).

Os autores Angelo A. Priori e Letícia A. Paixão (2015, p. 165-166), no artigo *A paisagem como fonte histórica e como produtora*

⁵ Compreende-se aqui por indústria madeireira o setor da atividade industrial que trabalha com o processamento da madeira. No período de 1950 a 1990, as madeireiras realizavam os seguintes processos, em sua maioria: extração das árvores na floresta; transporte até os barracões; corte em tábuas de diferentes centímetros nas serrarias; tratamento químico e transporte até o Porto Fluvial de Foz do Iguaçu/PR, de onde eram exportadas para a Argentina. O recorte desta pesquisa não pensa a ação de uma empresa madeireira em específico, mas a ação dessas indústrias como um todo.

de memória, indicam alguns elementos que devemos considerar ao trabalhar com este conceito:

[...] ao tratar o tema das relações entre os homens e a natureza, devemos substituir a perspectiva antropocêntrica por uma compreensão da natureza como resultado de práticas culturais e como algo que é sempre e, essencialmente, representada pelos seres humanos a partir de suas vivências e experiências sociais. A paisagem não é uma natureza intocável, mas sim uma natureza “antropizada”, que passou por processos de alterações significativos devido à interferência humana. Nesse sentido, a paisagem é o resultado material de interações entre processos físicos, ecológicos, sociais e culturais.

A paisagem se constitui, portanto, como junção do que não foi gerado pela ação humana e do que esta ação causou. A partir dela, podemos observar os efeitos desta conexão, “as mudanças ambientais, o papel do ambiente no desenvolvimento da sociedade, bem como as relações estabelecidas entre homem e a natureza” (PRIORI; PAIXÃO 2015, p. 165).

Em consonância com isso, podemos citar novamente Schama (1996, p. 17), o qual escreveu que a ação humana vem modificando o sistema natural muito mesmo antes “dos séculos industriais” e que é difícil “imaginar um único sistema natural que a cultura humana não tenha modificado”. Desse modo, podemos estudar como algumas dessas transformações podem ser percebidas a partir da observação da paisagem.

No texto de Corrêa (2015, p. 272) *Paisagem através de outros olhares*, a partir da antropóloga inglesa Barbara Bender, podemos entender que “também a memória, as lembranças fazem parte das paisagens. Elas são levadas nas migrações e depois transplantadas, adequadas ou guardadas”. A paisagem se constitui, assim, em algo construído, não só a partir do que vemos, mas do que já conhecemos e atribuímos valores.

Priori e Paixão (2015, p. 163-164) destacam também as ligações que os seres humanos estabelecem com a paisagem a partir da memória, como “dimensão afetiva”, de “pertencimento”, mas não só de “mero prazer”. “A paisagem é o lugar de projeções e simbolizações de sentimentos e ações humanas, bem como o lugar onde se articulam o social e sua representação, a matriz simbólica onde a experiência coletiva se enraíza e se reflete ao mesmo tempo” (2015, p.166).

Assim, se a paisagem é a junção do que uma pessoa pensa com o meio onde vive, também é parte desta a vegetação que forma o espaço estudado. Desse modo, cabe argumentar um pouco sobre como tal vegetação era antes dessas transformações. Composta pelo ecótono da Floresta Ombrófila Mista - FOM com a Floresta Estacional Semidecidual - FES (Ambas pertencentes ao bioma da Mata Atlântica). A FOM é denominada, muitas vezes, de Mata dos Pinheiros, pois é a *Araucaria angustifolia* a espécie que caracteriza essa vegetação. Já a FES é constituída por espécies como: Peroba-Rosa, Pau-Marfim, Cedro e Palmeiras.

As transformações dessa vegetação estão relacionadas ao período, que marcou as ações das madeireiras e da agricultura de forma mais intensa, as décadas de 1950 a 1990. As três primeiras décadas – 1950 a 1970 – se constituíram em um período de maior atividade das madeireiras, que atuavam em conjunto com a agricultura. Já nas duas últimas décadas – 1980 a 1990 – ocorreu uma intensificação da ação da agricultura, se consolidando como atividade econômica predominante em relação às madeireiras.

A partir da pesquisa de Adamy (2011, p. 122-124), que discute a formação e organização política da fração agrária dominante no município de Cascavel, podemos pensar a atuação das madeireiras em conjunto com a agricultura. A autora argumentou que muitas das empresas de exploração de madeira que se instalaram no município eram também grande proprietárias de terrenos e atuavam também como colonizadoras, “as terras eram adquiridas, a madeira era extraída e depois as glebas ou colônias eram loteadas e

vendidas aos interessados”, sendo que muitas dessas terras permaneciam como propriedade dos madeireiros, que passavam a “desenvolver a agricultura e a pecuária”.

A partir das ações das madeiras e da agricultura para as transformações da/na paisagem, propõe-se investigar diversas percepções sobre esse processo. Assim, podemos definir brevemente o conceito de percepção, a partir da obra *Topofilia: um estudo da percepção e valores do meio ambiente* de Yi-fu Tuan (1980, p.04), como sendo: “tanto a resposta dos sentidos aos estímulos externos, como a atividade proposital, na qual certos fenômenos são claramente registrados, enquanto outros retrocedem para a sombra ou são bloqueados. Muito do que percebemos tem valor para nós, para a sobrevivência biológica, e para propiciar algumas satisfações que estão enraizadas na cultura”.

Destarte, é partir da análise de duas entrevistas que procuramos estudar algumas percepções. A primeira entrevista foi realizada com Sady José Baldo, em 13 de setembro de 2013, na cidade de Cascavel/PR, na sua residência e comércio. Baldo nasceu no atual município de Erebangó/RS, no ano de 1947, e mudou-se em 1963 para o espaço do estudo. Ele é um ex-empregado da IMAPAR⁶ (Industrial Madeireira do Paraná), mas também trabalhou em outras empresas madeiras, exercendo diferentes atividades e, posteriormente, trabalhou como motorista de trator

⁶ *Industrial Madeireira do Paraná (IMAPAR)*, no ano de 1948, passou a atuar em Cascavel, a partir da compra das serrarias (*Central Lupion e São Domingos*) pertencentes a Moysés Lupion, (Governador do estado do Paraná, no período de 1947/1951 e 1956/1961). Foi a maior empresa madeira a se estabelecer no município de Cascavel, tendo três serrarias e uma beneficiadora. Operou também na exportação de madeira, com “depósitos de embarque nos portos de Foz do Iguaçu, Antonina, Paranaguá e Porto Alegre. Diversifica nos anos 70 suas atividades, atuando também na agricultura e na pecuária”. Sendo uma destas propriedades agrícolas a fazenda Cajati que “era de propriedade da empresa Imapar-Cajati Reflorestamentos e Agricultura Ltda”, atualmente esta terra encontra-se destinada à Reforma Agrária. A IMAPAR tinha sua sede situada, inicialmente, no município de Caxias do Sul/RS e, posteriormente, em Foz do Iguaçu. Seus proprietários eram Sérgio Mauro Festugato e Florêncio Galafassi; o último permaneceu como sócio até o ano de 1963, depois organizou outra empresa madeira. Helberto Edwino Schwarz (prefeito de Cascavel entre 14/12/1956 a 14/12/1960), também atuou na direção da indústria. (SPERANÇA, A.; SPERANÇA, C., 1980, 91-92) Disponível: <<http://www.incra.gov.br/incra-compra-fazenda-cajati-em-cascavelpr>>. Acesso: 19/12/2017.

na agricultura. No momento da entrevista, possuía um pequeno estabelecimento comercial próximo à BR 467.

Já a segunda entrevista, foi realizada com Jeronimo Rodrigues, na casa de sua filha, no mesmo dia e município da anterior⁷. Rodrigues nasceu no ano de 1949, no município de Canoinhas/SC, e mudou-se em 1968 para a região de Mato Queimado (atual município de Campo Bonito/PR). Seu primeiro trabalho no espaço do estudo foi na agricultura, através do arrendamento de terras, em seguida trabalhou cerca de 6 anos, também na IMAPAR, até se casar, quando voltou a atuar na agricultura. Após um tempo, voltou a trabalhar na indústria madeireira, em diferentes empresas, exercendo diversas atividades. No período da realização da entrevista, declarou estar com dificuldades para se aposentar.

Sobre a metodologia e fontes aqui utilizadas, cabe dizer que a história oral permite compreender que as percepções sobre o meio natural devem ser analisadas levando em consideração o tempo e o espaço em que o sujeito está inserido, no momento de sua ação, no passado, e no momento de sua recordação, no presente.

Assim, entende-se que as ações de transformações da paisagem são relatadas conforme a experiência de cada indivíduo. Porém, as narrativas, não operam como algo isolado do restante da sociedade.

Procuramos estudar a fonte oral como escreveu Yara A. Khoury (2006, p. 31), em seu texto *O historiador, as fontes orais e a escrita da história*. Portanto, as fontes orais são pensadas para “além das características informativas”, são consideradas a partir das “características interpretativas, por meio das quais cada um se situa na realidade social; fomos tomando as narrativas como textos impregnados de significados, [...]” dando sentido à vida, a partir da relação passado e presente. Também, tentamos pensar as entrevistas como um diálogo, como escreveu a autora:

⁷ Esta entrevista foi realizada no período da noite, e a de Baldo no período da tarde.

Caminhar nessa direção tem significado lembrar sempre que incorporar com legitimidade a fala daqueles que entrevistamos, e considera-las devidamente como atos interpretativos da realidade que estudamos; é lembrar que as entrevistas orais, por sua própria natureza, não se fazem com técnicas e, sim, com relações humanas em que estamos desejosos de conhecer melhor como cada pessoa vive e constrói essa luta, ou mesmo se submete. Tem significado, também, trazer essas narrativas para dentro de nosso texto numa relação de igualdade (KHOURY, 2006 p.32).

Mesmo sabendo que essa relação de troca não é tarefa fácil, é a partir dessas considerações que pensamos a análise das entrevistas. Contudo, cabe ainda dizer como pensamos a memória, pois quando trabalhamos com entrevistas, esta também deve ser considerada.

A partir de Pollak (1992, p.201-203), entendemos a memória como “um fenômeno coletivo e social”, que está “submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes”, mas também como “fenômeno individual”. Igualmente, é ainda compreendida como “fenômeno construído”, consciente ou inconscientemente, produto de um trabalho de organização e seleção.

Há nas narrativas de Baldo e Rodrigues muitos pontos em comum, mas existem outros elementos diversos, que poderão ser estudados através das análises realizadas a seguir.

2. “Mas era bom aquele tempo! Era sofrido também!”⁸

A primeira entrevista analisada foi realizada com Sady José Baldo, sua narrativa é composta por uma unidade narrativa, que expressa uma visão ambígua: positiva e negativa, sobre os seus trabalhos no passado. No início, ficamos sabendo que se mudou

⁸ Subtítulo extraído da entrevista concedida por Sady José Baldo a Daniele Brocardo. Cascavel/PR, residência e comércio de Sady José Baldo, em 13 de setembro de 2013.

junto a seus pais, para o espaço do estudo e que já na adolescência trabalhava na serraria.

Na narrativa é o trabalho que molda a paisagem: “[...] Os menores não podiam trabalhar, nem aguentavam trabalhar com madeira pesada, como eu era, primeiro era madeira mesmo, pinheiro grande, então era a base de aproveitamento.” (BALDO, 2013, s/p.). Assim, relatou seu cotidiano de trabalho o qual consistia no aproveitamento de madeira, produzindo cabinhos de madeira⁹, serviço considerado menos árduo, já que poderia ser exercido por menores de idade.

Baldo (2013, s/p.) seguiu descrevendo seu cotidiano neste trabalho: “E era tempo que você levantava cinco e meia, o bicho berrava lá, apitava o locomóvel¹⁰ lá pra você acordar e daí seis horas tinha que estar grudando já [começando trabalhar]. Era bom, bom não, era o jeito de trabalhar”. O que ele deixou manifestar nesse trecho, como já foi mencionado, é uma visão ambígua, que pode expressar certa nostalgia na rememoração das suas condições de trabalho. Elemento que está presente também quando descreveu como era organizada a vila dos trabalhadores das madeiras:

Sady Baldo (2013, s/p.): [...] era tudo numerado as casas, sabia as ruas tudo numerado, pelo número você sabia quem que morava... tipo o cara vinha para trabalhar na firma, já eles falavam: - “você vai em tal casa”, daí o cara já ficava no nome dele aquilo lá. Era bom! A turma não pagava, ganhava o ... nem era tão bom o salário, mas dava pra viver né! [...] Aquele tempo na beirada de casa você podia plantar, eu mesmo tinha milho plantado... frango, criava frango, porquinho e tudo. Era bom! Que era tudo meio mato

⁹ Estes cabos de madeira são utilizados basicamente para a produção de rodos, vassouras e outros materiais.

¹⁰ Locomóvel (do latim locus: local e mobilis: móvel) é uma máquina a vapor automotora usada para movimentar cargas pesadas sobre estradas, para aragem de solo ou para fornecer energia em locais determinados. É também denominado de "locomotiva de estrada", para distinguir-se das locomotivas ferroviárias. Porém, produz um som semelhante a uma locomotiva ferroviária. Disponível: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Locom%C3%B3vel>. Acesso: 04/01/2018.

mesmo, na beirada onde fazia aqueles descampamento¹¹ de fazer serraria, era tudo mato, dali um pouco virava uma quiçaçona ali, o melhor mesmo era roçar e plantar, “toda a vida” e você tirava o feijão, tirava o arroz, tirava o que puder.

Nessa parte da narrativa, a ambiguidade sobre seu trabalho está em dizer que, mesmo não recebendo um bom salário, tinha direito a uma moradia cedida pela empresa que trabalhava e que poderia ter sua alimentação complementada pelo que plantava e pelos animais que criava. Podemos pensar essa organização das atividades das madeireiras como um planejamento para complementar os salários dos seus trabalhadores, mas, também, com uma atuação conjunta para transformação da paisagem, da agricultura e das madeireiras.

Na narrativa, há a exaltação da necessidade de se plantar em oposição ao termo “mato”. Podemos pensar esse último a partir do que considerou Ely Bergo de Carvalho (2004, p.78.), ao analisar, em sua dissertação, a fala dos agricultores no município de Engenheiro Beltrão/PR:

Há outros fatores que deve-se levar em conta para se entender o processo de devastação da floresta, um deles se expressa ao chamarem a floresta de “mato”, considerando que “mato” não   apenas a floresta primária,   também a capoeira, e mais, qualquer planta que nasça em lugar indesejado (“praga”), as quais o agricultor tem por  ficio carpir, eliminar, para limpar o terreno.

O mato e a quiçaça¹² são considerados indesejáveis ou a falta de trabalho. Desse modo, para Baldo, era necessária sua eliminação, plantar em seu lugar, o que significava o uso do espaço pelo trabalho. Assim, como escreveu Carvalho (2004, p.79), h a a necessidade de se considerar o “discurso do trabalho” para

¹¹ Descampamento: provavelmente tem o sentido desmatar, tirar o campo, o mato.

¹² Vegeta o rasteira, termo semelhante a mato.

entender a ação total de se eliminar a vegetação e, assim, “podemos inferir que manter” o “mato” ou a “quiçaça” era manter a “terra inculta”, significava o não trabalho, “portanto, um ato moralmente condenável” para os trabalhadores.

Se na narrativa de Sady J. Baldo (2013, s/p.), é o trabalho que molda a paisagem, as mudanças nesta estão associadas aos seus diferentes trabalhos. Desse modo, contou que trabalhou por mais ou menos dois anos no aproveitamento de madeira e, posteriormente, passou para a função de “pé de fita”, na qual era serrada a madeira. Depois passou a ser bitoleiro¹³, por três anos e, em seguida, foi trabalhar como serrador de madeira. Acrescentou, ainda, na sequência: “[...] larguei mão e fui para o mato, daí fui puxar tora. Fui trabalhar com trator, daí fiquei lá até terminar a serraria, ‘acabou’ as madeiras, daí eles mudaram pra São Miguel do Iguçu-PR”. Após isso, narrou que passou a trabalhar para outra empresa, a IMARIBA: “daí eu fui trabalhar na roça dele ali na... como é que é? Lavoura, como é que é, era... Santa Izabel... parece que é o nome da firma dele, [...] na agricultura”.

Assim, constrói sua trajetória, como um sujeito ativo, nos diferentes níveis do trabalho nas madeiras, do menor salário até um salário mais alto. Na construção de sua trajetória, percebemos uma divisão do trabalho, a partir da experiência do trabalhador e da sua idade, portanto se construía uma “carreira” na sequência profissional dentro das madeiras.

Esta “carreira” de trabalho nas madeiras terminou, por efeito do que se chamou no município “do fim ciclo da madeira”¹⁴.

¹³ Bitoleiro pode ser caracterizado como o funcionário dentro da serraria, responsável pela definição da espessura da madeira e por transportar as toras de madeira até serrador.

¹⁴ Adamy (2010, p.39.) investiga como o autor Alceu Sperança constrói em suas obras (SPERANÇA, Alceu. A. **Cascavel: a história**. Curitiba: lagarto, 1992; _____. **Cascavel: a história**. Cascavel: Positiva, 2011; _____. SPERANÇA, C. **Pequena história de Cascavel e do oeste**. Cascavel: J.S. Impressora LTDA., 1980.) a história do município de Cascavel a partir de ciclos econômicos: primeiro o ciclo da erva-mate, substituído pelo ciclo da madeira, em seguida pelo ciclo da agricultura, pecuária e por fim pela agroindústria. Assim, o autor constrói uma história ordenada, em que do esgotamento de uma atividade econômica surge outra em substituição.

Isto é, quando a vegetação se tornou escassa para a exploração, as madeiras se mudaram para outros lugares, e seus trabalhadores, se não as seguiam, foram trabalhar na agricultura. A qual só foi possível a partir das transformações geradas pelas ações das madeiras.

No trecho a seguir, podemos analisar novamente a ambiguidade na narrativa de Baldo (2013, s/p.), sobre o período de seu trabalho nas serrarias:

Sady Baldo: [...] a serragem ia tudo pro rio! O que não ia pro rio ficava num monte lá, volta e meia queimava aquilo lá, a maioria foi tudo pro rio, as firma ai que fazia, fazia na beira do rio já pra poder levar a serra, aquilo lá matava peixe cara! Madeirama, sei lá, tinha madeira que ela é venenosa, matava os peixes tudo, tinha até um cipó que se você batesse o cipó no meio da água aqui pra baixo ai morria tudo [os peixes]. Era muito bom naquele tempo! Mas era ruim também! Porque era só mato, aqui não adiantava você caçar bicho, você não precisava sair caçar com cachorro, se achava onde quer. Eu não era muito de caça, mas tinha meu pai e os outros caras que gostavam, saíam cedo caçar[...], eu, o meu era jogar bola, gostava de jogar bola, agora, caçar, não.

Nesse trecho que Baldo descreveu o destino da chamada serragem¹⁵, é reforçada a sua visão sobre o período como bom e ruim. Ruim porque era só “mato”. Destarte, o mato pode representar a ausência, talvez ausência de um centro urbano, com escolas, hospitais, pavimentação nas vias e outros benefícios para a vida humana. Porém, o mato pode ser ainda, a existência, de algo incômodo, algo que se desejava eliminar. Mas ambas as conotações são complementares.

Provavelmente, rememorou esses fatos em uma comparação passado/presente. De tal modo, hoje existem poucos peixes nos

¹⁵ Resto da madeira serrada.

rios¹⁶, talvez por isso, conectou diretamente o trecho sobre a abundância de peixes com a afirmação “era muito bom naquele tempo”, logo em seguida, fala-se da abundância de “caças”. A caça, como o futebol, foi apresentada como um lazer naquele período, e devido a grande quantidade de animais, proporcionados pelo “mato”, era de fácil execução, porém, tornando-se menos prazerosa a caçada.

Baldo, no final da entrevista, foi questionado sobre a ação das madeiras para o município de Cascavel. A visão apresentada, a partir da pergunta, traz a interação entre os tempos: passado, presente e futuro, em uma ordem linear, cronológica e ascendente. Assim, para ele, foi necessária a ação das madeiras e sem elas não seria possível ter a agricultura, elemento descrito como central para a economia do município: “hoje... o Cascavel hoje é agricultura, então não adianta, hoje tem o [Jacy Miguel] Scanagatta¹⁷, têm os mais velhos aí que são tudo rico, tudo eles tinha terra com pinheiro em cima”. Suas queixas são no sentido do uso não racional do recurso da madeira:

¹⁶ “[...] Nada menos do que 135 espécies de água doce já foram igualmente [em comparação aos peixes de água salgada] prejudicadas pela pesca excessiva e sofreram drástica redução de suas populações, como o pirarucu e o lambari. A situação desses peixes é agravada por fatores ambientais, [...]. Dentre as ameaças, as mais sérias são a poluição, o desmatamento das margens dos rios e a destruição dos mangues.” Disponível em: https://www.sescsp.org.br/online/artigo/3758_BRASIL+TEM+MUITO+MAR+PARA+POUCO+PEIXE. Acesso em: 09/03/2018. MANFREDINI, Luiz. Empreendedores do Paraná: oeste e sudoeste. 2^oed. Curitiba: Ipê Amarelos, 2008, p.40-43.

¹⁷ Jacy Miguel Scanagatta possuía no período estudado uma madeira que serrava ao mês “800 a 900 metros cúbicos de madeira”, “algo em torno de 200 a 300 pinheiros”. Além disso, ele passou ser proprietário em 1962 de uma revenda da Volkswagen e de uma “concessão da Massey Ferguson, fabricante de implementos agrícolas”, a Camagril. O que possibilitou que se torna, posteriormente, “o maior revendedor da marca no Sul do Brasil” e proprietário diversas fazendas nos ramos da agricultura e da pecuária, no município de Cascavel e nos Estados do Mato Grosso do Sul e no Mato Grosso, além de atuar em outros empreendimentos econômicos, como na propriedade de duas emissoras de rádio e um jornal. Antes de se mudar para o espaço do estudo, já atuava no desmatamento, serrando e transportando as madeiras para exportação através do rio Uruguai. Scangatta foi eleito em 1965 para o cargo vice-prefeito, em 1976 para prefeito de Cascavel, pela Arena (Aliança Renovadora Nacional), um dos dois partidos legais durante a Ditadura Civil Militar. Em 1986 foi eleito deputado federal constituinte. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Jacy_Miguel_Scanagatta>. Acesso em: 05/04/2018. MANFREDINI, Luiz. Empreendedores do Paraná: oeste e sudoeste. 2^oed. Curitiba: Ipê Amarelos, 2008, p.40-43.

Sady Baldo (2013, s/p.): eles tinham que desmatar, só que eles não aproveitaram, o certo seria eles cortá menos madeira jogar menos fora, esse que é o problema, não é só eles não, é em todo o país nosso. Em todo país nosso eles jogaram muita madeira fora, eles não pensavam no amanhã né!?

Apesar de ser crítico ao uso não racional¹⁸, por parte dos madeireiros, observou que isso seria uma prática corriqueira, feita por todos, e como proprietários da terra, eles tinham o direito de usufruir de tudo que nela estava. Desse modo, a crítica de Baldo não recai sobre o desmatamento, mas sobre o não aproveitamento total, dentro de uma lógica do maior lucro possível.

Baldo fez questão, no final da entrevista, de retornar a fala sobre a organização da vila dos trabalhadores da serraria, composta por uma igreja e uma escola. Nessa argumentação está presente sua exaltação ao proprietário da Industrial Madeireira do Paraná (*IMAPAR*):

Sady Baldo (2013, s/p.):[...] a Festugato mesmo, eles cuidavam nessa parte, nessa parte eles cuidavam, tinha os diretor e tudo, que era grande a firma do Festugato naquele tempo. Cada quatro em quatro ano eles faziam uma festa para toda a turma da firma, sabe. Daí reunia todas as serrarias, era um monte de gente! Bom, eu entrava na ... quando puxava tora, às vezes nós estava na oficina, você precisava ir comprar qualquer coisa nas lojas aí, se ia com o macacão da firma, estava feito o nome! Só perguntava onde é que era, se dava o nome do gerente e coisa, eles só ligavam na firma e você não precisava nem de dinheiro, era bom! Que a firma era bem vista.

¹⁸A ideia de uso racional da natureza também é defendida por movimentos ambientais, como conservacionista, corrente ideológica que surgiu no fim do século XIX, e defende a preservação da natureza aliada ao uso racional e “manejo criterioso pela nossa espécie, executando um papel de gestor e parte integrante do processo”, tais ideias servem de base para movimentos atuais.

[...] Eram reconhecidos, não, e aquele tempo você andava com o macacão aqui em cima das costas, deste lado ou deste [demonstra com gestos], o sinal do “cabo do gato” [instrumento usado para tombar as toras das árvores], mas era bom, a firma era bem respeitada.

[...] E a Cajati, que nem na Cajati, naquela outra firma que eu trabalhei na Festugato, também era duas firma boa, eu trabalhei, nunca eu fiquei dizer, que nem muita gente trabalhava nessas firminhas pequena, os caras as vez eram “gato” chegava final do mês eles não pagavam, deixavam os caras “passando aragem” [falta de sorte], eu trabalhei 23 anos em duas firmas só, mas só que eu nunca passei aragem por causa disso, trabalhei só em firma boa, por isso que eu não saía, eu aguentei né cara, daí eu sabia que eu tinha que trabalha porque tinha a piazada [crianças] minha para cuidar [...].

Nesse trecho da narrativa, Baldo, além de expor novamente uma visão ambígua afirmando, inicialmente, que era bom o trabalho na madeireira, pelo seu reconhecimento perante a sociedade da época, depois se queixou, declarando ter o macacão marcado pelo instrumento de trabalho e, em seguida, reafirmou a condição de seu trabalho como boa. Há, ainda, a construção de um papel das madeireiras, ou da IMAPAR, de atuação junto ao município, de benefícios para os seus funcionários e para todo restante da população, como para o comércio.

Com essas afirmações, está a valorização das empresas (IMAPAR-madeireira e Cajati-agricultura) pertencentes ao empresário Festugato, para sua própria vida, e a exaltação de sua condição como um bom trabalhador.

Outro elemento que podemos perceber na narrativa de Baldo diz respeito as menções à palavra "gato": a primeira, como “cabo do gato”, um instrumento usado pelos trabalhadores das madeireiras para manejar as árvores já cortadas. Já a segunda menção à palavra “gato” é utilizada para designar uma espécie de terceirização que era realizada na contratação dos trabalhadores. Os “gatos” eram/são agenciadores de mão-de-obra, responsáveis

pelo recrutamento, transporte e também por receber valores e repassá-los aos trabalhadores. Provavelmente, o termo “gato”, usado ainda na atualidade para denominar os agenciadores de trabalhadores rurais, deve ter suas origens ligadas ao trabalho nas madeireiras, pois nomeava o instrumento usado pelos trabalhadores dessas indústrias em um dos serviços mais exaustivos, o que podemos perceber a partir da narrativa de Rodrigues, que será analisada a seguir, o qual narrou um acidente de trabalho enquanto desempenhava essa função.

3. “A gente trabalhou que nem cavalo e que nem cachorro, [...] A gente não vai ter valor, não vai ter valor nenhum!”¹⁹

Passamos agora para a análise da entrevista de Jerônimo Rodrigues (2013, s/p.), o qual iniciou a sua narrativa descrevendo os motivos de sua mudança para o espaço estudado no ano de 1968. Deslocou-se - junto a sua mãe e irmãos - do estado de Santa Catarina devido às dificuldades que passavam; no período tinha 18 anos. Segundo narrou, chegaram em cima de um caminhãozinho [19]48²⁰, no atual município de Campo Bonito/PR. Vejamos um trecho da entrevista:

Jerônimo Rodrigues (2013, s/p.): [...] comecei na roça, que a roça naquela época era um movimento bom, que saía bem a colônia, vendia até bem, e então nós chegamos aqui e arrendemos as terras, pegamos umas terras arrendadas para trabalhar. Porque nós não tinha, nós era pobre e não tinha, então nós arrendemos, arrendemos uns pedaços de terra e começamos a trabalhar, e naquela época tinha a madeireira e tinha uns pessoal conhecido lá, acharam melhor nós transferir pra lá pra trabalhar, aí, nisso, foi falado com a gerência da firma e eles mal conheciam nós, mas acreditaram em nós e colheram nós na

¹⁹ Subtítulo extraído da entrevista concedida por Jerônimo Rodrigues a Daniele Brocardo. Cascavel/PR, residência da filha do entrevistado em 13 de setembro de 2013.

²⁰ 1948 é o ano do caminhão que transportou suas mudanças, acredito trata-se de um caminhão Ford 48.

firma e nós ali entramos. Eu trabalhei uns 6 anos e meio, 7 anos por aí, e voltei pra roça de novo que daí eu casei, naquela época logo casei e eu peguei e vim pra roça, também um serviço meio pesado, enfrentar, mas era, até que era bom e depois naquela época tinha muita firma, então as firmas viam que operário ele era - naquele tempo chamava de operário -, que a pessoa era boa de serviço, tinha um pouco de inteligência eles mudavam, eles pegavam recolhiam a pessoa e transferiam pra um outro serviço, que dava lucro pra firma. Só que o funcionário ganhava uma mixaria, ganhava uma mixaria, [...].

Jerônimo Rodrigues descreve sua trajetória de idas e vindas do trabalho da agricultura para as madeiras. O trabalho nessa última apareceu como uma alternativa para quem não possuía a propriedade da terra, portanto não poderia atuar como gostaria na primeira.

Assim, como na fala de Baldo, há a menção as pessoas que agiam no recrutamento dos trabalhadores para atuar nas madeiras. Rodrigues demonstrou que fora feita uma ação de convencimento de que a empresa madeira lhe oferecia melhores condições de trabalho.

Junto a isso, há uma valorização das madeiras pelo reconhecimento dado a sua família e por proporcionar uma hierarquização, dada como natural ou própria da natureza humana – o mais inteligente pega um posto melhor –, já que teria feito por merecer este trabalho.

Em sua narrativa, é ainda exaltada a sua a ação como um bom trabalhador ou como se reconhecia “operário”, mesmo recebendo um salário considerado por ele como uma “mixaria” ou aguentando serviços cansativos. Neste sentido, ainda, argumentou:

Jerônimo Rodrigues (2013 s/p.): [...] Industrial Madeira. É foi uns dos começo, que começou ai, então foi isso ai a gente trabalhou muito, em muito serviço pesado, há, hoje eu estou estourado não aguento mais por causa disso, porque, nós pegava em dois pranchão de cinco metros e meio banhado de água pra bater na

altura daquilo ali [demonstra com as mãos comparando] [...]. Então, forçava tudo o que você tinha de força na realidade e a gente foi, foi se machucando, eu mesmo tenho uns acidentes, tenho uns par de acidentes e depois quando voltei pra roça também levei uns acidentes. Daí eu aprendi a trabalhar com colheitadeira, com trator de pneu, trator de esteira, porque eu, o que me davam de chance, o cara falava: -“você quer trabalhar?” não falava você sabe, eles falavam:- “você quer”, eu falava:- “eu quero”, entrava lá e dava conta, dei conta do recado. Graças a Deus! E eu o serviço mais pior que eu trabalhei em tudo, que eu me lembre que eu sofri muito, era corta tora com motosserra, eu levei, eu escapei de muitos acidentes perigoso, já era pra tá podre embaixo da terra, quando eu trabalhei com o Sarolli, me pagou direito, me pagou o que eu ganhei eles pagaram, mas foi péssimo, péssimo mesmo.

No trecho acima, além de reforçar sua imagem como um bom trabalhador, Rodrigues, apresentou um pouco das condições de trabalho que enfrentou. Em toda a sua narrativa, são relatadas condições semelhantes a essas, que geraram acidentes de trabalho, não só sofridos por ele, mas também por seus colegas. Igualmente, relatou o frio, a geada, a comida fria e outras condições de trabalho na agricultura e nas serrarias, descritas por ele como sofrimento, “[...] a gente sofreu muito, muito mesmo, vou te dizer que não foi fácil [...]”. Junto a esse sentimento, há a constante menção ao seu esforço para ser sempre um bom trabalhador, como: “[...] eu, toda vida, fui infernal no serviço [...]”. O que também é observado a seguir:

Jerônimo Rodrigues (2013,s/p.): [...] Todo o meu serviço que eu encarei, não é pra se gabar, mas todo o serviço que eu encarei, eu encarei com aquela, de coração aberto, pra fazer mesmo pra não deixar furo e toda parte que eu fui, que eu trabalhei fui bem recebido, de onde eu saí, as pessoas não queriam que eu saísse e então sei lá. Hoje estou aí, não recolhi para se aposentar, que eu estou com 63 anos, 64 anos, até hoje eu estava comentando com o vizinho aí, eu falei: “eu vou esperar chegar aos 65 anos, depois eu vou correr atrás”, porque não adianta agora, não tem nada ainda porque tem que ser com 65, mas eu tenho certeza que, pelo

o que eu estou vendo hoje na nossa, nossos governador, nossas pessoas que dominam nós, o que a gente tem visto ai é que acho que a gente trabalhou que nem cavalo e que nem cachorro, ganhando as mixarias e a gente não vai ter valor, não vai ter valor nenhum! [...].

Rodrigues argumentou ter sido um bom trabalhador, mas se queixou das condições de trabalho e das dificuldades para conseguir se aposentar. Aqui, cabe considerarmos o que Khoury (2006, p.31) escreveu em seu texto já citado:

Nas entrevistas estamos no espaço e no tempo de nossos entrevistados. Eles narram a partir de seu próprio presente, trazendo experiências passadas. Nesse sentido, nosso exercício é compreender não um passado dado, mas os significados atribuídos a esse passado no momento presente dessas pessoas.

Assim, a narrativa de Rodrigues (2013, s/p.) esclareceu que suas dificuldades para conseguir a aposentadoria, no momento da entrevista, decorrem do fato de ter, ao longo de sua vida, trabalhado em diferentes empresas, sem que estas fizessem o recolhimento dos impostos destinados à aposentadoria. As mudanças de serviços ocorriam porque acreditava nas propostas que os proprietários faziam, de que se fosse trabalhar em suas empresas ganharia um salário maior. Porém, por meio de um caso específico, explicou que muitas destas promessas não eram cumpridas como combinado, como se pode observar em sua fala: “me iludia e dava até dinheiro adiantado, eu pegava e ia pra lá e era assim”.

Outra questão presente, no trecho acima da entrevista, é a desumanização. O entrevistado comparou suas condições de trabalho às de animais irracionais. Porém, apesar de Rodrigues ser crítico, as condições de trabalho que enfrentou, tem uma visão positiva sobre a empresa IMAPAR e sobre seu proprietário, o que é percebido através dos seguintes trechos:

Jerônimo Rodrigues: [...] A [Industrial] Madeireira foi uma mãe de firma, foi uma barbaridade, o cara que entrava ali não queria sair mais, fazia de tudo para não sair porque trabalhava, tá certo, era bastante trabalho, mas ganhava bem.

[...] lá da Madeireira era o Sérgio Mauro Festugato, o Sergio Mauro foi um grande batalhador, um grande empresário, um grande patrão, acho que eu não sei, posso até estar errado, pra mim, de patrão pra funcionário, seja lá funcionário da espécie que ele era, o Sergio Mauro foi o melhor cara que pintou no [inaudível] do mundo, porque ele, tanto fazia o homem ser pobre ou rico, era, o tratamento era o mesmo [...].

Nesses trechos, como no momento da entrevista em que falou sobre a existência de um time de futebol ligado à indústria, Rodrigues exaltou a figura de um dos sócios proprietários da IMAPAR. Assim, apesar de, em alguns momentos, Rodrigues ser mais crítico em relação as suas condições de trabalho, comparado a Baldo, ainda assim partilha alguns elementos semelhantes, como a visão positiva sobre ação do proprietário da IMAPAR.

Todavia, apesar de, em sua narrativa, apresentar elementos semelhantes em relação à de Baldo, a entrevista de Rodrigues contém algumas particularidades, a exemplo da sua percepção sobre as transformações da paisagem. Podemos observar isso quando, no final da entrevista, como foi questionado a Baldo, Rodrigues foi interrogado acerca de sua visão sobre a ação das madeireiras para o município de Cascavel, vejamos:

Jerônimo Rodrigues (2013, s/p.): Olha, minha filha, se eu te falar a pura verdade, eu não sei se eu estou mentindo ou falando errado, mas eu acho que se essas madeireiras, esses caras, esses “tubarão”, se essas pessoas pensar um pouco mais, nós vamos morrer tudo queimado, nós vamos acabar morrendo tudo queimado! Porque você está vendo o tipo que está vindo o calor, por que está vindo esse calor? Porque não temos árvore para suportar, para resfriar o chão, que o calor tá vindo do chão, você não nota? Você anda descalço aí na [inaudível] te cozinha toda a sola do pé, por quê? Porque não tem sombra! Você vê, tem uma

árvore aqui mais lá por roda não tem nada, daí o que acontece, resseca aquela terra lá e vem ressecando até no pé da árvore, a árvore chega morrer, então se os “tubarões” não tiver um pouco mais de piedade e no lugar de [inaudível] plantar umas árvores, eu não sei! Não sei, sei lá se a gente, às vezes, pode, é que a gente não tem estudo, então a gente não pode se aprofundar muito de querer falar muita coisa, que as vezes está falando coisa errada, mas eu acho que, no meu ver, porque no tempo, do tipo que eu entrei naquele tempo aí, chovia na hora certa, dava mantimento, Nossa Senhora! E foi acabando, acabando e tá no que tá. Então não está faltando água? Não tá faltando água? Naquele tempo tinha água em abundância onde é que você ia, nos matos lá onde nós morávamos, onde é a terra do meu sogro, onde quer tinha uma mina de água, hoje não tem mais! Desmataram tudo, tiraram tudo, a sombra então. [...].

Rodrigues, do mesmo modo que um dos entrevistados do artigo produzido por Alfredo R. S. Lopes e Eunice S. Nodari (2012, p.66), sobre a percepção da degradação da Lagoa de Sombrio/SC, construiu seu “relato atentando para a magnificência da natureza em épocas passadas”, destacando um “passado vivido, um passado perdido, mas não perdido no tempo, [...]”. Esse passado está perdido porque o meio ambiente se transformou, foi degradado”.

Contudo, apesar de ter uma visão crítica sobre as transformações da paisagem, Rodrigues se sente bastante receoso em falar sobre o assunto. Talvez isso ocorra porque ele, como outros, é um sujeito que pertence ao que o autor português Boaventura de Sousa Santos (2009, p.23) definiu como “pensamento abissal”. Esse é o pensamento moderno ocidental, que divide o mundo entre os visíveis e os invisíveis, através de uma linha, deste e daquele lado. Assim, um lado desaparece como realidade, tornando-se inexistente de maneira radical.

De tal modo, é o campo do conhecimento uma das manifestações que melhor representa este pensamento. Neste campo, a ciência moderna possui o monopólio da distinção entre o

verdadeiro e o falso, entre o científico e o não científico, em detrimento dos demais conhecimentos.

Destarte, podemos pensar que Rodrigues tem e mantém o seu conhecimento sobre as transformações da paisagem; no outro lado, no não científico, no qual “não há conhecimento real,” o que existe são crenças, opiniões, magia. Neste lado se encaixam os conhecimentos “populares, leigos, plebeus, camponeses, ou indígenas”, conhecimentos que, dentro do pensamento abissal, só conseguiram, na “melhor das hipóteses”, tornarem-se objetos ou matéria-prima para a investigação científica, o que, conscientemente, fazemos aqui (SANTOS 2009, p.25).

Portanto, foi a partir das mudanças na paisagem que Rodrigues (2013, s/p.) definiu o fim de seu trabalho nas madeireiras. Primeiro, passou a trabalhar com o trator para “destocar”, retirando o restante da vegetação que ficou na terra após a extração das árvores, e argumentou: “outra coisa também que acabou, o material, acabou o pinheiro, se vocês pensarem isso aí acabou, tiraram tudo, os pinheiros, a madeira de lei [...], os caras limpavam, tiraram tudo”.

De tal modo, definiu que as madeireiras foram parando de operar no município, as pessoas foram ficando desempregadas. Aqueles considerados por Rodrigues (2013, s/p.) “com mais sorte” foram trabalhar com as máquinas na agricultura, como foi o seu caso: “veio pra esse lado, se obrigou a vir pra esse lado, obrigou-se, igual os outros falam, se não se explica de aprender ia começar a passar fome”. Contudo, Rodrigues não vê como um processo tranquilo essas mudanças e refletiu que, quando começou a trabalhar com os tratores na agricultura:

Jerônimo Rodrigues (2013, s/p.): [...] começou os tratores, começou entrar, aí tinha o tal de “boia-fria”, que vocês sabem muito bem disso aí, aí, de repente, vem o veneno e acabou com os boias-frias também, primeiro eles acabaram com a agricultura, lá em baixo com a agricultura pequena, que era feijão, milho e arroz, essas coisas, e aí os pinheiros também acabaram e saiu a

agricultura com trator, que é o plantio de soja, trigo essas coisas, e aí o que aconteceu, aí a turma começou vim, aí o cara teve que se explicar, aí teve que pular naquele galho, aí é segurar firme para não perder o emprego.

Rodrigues, a partir de suas memórias, vai descrevendo um processo de transformação da paisagem e do trabalho. Tais elementos descritos se inserem no que ficou conhecido como Revolução Verde no âmbito mundial e no Brasil como Modernização da Agricultura, ambas com “acepção ideológica que contrapõe a modernização à Reforma Agrária”, e “acepção prática da utilização crescente de máquinas, insumos químicos e sementes melhoradas²¹” (ALENTEJANO, 2012, p.480). Foram implantadas na região oeste do Paraná a partir da década de 1960. De acordo com Davi Felix Schreiner (2002, p. 276):

O modelo agroquímico, também chamado “Plano da Revolução Verde”, que foi idealizado e patrocinado pelo grupo Rockfeller, com sede em Nova Iorque, contribuiu para a chamada modernização da agricultura em nosso País, a partir dos anos [19]60, momento de expansão das fronteiras agrícolas, e intensificada pelos sucessivos governos militares. Alguns fatores foram determinantes para o seu estabelecimento, com linha de crédito concedido sob exigências do uso de um pacote tecnológico completo e criação de instituição de pesquisa e extensão rural (Embrapa, Emater e centros regionais de pesquisa) com o intuito de fornecer tecnologia para o sistema de produção deste modelo. Sua expansão tem levado a uma degradação do meio ambiente e contribuiu para transformar os pequenos agricultores em bóias-

²¹ Todas estas mudanças contribuíram para tornar o Brasil, “nos dias de hoje, o maior consumidor mundial de agrotóxicos”, e o município de Cascavel em primeiro lugar no Estado do Paraná. Fontes: ALENTEJANO, 2012, p.480. Disponível: <https://g1.globo.com/bemestar/noticia/brasil-e-o-pais-que-mais-consome-agrotoxicos-no-mundo.ghml>. Acesso: 13/12/2017. DUTRA, Lidiane Silva; FERREIRA, Aldo Pacheco. Associação entre malformações congênicas e a utilização de agrotóxicos em monoculturas no Paraná, Brasil. *Saúde em Debate* [online]. 2017, v. 41, n. spe2, pp. 241-253. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0103-11042017S220>>. ISSN 2358-2898. <https://doi.org/10.1590/0103-11042017S220>. Acesso: 13/12/2017.

frias, agravou os conflitos entre grileiros e posseiros, fazendeiros e índios, e concentrou ainda mais a propriedade da terra.

Dessa forma, Rodrigues observou esses efeitos nocivos da “modernização da agricultura”, mesmo sem nomear o processo. Percebeu a degradação do meio natural, devido ao uso de agrotóxicos e ao desmatamento de novas áreas para a plantação, sobretudo, de monoculturas, como soja e o milho, as quais contribuíram também para a diminuição da agricultura em propriedade de pequeno porte.

Em outro trecho da entrevista de Rodrigues (2013, s/p.), que foi perceptível uma visão crítica sobre estas transformações que ocorreram na paisagem, foi quando rememorou que no sábado à tarde, período de folga, os trabalhadores das serrarias iam extrair pinhão:

Jerônimo Rodrigues (2013, s/p.): [...] daqui a pouco era um atrás do outro com mais de mil sacos de pinhão nas costas, hoje onde é que foi? Ainda falam que foi os agricultores, os pequenos, que acabaram com os pinheiros, os grandões, banco, banco é um dos começantes, porque se o banco não larga dinheiro pra destocar esses terrenos aí, tinha terra, tinha bicho até hoje [...] Quem acabou com isso aí foi o grande, o produtor grande, aquele fazendeiro grande que destocou até na beira da água, acabou com os matos, os bichos não tinha pra onde ir, o tatu não tinha onde se esconder, os macacos não tinham pra onde ir, não tinham o que comer os macacos, porque que os macacos vivem avançando nas casas, porque não têm o que comer, porque o que aconteceu. Vai lá, primeira coisa, vai atrás do presidente que desossou dinheiro pra turma destocá pra comprar trator e tudo, o culpado foi eles, não foi os pequenos, porque o pequeno agricultor não tinha condição, como que ele ia roçar um mato aí? Não tinha nem condição, então tinha, podia ter os animais até hoje aí, paca, veado, cateto, mas quem, quem que acabou com isso aí? foi a destoca [...].

Rodrigues (2013, s/p.) descreveu, inicialmente, uma paisagem composta por milhares de árvores de pinheiros, que

possibilitavam, segundo sua descrição, “procissões de homens” à procura de suas sementes, o que se alterou quando começou o processo de destocar a terra (retirada do restante da vegetação, como as raízes, depois da derrubada das árvores de grande porte). Os animais foram afetados no processo, perdendo seu habitat e sua alimentação. A percepção dessas mudanças na paisagem, por não haver mais pinheiros ou tantos animais, têm responsáveis, os quais, para Rodrigues, não são as madeireiras, nem os agricultores pequenos, mas sim os bancos, os agricultores com maior poder econômico e os governantes.

Do seu modo, o entrevistado demonstrou que, para que ocorresse a transformação da paisagem, foi necessário o fornecimento de crédito para os agricultores, os quais foram concedidos pelo governo brasileiro através da criação, no ano de 1965, do “Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR)”, com o intuito de viabilizar “a compra de máquinas e insumos pelos agricultores –, além da criação, entre 1955 e 1959, de uma série de fundos para estimular a indústria de fertilizantes, adubos e outros insumos químicos para a agricultura” (ALENTEJANO, 2012, p.481). Todas essas ações se inserem dentro do processo, já descrito, de modernização da agricultura, que visava melhorar a produtividade agrícola, sem, no entanto, distribuir terra, o que causou, também, uma maior destruição do meio natural, percebida por Rodrigues.

4. Considerações finais

A análise realizada neste texto não teve a pretensão de dar conta de toda a narrativa, composta pelos entrevistados. Talvez para alcançar tal objetivo sejam necessários outros trabalhos, considerando que existem, nessas narrativas, diferentes elementos, por exemplo: as relações de trabalho nas serrarias, os problemas ambientais, questões da propriedade da terra, entre outros. No entanto, o objetivo aqui colocado, de procurar compreender como

as transformações da/na paisagem podem ser percebidas, foi, por hora, delimitado.

As narrativas de Baldo e Rodrigues são compostas por pontos em comum, a exemplo de ser um bom trabalhador, do esforço no trabalho pesado e da valorização da IMAPAR, como uma ótima empresa para se trabalhar. De tal modo, podemos considerar o que escreveu Pollak (1992, p.205): “[...] a imagem que uma pessoa adquire, ao longo da vida, referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros”. Assim, a imagem que esses trabalhadores construíram sobre si durante as entrevistas é a imagem que gostariam que tivéssemos deles, reelaborando suas memórias, construíram suas identidades.

Entretanto, apesar de existirem pontos em comuns nas narrativas, há outros elementos que são próprios das vivências de cada um dos entrevistados, como parece ser as percepções sobre as transformações da paisagem. Todavia, ambos elaboraram suas percepções a partir da relação do passado/presente, assim, podemos pensar que escreveu Thomson (1997, p.57), em seu artigo sobre a relação entre a História Oral e as memórias:

A memória “gira em torno da relação passado-presente, e envolve um processo contínuo de reconstrução e transformação das experiências lembradas”, em função das mudanças nos relatos públicos, sobre o passado. Que memórias escolhemos para recordar e relatar (e portanto, lembrar), e como damos sentido a elas são coisas que mudam com o passar do tempo.

Considerando, portanto, o caráter dinâmico da memória, deve-se compreender as narrativas sobre as transformações da/na paisagem como uma elaboração sobre o passado, permeada pelas percepções que a sociedade atual apresenta sobre a exploração do meio natural.

De tal modo, enquanto Baldo destacou aspectos considerados positivos, causados pelas transformações da paisagem, como o espaço gerado para a atuação da agricultura na economia, Rodrigues descreveu questões negativas do passado, observadas a partir do presente, assim não se tem mais sombra, falta água, o calor é maior, os animais já não são observados como antes e não têm o que comer.

Referências

ADAMY, Irene Spies. **Formação e organização política da classe dominante agrária**: A sociedade Rural do Oeste do Paraná. Marechal Cândido Rondon, 2010. 173 p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE).

_____. A formação e organização política de uma fração agrária de classe dominante na região Oeste. **Espaço Plural**. Ano XII, nº 25 2º semestre 2011.

ALENTEJANO, Paulo. Modernização da Agricultura. In: CALDART, Roseli Salet et al (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.p. 479-483.

CARVALHO, Ely Bergo de. **Sombras do Passado, Projetos de Futuro**: as florestas nas memórias dos agricultores de Engenheiro Beltrão-Paraná, 1947-2003 Florianópolis, 2004, 176 p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.

CORRÊA; Dora Shellard. Paisagens através de outros olhares. **Revista de História Regional**. 20, p. 252-276, 2015.

KHOURY, Yara A. O historiador, as fontes orais e a escrita da história. In: ALMEIDA, P. R. de; KHOURY Y. A.; MACIEL, L. A. **Outras histórias: memórias e linguagens**. São Paulo: Olho d' Água, 2006.

- LOPES, Alfredo Ricardo Silva; NODARI, Eunice Sueli. “O que é da natureza não se mexe”: memória e degradação ambiental na Lagoa de Sombrio-SC (1960-2010). **História Oral**, V. 1, n^o 15, p. 55-80, jan.-jun. 2012.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, V. 5. N 10, 1992.
- PRIORI, Angelo Aparecido; PAIXÃO, Letícia Aparecida. A paisagem como fonte histórica e como produtora de memória. **História Revista**: revista da Faculdade de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás, v. 20, n1, p.158-167, 2015.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: ____; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina. SA, 2009. p. 23-71.
- SCHAMA, Simon. **Paisagem e Memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- SCHREINER, Davi Felix. **Entre a Exclusão e a Utopia**: um estudo sobre os processos de organização da vida cotidiana nos assentamentos rurais. São Paulo, 2002, 461 p. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo.
- STADUTO, Jefferson A. R; ROCHA Jr, Weimar F; BITENCOURT, Mayra B. Contratos no mercado de trabalho agrícola: o caso das cooperativas de trabalhadores rurais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, [online]vol. 42, n 4, p.637-661, 2004. Disponível: <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032004000400006>.
- SPERANÇA, Alceu; SPERANÇA, C. **Pequena Historia de Cascavel e do Oeste**. Cascavel: J.S. Impressora Ltda. 1980.
- THOMSON, Alistair. Reconstituo a Memória: questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias. **Proj. História**, São Paulo, 15, p. 51-84, abr., 1997.
- TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

Fontes

Entrevistas

Entrevista concedida por Sady José Baldo a Daniele Brocardo. Cascavel/PR, residência e comércio de Sady José Baldo, em 13 de setembro de 2013.

Entrevista concedida por Jeronimo Rodrigues a Daniele Brocardo. Cascavel/PR, residência da filha do entrevistado em 13 de setembro de 2013.

Vivências de trabalhadores rurais na região sudoeste do Paraná

Tiago Arcanjo Orben¹

1. Introdução

Este trabalho é fruto da pesquisa que desenvolvo no Doutorado em História, a qual procura considerar a estrutura agrária e fundiária da região Sudoeste do Paraná, com referência aos levantamentos sociais ocorridos em outubro de 1957. Neste sentido, a pesquisa questiona a caracterização de pequenas propriedades atribuída a esta região, a qual ganhou destaque na historiografia² que pesquisa o tema como resultado da luta social, conhecida como Revolta dos Colonos ou Possesiros.³

Assim, este artigo pretende explorar as vivências de sujeitos que residem neste espaço em contexto contemporâneo, com destaque para suas práticas relacionadas à agricultura; neste sentido, por meio da História oral, serão destacados os espaços de experiência dos entrevistados, no que se refere às suas vivências

¹ Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História - PPGH da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul-PUC-RS. Bolsista Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Orientador Prof. Dr. Luis Carlos dos Passos Martins. E-mail: tiagoarben@gmail.com

² Consulte, entre outros, (GOMES, 1986), (LAZIER, 1998), (MARTINS, 1986) e (WACHOWICZ, 1985).

³ Para maiores esclarecimentos acerca da Revolta dos Colonos, memórias de remanescentes e apropriações construídas a partir do movimento social ver: (ORBEN, 2014).

agrícolas, com ênfase aos deslocamentos experimentados pelos sujeitos ao longo de suas trajetórias ligadas ao meio rural. Dessa forma, o artigo pretende refletir as trajetórias dos entrevistados em relação à agricultura, ao elencar em que contexto se apresenta a agricultura da região Sudoeste do Paraná recentemente, ou seja, que dinâmicas se sobressaem em relação ao meio rural nessa região.

A entrevista que será analisada foi realizada com o casal de agricultores Arcanjo do Prado e Maria do Prado, no dia 06 de julho de 2011, como parte do projeto de extensão intitulado: *Memórias da terra: modos de viver, lutas e resistências camponesas no Oeste e Sudoeste do Paraná*.⁴ Ambos possuem significativas vivências agrícolas enquanto arrendatários e empregados temporários e, no momento da entrevista, residiam em uma Vila Rural (nessa vila possuem um lote de terra de 0,5 hectares) no município de Verê-PR. Arcanjo continua trabalhando como empregado temporário em propriedades agrícolas da região, e Maria, eventualmente, acompanha o marido, mas geralmente trabalha nos afazeres domésticos. Ganha destaque em suas vivências as diferentes ocupações experimentadas ao longo de suas trajetórias, ao mesmo tempo em que expõem de que maneira diferentes dinâmicas regram a estrutura agrária e fundiária recente do Sudoeste do Paraná.

Para compreender as experiências experimentadas por Maria e Arcanjo do Prado, serão considerados o aporte metodológico da história oral e o teórico da memória, vistos, aqui, como matéria prima para os pesquisadores que se utilizam de tal metodologia na análise histórica. Nesse sentido, será dado destaque para os aspectos relacionados à subjetividade que essa metodologia suscita ao historiador.

⁴ Faziam parte do projeto o professor Dr. Paulo José Koling (coordenador) e os acadêmicos do curso de História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE): Franciele Pinheiro, Jael dos Santos e Tiago A. Orben.

A partir desta conjuntura, o texto está organizado em três momentos: no primeiro, são discutidos alguns pontos relacionados à memória e à história oral, com destaque para o aspecto subjetivo que a utilização dessa metodologia nos expõe; na sequência, são apresentadas as experiências de Arcanjo e Maria do Prado, com ênfase para seus deslocamentos enquanto trabalhadores rurais sem terra, além de enfatizar, durante a entrevista, a condição que lhes era apresentada; por fim, procura-se concluir o texto percebendo em que medida as vivências dos entrevistados dialogam com a atual conjuntura agrícola brasileira, com destaque para os processos que regem a organização agrária e fundiária do Sudoeste do Paraná.

2. Memória(s) e subjetividade

Quando nos referimos às potencialidades da história oral, logo em seguida nos são apresentadas inúmeras questões que podem ser consideradas na aplicação/utilização desta metodologia no campo histórico. Porém, ao mesmo tempo em que podemos nos referir a “potencialidades”, também se sobrepõem os limites que ela apresenta ao pesquisador e, nesse ponto, muitas vezes, acabamos passando, literalmente, por cima de muitos preceitos fundamentais da história oral junto à prática histórica.

Assim, não há dúvida de que um dos aspectos basilares da metodologia oral é o conceito de memória, que aparece enquanto elemento ativo na construção das fontes orais. Mas, além deste, a subjetividade também deve ser vista como um aspecto fundamental para as questões que se busca compreender com base na história oral. Nesta seara, Benito Bisso Schmidt (2012, p. 84), ao dar atenção à utilização do termo “subjetividade” junto às fontes orais, salienta que “uma das primeiras bandeiras da história oral foi justamente a possibilidade de trazer à tona a subjetividade dos agentes”, sobretudo “suas emoções e sentimentos, de inserir nas explicações históricas a dimensão subjetiva dos processos sociais”.

A argumentação de Schmidt (2012, p. 85) é que, apesar do enorme potencial que o aspecto subjetivo apresenta ao pesquisador, por meio da metodologia oral, ainda “estamos mal equipados, em termos teóricos e metodológicos, para dar conta dessa dimensão”. A crítica do autor recai sobre a maneira como os historiadores buscam analisar os depoimentos orais, com atenção para “os ditos” e “os não ditos”, ao passo que se associam tais questões à noção de “trauma”. Ou seja, para Schmidt, procura-se analisar as emoções do entrevistado e, a partir disso, aplicar o aspecto subjetivo ao que o depoente relaciona ao descrever sua narrativa.

Evidentemente que Schmidt nos coloca uma questão importante e questionadora sobre a subjetividade dos depoimentos orais. Assim, o primeiro ponto que devemos considerar é que, muitas vezes, acabamos por considerar a subjetividade do depoimento oral como algo negativo, enquanto um problema que precisa ser superado pelo pesquisador/historiador, tanto quando da realização da entrevista, quanto no momento de análise dessa fonte, já que sua validade estaria sendo perdida se não fosse considerada tal variável.

Essa forma de aplicar e analisar uma narrativa oral acaba por desarmar um dos seus principais atributos, o qual, notadamente, é a utilização do aspecto subjetivo para a análise do depoimento de forma mais ampla, não se restringindo apenas ao relato narrado a partir da conjuntura exposta ao entrevistador. Isso significa que a subjetividade, como fruto do movimento produzido pela memória no momento da exposição da vivência, aparece como elemento diferencial na análise histórica e isso significa que ela não só pode trazer um aspecto diferencial à fonte oral, como também pode fazer desta fonte um elemento ativo na construção de determinado conhecimento histórico.

Todavia, é preciso que fique claro que só conseguiremos perceber a subjetividade como ato performativo da memória após muita experiência com fontes orais. Isso significa que dificilmente

conseguimos, em uma primeira experiência com a metodologia oral, identificar as subjetividades do entrevistado e relacioná-las com os aspectos que lhe são expostos a partir de suas memórias. Nesse ponto, Schmidt (2012, p. 87) nos empresta mais algumas considerações em relação a esses aspectos:

O que procuro ressaltar com essas considerações é que a noção de subjetividade não deve ser pensada, sobretudo para nós historiadores, como uma figura ou uma dimensão a-história ou trans-histórica, uma essência de todo ser humano, uma matéria alojada no coração ou na mente dos homens, algo natural e que pode ser resgatado e analisado pelos praticantes da história oral; ela é, sim, resultado de múltiplos percursos históricos que convergiram, não sem tensões, para a fabricação do indivíduo moderno, aquele que “possui” uma determinada subjetividade.

Tais considerações nos instigam a pensar em que medida a subjetividade é vista como um aspecto isolado, feita somente a partir das emoções do entrevistado, enquanto seria mais conveniente encará-la como reflexo do que é apresentado ao entrevistado no momento da entrevista. O ponto que quero chegar é que talvez seja mais interessante observar esse aspecto da narrativa a partir da conjuntura que é apresentada ao entrevistado, isso significa que os direcionamentos e subjetividades que, por ventura, possam surgir no transcorrer da entrevista, estejam muito mais relacionados às conjunturas que lhe são apresentadas pelo mediador da entrevista.

Evidentemente que algumas subjetividades podem ser elaboradas a partir de “traumas” e experiências singulares na trajetória do entrevistado, entretanto, devemos ter consciência de que a entrevista é produzida como uma experiência de diálogo e, nessa conjuntura, não é possível nos colocarmos como sujeitos neutros. Conforme menciona Schmidt (2012, p. 87), a subjetividade é muito mais resultado dos “múltiplos percursos históricos” e de suas “tensões” do que uma dimensão deslocada da

história. Neste interim, a figura do pesquisador/historiador exerce função primordial para entendermos os direcionamentos que o uso dessa metodologia pode nos apresentar.

Afora estas questões, a colaboração de Schmidt para o debate envolvendo a subjetividade nas fontes orais deve ser destacada, principalmente no que se refere à “inocência” com que vemos esse aspecto. O autor nos alerta sobre o fato de, na qualidade de pesquisadores, não podermos olhar a subjetividade com a “inocência” que, comumente, conferimos a ela e isso significa, primordialmente, uma maneira diferente de enxergá-la, sobretudo quando há colocações, nas indagações, que podem ser consideradas a partir da memória.

Em diálogo com questões similares a essas, Roseli Boschilia expõe alguns aspectos interessantes que podemos considerar ao relacionar a memória e a subjetividade nos depoimentos orais. Assim, para a autora, “longe de trazer à tona uma lembrança congelada do passado, ao rememorar, a pessoa procura dar sentido a sua narrativa a partir de códigos, representações e valores do presente, levando, desse modo, a memória a um processo de re-significação contínua” (BOSCHILIA, 2012, p. 98 e 99).

Essa é, sem dúvida alguma, uma característica marcante e que precisamos considerar na utilização das fontes orais em nossos trabalhos. Evidentemente que, quando nossos entrevistados rememoram determinados fatos e acontecimentos, não se expõe o passado “congelado” tal como vivenciaram, mas sim, ressignificam esse passado a partir de “códigos, representações” e valores do presente. De acordo com o que expõe Boschilia, esse processo contínuo de “re-significação” é elaborado no presente a partir das conjunturas e subjetividades expostas ao entrevistado no momento da entrevista. Isso também significa que sua narrativa não é simplesmente a reprodução do acontecido com base no presente, mas também uma narrativa elaborada a partir das vivências que teve entre o fato narrado e o presente e, neste meio, através do papel ativo da memória, também é construída a narrativa.

Além disso, Boschilia ainda nos lembra de que é “no exercício dialético de reconstruir o passado, a partir de um olhar ancorado no presente”, que “cada pessoa procura articular questões ligadas a seu universo particular, ou seja, àquilo que compõe sua subjetividade, com o mundo social externo” (BOSCHILIA, 2012, p. 99). É neste interim que emergem as questões relacionadas à memória vista a partir do individual e do coletivo; isso significa que as experiências vividas ou compartilhadas se inter-relacionam na memória e fazem com que o entrevistado exponha suas vivências de acordo com o presente que lhe é apresentado.

Nesta seara, Henry Rousso, ao discutir questões sobre as diferentes formas como se percebe a memória, recorda que, em seu sentido mais “básico”, ela é a “presença do passado”, e esse seu elemento fundamental desperta o interesse de historiadores do tempo presente, ou seja, daqueles que procuram pensar a contemporaneidade a partir da história do tempo presente. Além disso, Rousso salienta que a memória “é uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional” (ROUSSO, 2006, p. 94).

As colocações de Rousso nos fazem pensar em que medida as memórias de nossos entrevistados expõem as representações que mais lhes convém no presente. Isto é, a reconstrução feita pela memória do indivíduo no presente é permeada pelo seu contexto “familiar” ou social, o qual o influencia na representação que busca expor sobre suas trajetórias no presente. Nestes termos, para Rousso, a memória aparece como elemento fundamental na construção de uma determinada “identidade” do indivíduo, que está alinhada à percepção que ele tem de “si e dos outros” (ROUSSO, 2006, p. 95). Isso faz com que o indivíduo faça transparecer uma memória individual, que se faz a partir do social e é determinada de acordo com a coletividade à qual o sujeito

pertence, o que significa que a percepção de cada sujeito difere de acordo com o grupo social ao qual faz parte.

Evidentemente que alguns sujeitos terão suas memórias polidas por percepções ou pertencimentos que dizem respeito às mesmas coletividades. Para Rouso, essa é uma das principais questões que se apresentam aos estudiosos da memória, ao considerar que, se nos parece “evidente” o caráter coletivo da memória individual, o mesmo não se pode dizer da memória coletiva, isto é, “uma presença e, portanto, uma representação do passado que sejam compartilhadas nos mesmos termos por toda uma coletividade” (ROUSSO, 2006, p. 95).

Na sua percepção, para tentar superar esse “obstáculo teórico”, os historiadores procuram analisar as representações do passado observando determinadas épocas e lugares, assim, ao identificar “um caráter recorrente e repetitivo, que diga respeito a um grupo significativo e que tenha aceitação nesse grupo ou fora dele, constitui-se a manifestação mais clara de uma ‘memória coletiva’” (ROUSSO, 2006, p. 95). Na visão do autor, pensar a História a partir dessas “manifestações”, mesmo que de maneira demasiadamente empírica, permite ao historiador chegar o mais próximo possível da noção de memória coletiva.

Afora essas questões, ao falarmos de memória coletiva, ou simplesmente do caráter coletivo da memória individual, evidentemente, não podemos deixar de citar as contribuições de Maurice Halbwachs. Sua forma de perceber a memória, seja a partir do individual, seja a partir da coletividade, despertaram nas ciências humanas e sociais inúmeros elogios e críticas. Algumas destas questões podem ser verificadas no trabalho de Regina Weber e Elenita Malta Pereira, as quais, inicialmente, dão-nos uma noção da maneira como Halbwachs concebe a memória coletiva:

Halbwachs expõe sua teoria sobre a memória, esperando comprovar, através de uma série de exemplos, o fundo social, coletivo, de praticamente todas as nossas lembranças. Narrando

em primeira pessoa, o autor cita acontecimentos de sua vida particular, tais como passeios, viagens, visitas, que provocaram recordações posteriores. Entretanto, ao lembrar-se desses eventos, afirma não estar sozinho, pois em pensamento, situava-se “neste ou naquele grupo” (WEBER; PEREIRA, 2010, p. 107).

As autoras expõem uma excelente explanação em relação à maneira como Halbwachs percebe a memória coletiva e, em grande medida, destacam como o autor nos faz notar nossas lembranças a partir de coletividades. Dessa maneira, em seus exemplos, Halbwachs procura destacar em que medida suas lembranças possuem um fundo social que as constituem na coletividade, assim, reflete a respeito das experiências compartilhadas: “em todos esses momentos, em todas essas circunstâncias, não posso dizer que estava só, que refletia sozinho, já que em pensamento eu me deslocava de um tal grupo para outro” (HALBWACHS, 1990, p. 26).

Halbwachs remete, neste ponto, aos grupos sociais com os quais conviveu em determinado momento de sua vida e que teriam a capacidade de constituir o substrato social de suas lembranças, numa interação entre o individual e o coletivo da memória. De acordo com Weber e Pereira, em Halbwachs, para “a permanência da lembrança, é preciso que ainda façamos parte do grupo. Lembramo-nos dos eventos, enquanto as pessoas envolvidas estejam fazendo parte de nosso contexto” (WEBER; PEREIRA, 2010, p. 107, 108). Mesmo que esses indivíduos não se façam presentes no momento em que recordamos determinada lembrança à qual os relacionamos, para Halbwachs, a lembrança somente acontece a partir do vínculo que ainda mantemos com o grupo a que ela nos remete.

Assim, se nos afastarmos de determinados indivíduos, dos grupos sociais aos quais fazíamos parte, o esquecimento por desapego do grupo poderá acontecer. Evidentemente que, na visão de Halbwachs (1990), outros indivíduos podem lembrar-se de acontecimentos que viveram coletivamente conosco e fazer com

que nossa própria lembrança nos pareça estranha, isto é, o esquecimento por desapego ao grupo pode acontecer somente em nossa memória, já que não determinamos o que os outros indivíduos devem lembrar ou esquecer.

Mas, voltamos nosso olhar às considerações de Weber e Pereira. Segundo as autoras, em relação às críticas e diálogos que o conceito de memória coletiva de Halbwachs suscita aos historiadores, Marc Bloch apresenta-se como um dos principais expoentes em relação a isso, assim, o “conceito de memória coletiva é questionável para Bloch porque, em muitos casos, podemos estar usando erroneamente o termo em questões que envolvem apenas a comunicação entre os indivíduos” (WEBER; PEREIRA, 2010, p. 110).

Referem-se, neste ponto, à maneira rasteira como o referido conceito é tratado, limitando a discussão em torno da memória em si, ou mesmo, a partir do seu viés coletivo, a questões que envolvem “apenas a comunicação entre os indivíduos”. Creio que Bloch esteja fazendo alusão à forma como os historiadores apropriam-se das considerações de Halbwachs sobre a coletividade das lembranças individuais, como uma expressão maior e acabada da memória coletiva, ou seja, não podemos somente usar tais exemplos como expressão maior da memória coletiva, enquanto único suporte de nossas considerações. Evidentemente que as considerações de Halbwachs são importantes e de muita validade para nossas ponderações, mas Bloch nos questiona em que medida apenas as usamos enquanto referência para nossas análises históricas.

Tais questões têm importância significativa quando colocadas ao lado das vivências privilegiadas a partir da história oral. Nesta seara, outro “argumento de Bloch é que a memória, tanto a coletiva como a individual, não conserva exatamente o passado, ela o reconstrói incessantemente, partindo do presente”. Para Bloch (apud WEBER; PEREIRA, 2010, p. 111) a memória acontece muito mais enquanto “esforço”, já que “só pode ser

elaborada no presente, a partir de um passado repensado, re-significado, ao longo do tempo, por um indivíduo, ou uma coletividade”.

Nesses termos, Bloch nos adverte que para nós, historiadores, é de suma importância considerar a memória, todavia não podemos percebê-la como uma expressão inequívoca do passado, já que ela “não conserva exatamente o passado”, mas sim, é re-elaborada no presente, com vistas ao passado re-significado. No presente, quando nos remetemos a determinado fato passado, olhamo-lo a partir das significações do presente, nossa memória não tem o poder de armazenar o passado tal como aconteceu e nos reproduzi-lo sempre que solicitado. A memória acontece muito mais enquanto significação, isto é, quando buscamos determinada lembrança em nossa memória, reconstruímo-la a partir das conveniências do presente, analisamos as conjunturas do presente e a expomos da melhor forma possível, para que possamos ouvir, nós e nosso receptor, o que nos for mais cômodo.

Para finalizar este item, não podemos deixar de mencionar Alessandro Portelli, considerado um dos principais expoentes da utilização das fontes orais e do diálogo que tais fontes suscitam com a memória. No Brasil, um dos seus principais artigos é “A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais”, que é constantemente lembrado quando se busca refletir sobre a memória e os significados que podem ser atribuídos aos “fatos”, sobretudo, quando apresentados a nós, pesquisadores, em trabalhos que se utilizem da metodologia oral.

Nesta conjuntura, indicamos como Portelli nos adverte sobre a narrativa e a maneira como devemos perceber a subjetividade:

[...] a motivação para narrar consiste precisamente em expressar o significado da experiência através dos fatos: recordar e contar já é *interpretar*. A subjetividade, o trabalho através do qual as

peças constroem e atribuem o significado à própria experiência e à própria identidade, constitui por si mesmo o argumento, o fim mesmo do discurso. Excluir ou exorcizar a subjetividade como se fosse somente uma fastidiosa interferência na objetividade factual do testemunho quer dizer, em última instância, torcer o significado próprio dos fatos narrados (PORTELLI, 1996, p. 60).

Portelli nos expõe aspectos fundamentais para o trabalho com fontes orais junto ao significado que as memórias podem apresentar quando alçadas à contemporaneidade por meio da memória. Dessa maneira, considera que narrar nada mais é que expressar o “significado” da “experiência” por meio “dos fatos”, esse movimento feito pela memória já é uma “interpretação”. Neste interim, para Portelli, a subjetividade se expressa na maneira como os sujeitos constroem e significam suas vivências, como os indivíduos elaboram sua própria experiência e identidade; em sua visão, não podemos tratar a subjetividade apenas como uma questão “fantasiosa” na busca por uma suposta “objetividade”, mas sim, nos atentarmos como a memória é reconstruída a partir dos processos, das conjunturas que cercam as experiências do entrevistado na contemporaneidade.

3. Deslocamentos pela terra: transitoriedades e vivências agrícolas

A partir das questões expostas, em relação aos aspectos metodológicos das fontes orais e teóricas, em vista da relação estabelecida com a memória, serão apresentadas a seguir algumas experiências e vivências experimentadas por Arcanjo e Maria do Prado ao longo de suas vidas como trabalhadores rurais. Neste aspecto, ganham especial destaque os espaços sociais onde os entrevistados construíram suas vivências agrícolas, na maioria das vezes, na condição de empregados temporários e vivendo sob a égide de relações patronais de submissão, na qual as relações de

trabalho estabelecidas é que os faziam detentores de moradia e alimentação.

Conforme foi elencada anteriormente, a entrevista foi realizada no dia 06 de julho de 2011 como parte do projeto de extensão intitulado: *Memórias da terra: modos de viver, lutas e resistências camponesas no Oeste e Sudoeste do Paraná*. Este projeto de extensão tinha como intenção privilegiar memórias, modos de vida, lutas e resistências pela terra nas regiões Oeste e Sudoeste do Paraná. A partir dessa conjuntura, no Sudoeste do Paraná procurou-se priorizar as memórias de remanescentes dos levantes sociais ocorridos em outubro de 1957. Entretanto, o projeto acabou por absorver outras contradições sociais que se mostraram evidentes nessa região, sobretudo aquelas ligadas às questões que envolvem a posse da terra e os sujeitos envolvidos nos modos de vida e nas diferentes vivências agrícolas observadas naquele espaço.

A partir deste cenário, apesar de não serem remanescentes diretos da luta social de 1957, o casal Arcanjo e Maria do Prado foi entrevistado por terem significativas vivências em relação ao trabalho agrícola. Ambos possuem expressivas experiências agrícolas enquanto arrendatários e empregados temporários. No momento da entrevista, residiam em uma Vila Rural⁵ no município de Verê-PR. Arcanjo trabalha como empregado temporário em propriedades agrícolas da região, e Maria, eventualmente, acompanha o marido, mas geralmente trabalha nos afazeres domésticos.

Nesse sentido, iniciamos a análise dos depoimentos de Arcanjo e de Maria salientando a maneira como expõem suas experiências em relação à agricultura. Assim, sobre as vivências de sua família, enquanto trabalhador rural, Arcanjo destaca:

⁵ O Programa Vilas Rurais do Estado do Paraná foi desenvolvido pelo ex-governo Jaime Lerner no ano de 1995. Entendido e apresentado como um programa de Reforma Agrária para o estado acabou por ocasionar uma espécie de urbanização do espaço rural, ao considerar que a maioria dos lotes não possuía mais de 0,5 hectares.

É, a turma dava os pedacinhos, até aquela época era a maior parte era mato. Daí eles pegavam e a onde tinha a turma, dizia lá tu faz uma casinha, pode pegar aquele pedaço e plantar. Então ele ia lá e fazia um ranchinho lá no meio do mato e lá eles plantavam e viviam assim. [...] mas eles plantavam de tudo um pouquinho pra se viver (PRADO, A., 2011, p. 2).

Antes de darmos atenção ao trecho elencado, é preciso salientar que Arcanjo do Prado quando da realização da entrevista, no ano de 2011, estava com 47 anos e tinha três filhos. Assim, salienta, em seu depoimento, a maneira como a família de seu pai construiu sua trajetória de vida em relação à agricultura, nesse sentido, inicialmente, destaca que seu avô paterno, quando migrou para a região, “conseguiu ter” um pedaço de terra, mas que, após seu falecimento, o pai de Arcanjo decidiu vender essa propriedade, pois, de acordo com o entrevistado, seu pai achou que “comprava mais fácil, só que bem no fim fico sem” a terra.

Conforme fica evidente, a trajetória inicial da família de Arcanjo do Prado se assemelha à de muitos agricultores que migraram para a região nas décadas de 1940 e 50, com a compra de posses. Todavia, esse caminho sofre modificações quando o pai de Arcanjo decide desfazer-se da propriedade que possuía, isso faz com que sua numerosa família comece a trabalhar em propriedades da região, como empregados temporários – os populares “bóias-frias”. Essa passa a ser uma característica marcante da família de Arcanjo; ele, seu pai e irmãos ficam conhecidos nas redondezas como “Os Prados”. Desta maneira, eram reconhecidos como sujeitos bons de serviço, que trabalhavam por dia ou de agregado, além de ser uma família numerosa, o que fazia com que a empreita rendesse mais e satisfizesse aqueles que os contratavam.

Tais questões esclarecem muitos aspectos da entrevista de Arcanjo apresentada anteriormente. Arcanjo destaca as roças que improvisavam em terras cedidas por agricultores, donos de

grandes e médias propriedades, que aproveitavam algum espaço da sua propriedade para alocar à família dos “Prados”; assim, até cediam algum espaço para plantar e construir uma “casinha”: “dizia lá tu faz uma casinha, pode pegar aquele pedaço e plantar” (PRADO, A., 2011, p. 4). Esse sistema facilitava a mão de obra do empregador, já que tinha sua força de trabalho próximo de si e a baixo custo. Outro aspecto interessante é que, o fato de residirem em determinada propriedade não excluía a possibilidade dos “Prados” trabalharem por dia para outros agricultores.

Com vistas a esta conjuntura, Arcanjo salienta de que maneira ele e sua família sobreviviam na região: “É, fazia empreitadinha, empreitadinha fazia com a turma, que por dia quase não aguentava o serviço, era muito novo. Empreitava uns pedacinhos pra fazer, empreitava com todo mundo uns pedacinhos naquela época lá, que fazia a maior parte de enxada e tudo o que é coisinha” (PRADO, A., 2011, p. 4). O entrevistado nos expõe alguns aspectos sobre suas experiências em relação à agricultura em sua juventude; neste sentido, destaca que começou a trabalhar com seu pai e irmãos com aproximadamente 13, 14 anos e que nessa idade preferiam trabalhar por empreitada, já que neste sistema o trabalho era feito coletivamente, juntamente aos irmãos, ao considerar que, nessa forma de trabalho, tinham menos desgaste físico em comparação ao trabalho feito “por dia”.

Na empreita, era feito um acordo entre o patrão – proprietário agrícola – e os trabalhadores. Ficava acertado que determinada área – de feijão, por exemplo – deveria ser colhida até determinado dia e pelo valor acordado. Enquanto que o trabalho por dia, além de gerar certa pressão do patrão para com o trabalhador, era feito o pagamento individual, cada trabalhador ganhava pelos dias de trabalho. Por esse motivo, a experiência de Arcanjo em sua juventude está mais ligada ao trabalho em empreitada, juntamente a seu pai e irmãos.

O contexto apresentado por Arcanjo e Maria refere-se às décadas de 1970, 80 e início de 90.⁶ Nesse período, viveram sua infância e juventude como filhos de trabalhadores rurais sem terra, tanto é que se conheceram dessa forma. As famílias de Maria e Arcanjo trabalhavam para o mesmo patrão, no município de Verê/PR, e isso fez com que se aproximassem e, posteriormente, construíssem uma relação juntos. Nesse contexto, Maria nos expõe alguns aspectos de como se apresentava a organização agrária da região naquele período, salientando que seu pai trabalhou para vários proprietários de terra e que, nessas propriedades, as culturas agrícolas mais presentes eram a soja e o milho, conforme se refere a uma propriedade em que trabalhavam no município de Dois Vizinhos/PR: “plantava soja, plantava milho. Ele precisa bastante pião, por que ele destocava bastante[...]”, “Precisava bastante pião pra ajuntá as raízes que eles destocavam e pra limpá as planta” (PRADO, M., 2011, p. 5).

O processo de destoca adveio com o avanço da agricultura na região, isso aconteceu após a exploração madeireira, que ocorreu de forma massiva nas décadas de 1950 e 60. Assim, para que a terra pudesse ser plantada, era necessário arrancar os tocos das árvores derrubadas ou mesmo derrubar algumas parcelas de capoeira remanescentes. Esse processo de “limpeza” da terra ficou conhecido como “destoca”. Nas regiões Oeste e Sudoeste do Paraná, esse procedimento é característico da modernização da agricultura, isto é, foi uma etapa importante para o desenvolvimento de culturas e técnicas agrícolas vinculadas ao processo de tecnificação do meio rural brasileiro.

Nesses termos, se, para os agricultores que possuíam propriedade agrícola, principalmente os grandes proprietários e latifundiários, esse processo foi essencial para a modernização e ampliação da produção agrícola, para os trabalhadores rurais sem terra, ele se apresentou enquanto uma ação que não modificou

⁶ Arcanjo do Prado nasceu no ano de 1963, enquanto Maria em 1970.

suas condições de vida no campo. Ou seja, manteve-os como trabalhadores rurais sem terra e sem perspectiva de mudar de condição, já que as políticas agrícolas daquele período – sobretudo durante o regime civil militar – não privilegiavam este grupo social. Assim, apresentavam-se enquanto alternativas: a migração para o espaço urbano ou a vida migrante, na busca por ocupações agrícolas que lhes rendessem ganhos.

Outra consequência desse processo é que, em comparação a outras regiões do Paraná e do Brasil, na região Sudoeste do Paraná não existiam muitas grandes propriedades, com isso, os trabalhadores rurais sem terra, como Arcanjo e Maria, precisavam se deslocar constantemente em busca de trabalho, situação que os fazia migrar com frequência. Maria do Prado destacou que, por sua família ser muito pobre, seu pai migrava regularmente em busca de trabalho e isso afetou diretamente seus estudos, já que estudou apenas até o segundo ano do primário. A prioridade de sua família era conseguir alguma renda para suprir as primeiras necessidades com alimentação e vestuário. Isso fez com que Maria começasse a trabalhar muito jovem como diarista e babá.

As migrações e a necessidade de renda para a família também obrigaram Arcanjo a abandonar seus estudos; assim, como não possuíam escolarização, Arcanjo e Maria argumentaram que foi na agricultura que construíram seu modo de viver. Sobre a realidade recente, enquanto trabalhadores rurais, Arcanjo descreveu os seguintes aspectos: “Ah, eu trabalho por tudo, onde quer, tudo o que lugar que tivé serviço, eu estou indo, é empreitada, por dia, hoje aqui tá na média de 40 [reais] por dia. Plantar, roçar, carpir, plantá fumo, colher” (PRADO, A., 2011, p. 8).

Conforme conseguimos notar, a mudança de Arcanjo e Maria do Prado para a Vila Rural, onde residiam no momento da entrevista, não modificou suas relações de trabalho, já que continuam trabalhando como empregados temporários, “por dia” ou por “empreita”, para alguns agricultores da região. Isso acontece em razão da conjuntura que lhes é apresentada; apesar de

residirem em uma Vila Rural e terem um lote de terra, não conseguem produzir nesse lote o suficiente para viverem do campo, tendo que se submeter às relações de trabalho, como empregados, para conseguirem satisfazer suas necessidades.

Isso corrobora com a tese de que a criação de vilas rurais no Estado do Paraná foi muito mais um projeto de urbanização do espaço rural, do que propriamente um programa de Reforma Agrária, como foi divulgado no seu lançamento, na década de 1990. Além disso, os lugares “estratégicos” onde estão localizadas essas vilas – próximas a sedes dos municípios ou dos distritos – confirmam a ideia de que esse projeto serviu apenas para alocar mão de obra barata para o setor agrícola e agroindustrial.⁷

Em nosso exemplo, essa realidade apresenta-se de forma sintomática. Arcanjo reside na vila juntamente a outros 14 moradores, três deles são seus irmãos, os quais apenas residem na vila, pois buscam trabalho nas propriedades agrícolas de Verê, em frigoríficos e em complexos agroindustriais da região. Sobre a conjuntura que é apresentada a ele e seus irmãos, Arcanjo declarou:

Mas agora, na época que nós entremos aqui, nós trabalhávamos com empreitada, então era bastante serviço e tinha bastante gente. Só que na época que nós entremos aqui, nós arrancávamos bastante feijão e serviço grande, tinha bastante gente que trabalhava. Daí eles, surgiu bastante emprego, então o que era novo foi tudo trabalha de empregado, ficou só, o que tá aqui no caso mesmo da minha parte aqui, tá só eu e o meu irmão ali, o Bastião, que trabalhemos assim. Mas os outros aqui que trabalhavam junto com nós tão tudo empregado (PRADO, A., 2011, p. 8 e 9).

⁷ Para maiores esclarecimentos sobre o projeto de Vilas Rurais no Estado do Paraná ver: FERNANDES, Bernardo Mançano; PONTE, Karina Furini da. As vilas rurais do Estado do Paraná e as novas ruralidades. **Terra Livre**. São Paulo, ano 18, n.19, jul./dez. 2002.

Em relação aos trabalhadores que estão empregados, em sua maioria ocupam funções em frigoríficos de aves ou em complexos agroindustriais, em Verê, Dois Vizinhos e Francisco Beltrão. Outro aspecto interessante, que podemos notar neste trecho da entrevista de Arcanjo, é em relação ao pouco “serviço” disponível para quem trabalha “por dia” ou por “empreita”, como ele e seu irmão Bastião. É instigante pensar de que maneira, mesmo com uma baixa retribuição de R\$40,00 por dia de trabalho, Arcanjo e seu irmão têm dificuldades em encontrar serviço. Evidentemente que essa dificuldade encontrada por Arcanjo e Bastião está relacionada à constante modernização dos implementos agrícolas e ao predomínio de monoculturas na região, com o avanço cada vez maior no plantio de soja e milho. Tais culturas agrícolas, em sua grande maioria transgênicas, não necessitam mais de grande mão de obra, com processos modernos de plantio, desenvolvimento da lavoura e colheita, aumentam ainda mais a exclusão social de trabalhadores como Arcanjo e Bastião.

Os aspectos expostos por Arcanjo delineiam a conjuntura agrícola recente do Sudoeste do Paraná, com o massivo aumento nas lavouras regradadas por monoculturas. Destarte, se Arcanjo possui uma visão mais pessimista sobre o trabalho em contexto contemporâneo, sua esposa, Maria, destacou algumas vantagens em ter seu lote de terra na vila rural: “[...] porque lá onde que nós morava pra sair era muito péssimo o lugar pra sair, não tinha condições, quando ficava doente era difícil pra sair. Para as piizadas ir pra aula também era difícil, porque tinha que ir longe, subir num potreiro pra podê pegar a lotação, e aqui não”. Nesse contexto, acrescentou: “Aqui melhorou em serviço e tudo o quanto é coisa, até pra ir pra escola, pra gente sair e tudo mais” (PRADO, M., 2011, p. 8).

A perspectiva de Maria é mais otimista, em relação à de seu marido, Arcanjo, principalmente sobre o local onde residiam antes de mudarem para a Vila Rural. Isto é, destacou que onde residiam anteriormente era mais difícil o acesso à escola para seus filhos,

além de terem maiores dificuldades de se deslocar quando havia uma necessidade mais urgente, como em caso de doença. Outro ponto interessante da entrevista de Maria é que ela percebeu com bons olhos o atual local onde residem, em razão da facilidade que foi concedida para seus filhos irem à escola, tendo, assim, uma oportunidade que ela não teve em sua juventude. Nesses termos, quando indagamos a entrevistada sobre o que significou o lote de terra em que reside, ela não hesitou em responder: “Significa tudo, por que um dia vai ser da gente, um dia você pode dizer esse pedacinho é meu” (PRADO, M., 2011, p. 12).

Na visão de Maria, mesmo que ainda tenha que pagar pelo lote de terra e que este lote tenha dimensões reduzidas – já que consegue cultivar apenas uma pequena horta e criar alguns animais –, ao analisar as vivências experimentadas ao longo de sua trajetória enquanto trabalhadora rural sem terra, conclui que aquele pequeno lote de terra “significa tudo” em sua vida, pois mesmo que não tenha conseguido tirar todo o sustento necessário para sua família dali, foi naquele local que conseguiu “criar” seus filhos e, finalmente, estabelecer-se em sua casa e um dia, quem sabe, poderá “dizer: esse pedacinho é meu”. Ao considerar que todos os moradores da vila precisam pagar pelos lotes que ocupam, mesmo que o valor seja considerado baixo.

Evidentemente, que Maria do Prado, expressou sua alegria e orgulho, de quem sabe um dia ter um “pedacinho de terra”, a partir das condições que lhe foram apresentadas durante a vida enquanto uma trabalhadora rural sem terra. Não temos dúvida de que sua construção narrativa também seria festiva se residisse em uma propriedade agrícola da qual ela e Arcanjo pudessem tirar o sustento para seus filhos, não precisando depender dos vínculos empregatícios para construir suas vivências.

Ainda em relação ao lote em que reside e às condições que lhe foram apresentadas ao longo da vida, Maria do Prado refletiu da seguinte maneira:

A importância de tu ter onde morar e tu dizer esse lote é meu, e um dia tu poder colocar teus filhos também. Porque se tu mora de pião, tu tá sempre de pião, tu nunca um dia vai ser nada, dono teu ali, e o que tu quer fazer em cima tu não consegue por que o terreno não é teu e assim tu tendo o teu terreno, tu faz o que tu pode em cima e teus filhos também ficam colocado (PRADO, M., 2011, p. 13).

A construção narrativa de Maria é muito interessante, sobretudo no que se refere a ter um terreno, neste caso, um lote de terra. Em sua visão, é importante ter um lote de terra, já que isso possibilitou que seus filhos não tenham que passar pelo que ela passou, ou seja, o fato de Maria ter conseguido um pequeno terreno permitiu que seus filhos não tenham que morar de favor em propriedades da região. Sua narrativa é significativa, principalmente no que se refere ao trabalho como “pião”, por considerar que nessa condição “tu nunca um dia vai ser nada, dono teu ali”.

Maria elabora sua narrativa a partir do presente ou das conjunturas que lhe são apresentadas no momento da entrevista. Isso significa que sua memória é uma construção feita a partir do presente, dos preceitos e valores que lhes são expostos na contemporaneidade, assim, ela somente diz que é importante ter um lote próprio de terra, porque teve uma vida toda enquanto trabalhadora rural sem terra, situação que não deseja aos seus filhos. Neste sentido, sua narrativa aparece enquanto expressão de uma interpretação construída acima de suas vivências como trabalhadora rural sem terra; nestes termos, a entrevistada percebeu aquele período como de sofrimento.

Nesse mesmo enredo narrativo, conseguimos notar de que maneira Maria do Prado explica as ocupações de seus dois filhos, não mais dependendo de vínculos empregatícios para ter uma moradia. Assim, sobre o trabalho dos filhos destacou:

Eu tenho o mais velho que trabalha lá em uma granja lá, no aviário; tem o mais pequeno que tá agora com 16 [anos], que trabalha ali no Kennedy [distrito de Verê] ajudando a tirar leite. Ele tinha feito até a carteira de trabalho pra trabalhar até junto com o irmão dele lá. Má na hora de fazer os exames e tudo ele não conseguiu passar, deu que ele tem hérnia de disco na coluna, daí ele não pode trabalhar. O mais velho também agora foi fazer exame, começo a doer as costas dele também, deu que tem (PRADO, M., 2011, p. 14).

Maria expôs as atividades laborais de seus filhos de maneira muito satisfatória, pois considera que eles conquistaram oportunidades de ter uma renda e desempenharem uma ocupação. Todavia, precisamos notar em que medida as atividades desempenhadas pelos seus filhos lhes causaram problemas de saúde. Como são filhos de trabalhadores rurais sem terra, viveram sua infância junto às atividades dos pais, neste caso, ao ajudarem o pai, na roça – existem casos em que as crianças acompanham os pais na empreita –, ou a mãe, nos afazeres domésticos, atividades que se apresentam como corriqueiras para muitas crianças do meio rural brasileiro. Arcanjo do Prado confirmou que seus filhos e os de seus irmãos os acompanhavam na roça: “daí se judiaram bastante uma parte na roça e hoje eles tão mais tranquilo, agora piizada nova, que tudo eles trabalhavam, a nossa família, tudo a piizada ia pra roça” (PRADO, A., 2011, p. 14).

Evidentemente que, quando acontecem de forma excessiva, esses trabalhos podem ocasionar sérios problemas de saúde às crianças; neste caso, os filhos de Arcanjo e Maria do Prado já sentem estes efeitos em sua juventude, já que apresentam sérios problemas na coluna. Isso significa que a exploração acontecia não só com os familiares de Arcanjo e Maria, mas também com seus filhos, que os acompanharam na lida diária.

Outra questão que podemos analisar nesse fragmento da entrevista de Maria é em relação às ocupações desempenhadas por seus filhos. De acordo com o que foi explanado anteriormente, o

programa Vila Rural, apesar de ser apresentado como um projeto de Reforma Agrária, não teve exatamente esse propósito. Isso se deve em razão da área de terra de Arcanjo e Maria ser extremamente reduzida, o que faz com que seus filhos não consigam desenvolver atividades agrícolas nessas terras, submetendo-se ao trabalho assalariado. Conforme salientou Maria: “o mais velho trabalha lá em uma granja, no aviário”, enquanto o mais novo trabalha “ajudando a tirar leite”. Isto é, ambos desempenham funções empregatícias no meio rural do município de Verê, o “mais velho” em um aviário de galinhas poedeiras, enquanto o “mais novo” trabalha “ajudando” um agricultor no distrito de Presidente Kennedy a tirar leite.

Isso significa que seus filhos acabaram como trabalhadores assalariados, dentro da lógica imposta pelo programa de Vila Rural. Além disso, Arcanjo do Prado salienta em sua fala que esse foi o destino da maioria dos seus irmãos, ou seja, acabaram empregados em complexos agroindustriais: “os outros meus irmãos tão trabalhando no laticínio” (PRADO, A., 2011, p. 10). Em sua visão, isso acontece porque, por um lado, diminuiu a oferta de trabalho por dia e no sistema de empreita, principalmente em relação ao feijão, cereal que demandava muita mão de obra com a colheita; por outro, em razão da mecanização da colheita com máquinas, essa que era umas das principais atividades de Arcanjo e seus irmãos e que acabou, pois agora a colheita é feita com máquinas.

De acordo com Arcanjo, esse processo fez com que diminuísse o número de trabalhadores rurais que desempenhavam atividades como ele: “foram trabalhá tudo de empregado, que não têm gente nem pra arrancá uma quarta de feijão”. Nesse sentido, recorda ainda que: “Pegava uma roça de feijão ai de 10, 08, 09 alqueires, pegava pião ia lá e fazia” (PRADO, A., 2011, p. 10). Ou seja, considera que hoje já não existe essa possibilidade, primeiro porque seus irmãos – com exceção de um deles – estão todos empregados em outras ocupações não agrícolas, além disso, a

mecanização do processo de colheita do feijão e de outras culturas agrícolas diminuiu em muito a oferta de trabalho no meio rural. Assim, destacou que “se vira” como pode trabalhando para agricultores da região, principalmente em outras atividades, como a que salientou no momento da entrevista: “agora eu estou quebrando milho, já plantemos o fumo já [risos] agora em agosto vamos colher” (PRADO, A., 2011, p. 10).

A partir desses elementos, notamos de que maneira Arcanjo e Maria do Prado elaboram suas narrativas. Com simplicidade, salientam que é no espaço rural que constituíram suas vivências, na medida em que ainda se consideram como moradores desse espaço. Não se consideram moradores do ambiente urbano – mesmo residindo em um espaço com essas características – e demonstram, assim, que construíram experiências felizes ligadas à terra, mesmo que o sofrimento e a exclusão social tenham sido a marca de tais experiências.

Nesse interim, podemos pensar de que maneira as memórias apresentadas pelos entrevistados ganham significação, na contemporaneidade, por meio da história oral. Michael Pollak (1989, p. 04) nos faz refletir alguns destes aspectos ao trabalhar com a memória junto à perspectiva da metodologia oral; assim, salienta que: “Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõe à ‘Memória oficial’, no caso a memória nacional”.

É exatamente esse percurso que este artigo procurou traçar, pensar em que medida estes sujeitos “marginalizados” da “Memória oficial” sobre o Sudoeste do Paraná não aparecem em comemorações e celebrações públicas que remetem à trajetória histórica do espaço em relação à questão agrária e à luta pela terra. Isto é, convencionou-se um discurso sobre a região que não considera a existência destes grupos sociais, que comumente atribui ao espaço uma noção de pacificação da questão agrária após

1957. Nesses termos, as experiências aqui destacadas procuram salientar às descontinuidades, à memória dos “excluídos”, daqueles que convencionalmente não são lembrados quando se relaciona a questão agrária à região Sudoeste do Paraná.

Essas questões são elencadas, questionando as representações que comumente são atribuídas a esse espaço, como portador de uma estrutura fundiária diferenciada, de pequenas propriedades e de uma pacificação da questão agrária na região após 1957. Nesses termos, as experiências de Arcanjo e Maria nos mostram justamente o contrário, que existiam e ainda existem muitos trabalhadores rurais sem terra na região; ao mesmo tempo, cabe-nos questionar o porquê de uma significativa parcela desses trabalhadores sem terra serem negros e não aparecerem na “Memória oficial”, que rememora a trajetória de lutas pela terra deste espaço.

4. Considerações finais

Conforme se evidenciou no desenvolver do artigo, este texto teve como objetivo primordial privilegiar as memórias e experiências de vida de Arcanjo e Maria do Prado. Deste modo, por meio da metodologia oral, foi possível perceber os deslocamentos experimentados por tais sujeitos ao longo de suas vidas, com destaque para as vivências junto ao espaço rural, sempre como trabalhadores rurais sem terra. Evidentemente que os deslocamentos experimentados pelos entrevistados são fruto das conjunturas apresentadas à agricultura brasileira nas últimas décadas, creio que tais elementos mereçam maior atenção em outra produção, ao considerar que a realidade social que encontramos no meio rural brasileiro acontece como reflexo das conjunturas políticas e econômicas historicamente impostas a este espaço.

Esse cenário nos mostra que a forma como o meio público político aborda a questão agrária e fundiária no Brasil pouco se modificou ao longo dos anos, o que significa que os grupos que estão

no poder e possuem influência política e econômica continuam a ver a questão agrária sob a ótica dos latifundiários. Mesmo que exista resistência, que grupos de luta pela terra consigam colocar seus representantes no poder, a “bancada ruralista” – como são chamados os grandes proprietários e latifundiários no Congresso Nacional – não permite que ocorram grandes transformações no meio rural brasileiro, principalmente as que venham contra os interesses desse grupo. Sobretudo as políticas de Reforma Agrária ou mesmo que repense a estrutura fundiária brasileira.

A partir desta conjuntura, tais considerações não procuram lançar luz sobre aspectos considerados inéditos ou reveladores, mas sim, expor que existem fragmentações, mutações no que se refere às representações sobre esta região e sua estrutura agrária e fundiária. Por este motivo, é de suma importância perceber a realidade social a partir de suas distintas perspectivas, ao privilegiar aqueles que, muitas vezes, não são apresentados pela historiografia que pesquisa este espaço social.

Conforme conseguimos notar, as fontes orais possuem uma linguagem própria. Que é permeada pelos caminhos apresentados pela memória do entrevistado quando da sua feitura. Essa linguagem faz desta metodologia um importante instrumento social, que nos faz perceber não só as vivências e experiências de pessoas comuns como Arcanjo e Maria do Prado, mas também em que medida suas trajetórias foram e são permeadas pelas conjunturas apresentadas à agricultura brasileira ao longo das últimas décadas. É nesta relação passado/presente que tentamos fazer da metodologia oral um instrumento de luta social, que possibilita aos sujeitos sociais expor suas trajetórias de vida enquanto trabalhadores rurais.

Referências

- BOSCHILIA, Roseli. Memória e subjetividade em relatos de imigrantes portugueses. In: LAVERDI, Robson (orgs.). et al. **História oral, desigualdades e diferenças**. Recife: Editora Universitária – UFPE, 2012.

- FERNANDES, Bernardo Mançano; PONTE, Karina Furini da. As vilas rurais do Estado do Paraná e as novas ruralidades. **Terra Livre**. São Paulo, ano 18, n.19, jul./dez. 2002.
- GOMES, Iria Zononi. **1957: A Revolta dos Posseiros**. Curitiba: Criar Edições, 1986.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.
- LAZIER, Hermógenes. **Análise Histórica da Posse de Terra no Sudoeste Paranaense**. 3. ed., Francisco Beltrão: GRAFIT Gráfica e Editora Ltda, 1998.
- MARTINS, Rubens da S. **Entre jagunços e posseiros**. Curitiba: Studio GMP, 1986.
- ORBEN, Tiago Arcanjo. **A Revolta dos Colonos de 1957, interpretações, apropriações e memórias**. Dissertação (Mestrado em História), Porto Alegre, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC/RS, 2014.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, v. 2, n. 3, 1989.
- PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**. Rio de Janeiro: UFF, vol. 1 n. 2, dezembro de 1996.
- ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. (orgs.). **Usos e abusos da história oral**. 8. Ed., Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- SCHMIDT, Benito Bisso. Do que falamos quando empregamos o termo “subjetividade” na prática da história oral? In: LAVERDI, Robson (orgs.). et al. **História oral, desigualdades e diferenças**. Recife: Editora Universitária – UFPE, 2012.
- WACHOWICZ, Ruy C. **Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização**. Curitiba: Lítero- Técnica, 1985.

WEBER, Regina; PEREIRA, Elenita Malta. Halb wachs e a memória: contribuições à história cultural. **Revista Territórios e Fronteiras**. Cuiabá: UFMT, v.3, n.1 – jan/jun, 2010.

Fontes citadas

Entrevistas

PRADO, Arcanjo do; PRADO, Maria do. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa: **Memórias da terra: Modos de viver lutas e resistências camponesas no Oeste e Sudoeste do Paraná**. Por Francieli Pinheiro, Paulo José Koling e Tiago A. Orben. Perímetro rural. Verê/PR: 06 de julho de 2011, duração: 37min. 53segs.

Na órbita das nomenclaturas: cortadores de cana e a interveniência do assalariamento em populações rurais

Jaime Santos Júnior¹

1. Configurações identitárias como perspectiva de análise

Há um trânsito, em nossos escritos, entre a taxonomia nativa nos modos de se referir e de se nominar os sujeitos e as situações em que eles se encontram e, por outro lado, as categorias que mobilizamos como construções analíticas no afã de reunir as características que circunscrevem determinado objeto. Podemos dizer, desde logo, que a problemática que me proponho a enfrentar nesse artigo situa-se nesse “hiato entre nomenclaturas”. Trata-se, por assim dizer, de uma perspectiva que tem como alvo observar as práticas sociais dos sujeitos pelo prisma das suas representações identitárias, notadamente as que dizem respeito ao acesso à terra e ao assalariamento no trabalho do corte de cana de açúcar. O suposto é o de que os modos de se afirmar, ou negar, identidades deixam entrever as disjunções e ambivalências que cingem um espaço rural marcado por profundas transformações.

No noticiário das ideias, os estudos sobre populações rurais consagraram categorias que designam as frações da sua

¹ Doutor em Sociologia (FFLCH-USP), é pesquisador (pós-doc) na Universidade Federal do ABC (UFABC). e-mail: jaimesjr.22@gmail.com

composição interna, temos assim as noções de “camponês”, “produtor rural”, “trabalhador rural”, “agricultor”, entre tantas outras. O mesmo vale para denominações do espaço, cabendo mencionar os termos: “rural”, “campo” e “ruralidade” – no geral, lidas como binaridades em oposição ao espaço “urbano”, das “cidades”, do “centro”, locais por excelência do “trabalho urbano”, do “proletário fabril”. Não irei me ocupar aqui com o mapeamento dessa literatura² por considerar que ela extrapola os objetivos aqui propostos, todavia, pretendo recuperar um aspecto que há muito já foi ressaltado por estudiosos da realidade brasileira no que tange às transformações mais recentes do nosso desenvolvimento agrário. Refiro-me a necessidade de repensarmos as fronteiras que demarcam o “rural” e o “urbano”, não apenas enquanto espaços geográficos e de setores de atividade econômica, mas, sobretudo, como universos simbólicos socialmente distintos. O suposto que subjaz a esse argumento é o de que as demarcações estão cada vez mais fluidas e não me parece analiticamente fértil seguir formulando questões que tomam como base a binaridade expressa na oposição “rural” versus “urbano”. Ao menos não como blocos homogêneos que correspondem a realidades distintas cultural e socialmente.

Antes, porém, uma advertência: o oposto dessa proposta não se reduz a implodir as categorias, mas, antes, fazer-se sensível as fissuras que evidenciam as ambivalências presentes em um contexto social que passa por rápidas e profundas transformações. Mais à frente veremos como o leque das estratégias de ação dos indivíduos podem indicar um esforço para conseguir uma pequena propriedade, e garantir a sua vida enquanto pequeno produtor rural, ou mesmo para afastar-se dessa condição, em virtude da escolha de manter-se assalariado. Uma e outra situação dependem menos da existência de uma “comunidade camponesa”, enquanto

² Vale a pena ver, por exemplo, Carneiro (1998), Martins (2002), Lopes (1967), Durhan (1978).

unidade monolítica de reprodução social, do que das trajetórias familiares e pessoais dos indivíduos.

Desse modo, conquanto a lógica da racionalidade urbana avance sobre o campo, alterando sobremodo a gestão da atividade econômica e os usos do trabalho, bem como as relações sociais cotidianas, ela pode ocorrer *pari passu* ao reforço de marcadores identitários mais próximos do que poderíamos chamar de um modo de vida “camponês”. Carneiro (1998) já havia sugerido que é temeroso associar a cultura camponesa ao “tradicional”, entendendo-a, por consequência, como oposta à mudança. Não raro, a aparente diluição de diferenças entre modos de vida distintos pode ocasionar justamente o oposto, o reforço de identidades assentadas no pertencimento a uma localidade, cuja compreensão depende menos de uma ideia de “ruralidade” que se apega a critérios descritivos e mais ao modo como se combinam os interesses dos indivíduos e grupos na relação com o contexto e com suas trajetórias de vida. Em suas palavras, temos que,

Para compreender a complexidade desse processo de decomposição e recomposição de um sistema social, importa identificar a lógica desse sistema que reside nos jogos de interesses e nas relações de força entre os agentes sociais. Recusando-se a operar com as oposições binárias, propõe-se pensar em espaços socialmente definidos, ocupados por grupos sociais diversos que mantêm relações distintas entre si e com os “outros”. Orientar o foco de análise para os agentes sociais deste processo e não mais para um espaço geográfico reificado possibilita, por exemplo, que a distinção entre “cidade” e “aldeia” ou “urbano” e “rural” desapareça ou torne-se inútil como questão sociológica. Isso porque cada espaço contém em si contradições e conflitos resultantes da relação entre sistemas de valores e interesses distintos, quer sejam eles tidos como de origem “urbana” ou “rural” (Carneiro, 1998, p.59).

Para esposar esse argumento recorro a pistas já deixadas por outros estudos que se fizeram sensíveis a essas nuances³. Sobre a realidade do corte de cana, tema desse artigo, Silva (1999) e Menezes (2002) já haviam salientado a importância de compreendemos as trajetórias de trabalhadores e de suas famílias em um mercado de trabalho que se nutre da migração e da intermitência de vínculos empregatícios feitos e, talvez, refeitos a cada safra. De igual modo, Martins (1986) e Abramovay (1998) chegam a conclusões semelhantes. O primeiro ao chamar a nossa atenção para o fato de que a interveniência do assalariamento não conduz necessariamente a um processo de “proletarização” das populações camponesas, criando, por vezes, uma situação ambígua, onde o salário recria o camponês e este, pelas precárias condições de vida, recria o operário através das migrações temporárias. Já Abramovay (1998), por seu turno, ao analisar o papel da agricultura familiar no desenvolvimento das economias capitalistas, sustenta que o comportamento econômico pode ser creditado mais pela maneira como ela se insere no mercado mais amplo das trocas econômicas e menos por um suposto atributo de “sociedades camponesas”.

Tudo isso nos faz crer que formas e modos de nominação não representam uma roupagem que funciona ao arrepio da maneira como os sujeitos as vivenciam, sob pena de estarmos a falar de um sujeito genérico, abstrato. Para o nosso caso, o conteúdo do vivido em uma realidade ambígua, que borrou o imaginário que se tinha sobre a “terra”, e cuja racionalidade econômica avança sobre as relações sociais cotidianas, desafiam a compreensão das manifestações identitárias que emergem nos casos que analisaremos.

Nessa discussão, tomarei como base os achados de uma pesquisa realizada entre nos anos de 2011 e 2014, com cortadores

³ Refiro-me, sobretudo, e como leitura imperdível, a dois clássicos: Lefebvre (2011) e Williams (2011).

de cana no estado de Sergipe⁴. Para que nos situemos, a pesquisa de campo levou em consideração trabalhadores das cinco usinas existentes no estado e que estavam em atividade na ocasião, residentes nos municípios visitados e migrantes de outros estados que lá estavam para trabalhar, mormente alagoanos e baianos. Das 30 entrevistas realizadas, selecionei uma amostra com 23 casos, obedecendo aos critérios que se mostraram determinantes para captar a diversidade das configurações discursivas e, com isso, perceber quais as variáveis influíam nas trajetórias. Assim, a amostra foi composta com os seguintes perfis:

- Em razão da rotatividade entre as diferentes usinas: indivíduos que trabalharam em apenas uma ou mais de uma usina existente no estado;
- Migrantes de outros estados: os que vivem em alojamentos (majoritariamente alagoanos e baianos);
- Sergipanos que possuíam a experiência da migração: via de regra, São Paulo é o destino (Santos Jr., 2017, p. 117).

Os trabalhadores pesquisados não são exclusivamente o que chamaríamos de “agricultor”, tendo suas trajetórias ocupacionais marcadas pela inserção no mercado de trabalho da cana de açúcar. Mas, ao que se supõe, o contraponto do assalariamento como recurso mobilizado para manutenção da sobrevivência servirá como uma variável de controle, ao modular o gradiente em que variam as representações feitas sobre a terra em face de sua presença. Se estivermos certos, isso nos permitirá atingir as ambivalências de representações feitas sobre os recursos mobilizados para a sobrevivência dessas populações e, por conseguinte, a composição desse imaginário aparentemente cindido.

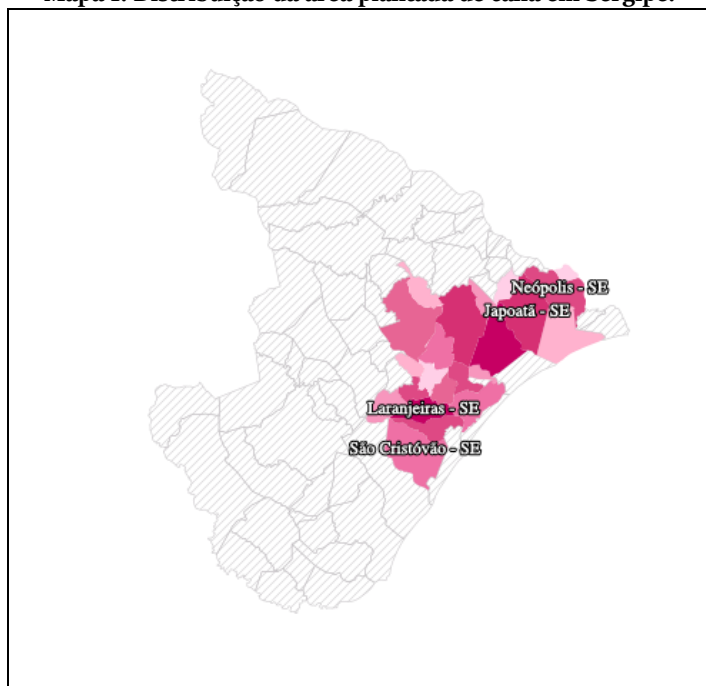
⁴ A versão integral da pesquisa está em Santos Jr. (2017). Nesse artigo, retomo algumas questões que suscitei naquela ocasião incorporando novos dados e alargando o alcance das conclusões.

2. Terra: do onírico ao real

Tradicional produtor de cana, Sergipe vivenciou um período de forte retração da produção sucroalcooleira no período exatamente anterior ao ano de 2005. Este ano marcou uma mudança significativa deste setor de atividade econômica em todo o Brasil, lembremos da inserção dos motores *flex fuel* e dos incentivos à produção do álcool e do bioetanol⁵. Ainda no bojo dessas mudanças, é preciso destacar o papel do uso da queima do bagaço de cana para produção de energia elétrica, tornando-se um terceiro elemento nesse mercado. Este será o mote para compreendermos o contexto que proporcionou o alargamento da área plantada de cana no estado, com o surgimento de novas unidades produtivas – uma delas sendo, inclusive, pertencente a um grande grupo⁶ com atuação em São Paulo. A mudança não passou despercebida. Naquele momento, qualquer um que tomasse um carro em sentido norte pela BR 101 notaria a presença da cana nas margens da rodovia. Olhando mais de perto, nos municípios produtores, localizados na região do Vale do Cotinguiba, como ilustra o mapa 1 a seguir, na Zona da Mata sergipana, culturas de subsistência, pequenas lavouras que abasteciam o comércio local, começam a ser substituídas pelo cultivo de cana. O cenário também se altera profundamente para o caso do mercado de trabalho, nosso mirante de observação neste artigo.

⁵ Ver Silva (2005).

⁶ Companhia Brasileira de Açúcar e Alcool (CBAA).

Mapa 1: Distribuição da área plantada de cana em Sergipe.

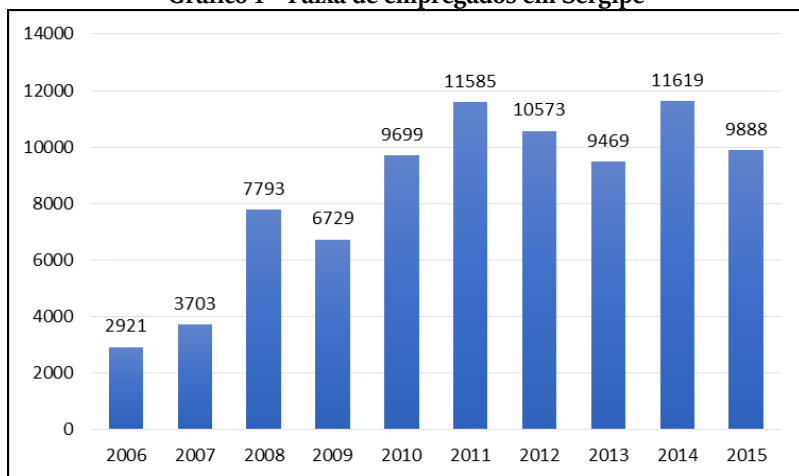
Fonte: ESTATGEO-IBGE

Além da mão de obra requisitada na parte industrial das usinas, houve um aumento súbito e considerável na contratação de novos trabalhadores, sobretudo para o momento da colheita. Para uma parcela da população dessas localidades, o assalariamento significou uma alteração nos modos de inserção ocupacional que costumeiramente era marcado pela presença de empregos esporádicos, o mais das vezes sem vínculos formais, como na *diária*⁷. Esse mercado de trabalho também movimentou os circuitos de migração quando Sergipe passa a ser ofertante e contratante de mão de obra, o que atraiu trabalhadores cortadores de cana de Alagoas e da Bahia, além de inserir Sergipe no circuito mais tradicional de migração para o corte de cana em São Paulo.

⁷ Forma de medir e precificar o trabalho realizado em um dia.

Como disse alhures (Santos Jr. 2017), o aumento repentino de trabalhadores assalariados da indústria canavieira no estado de Sergipe quase que “bateu às portas” dos órgãos públicos e entidades sindicais. Para se ter uma dimensão da magnitude dessa mudança, no período de 2006 a 2014 houve um crescimento considerável de 298% no volume de mão-de-obra empregada na indústria canavieira, que saltou de meros 2.921 empregados para 11.619 em 2014, como demonstra o gráfico 1, abaixo. Conquanto tenha havido um pequeno decréscimo no ano seguinte de 2015. Isso para focalizar o período em que houve um salto vertiginoso na produção canavieira do estado em compasso com o aquecimento nacional do setor em meados da década de 2000.

Gráfico 1 - Faixa de empregados em Sergipe



Fonte: Ministério do Trabalho e do Emprego, RAIS. Disponível em:

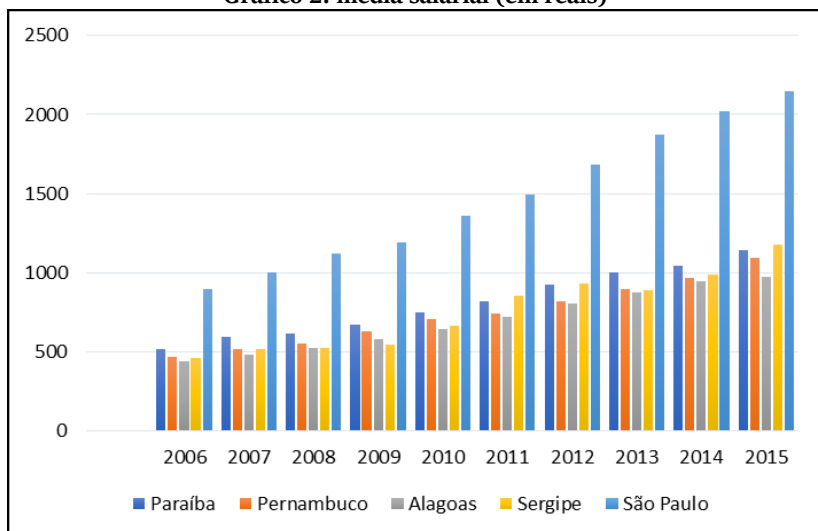
www.mte.gov.br

Elaboração própria.

Quando observamos as médias salariais pagas pelas usinas – cabendo mencionar São Paulo, Paraíba, Alagoas e Pernambuco, na comparação com Sergipe – como demonstra o gráfico 2, abaixo, vê-se como a renda auferida em São Paulo é muito superior aos demais estados do Nordeste. Tendo razão os que apontam para a

maior intensidade do trabalho no principal estado produtor que, atrelado ao desejo de “ganhar mais” dos cortadores, explica essa média salarial mais alta. Ela também é relativamente mais alta do que a renda auferida no trabalho esporádico da *diária*, no trato de animais (vaqueiro), entre outras ocupações geralmente disponíveis na economia local. Vê-se, portanto, o efeito de atração que o corte da cana exerce nessas comunidades.

Gráfico 2: média salarial (em reais)



Fonte: Ministério do Trabalho e do Emprego, RAIS. Elaboração própria.

Esse preâmbulo ilustra o quadro social mais amplo onde se situam as mudanças que aventei sobre um rural cindido por profundas mudanças, especialmente em áreas atingidas pela presença de monoculturas que são extensivas no uso da terra. Podemos doravante mirar no alvo desse texto, a saber, o acesso à terra e o imaginário sobre ela entre os trabalhadores entrevistados.

Para todos os casos, os indivíduos já haviam passado por serviços de roça em suas trajetórias de vida, seja como parte da mão de obra requisitada pelas famílias que possuem um pequeno terreno para cultivo, quando o trabalho dos filhos compõe um serviço de

auxílio complementar; ou mesmo como trabalho executado em roças de terceiros. Isto para dizer que, desde cedo, estamos falando de indivíduos que vivenciaram uma realidade com fortes constrangimentos na estrutura das oportunidades ocupacionais disponíveis, que, de algum modo, lhes permitissem sair de um círculo de reprodução social que é lido por muitos como sendo de “cativeiro”.

Dos trinta trabalhadores entrevistados, apenas três possuíam pequena roça de sua propriedade. Outros quatro indivíduos dividiam a gestão da terra em família. O exemplo parece eloquente da dificuldade do acesso à terra nessa região. Destituídos de um pequeno roçado que lhes permita garantir a sobrevivência, restalhes ofertar a força de trabalho para as usinas. Mesmo quando perguntados sobre projetos futuros, desejos, a terra para cultivo era pouco mencionada. Contudo, se é verdade que as dificuldades de acesso à terra empurram trabalhadores rurais para outros setores de atividade econômica, em alusão a luminosa contribuição de D’Incao (1984), não se quer com isso dizer que ele opera em mão única, como força inelutável. Sim, porque há nuances nesse processo que nos convidam a refletir sobre as estratégias empregadas pelas famílias como recurso de manutenção do seu modo de vida como pequeno produtor rural. Vejamos.

Na interpretação dos casos, persegui a pista deixada por estudos tais como os de Woortmann (1990), Woortmann (1995), Garcia Jr. (1989) e Comerford (2003) quando chamaram a nossa atenção para o fato de que a compreensão da gestão econômica de pequenos camponeses passa necessariamente pela categoria “família”. Aqui, é possível ainda afirmar que opera um modo de vida que canaliza as condutas individuais para salvaguardar a família como unidade maior e englobante. Sendo temeroso, portanto, arguir sobre a conduta dos cortadores de cana estudados sem levar em consideração as suas famílias⁸.

⁸ Não se quer com isso anular a perspectiva que toma os indivíduos enquanto sujeitos racionais capazes de gerir recursos, se fizéssemos um recorte intergeracional certamente flagraríamos as

Para os casos estudados, o acesso à terra permite uma gestão diferenciada dos recursos da família que interfere nas trajetórias ocupacionais dos sujeitos. As usinas em Sergipe recorrem à mão de obra de sertanejos, populações que estão fora da Zona da Mata, como já havia flagrado, ainda que em outro contexto, Sigaud (1979) e Menezes (1985). Alguns têm no corte da cana uma atividade subsidiária à agricultura que mantém. Para estes, é o resultado da safra que regula o deslocamento para a Zona da Mata à procura de emprego. É de se supor, portanto, que vigora um escalonamento da atividade econômica considerada prioritária por essas famílias e que captura os esforços em prol da sua manutenção. Vale dizer, a interveniência do assalariamento dos seus membros ocorre para a preservação das suas vidas enquanto “camponeses”.

Eu saí de casa com cinco anos de idade, com uma irmã. A gente tinha umas seis, sete tarefa⁹ de terra. Aí me criei mais ela plantando feijão, mandioca e colhendo.

Com quantos anos?

Oito anos. A escola foi muito pouco que nois não tinha tempo não (Graciliano, 45 anos¹⁰)

Eu tenho um terreninho lá, é umas setenta tarefa. Feijão e milho.

Dá uma renda boa?

Dá. Se chover, tira oito, nove, dez tarefa de vez em quando. Né todo ano não.

ambivalências de condutas que põem em cheque a unidade do projeto familiar em detrimento do desejo de autodeterminação de suas vidas pelos indivíduos mais jovens.

⁹ Tarefa é uma unidade de medida que varia em diferentes estados, em Sergipe ela equivale a 3.052m².

¹⁰ Optou-se por preservar, na transcrição, os eventuais erros gramaticais. Os nomes, doravante citados, são fictícios para preservar o anonimato dos informantes.

Como você decidiu trabalhar no corte da cana?

É porque eu tenho um amigo que trabalha aqui, tá com sete anos que ele trabalha aqui. Todo ano ele dizia: “vamos trabalhar?” Eu dizia: “rapaz, não vou não”. Aí, quando é esse ano, teve uma crise; porque lá a gente vive quando dá uma safrinha no inverno. Aí esse ano não aconteceu isso, rapaz! Não tiremos nada (feijão). Aí foi o jeito eu vim para cá (Ulisses, 53 anos).

Do tempo que eu nasci, que eu vim saber quem era, meus pais sempre trabalhou de roça. Milho, feijão. Meu pai tem um terreninho, têm quarenta tarefa de terra. Meu pai morou há dezesseis anos numa fazenda também. Depois da fazenda ele construiu o lugarzinho dele, é hoje o lugarzinho que a gente mora. Ele tem quarenta tarefa de terra plantada. Aí depois a gente foi ficando mais velho, as família foram crescendo, foram casando, as irmã que eu tenho casaram, eu saindo pra aqui, pra acolá. Nós só colhe milho e feijão. Cria também um gadozinho (Zerramos, 34 anos).

Para todos estes casos, percebe-se como a alocação dos recursos é direcionada para a atividade econômica considerada prioritária. A mobilização dos membros que devem sair para buscar outros meios de renda obedece a uma hierarquia geralmente definida pelo chefe de família, a exemplo de José Batista quando lembra que os irmãos foram crescendo, casando e, com isso, sendo requisitados para ajudar no orçamento familiar.

Isso também vale para famílias que, tendo um *pedaço de terra* e vivendo em áreas de canavial, optam por deixar o cultivo de outros produtos, plantar cana e vender para as usinas.

Você possui alguma propriedade de terra?

Eu mesmo não tenho não. [comento sobre o terreno do pai] Nois planta e nois vende para ela [a usina], ela mesmo corta (Jileu, 22 anos).

Você possui alguma propriedade de terra?

Esse aqui foi comprado, só tenho esse aqui. E tenho outro lá nas Pedras, no povoado lá em cima, eu tenho mais duas tarefas de

terra. [pergunto se está arrendado]. Não, lá eu planto cana, para as usinas. Quem corta é o povo da usina mesmo. Quem planta é a gente, a gente cuida, faz as limpa e, no tempo, eles vem cortar (Romeu, 59 anos).

Não é possível dimensionar, com os dados que coletei, a extensão desse processo de substituição de lavouras de subsistência em razão do crescimento da área plantada de cana. Como a amostra ficou restrita aos cortadores de cana, foram poucos os casos em que pude notar essa substituição, como nos exemplos acima.

Se é verdade que a posse de um pequeno terreno para o cultivo reorienta a gestão dos recursos da família e de seus membros, podendo, como vimos, ser considerada como atividade prioritária, ela não parece estar na mira dos investimentos para aqueles que não a possuem. No primeiro caso, temos camponeses que se veem nessa chave e cujas estratégias mobilizadas deixam entrever o esforço para autoreprodução como tal. O assalariamento é, para estes, subsidiário. O cenário é outro para aqueles que não possuem terra. Dessa forma, mesmo entre os mais jovens, o desejo de possuir um pequeno pedaço de terra é confrontado com a realidade do contexto em que vivem, nem sempre atraente para uma empreitada desse tipo.

Eu sonho tanta coisa no mundo... É que eu não gosto assim, sabe, de tá comentando. **Mas você prefere comparar terra para agricultura?**

Não, lá, eu prefiro casa. Comprar um terreno, fazer uma casa. Hoje eu tenho uma casa que ela é boa, tem tudo dentro de casa, mas eu penso em comprar um terreno. Tem uma rua lá com um terreno mais grande que eu penso em comprar para fazer uma casa do jeito que eu penso. Porque a família cresce, né?

Pensa em sair do corte da cana?

Não, penso não. Lá onde eu moro é difícil arranjar outro emprego. Quando nois sai daqui agora, se nois levar a sorte de pegar o seguro, pronto, vamos ficar sossegado, até setembro... daí

tem como a pessoa manter a família sossegado. Mas se a pessoa não pegar aqui [o seguro desemprego] daí vai ser complicado.

Então lá não tem nada para você trabalhar?

Tem não, lá é complicado demais. Quem tem um futurinho lá é roça, mas quando a seca ta pesada...

E trabalhar na diária, é ruim?

É, eu sou mais tá aqui mesmo na cana (Américo, 23 anos).

Você possui alguma propriedade de terra?

Não, não tenho não. O chão de casa eu comprei esses dias. Quando eu sair daqui eu pretendo fazer um alicercim, pra fazer uma casinha pra botar a companheira, né? (risos).

Pensa em comprar uma terrinha?

Rapaz, é assim né? Se eu tivesse um dinheirinho para comprar uma terrinha até que eu queria... Pra fazer uma roça, porque eu gosto de trabalhar com roça. Me criei dentro da roça, né? Aí eu gostaria, mas o problema é que eu não alcanço, né? Não tem como eu comprar uma terrinha. Porque na região da gente, quanto é uma tarefa de terra? Três mil reais. E o pior que agora chegou esses negócio dessas lavoura, é adubo e tudo, essas plantação desse homem grande aí... De primeiro você arrendava essas roça aí, você pegava e dava de mão beijada ao cara. Hoje não, a safra cresceu, graças a Deus, muito, agora o pessoal faz o que? Cada tarefa de terra hoje só quer arrendar por 200 conto (Zerramos, 34 anos).

Você possui alguma propriedade de terra?

Eu não. Não tenho. [pergunta da casa onde ele mora] Ali é casa da minha sogra. Eu tenho um terreninho, que é meu e de minha esposa. A gente tá construindo uma casa que é para quando for mais na frente...

Pensa em ter um terreno para cultivo?

Tenho, oxente, é o que a gente pensa, né? É o futuro da gente. A gente trabalha com o pensamento de com um tempo você conseguir alguma coisa a mais, uma terrinha... (Josino, 27 anos).

Você possui alguma propriedade de terra?

Não, aqui é tudo de minha mãe. A minha vontade era essa aí, de conseguir um terreno, mas é difícil para a gente, a gente fraco é difícil, viu?

Pensa em sair do corte da cana?

A gente fica pensando assim, mas não tem como, né? A gente tem que enfrentar porque a gente não tem como a gente adquirir um terreno assim para a gente trabalhar para a gente mesmo, criar uns bichinho. Ali você vai vendendo, vai colocando mais no pasto. Mas a gente não tem condições, a condição é pouca.

Mas você pretende?

Ah, nossa! Não pretendo o que rapaz!?! Jamais eu esperaria me aposentar numa coisas dessa aí [na cana], você é louco!?! (Eufrásio, 47 anos).

Como sugere Martins (2008), o onírico, como lugar em que se projetam os desejos, não está imune às contradições vividas no cotidiano, antes, reflete-as. Vê-se, desde logo, como o acesso à terra, ainda que desejado, é considerado quase inatingível. Seja porque lhe faltam recursos suficientes para sua aquisição, pelo aumento do preço cobrado por ela, ou ainda pelos riscos que a atividade demanda em comparação com o trabalho regular no corte de cana. Como alude um dos casos, nas regiões assoladas pela seca, o gerenciamento da terra torna-se um fator de instabilidade.

Existem outras atividades de trabalho na região?

Tem nada, só alugado [na diária] mesmo, no inverno. Mas, quando bate o verão lá, é uma sequidão que o cabra tem que partir para o corte mesmo.

E no período da entressafra da cana, o que você faz?

Quando essa empresa termina aqui, que nós já tá quase terminando aqui, aí o cabra vai para a cidade, se aparecer algum serviço lá, o cabra vai trabalhar, se não aparecer, só o outro ano só. Faz uma diarinha, às vezes o pessoal chama para trabalhar: “vamos para ali fazer um serviço”. Enquanto aparece outra safra pro cabra voltar para trás novamente (Rufino, 42 anos).

Os relatos deixam entrever um elemento difuso, que surge em diferentes momentos nas conversas, a saber, a autonomia. Na acepção nativa, autonomia implica o desejo de exercer o controle sobre o trabalho e a liberdade de alocar os recursos como lhe

aprouver. Essa é uma conjugação difícil de se fazer quando aliada ao assalariamento na cana de açúcar. Acostumados ao trabalho na roça, onde a gestão do tempo é dada pela família, o indivíduo se sente tolhido em sua autonomia pelo trabalho controlado nas usinas, com suas marcações e hierarquias. A propósito, em conversas com representantes das usinas, este sempre foi um ponto de conflito entre a gerência e os trabalhadores. Não à toa, o controle sobre os corpos é maior para aqueles que estão nos alojamentos, onde a vigilância é feita diuturnamente, mesmo nos momentos de lazer.

É uma hora, duas hora da manhã, você tem que se acordar. Porque é muita gente para fazer a comida [nos alojamentos].

E o ônibus passa que hora?

Cinco hora. Chegou já começa a trabalhar. Para onze hora, quando é uma hora pega. **Você para?**

Paro, porque aqui é assim, quando chega uma certa hora, se o cabra não parar o cabra morre. É um calor brabo. Teve um dia que caiu um cabra aí no meio da roça, quase morre de tanto trabalhar.

Então você já viu gente caindo?

Já. Porque tem gente que é assim, se tiver muito quente, e o corpo der aquela vontade de parar e o cabra não para, dá um tranco no cara e o cara morre. É um calor brabo (Graciliano, 43 anos)

O assalariamento, por outro lado, confere ao trabalhador outros elementos que irão se contrapor a esse desejo por autonomia. No universo simbólico da realidade em que vivem, entre os benefícios referidos à carteira assinada está o seguro desemprego, o acesso a crédito e a políticas públicas para o período de entressafra. Como balizador de condutas, ter um emprego formal é, nesse sentido, ter acesso a cesta de direitos ofertada. Isso não invalida, contudo, o caráter precário dos vínculos e do próprio trabalho no corte de cana, não obstante o setor possua elevados índices de formalização, como já apontou Moraes (2007).

Essa dimensão, digamos, mais pragmática do desejo de autonomia concorre também com os salários mais altos pago pela atividade na cana e que certamente deturpam o imaginário que se pode nutrir sobre o acesso à terra como meio de vida. O que importa aqui é, ao fim e ao cabo, ter dinheiro para a sobrevivência e o consumo de bens materiais considerados de prestígio entre os trabalhadores.

Trabalhei com frutas em Neópolis. Colhedor de manga, mamão, essas coisas.

E por que saiu?

O serviço era bom... assim, era um serviço maneiro, leve, mas em compensação não ganhava dinheiro e o corte de cana é um negócio que ganha dinheiro. Aí eu saí, trabalhei um ano aqui nas usinas em Sergipe cortando cana e parti para São Paulo. Foi lá que eu consegui ter minhas coisas. É mais pesado, como todo mundo sabe que é, mas em compensação ganha mais dinheiro (Josino, 27 anos).

Como você começou a trabalhar na cana?

Porque eu queria sempre assinar a minha carteira, até me arrependi... Porque carteira assinada agora eu só posso me aposentar quando eu tiver meu sessenta anos. Tinha uma vizinha que trabalhava lá, ela sempre me chamava. Eu digo: “não mulher, eu não vou não que minhas filhas tão pequena”. E eu não queria, mesmo tendo uma mais velha, eu não queria deixar ela sozinha. Então quando eu passei a trabalhar lá [na usina] a minha mais nova já tava com sete anos e a mais velha tinha 18, tá entendendo? Aí eu achei que ficava mais segura, já que era tudo mulher. Eu deixar tudo criança em casa para ir trabalhar, eu não confiava. Eu tinha que tomar conta dela até...

E em termos de renda, a cana era melhor?

A cana era melhor. Porque o pescado me estragava mais, me arreventava mão, braço, rasgava os braço, machucava as perna (Clara, 48 anos).

Ainda nessa dimensão, o assalariamento desafia o jogo das identidades que orbitam entre aqueles que se percebem como

“camponeses” e os que se percebem como “trabalhadores rurais” – lembrando sempre que uma e outra não se excluem. Enquanto domínios de comunalidades, que aproximam os iguais e apartam aqueles considerados diferentes, essas designações identitárias também balizam condutas, representam sistemas de ação, como nos diz Strauss (1999). A amplitude e a diversidade do conjunto de trabalhadores que atuam na parte rural do processo produtivo das usinas recriam hierarquias entre os cargos e funções que, não raro, geram clivagens entre os aparentemente próximos. Isso fica evidente, para citar um exemplo, nas diferenças percebidas entre os cortadores de cana e quem trabalha na “bituca”¹¹, na “queima”¹², no “herbicida”¹³, sem contar os “tratoristas”, “engatador de carreta”, “motoristas”, entre outras ocupações.

Essas clivagens reaparecem no tocante a atuação dos sindicatos rurais, cujo desafio é alinhar solidariedades outras que suplantem as diferenciações. Em todas as conversas que mantive com representantes dos sindicatos emergiu essa tensão. Não por acaso, nos sindicatos, havia o setor dos “assalariados”, como assim eram chamados, os trabalhadores cortadores de cana, “trabalhador rural” é, para eles, quem trabalha com agricultura familiar. É escusado lembrar que as demandas de ambos não são iguais. Ademais, a identidade de “trabalhador assalariado” circunscreve uma área de atuação, ao reunir demandas em torno da legislação trabalhista no campo, muito menos difusa do que a noção de “camponês”, que engloba uma diversidade maior de produtores rurais e de indivíduos que lutam pelo acesso à terra que, por via de consequência, são disputados por outras entidades, não apenas os sindicatos.

¹¹ Refere-se à atividade de coleta das sobras de cana posterior ao corte.

¹² Atividade de trabalho relacionada àqueles cuja função é a de pôr fogo no eito como procedimento que antecede o corte.

¹³ Procedimento agrotécnico de controle de pragas e doenças.

Em Santos Jr. (2015,) sugeri que havia um descompasso entre a ação dos sindicatos rurais, em Sergipe, e a percepção nativa dos processos de resistência e conflito que passava por esse cruzamento entre as demarcações identitárias em jogo. Ao considerar que a sua atuação, para o caso dos cortadores de cana, deveria estar fortemente ancorada na linguagem dos *direitos*, no conhecimento das leis, os sindicatos rurais deixavam escapar a lógica de uma relação que não se dá somente pela letra fria e seca das leis. Sim, porque no universo estudado, a honra e o prestígio ainda eram moedas correntes nas relações sociais entre trabalhadores e as chefias (usinas), havendo espaço para elementos não contratuais na relação capital *versus* trabalho. Os elementos de negociação não levam necessariamente a sedição, a “botar” ou não uma usina na justiça, a promover uma greve, entre outras formas de conflitos abertos. Igualmente não se pode dizer que negociar e, por vezes, consentir, signifique aquiescência. Dessa cisão, emergia a acusação de que os trabalhadores “não tinham consciência”.

Além disso, a redenção conceitual que a identidade de “assalariado rural” promove – uma sorte de equiparação ao proletariado fabril e, portanto, da classe operária tradicional – não encontrava eco entre aqueles que viam a si próprio sendo como “camponeses”. Resultado? Recorria-se aos sindicatos mais pela sua função cartorial, para inscrição em programas do governo¹⁴ e de rescisão de contrato.

A organização, do ponto de vista da categoria, da classe, a maioria dos sindicatos, são muito poucos os sindicatos filiados que temos os assalariados rurais, uma série de questões. Porque toda uma vida foi visto o sindicato mais na área da agricultura familiar, muitos sindicatos trabalham mais com esse lado, agora que a gente tá conseguindo um pouco, né?, trazer um pouco dos assalariados para dentro do sindicato, mais ainda é muito pouco.

¹⁴ Em Sergipe, havia o programa “Mão Amiga”, que destinava uma bolsa mensal no valor de R\$ 190 para os trabalhadores da cana de açúcar e da laranja no período da entressafra. O cadastramento era feito pelos sindicatos rurais.

A convenção [convenção coletiva] tá ajudando muito, porque tá dando maior visibilidade ao trabalho do sindicato e dos dirigentes sindicais. Mas, assim, quanto a organização, a gente precisar reunir um grupo grande para a gente ir para frente para fazer uma greve, para fazer uma coisa é diante de muita dificuldade, porque são coisas novas para eles. Tem uns quatro anos para cá que a gente conseguiu reativar a convenção da cana, depois de dezoito anos que tava parada. Então, assim, o trabalho agora começamos novamente do zero, houve várias convenções antes, mas tinha dezoito anos que tava parada a convenção. De quatro anos para cá é que a gente conseguiu fazer conversa com o patronato, se reunir mais os trabalhadores, a gente vai para os canaviais, explica para eles quais são os direitos deles, pede para ir até o sindicato, porque é muito difícil eles irem até o sindicato. E a gente vai, explica qual o papel do sindicato, agora a gente vê uma ligação de um sindicato ou outro diariamente dizendo que tem um trabalhador assalariado que tá reclamando porque tá trabalhando todo dia de sábado, vai lá querendo saber o que é que tá na convenção, se tá fazendo o certo mesmo. Hoje a gente consegue ver os assalariados, depois da convenção, indo até os sindicatos para saber se os direitos deles está sendo cumpridos direitinho e a gente consegue diante disso fazer uma articulação com o patronato e discutir, antes da gente colocar na justiça (representante da Fetase).

No excerto acima, deixa-se entrever como emerge um problema de reconversão identitária dos próprios trabalhadores, necessário para a ação sindical. O representante da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de Sergipe (FETASE) percebe como os sindicatos sentiram a diferença entre distintos grupos de trabalhadores com pautas que não eram as mesmas. Portanto, domínios de comunalidades, substrato para a formação de solidariedades, sofre a interveniência da relação com a terra, do assalariamento e das estratégias mobilizadas para a sobrevivência. Armar questões nesse eixo implica, em última instância, estar atento ao modo como o conteúdo do vivido é menos dependente da posição social que um indivíduo ocupa em um dado momento da sua trajetória, do que das ambivalências entre identidades que se

forjam em diferentes contextos de socialização, como já havia alertado Lahire (2002). Com outras palavras, são esses desajustamentos que nos permitem arguir sobre a manutenção, ou não, de um modo de pensar “campeño”, portanto um sistema de ação, que atua sobre um terreno com profundas alterações, como é o cenário de áreas com a presença da cana de açúcar.

Ao reunir os achados sobre a vida dos trabalhadores e de suas famílias, quero destacar que a situação sempre incerta e precária de garantir a subsistência familiar não se rende a um imperativo que os aprisiona, como se lhes restasse apenas a mera reprodução da sua condição social. Ainda que os condicionantes do contexto sejam robustos, os indivíduos realizam a todo momento pequenas ações para prover o que eles consideram ser uma “melhoria na sua condição de vida”, sempre em consonância com o que lhes parece subjetivamente importante. São ações que encontram lastro no quadro social mais amplo em que vivem.

No imaginário, o acesso à terra não se prende a uma construção idílica ao arpejo das mudanças que operam na realidade mais imediata. Desse modo, conquanto desejada como, talvez, recurso que lhes permita sair das incertezas de uma ocupação precária, convive com a atração que exerce o assalariamento pelas razões que discutimos. Um e outro, como vimos, não são excludentes, o que nos leva a observar o leque de estratégias mobilizadas pelas famílias e a hierarquia das atividades consideradas prioritárias. Decerto que há um aspecto caro a estes indivíduos, a ausência de credenciais que os habilitem a concorrer por outros empregos. O baixo investimento em educação, premidos que são pela necessidade de conciliar trabalho e estudo, afunila as oportunidades de inserção em outros mercados de trabalho.

A família será, nesse contexto, um dispositivo de segurança em face do risco de desamparo. Os usos são diversos, fraciona-se uma pequena propriedade para ceder a um filho que casou, recorre-se ao auxílio dos filhos como estratégia para capitalizar a

produção agrícola, mobiliza-se a parentela para conseguir uma vaga de emprego nas atividades disponíveis na região, enfim, muito do que é feito ocorre com o amparo das famílias. O que não destoa de achados como os de Sarti (1996) para o contexto urbano periférico.

Como é próprio em abordagens intensivas, não se pode alargar indistintamente o alcance das conclusões aqui auferidas para outros contextos, sendo precipitado arguir sobre uma suposta dissolução do “agrário” em razão de uma certa uniformização dos meios de vida no campo. Longe estou em afirmar isto. Arrisco-me a dizer, contudo, e à luz do que vimos, que hoje temos um espaço rural que não está intrinsecamente associado à produção agrícola. Nele convivem formas diversas de uso da terra, de provimento das necessidades das famílias e de circulação de mão de obra. Não por acaso, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) foi aperfeiçoando, através dos Censos, a identidade geográfica que define os espaços rural e urbano¹⁵. Isso atinge, como tentei mostrar aqui, o imaginário que se tem sobre a terra enquanto meio de vida. Por essa razão, pus o foco nas práticas sociais dos agentes menos que em um espaço geográfico definido, inspirado que estou por uma microssociologia das relações cotidianas.

Por fim, retorno ao ponto em que iniciei esse texto, ou seja, em um cenário em que o “rural”, enquanto circunscrição imaginária de um modo de vida, convive com distintas temporalidades, seja pela forma como os processos de racionalização urbano-industrial contaminam o tecido das relações sociais cotidianas, seja pela maneira como os sujeitos reagem às mudanças em curso e forjam identidades outras que vão mais além do eixo do trabalho (Santos Jr., 2013). O ir e vir das formas de nominar, que carrega uma pretensão de ação, mas que também se deixa influir em razão do contexto, trazem a marca das disputas

¹⁵ Ver: “Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil: uma primeira aproximação”, IBGE (2017).

sobre diferentes narrativas que emergem de forma variada e por caminhos diversos. Quero dizer com isso que não me parece desprezível adentrar no quadro social mais amplo em que se sustentam configurações identitárias tais como “classe”, “operários”, “canavieiros”, “migrantes”, “cortador de cana”, “camponês”, “assalariados” sob pena de ficarmos presos à identidades postizas, petrificadas, que resulta, ao que penso, numa demissão do ofício da pesquisa sociológica.

Referências

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. São Paulo-Campinas: Hucitec/Editora da Unicamp, 1998.
- CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n.11, 1998, pp. 53-75.
- COMERFORD, John Cunha. **Como uma família**: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.
- D'INCAO, Maria Conceição. **A Questão do Bóia-fria**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- DURHAN, Eunice Ribeiro. **A Caminho da Cidade**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978.
- GARCIA Jr. Afrânio Raul. **O Sul: Caminho do Roçado**. Estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo: Marco Zero; Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília: MCT-CNPq, 1989.
- LAHIRE, Bernard. **Portraits Sociologiques**: dispositions et variations individuelles. Paris: Nathan, 2002.
- LEFEBVRE, Henri. **O Vale de Campan**: estudo de sociologia rural. São Paulo: Edusp, 2011.
- LOPES, Juarez Rubens Brandão. **Crise do Brasil Arcaico** - Corpo e Alma do Brasil - Vol. XIX. São Paulo: Difusão Européia, 1967.

MARTINS, José de Souza. **Não Há terra para plantar neste verão**: o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo. Petrópolis: Vozes, 1986.

_____. **Subúrbio**. Vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha. 2.ed. São Paulo: Hucitec; Unesp, 2002.

_____. **A Sociabilidade do Homem Simples**: cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo: Contexto, 2008.

MENEZES, Marilda Aparecida de. **Da Paraíba prá São Paulo e de São Paulo prá Paraíba**: migração, família e reprodução da força-de-trabalho. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais), Campina Grande: Universidade Federal da Paraíba, 1985.

_____. **Redes e Enredos nas Trilhas dos Migrantes**: um estudo de famílias de camponeses-migrantes. Rio de Janeiro: Relume Dumará; João Pessoa, PB: EDUFPB, 2002.

MORAES, Márcia Azanha Ferraz Dias de. O Mercado de Trabalho da Agroindústria Canavieira: desafios e oportunidades. São Paulo, **Revista de Economia Aplicada**. v.11, n. 4, p. 605-619, 2007.

SANTOS Jr., Jaime. **Na trama das identidades**: Práticas Sociais e imagens do trabalho no corte de cana. São Paulo: Annablume, 2017.

_____. Falamos Línguas Distintas? Sindicatos Rurais e Trabalhadores Cortadores de Cana em Sergipe”. In: RAMALHO, José Ricardo; RODRIGUES, Iram Jácome. **Trabalho e Ação Sindical no Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Annablume, 2015, p. 261-290.

_____. Sob o véu da linguagem: desafios e impasses no estudo das identidades. Portugal, **Indagatio Didactica**, vol. 5(2), outubro 2013.

SARTI, Cynthia. **A Família como Espelho**: um estudo sobre a moral dos pobres. São Paulo: Cortez, 1996.

SIGAUD, Lygia. **Os Clandestinos e os Direitos**: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do Fim do Século**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

_____. Trabalho e trabalhadores na região do "Mar de Cana e do Rio de Álcool". **Agrária** (São Paulo. Online), [S.l.], n. 2, p. 2-39, june 2005. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/agraria/article/view/103/103>>. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1808-1150.voi2p2-39>.

STRAUSS, Anselm. **Espelhos e Máscaras: a busca de identidade**. São Paulo: Edusp, 1999.

WILLIAMS, Raymond. **O Campo e a Cidade**. Na história e na literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

WOORTMANN, Ellen. **Herdeiros, parentes e compadres: Colonos do Sul e sitiantes do Nordeste**. Brasília: Edunb, 1995.

WOORTMANN, Klaas. Migração, Família e Campesinato. Brasília, **Revista Brasileira de Estudos de População**. Jan./jun. 1990. pp. 35-53.

Fontes citadas

IBGE. **Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil: uma primeira aproximação** / IBGE, Coordenação de Geografia. – Rio de Janeiro: IBGE, 2017

Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS). Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Entrevistas citadas

Graciliano, 43 anos. **Entrevista concedida ao autor**. Laranjeiras/SE, fevereiro de 2013.

Ulisses, 53 anos. **Entrevista concedida ao autor**. Areia Branca/SE, fevereiro de 2013.

Zerramos, 34 anos. **Entrevista concedida ao autor.** Areia Branca/SE, fevereiro de 2013.

Jileu, 22 anos. **Entrevista concedida ao autor.** Capela/SE, janeiro de 2013.

Romeu, 59 anos. **Entrevista concedida ao autor.** Capela/SE, janeiro de 2013.

Américo, 23 anos. **Entrevista concedida ao autor.** Laranjeiras/SE, janeiro de 2013.

Josino, 27 anos. **Entrevista concedida ao autor.** Laranjeiras/SE, janeiro de 2013.

Eufrásio, 47 anos. **Entrevista concedida ao autor.** Areia Branca/SE, fevereiro de 2013.

Rufino, 42 anos. **Entrevista concedida ao autor.** Areia Branca/SE, janeiro de 2013.

Clara, 48 anos. **Entrevista concedida ao autor.** Maruim/SE, fevereiro de 2013.

Representante da FETASE. **Entrevista concedida ao autor.** Aracaju/SE, janeiro de 2012.

Sobre os autores

Paulo José Koling

Possui graduação em Filosofia pela Universidade de Passo Fundo (1984), especialização em História do Brasil pela Universidade de Passo Fundo (1988), especialização em Teorias da História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (1991), mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1997) e doutorado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2004). Atualmente é Professor Associado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Tem experiência na área de História, com ênfase em História da América, atuando principalmente nos seguintes temas: Sistema centro-periferia, Raúl Prebisch - CEPAL, Historiografia do Desenvolvimento Latino-Americano, teoria do subdesenvolvimento, Teoria da Dependência e Capitalismo.

Marcos Fábio Freire Montysuma

Possui graduação em História pela Universidade Federal do Acre (1985), mestrado em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1990), doutorado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2003) e pós-doutoramento na Universidade Nova de Lisboa (2017). Atualmente é professor associado III da Universidade Federal de Santa Catarina. Foi presidente da CPA/UFSC. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Regional do Brasil, atuando principalmente em: memória, história oral, história ambiental, gênero e meio ambiente, cultura e meio ambiente, Amazônia. Atua, também, no Programa de Pós-graduação em História/UFSC e no Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas/UFSC.

Rose Elke Debiasi

Possui licenciatura e bacharelado em História (2006), bacharelado em Museologia (2017) e mestrado em Agroecossistemas (2008) pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Doutorado em História (2016) pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), tendo realizado o Estágio de Doutorado Sanduíche na Universitat de Girona (UdG), sob a supervisão da professora Rosa Congost. Atualmente, realiza Estágio Pós-Doutoral no Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina e atua como docente no Curso de Pedagogia do Centro

Universitário Municipal de São José - USJ. Dedicase a pesquisa de temas relacionados à militância, à memória e ao patrimônio cultural dos movimentos sociais do campo.

Joselene Ieda dos Santos Lopes de Carvalho

Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, na Linha de Pesquisa Trabalho e Movimentos Sociais. Possui licenciatura em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (2013) e mestrado em História pela mesma instituição (2016). Tem experiência na área de História do Brasil, com ênfase em História dos Movimentos Sociais no Brasil e História dos trabalhadores do campo e da cidade e suas lutas no Brasil.

Tânia Mara de Bastiani

Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, na Linha de Pesquisa Trabalho e Movimentos Sociais. Possui graduação em Filosofia (2009), especialização em Educação Ambiental (2012) e mestrado em Educação (2014), pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Entre os temas pesquisados encontram-se: A questão agrária no Brasil, Movimentos sociais do campo e Educação do Campo.

Ricardo Callegari

Doutorando pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, na Linha de Pesquisa Trabalho e Movimentos Sociais. Possui licenciatura em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (2012) e mestrado pela mesma instituição (2015). Dedicase a pesquisa de temas relativos à juventude rural, a organização de assentamentos e às lutas camponesas, principalmente no Sudoeste do Paraná.

Irene Spies Adamy

Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, na Linha de Pesquisa Estado e Poder. Possui graduação em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (1988), especialização em Teorias da História (1991) e mestrado (2010) pela mesma instituição. Atualmente, faz parte do Quadro do Magistério da Secretaria de Estado da Educação do Paraná. Dedicase a pesquisa de temas relativos à questão agrária, a formação e organização política da fração agrária da classe dominante, sobretudo no Oeste paranaense.

Daniele Brocardo

Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, na Linha de Pesquisa Cultura e Identidades. Possui graduação (2012) e mestrado (2015) em História pela mesma instituição. Dedicar-se a pesquisa de temas relativos à ação de madeireiras e da agricultura, a partir da História Oral e da História Ambiental, sobretudo no Oeste paranaense.

Tiago Arcanjo Orben

Doutorando do Programa de Pós-graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUC/RS. Possui licenciatura em História (2011) pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) e mestrado em História (2014) pela PUC/RS. Suas pesquisas privilegiam a História Contemporânea, com atenção para a História do Paraná, História Oral, movimentos sociais, História Agrária, memória e identidade. É também um dos organizadores do livro *Diálogos do tempo presente: historiografia e história*, publicado pela Editora Fi.

Jaime Santos Júnior

Possui graduação em Ciências Sociais e mestrado em Sociologia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Doutor em Sociologia pela Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). Realizou estágio em nível de pós-doutorado na Universidade Federal do ABC (UFABC) entre 2014 e 2017. Atualmente, é Pesquisador Doutor Colaborador vinculado ao Programa de Pós-graduação em Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do ABC (UFABC), onde realiza estágio Pós-Doutoral. É pesquisador integrante do grupo de pesquisa "Trabalho, Sindicalismo e Sociedade" vinculado ao CNPq e do Núcleo de Antropologia do Trabalho, Estudos Biográficos e de Trajetórias (NUAT-Museu Nacional/UFRJ). Possui experiência na área de Sociologia e Antropologia do Trabalho e atua, principalmente, nos seguintes temas: relações de trabalho, migrações, culturas operárias e identidades do trabalho.